



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 055 SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,45) Telmário Mota (4,38,43) Regina Sousa (42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,45) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,43)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (47) Antonio Anastasia (48)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 54ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 23 DE ABRIL DE 2015	008
1.1 – ABERTURA.....	010
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	010
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	010
1.2.1.1 – Parecer	
Nº 108/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25/2015	010
1.2.1.2 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 25/2015 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 16/2015-CCJ)	028
1.2.1.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2015 (nº 3.065/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo</i>	028
Projeto de Decreto Legislativo nº 45/2015 (nº 889/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo</i>	033
Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2015 (nº 965/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo</i>	037
Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2015 (nº 1.102/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo</i>	042
Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2015 (nº 1.235/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga permissão à Carmorela Indústria e Comércio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais</i>	048
Projeto de Decreto Legislativo nº 49/2015 (nº 1.242/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais</i>	054
Projeto de Decreto Legislativo nº 50/2015 (nº 1.344/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais</i>	060
Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2015 (nº 1.484/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul</i>	066
Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2015 (nº 1.510/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul</i>	070
Projeto de Decreto Legislativo nº 53/2015 (nº 1.512/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais</i>	076
Projeto de Decreto Legislativo nº 54/2015 (nº 1.516/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí</i>	082
Projeto de Decreto Legislativo nº 55/2015 (nº 1.521/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais</i>	087

Projeto de Decreto Legislativo nº 56/2015 (nº 1.548/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte</i>	095
Projeto de Decreto Legislativo nº 57/2015 (nº 1.573/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Campina da Lagoa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná</i>	099
Projeto de Decreto Legislativo nº 58/2015 (nº 1.582/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Mãe de Deus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul</i>	104
Projeto de Decreto Legislativo nº 59/2015 (nº 1.583/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga concessão à Guarani Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás</i>	108
1.2.1.4 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 44 a 59/2015, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <i>As matérias serão apreciadas terminativamente</i>	112
1.2.1.5 – Requerimentos	
Nº 386/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Manoel Santos.....	112
Nº 387/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358/2014	113
Nº 388/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117/2015.....	114
Nº 389/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118/2015.....	116
Nº 390/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Pedro Eugênio.....	118
Nº 391/2015, de autoria do Senador Romário, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181/2015	118
Nº 392/2015, de autoria do Senador Romário, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212/2015	118
Nº 393/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, em aditamento aos Requerimentos nºs 20 e 50/2015, solicitando que a sessão especial destinada a comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear <i>in memoriam</i> o médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, seja realizada em 15 de junho próximo, às 11 horas	119
Nº 394/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Felício de Araújo Pontes.....	120
Nº 395/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Amanda Cristina Bezerra de Araújo	120
Nº 396/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alex Deneriaz.....	120
Nº 397/2015, de autoria do Senador José Medeiros, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.....	121
1.2.1.6 – Comunicações	
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 10/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 15/2015)	122
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 15/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 20/2015)	122
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 16/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 21/2015)	122
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 18/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 22/2015)	122
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 20/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 24/2015)	122
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 21/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 26/2015)	123
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2015).....	123
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 672/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2015).....	123

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 673/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2015).....	123
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2015 (Ofício nº 306/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	123
Da Liderança do Bloco Parlamentar do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS e PEN, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015 (Ofício nº 628/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	124
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015 (Ofício nº 114/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	124
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 672/2015 (Ofício nº 115/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	124
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 673/2015 (Ofício nº 116/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	124
Do Senador Ronaldo Caiado, relatando viagem realizada para participar da 28ª Edição do Fórum da Liberdade, em 13 e 14 do corrente (Ofício nº 118/2015)	125
Da Senadora Vanessa Grazziotin, encaminhando relatório de viagem realizada para participar do III Congresso do Partido Socialista Unidos da Venezuela, no período de 26 a 28 de julho último (Ofício nº 59/2015)	125
Do Senador Romário, justificando o não registro do voto de S. Exª na sessão do dia 22 do corrente (Ofício s/nº/2015)	125
1.2.1.7 – Ofícios de Autoridades	
Nº 488/2015, na origem, do Procurador-Geral da República, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 191 e 192/2015, de autoria do Senador Fernando Collor.....	125
Nº 10.920/2015, na origem, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 25/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima	125
1.2.1.8 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 146/2015, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.050/2014, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	125
1.2.1.9 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 241/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que <i>modifica o disposto no art. 5º, caput, e revoga o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, visando fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora</i>	125
Nº 242/2015, de autoria do Senador Romário, que <i>dispõe sobre a prática de Atividades Físicas e Esportivas em Clubes, Academias, Estabelecimentos Similares, e dá outras providências</i>	131
1.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS – Preocupação com a crise no transporte de cargas do País e críticas à gestão do Governo Federal.	133
SENADORA REGINA SOUSA – Críticas à aprovação de projeto de lei que estende a possibilidade de terceirização para atividades-fim das empresas.	134
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Registro da posição contrária do PT ao projeto de lei que regulamenta a terceirização.	136
SENADOR ALVARO DIAS – Desaprovação do balanço financeiro divulgado pela Petrobras.	138
SENADOR JORGE VIANA – Satisfação pela aprovação do projeto de lei que trata do acesso à biodiversidade; e outros assuntos.	139
SENADOR LUIZ HENRIQUE – Solidariedade com a população do oeste catarinense pela tragédia natural que a vitimou.	142
SENADOR REGUFFE – Incredulidade com a triplicação dos recursos destinados ao fundo partidário diante do ajuste fiscal vigente no País.	143
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder – Defesa de maiores investimentos em logística no País; e outros assuntos.....	143
SENADOR DÁRIO BERGER – Registro das medidas necessárias para a retomada do crescimento econômico sustentável do País; e outro assunto.	148
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2015 (nº 836/2013, na Câmara dos Deputados), <i>que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010. Aprovado. À promulgação</i>	151

1.3.2 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2015 (nº 824/2013, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010. Aprovado.* À promulgação 152

1.3.3 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 231/2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa composta por três membros, com o objetivo de visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Aprovado** 153

1.3.4 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 279/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14/2015. **Aprovado** 153

1.3.5 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 308/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104/2015. **Aprovado** 153

1.3.6 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 343/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 149/2014. **Aprovado** 153

1.3.7 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 344/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 149/2014. **Aprovado** 154

1.3.8 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 347/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142/2014. **Aprovado** 154

1.3.9 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 377/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 514/2007. **Aprovado** 154

1.3.10 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 384/2015, de autoria do Senador Romário, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 191/2015. **Aprovado** 154

1.3.11 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Oradores**

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Manifestação favorável ao aumento dos recursos destinados ao fundo partidário; e outro assunto. 158

SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Defesa do financiamento público das campanhas políticas; e outros assuntos. 162

SENADOR TELMÁRIO MOTA, como Líder – Comentários sobre temas em debate no Congresso Nacional, tais como a reforma política, a redução da maioria penal e a terceirização. 168

1.4.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 393/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores. **Aprovado** 175

1.4.3 – Oradores (continuação)

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Críticas à política externa adotada pelo Governo Federal; e outro assunto. 176

SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações a respeito do prejuízo apresentado no balanço financeiro da Petrobras, referente ao exercício de 2014; e outros assuntos. 177

1.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 385/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e outros Senadores. **Aprovado** 182

1.4.5 – Oradores (continuação)

SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Registro do Dia da Aviação de Caça, em 22 do corrente; e outro assunto. 182

SENADORA VANEISSA GRAZZIOTIN – Relato da participação brasileira na Convenção Internacional da Saúde Pública, em Cuba, e considerações sobre a área da saúde no Brasil. 184

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Comentários sobre reunião ocorrida na CRA sobre a regularização fundiária. 190

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Preocupação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que regulamenta a terceirização. 192

SENADOR GLADSON CAMELI – Críticas à gestão do sistema energético brasileiro; e outros assuntos. 195

SENADOR HÉLIO JOSÉ – Preocupação com o histórico de violência nas escolas do Distrito Federal. 197

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Considerações sobre o potencial de retomada de crescimento do Brasil, contrariamente às manifestações da oposição e às manchetes negativas estampadas em jornais; e outros assuntos. 198

1.4.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Manifestação contrária à aprovação de aumento de recursos para o fundo partidário.....	204
1.5 – ENCERRAMENTO.....	205

SENADO FEDERAL**2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	206
Bancadas dos Partidos	207
Por ordem alfabética	208

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

4 – LIDERANÇAS	209
-----------------------------	------------

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	212
--	------------

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	215
---	------------

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	218
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	221
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	223
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	225
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	228
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	232
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	235
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	236
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	239
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	241
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	243
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	244

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	245
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	246
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	247
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)...	248
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	249
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010).....	250
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	251
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	252
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013).....	253
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	254
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	254
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	254
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010).....	255

CONGRESSO NACIONAL**9 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006).....	256
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	258
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	260
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	261
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	262
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	263
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015).....	265

10 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN)	266
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	268
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	269

Ata da 54ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 23 de abril de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Humberto Costa,
das Sras. Regina Sousa, Fátima Bezerra, e dos Srs. Telmário Mota e Dário Berger.*

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 34 minutos e encerra-se às 18 horas e 32 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

54ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, ÀS 11:30 HORAS

Período : 23/04/15 07:00 até 23/04/15 20:59

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PSDB	MG	ANTONIO ANASTASIA	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	X
DEM	AP	DAVI ALCOLUMBRE	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PTB	PI	ELMANO FÉRRER	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	AC	GLADSON CAMELI	X
PSD	DF	HELIO JOSÉ	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X

PSDB	SP	JOSÉ SERRA	X
PDT	RS	LASIER MARTINS	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSD	BA	OTTO ALENCAR	X
PT	PA	PAULO ROCHA	X
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PT	PI	REGINA SOUSA	X
PDT	DF	REGUFFE	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	MA	ROBERTO ROCHA	X
PSB	RJ	ROMÁRIO	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
DEM	GO	RONALDO CAIADO	X
PMDB	AM	SANDRA BRAGA	X
PMDB	MS	SIMONE TEBET	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X
PDT	RR	TELMARIO MOTA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	X

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECER

PARECER Nº 108, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015 do Senador José Serra, que [altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.]

RELATOR: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de iniciativa parlamentar, ora apreciada por esta Comissão em decisão terminativa, que propõe a alteração do Código Eleitoral e da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) para instituir no Brasil o sistema eleitoral majoritário nos municípios com mais de duzentos mil eleitores.

O Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015 (PLS nº 25, de 2015), de autoria do Senador José Serra, confere nova redação ao art. 84 do Código Eleitoral para determinar que o sistema eleitoral proporcional, adotado para os demais pleitos, por definição constitucional, não se aplica às eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de duzentos mil eleitores.

Em seguida, a proposta ora apreciada acrescenta novo artigo ao Código Eleitoral, o art. 84-A, pelo qual o sistema eleitoral majoritário que estabelece é criteriosamente definido.

O número de distritos será igual ao número de vagas na Câmara Municipal, o que significa dizer que se trata de sistema majoritário

uninominal. Por isso, cada partido ou coligação poderá registrar um candidato a vereador por distrito.

Esse candidato será eleito com um suplente, o que evita a ocorrência de vaga. O suplente substitui o eleito, e, em caso de vaga, será realizada nova eleição no distrito respectivo.

A fixação dos distritos eleitorais será feita pelo Tribunal Regional Eleitoral respectivo, obedecidos, entretanto, os critérios nesta Lei estabelecidos, dentre eles a contiguidade territorial e a igualdade do voto, bem como os termos de regulamento, este de competência do Tribunal Superior Eleitoral.

A diferença entre o número de eleitores do distrito mais populoso e o menos populoso não poderá exceder cinco por cento no mesmo município.

A última alteração proposta para o Código Eleitoral destina-se a conferir nova redação ao art. 86, para instituir na ordem jurídica eleitoral brasileira uma nova circunscrição eleitoral, o distrito.

O PLS nº 25, de 2015, propõe também, em harmonia com as alterações no Código Eleitoral, que sejam modificados dois dispositivos da Lei Eleitoral, o primeiro para determinar que a eleição distrital não possa, dada a sua natureza, ser objeto de propaganda eleitoral em rádio e televisão.

A segunda alteração visa determinar que o prazo estabelecido na Lei Eleitoral para a regulamentação pelo TSE da norma legislativa relativa ao pleito, dia 5 de março do ano da eleição, instituído no art. 105 da Lei nº 9.504, de 1997, aplica-se também ao sistema eleitoral que ora se institui.

Ao justificar a sua iniciativa, o Senador José Serra argumenta que as exigências da sociedade brasileira no sentido da reforma política resultam de problemas reais de nosso sistema político. E sustenta:

“A corrupção, o alto custo de financiamento das campanhas, a falta de *accountability* e a perda de legitimidade dos partidos e dos políticos eleitos em relação à população constitui um quadro político preocupante. É prejudicial ao equilíbrio democrático que perdure essa situação”.

Destaca ainda que “a solução para tal crise de representatividade das instituições democráticas passa pela revisão do sistema eleitoral”. Assim, “escolher as melhores regras para o sistema eleitoral e corrigir seu mau funcionamento é primordial”.

Em seguida, o eminente autor faz diversas considerações sobre as vantagens do sistema eleitoral que ora se discute, majoritário uninominal, em relação a outros sistemas, destacando-se a redução do número de candidatos e dos custos de campanha; a maior proximidade entre o eleitor e o eleito; e também a uma maior representatividade, uma vez que os incentivos decorrentes da redução dos custos de campanha contribuirão à *accountability*, isto é, à transparência associada à prestação de contas aos eleitores.

Entende que as eleições para o cargo de vereador, dada sua natureza local, constituem uma excelente oportunidade para experimentar esse sistema e, assim, “servir como base à futura discussão a respeito das eleições para deputados estaduais e federais”.

Assinala, quanto ao tema constitucional veiculado, que a Constituição define o sistema eleitoral aplicável às eleições para o cargo de deputado federal. Em seguida, determina a aplicação desse sistema para os cargos de deputado estadual e distrital.

Para o cargo de vereador, entretanto, o sistema é definido apenas no Código Eleitoral, o que favorece a mudança pretendida, uma vez que não requer emenda à Constituição.

Por último, o autor justifica a extinção do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão para os candidatos a vereador. A manutenção desta possibilidade, sob a vigência do sistema distrital seria ineficaz, além de impraticável.

Os candidatos serão distritais, não mais municipais, o que exigiria a veiculação de suas propagandas nos respectivos distritos. Isso seria impraticável, porque os sistemas de rádio e televisão não teriam como veicular propagandas diferentes para cada um dos distritos. Ademais, a vantagem do novo sistema será justamente a de permitir que os candidatos se viabilizem sem a necessidade de vultosos dispêndios com propaganda.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Legislar sobre direito eleitoral constitui uma competência privativa do Congresso Nacional, consoante expressa e específica determinação da Constituição. É o que consta do primeiro inciso do art. 22, que trata das competências exclusivas da União, combinado com o *caput* do art. 48, que confere ao Congresso Nacional essas competências.

Competência privativa cumpre-nos aqui recordar, é aquela indisponível e indelegável. Cabe aos membros do Congresso Nacional definir as normas gerais e abstratas relativas ao direito eleitoral, e nos é vedado delegar a qualquer outro órgão estatal essa competência, ou permitir que tal invasão da competência legislativa do Congresso Nacional ocorra, pois é dever constitucional de cada parlamentar velar pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

Encontramo-nos, portanto, neste caso, no pleno exercício de nosso poder/dever de elaborar as normas legislativas que só o Congresso Nacional pode editar, uma vez que esta é uma das matérias a respeito da qual a Constituição, de forma prudente e adequada, veda a edição, pelo Presidente da República, de medida provisória, consoante determina a alínea “a” do inciso I do § 1º do art. 62 da Carta Magna.

Cumpre assinalar, ainda no plano da constitucionalidade formal, que a Constituição é clara ao determinar o sistema eleitoral aplicável às eleições para o cargo de deputado federal, e eloquente quando estende esse sistema às eleições para deputado estadual e distrital.

Avulta, nesse cenário, a circunstância de a Carta Magna não referir o sistema eleitoral aplicável às eleições para o cargo de vereador, ensejando a sua determinação nos termos do Código Eleitoral.

Quanto ao mérito, não há dúvidas quanto ao fato de que a reforma política será tímida, acanhada e claramente insuficiente caso não traga consigo a alteração do sistema eleitoral.

A fórmula técnica inscrita em uma lei que realiza a transformação do voto do cidadão e da cidadã em um mandato político, parlamentar ou executivo, ou seja, o sistema eleitoral constitui o coração de

um sistema político, e toda reforma que passe ao largo da mudança nesse sistema eleitoral será insuficiente e inepta para fornecer à sociedade brasileira uma resposta clara aos reclamos, inquietações e críticas que levaram milhões de pessoas às ruas em junho de 2013 e neste início de 2015, e se podem observar nas redes sociais, nas ruas, nas escolas e no trabalho por todo o Brasil.

É preciso iniciar a reforma do sistema político brasileiro, e esta reforma, para ser efetiva e sincera, deve contemplar a reforma do sistema eleitoral proporcional de listas abertas, que o Brasil adota sem grandes modificações desde o pós-guerra, nas eleições de 1945.

O momento histórico adequado para uma mudança de tal envergadura é este em que nos encontramos. A Constituição exige que a lei que discipline a eleição municipal de 2016 esteja em vigor até os primeiros dias de outubro deste ano de 2015.

Trata-se de realizar, como o fizeram outros países antes de nós, uma experimentação democrática responsável e realista, para que a sociedade brasileira possa adiante discutir, com melhor conhecimento de causa, a respeito do melhor sistema eleitoral a ser adotado para as demais eleições legislativas, exceto a de Senador.

Essa circunstância histórica especial, a presente crise política, a crise brasileira e mundial da democracia e da representação, exigem de nós assumirmos de forma plena a nossa responsabilidade e também alguma audácia: modificar o sistema eleitoral, ainda que para aplicar o novo sistema apenas a menos de uma centena de cidades, é algo que pode responder à expectativa social diante do Congresso Nacional.

Porque esses noventa e poucos municípios nos quais seria adotado o novo sistema eleitoral abrigam mais de trinta por cento do eleitorado brasileiro, e, por serem capitais e grandes centros, constituem excelente referência para a experimentação e educação política do povo brasileiro.

Cabe anotar, ao final, que o PLS nº 25, de 2015, encontra-se vazado em conformidade com as normas legislativas pertinentes à elaboração de leis, que constam da Lei Complementar nº 95, de 1998, e sua tramitação se realiza em respeito às regras respectivas, inscritas no Regimento Interno do Senado Federal.

Embora estejamos de acordo com o mérito da proposição, entendemos que a propaganda eleitoral dos candidatos ao cargo de vereador não deve ser extinta. Tal opção, embora fundamentada no problema técnico da dificuldade de realizar campanha focada no distrito, enfrenta dificuldades no plano jurídico: de um lado, importa desigualdade entre os candidatos a vereador pelo sistema que a proposta estabelece e todos os demais candidatos; de outro, pode incidir em desrespeito ao princípio constitucional sobre autonomia para o funcionamento dos partidos políticos. Caberia a estes entes definir quais os distritos e quais os candidatos que, em dada eleição, devem ser objeto de sua prioridade. Ademais, a campanha partidária pode ter natureza institucional, solicitando a atenção popular e o voto para todos os candidatos do partido. Por tal razão, optamos por sugerir a supressão do inciso VIII do § 1º do art. 47 da Lei nº. 9504, de 1997, nos termos do art. 2º do PLS nº 25, de 2015.

Somos, em conclusão, por todas as razões aqui referidas, favoráveis a que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprove, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015.

III – VOTO


Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1, CCJ

Suprima-se o inciso VIII do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2015.

Senador José Maranhão, Presidente

, Relator

SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 6ª Reunião, Ordinária, da CCJ

Data: 22 de abril de 2015 (quarta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

CONFERE COM O ORIGINAL

Ednaldo Magalhães Siqueira
Secretário de Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Marta Suplicy (PT)	1. Walter Pinheiro (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Jorge Viana (PT)
José Pimentel (PT)	3. Lindbergh Farias (PT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Angela Portela (PT)
Humberto Costa (PT)	5. Zezé Perrella (PDT)
Adir Gurgacz (PDT)	6. Paulo Palm (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requiao (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	2. Omar Aziz (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	5. Dário Berger (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	6. Rose de Freitas (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Sérgio Petecão (PSD)
José Maranhão (PMDB)	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ronaldo Caiado (DEM)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Aécio Neves (PSDB)	3. Atalides Oliveira (PSDB)
José Serra (PSDB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Antonio Anastasia (PSDB)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. José Madeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Douglas Cintra (PTB)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Blairo Maggi (PR)
Magno Malta (PR)	3. Elmano Férrer (PTB)

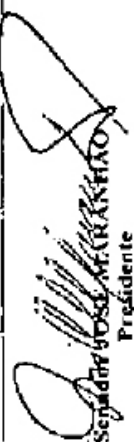
CCJ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 25/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSD, PFL, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PFL, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARTA SUTICUY (PT)				1. WALTER FINHEIRO (PT)			
GLEISI HOFFMANN (PT)	X			2. JOGGE VIANA (PT)			
JOSÉ PINHEIRO (PT)		X		3. LINDBERGH FARIAS (PT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. ANGELA FORTALEZA (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)		X		5. ZEZE PEREIRA (PDT)			
ACIR GURTAÇ (PDT)				6. PAULO PAIM (PT)			
RENEDETO DE LIRA (PP)	X			7. IVO CASSOL (PP)			
CIRO NOGUEIRA (PT)				8. ANA AMÉLIA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HENRIQUE OLIVEIRA (PMDB) (RELATOR)	X			1. ROBERTO REQUILÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)	X			2. OMAR AZIZ (PSD)			
RICARDO FERRAZ (PMDB)				3. GABRIEL ALVES FILHO (PMDB)			
ROMERO JUCA (PMDB)	X			4. WALDEMIR MORA (PMDB)			
SIMONE TEBELT (PMDB)	X			5. DARIO BERGER (PMDB)			
VALDIR BALUPP (PMDB)				6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
LUTZ HENRIQUE (PMDB)				7. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				8. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSE AGRIPINO (DEM)	X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
RONALDO CAIAZO (DEM)	X			2. ALVARO DIAS (PSDB)	X		
ACIO NEVES (PSDB)				3. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)			
JOSÉ SERRA (PSDB)	X			4. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
ANTÔNIO ANASTÁSIA (PSDB)	X			5. WILDER MORAIS (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VASCONCELOS (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)			
ROBERTO RICHIA (PSB)	X			2. JOÃO CARTEIRINHO (PSB)			
RAIMUNDO RODRIGUES (PSOL)				3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X		2. BLAÍRO MAGGI (PR)			
MAGNO MALTA (PR)				3. ELMANO FERRER (PTB)	X		

Quórum: 12
 Votação: TOTAL 12 SIM 15 NÃO 3 ABS 0
 - Presidente não vota


 Senador JOSÉ CARLOS DE BARROS
 Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N.º 2, EM 22/04/2015

OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OUSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CCJ ao PLS 252/2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARTA SUPRLEY (PT)				1. WALTER PINHEIRO (PT)			
OLENEIROS MANN (PT)	X			2. JORGE VIANA (PT)			
JOSE PIMENTEL (PT)				3. LINDBERGH FARIAS (PT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. ANGELA MORTELA (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)	X			5. ZÉZÉ FERRELLA (PDT)			
ACIR CURGACZ (PDT)				6. PAULO PALMI (PT)			
BENEDITO DE LIMA (PT)	X			7. IVO CASSOL (PP)			
CURIONO OLIVEIRA (PP)				8. ANA AMÉLIA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO OLIVEIRA (PMDB/RELATOR)	X			1. ROBERTO AROLDI (PMDB)			
RODRIGO LOPES (PMDB)	X			2. OMAR AZIZ (PSD)			
RICARDO FERRAZ (PMDB)				3. CARINALDI ALVES FILHO (PMDB)			
ROMERO TICA (PMDB)	X			4. WALDEMAR MORA (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)	X			5. DARIO BINGER (PMDB)			
VALDIR RAUPE (PMDB)				6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
LEILA MENRIQUE (PMDB)				7. SÉRGIO PETELÃO (PSD)			
ROSE MARIANO (PMDB)				8. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSE AGRIPINO (DEM)	X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
RONALDO CAIADO (DEM)		X		2. ALVARO DIAS (PSDB)	X		
ALCIO NEVES (PSDB)				3. ALEXANDRE OLIVEIRA (PSDB)			
ROSE SERRA (PSDB)	X			4. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)	X			5. WILDER MORAIS (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialista e Democrata (PCdoB, PPS, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialista e Democrata (PCdoB, PPS, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			1. VANESSA GRAZIANO (PCdoB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)	X			2. JOÃO CARLOS (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSB)				3. JOSE MEDEIROS (PPS)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar Uniao e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Uniao e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
MARCELO CRIVELLA (PRB)				2. BLAUSO MAUCCI (PR)			
MAGNO MALTA (PR)				3. ELIMANO FERRER (PTB)	X		

Quórum: 17

Votação: 16

Sim: 15

Não: 1

Abst.: 1

Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, PM 22/04/2015

O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES DILETIVAS, CONTANDISE, PORÉM, A SUA PRESENCIA PARA EFETO DE QUÓRUM (RSE, art. 51)

Jose Maranhão
 Senador JOSE MARANHÃO
 Presidente

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2015
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de maio de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais dos municípios com até 200.000 (duzentos mil) eleitores obedecerá ao princípio da representação proporcional, na forma desta lei." (NR)

"Art. 84-A. Nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores, a eleição para a Câmara Municipal será realizada pelo sistema majoritário uninominal.

§ 1º O número de distritos eleitorais será igual ao número de vagas na Câmara Municipal.

§ 2º O partido ou a coligação poderá registrar apenas um candidato a vereador por distrito eleitoral.

§ 3º Cada vereador será eleito com um suplente, que será convocado nos casos de renúncia, falecimento ou afastamento do cargo pelo titular.

§ 4º Os distritos eleitorais serão fixados pelos Tribunais Regionais Eleitorais, observados a contiguidade territorial e igualdade do voto, bem como os termos de regulamento expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 5º A diferença numérica entre o contingente eleitoral do distrito mais populoso e do menos populoso não poderá exceder cinco por cento, no mesmo município.

§ 6º Em caso de vacância do cargo, serão convocadas novas eleições no distrito respectivo.”

“Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município ou o distrito, conforme o caso.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais onde houver eleições proporcionais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.” (NR)

Art. 3º Para a aplicação do sistema majoritário nas eleições municipais de 2016, a constituição dos distritos eleitorais deverá ser regulamentada até o prazo a que se refere o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2015


Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

Institui o Código Eleitoral

Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, obedecerá ao princípio da representação proporcional na forma desta lei.

Art. 85. A eleição para deputados federais, senadores e suplentes, presidente e vice-presidente da República, governadores, vice-governadores e deputados estaduais far-se-á, simultaneamente, em todo o País.

Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição serão País, nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

VII - nas eleições para Vereador, às terças e quintas-feiras e aos sábados, nos mesmos horários previstos no inciso anterior.

Art. 105. Até o dia 5 de março do ano da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral, atendendo ao caráter regulamentar e sem restringir direitos ou estabelecer sanções distintas das previstas nesta Lei, poderá expedir todas as instruções necessárias para sua fiel execução, ouvidos, previamente, em audiência pública, os delegados ou representantes dos partidos políticos.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral publicará o código orçamentário para o recolhimento das multas eleitorais ao Fundo Partidário, mediante documento de arrecadação correspondente.

§ 2º Havendo substituição da UFIR por outro Índice oficial, o Tribunal Superior Eleitoral procederá à alteração dos valores estabelecidos nesta Lei pelo novo índice.

§ 3º Serão aplicáveis ao pleito eleitoral imediatamente seguinte apenas as resoluções publicadas até a data referida no caput.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 16/2015-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 22 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do

Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015, que "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores", de autoria do Senador José Serra.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **JOSE MARANHÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

VOTO EM SEPARADO

APRESENTADO PELO SENADOR HUMBERTO COSTA PERANTE A
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

I – RELATÓRIO

Para maior celeridade dos nossos trabalhos, manifesto minha adesão à primeira parte do relatório do Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), da qual constam a descrição detalhada da proposição, da justificação, bem como o registro da ausência de emendas no prazo regimental. Acrescento, tão-somente, que, uma vez lido o relatório, a Presidência concedeu vista coletiva sobre a matéria, nos termos do art. 132, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal.

II – ANÁLISE

Senhor Presidente, o ponto central do questionamento que trago aqui é se o Congresso Nacional pode estabelecer, por lei, um sistema eleitoral municipal diferente daquele previsto no art. 45 da Constituição Federal.

Com todo o respeito que tenho pelos Senadores e Senadoras que pensam de forma diferente, entendo que não! O Congresso Nacional, ao criar um sistema eleitoral municipal majoritário por lei ordinária, estaria violando o princípio de representação proporcional da nossa Constituição.

Para fundamentar meu raciocínio, inicialmente trago as palavras do professor José Afonso da Silva, um dos especialistas mais respeitados da nossa tradição constitucional.

Segundo José Afonso, “a Constituição acolheu o sistema proporcional para a eleição de Deputados Federais (art. 45), o que significa **a adoção de um princípio que se estende às eleições para as Assembléias Legislativas dos Estados e para as Câmaras de Vereadores (Câmaras Municipais).**”¹

Ou seja, o art. 45 da Constituição não fixou apenas uma regra de representação federal. Ele, na verdade, estabeleceu um princípio sensível da organização política da nossa República. E’ como o art. 29 do texto constitucional diz que a organização política dos municípios deve obedecer os princípios estabelecidos na Constituição Federal, por simetria, não há como fixar um sistema eleitoral municipal diferente daquele previsto no art. 45.

¹ SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008, pg. 371.

A obediência a essa simetria é tão importante no nosso texto constitucional que o art. 34, inciso VII, dispõe que a violação dos princípios constitucionais inerentes ao sistema representativo nacional por parte de entes estaduais é causa suficiente para a intervenção federal.

No curso de direito constitucional do professor Gilmar Mendes há também um trecho bastante interessante para a discussão nesta Comissão. Diz o texto que “a Constituição brasileira definiu que as eleições dos deputados federais, dos deputados estaduais e dos vereadores efetivar-se-ão pelo critério proporcional (arts. 27, § 1º, e 45)”.

É importante destacar que, para os autores, é a Constituição que define o modelo eleitoral municipal, e não a lei ordinária.

Um pouco mais à frente, o mesmo texto sentencia: **“a eleição dos vereadores segue o modelo proporcional com base na tradição constitucional (...)”**.²

Portanto, Senhor Presidente, a leitura que faço é no sentido de haver fortes razões e argumentos para dizer que o projeto de lei não é compatível com o texto constitucional. Em tese, ele viola o princípio da representação proporcional presente no art. 45 da Constituição Federal, que é perfeitamente aplicável às eleições legislativas municipais, salvo melhor juízo desta Comissão.

² MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008. pg. 736.

Todos nós concordamos que o art. 29 da Constituição não tratou do tema adequadamente. Ao contrário da União e dos Estados, o constituinte originário não se preocupou em dizer, expressamente, qual o sistema eleitoral vigente nas eleições para vereadores.

Diante disso, tive o cuidado de pesquisar as origens do nosso texto constitucional de 1988 e não encontrei uma só palavra sobre o tema. O substitutivo da Comissão de Sistematização ao Projeto de Constituição, de 26 de agosto de 1987, já trazia uma redação muito próxima da que está estampada no exemplar aprovado em 05 de outubro de 1988.

Neste intervalo de tempo, foram apreciados pelo menos cinco outros textos de projeto de constituição sem que o sistema da eleição de vereadores fosse diretamente abordado pela Assembleia Nacional.

Entendo que essa despreocupação, ou melhor, essa omissão está fundada num pensamento já citado nesse voto, de que a adoção do sistema proporcional nas eleições para vereadores tem forte tradição constitucional na história brasileira e por isso não precisaria constar expressamente no texto da Constituição. Mas como não é possível supor a intenção do constituinte originário, temos de nos valer das regras de interpretação disponíveis para analisar o caso.

Nesse sentido, a omissão de uma regra expressa no art. 29 sobre a eleição de vereadores é rapidamente suprida pela aplicação do princípio constitucional presente no art. 45 da Constituição. E não poderia ser diferente,

tendo em vista que deve haver simetria na organização política-eleitoral de nossa federação.

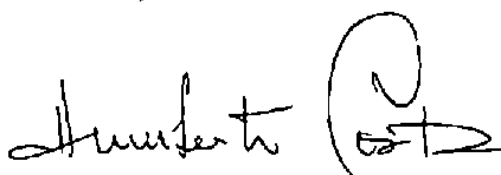
Essa sistemática não está imune a mudanças, mas por segurança e cautela, a matéria merecia ser tratada através de proposta de emenda constitucional

Essa, Senhor Presidente, é a minha contribuição para o debate do projeto.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto no sentido de **rejeitar** o Projeto de Lei do Senado nº. 25 de 2015, por violação ao art. 45 do texto constitucional.

Sala das Comissões, em de abril de 2015

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Humberto Costa', with a large, stylized circular flourish to the right of the name.

Senador **HUMBERTO COSTA**

(À publicação.)

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno. (**Ofício nº 16/2015-CCJ**)

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 16/2015-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 22 de abril de 2015

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015, que “Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil), eleitores”, de autoria do Senador José Serra.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **José Maranhão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2015**

(nº 3.065/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO
COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA
para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 853 de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 359, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no município de Solidão - PE;
- 2 - Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no município de Catarina - CE;
- 3 - Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu – Rádio Cidade de Ipiacu, no município de Ipiacu - MG;
- 4 - Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no município de Colinas do Sul - GO;
- 5 - Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no município de Lagoa do Tocantins - TO;
- 6 - Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no município de Toledo - MG;
- 7 - Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC - União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no município de Caucaia - CE;
- 8 - Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no município de Catas Altas da Noruega - MG;
- 9 - Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no município de São Paulo - SP;
- 10 - Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros – ACCDIP, no município de São Paulo - SP;
- 11 - Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no município de São Paulo - SP;
- 12 - Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no município de Dourados - MS;
- 13 - Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;
- 14 - Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no município de Balneário Arroio do Silva - SC;
- 15 - Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no município de Santiago - RS;
- 16 - Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no município de São Paulo - SP;
- 17 - Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no município de São Paulo - SP;
- 18 - Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no município de São Paulo - SP;
- 19 - Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA - Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no município de São Paulo - SP;
- 20 - Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no município de Cariacica - ES;
- 21 - Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no município de Aurora do Tocantins - TO;

- 22 - Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no município de Augusto de Lima - MG;
- 23 - Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no município de Fortaleza - CE;
- 24 - Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina - ES;
- 25 - Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no município de Pato Branco - PR;
- 26 - Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 27 - Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no município de Rio do Sul - SC;
- 28 - Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no município de Pilõesinhos - PB;
- 29 - Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP, no município de Altamira do Paraná - PR;
- 30 - Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no município de Iconha - ES;
- 31 - Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no município de Aricanduva - MG;
- 32 - Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no município de Lima Duarte - MG;
- 33 - Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS - Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no município de Serro - MG;
- 34 - Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lírio dos Vales, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 35 - Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru - BA, no município de Guajeru - BA;
- 36 - Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no município de Buriti do Tocantins - TO;
- 37 - Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no município de Feira Nova - SE;
- 38 - Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no município de Alto Paraguai - MT;
- 39 - Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES, no município de Grão-Pará - SC;
- 40 - Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no município de Breves - PA;
- 41 - Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no município de Bom Jesus do Sul - PR;
- 42 - Portaria nº 1.011, de 16 de dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no município de Benevides - PA;
- 43 - Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no município de Veredinha - MG;
- 44 - Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no município de São José dos Campos - SP;
- 45 - Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no município de Pinhais - PR;

46 - Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciquense, no município de Caciue Doble - RS;

47 - Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no município de Lagamar - MG;

48 - Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas, no município de São Félix de Minas - MG;

49 - Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no município de Biritinga - BA; e

50 - Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no município de Formosa - GO.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 1001/2009 – MC

Brasília, 6 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, .

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida**, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.019948/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 853 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019.948/05 e do **PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 0759 - 1.08 / 2009**, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida**, com sede na Rua Onze, 05 – Parque São Rafael, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º 37' 12"S e longitude em 46º 26' 39"W, utilizando a frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 45, DE 2015

(Nº 889/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757 de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 45, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 419, de 4 de setembro de 2006 – Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia, no município de Uberlândia – MG;

2 - Portaria nº 225, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Assistencial e Beneficente Getsêmani, no município de Bom Despacho – MG;

3 - Portaria nº 702, de 29 de julho de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Japuranã de Rádio FM, no município de Nova Bandeirantes – MT;

4 - Portaria nº 746, de 24 de agosto de 2010 – Organização Capelense de Amparo a Infância, no município de Capela do Alto – SP;

5 - Portaria nº 757, de 24 de agosto de 2010 – Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba, no município de Embaúba – SP;

6 - Portaria nº 924, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Bairro “Zé Gomes”, no município de Brejo – MA;

7 - Portaria nº 1.056, de 8 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Amigos da Vila Operária, no município de Guaraçai – SP;

8 - Portaria nº 1.080, de 16 de novembro de 2010 – Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Nova Geração, no município de Porto Feliz – SP;

9 - Portaria nº 1.087, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serranegrense, no município de Serra Negra do Norte – RN;

10 - Portaria nº 1.090, de 16 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Santana do São Francisco – ARACOSSAF, no município de Santana do São Francisco – SE;

11 - Portaria nº 1.093, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Amigos de Tavares, no município de Tavares – RS;

12 - Portaria nº 1.154, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Santos Reis de Radiodifusão, no município de São Sebastião do Paraíso – MG;

13 - Portaria nº 1.156, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Evangelistana, no município de São João Evangelista – MG;

14 - Portaria nº 1.159, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária dos Comerciantes, Comerciantes e Agro-Industriais de Céu Azul, no município de Céu Azul – PR;

15 - Portaria nº 1.161, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural do Município de Nova Veneza, no município de Nova Veneza – SC;

16 - Portaria nº 1.162, de 24 de novembro de 2010 – Associação Cultural e Comunitária de Califórnia, no município de Califórnia – PR;

17 - Portaria nº 1.164, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Malhada dos Bois, no município de Malhada dos Bois – SE;

18 - Portaria nº 1.165, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Mídia Comunitária da Cidade de Nhandeara, no município de Nhandeara - SP;

19 - Portaria nº 1.174, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Desenvolvimento Comunitário Josefa Maria Neta – ADCJMN, no município de Rafael Godeiro – RN;

20 - Portaria nº 1.178, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Cultural Izabelense, no município de Santa Izabel D'Oeste – PR;

21 - Portaria nº 1.180, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Um Amanhecer em Ponta Negra, no município de Natal – RN;

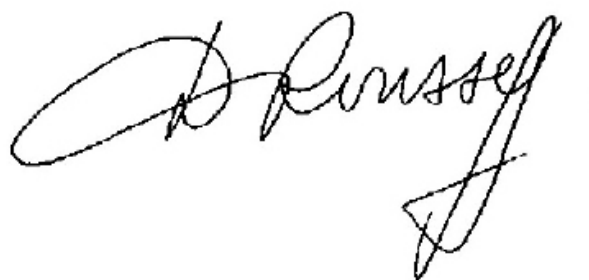
22 - Portaria nº 1.240, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Nevense de Radiodifusão – ASCONERD, no município de Ribeirão das Neves – MG;

23 - Portaria nº 325, de 1º de agosto de 2011 – Associação Mãos Unidas, no município de Auriflama – SP;

24 - Portaria nº 242, de 30 de abril de 2012 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Mamoré, no município de Nova Mamoré – RO; e

25 - Portaria nº 269, de 6 de junho de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária Fazenda Nova – ARCOFAZ, no município de Fazenda Nova – GO.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.



EM nº. 464/2011 - MC

Brasília, 13 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba**, no Município de Embaúba, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.008946/2007, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo da Silva

PORTARIA Nº 757 DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008.946/2007 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 2070 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba**, com sede na Avenida São Domingos, nº 178 – Centro, no município de Embaúba, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º 58' 55" S e longitude em 48º 50' 13" W, utilizando a frequência de 98,7 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 46, DE 2015

(Nº 965/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161 de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 47, de 2013.

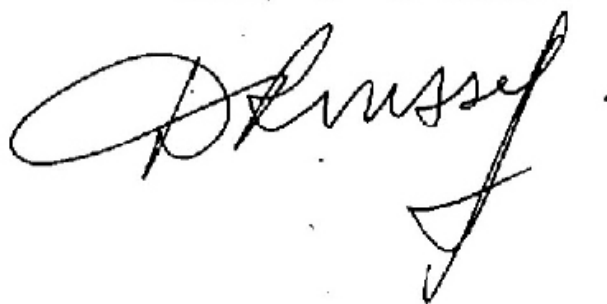
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 745, de 24 de agosto de 2010 – Associação Cultural de Arenópolis, no município de Arenópolis – GO;
- 2 - Portaria nº 759, de 24 de agosto de 2010 – Associação Radiodifusora Verdes Campos, no município de Ernestina – RS;
- 3 - Portaria nº 1.045, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Banzaê/Bahia, no município de Banzaê – BA;
- 4 - Portaria nº 1.155, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão, no município de Sete Lagoas – MG;
- 5 - Portaria nº 1.157, de 24 de novembro de 2010 – Associação Cultural de Comunicação Alternativa de Rubim, no município de Rubim – MG;
- 6 - Portaria nº 1.229, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão Senhor do Bonfim, no município de Senhor do Bonfim – BA;
- 7 - Portaria nº 1.237, de 30 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Esmeraldas, no município de Esmeraldas – MG;
- 8 - Portaria nº 68, de 16 de março de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão dos Amigos do KM-20, no município de Francisco Beltrão – PR;
- 9 - Portaria nº 137, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo – MG;
- 10 - Portaria nº 145, de 24 de maio de 2011 – Associação Rádio Comunitária Pinheira, no município de Palhoça – SC;
- 11 - Portaria nº 152, de 24 de maio de 2011 – Rádio Cultura de Santa Helena de Goiás – RCS – Goiás, no município de Santa Helena de Goiás – GO;
- 12 - Portaria nº 159, de 24 de maio de 2011 – Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Grande Visão Parque dos Pinheiros, no município de Álvares Machado – SP;
- 13 - Portaria nº 161, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho, no município de Itapeva – SP;

- 14 - Portaria nº 171, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária dos Amigos do Loteamento Sal Torrado, no município de Paulo Afonso – BA;
- 15 - Portaria nº 177, de 6 de junho de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária Buriti FM, no município de Buriti dos Lopes – PI;
- 16 - Portaria nº 185, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária e Cultural de Seara, no município de Seara – SC;
- 17 - Portaria nº 188, de 6 de junho de 2011 – Organização Cidadania e Integração, no município de Jaú – SP;
- 18 - Portaria nº 205, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária da Região dos Cocais do Piauí – ACOMCAPI, no município de Matias Olímpio – PI;
- 19 - Portaria nº 207, de 6 de junho de 2011 – Associação Cultural da Nova Juventude Castelândense, no município de Castelândia – GO;
- 20 - Portaria nº 311, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Rádio Flor do Campo, no município de Novo Oriente – CE;
- 21 - Portaria nº 393, de 12 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Tramandaí, no município de Tramandaí – RS;
- 22 - Portaria nº 480, de 28 de outubro de 2011 – Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço, no município de Calçoene – AP;
- 23 - Portaria nº 526, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Comunitária de Rádio Difusão da Terra dos Gêmeos, no município de Cândido Godói – RS;
- 24 - Portaria nº 527, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom, no município de Santa Cruz do Sul – RS;
- 25 - Portaria nº 37, de 20 de janeiro de 2012 – Associação Cultural de Desenvolvimento Social Gauramense – ACDESGA, no município de Gaurama – RS;
- 26 - Portaria nº 116, de 2 de março de 2012 – Associação Radiofônica Educativa do Bairro Aviso, no município de Linhares – ES;
- 27 - Portaria nº 169, de 21 de março de 2012 – Associação de Moradores do Setor Central de Porteirão Goiás, no município de Porteirão – GO;
- 28 - Portaria nº 173, de 21 de março de 2012 – Associação Mantenedora Materno Infantil de Serrinha, no município de Serrinha – BA; e
- 29 - Portaria nº 219, de 16 de abril de 2012 – Associação Comunitária Trescoroense de Radiodifusão, no município de Três Coroas – RS.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.



EM nº 323/2011 - MC

Brasília, 21 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho**, no Município de Itapeva, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.045073/2009 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 161 DE 24 DE MAIO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.045073/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho, com sede na Rua Martinho Daniel da Silva, nº 37, Distrito de Guarizinho, Município de Itapeva Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º42'50"S e longitude em 48º51'10"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 47, DE 2015

(Nº 1.102/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297 de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2010, a permissão outorgada à INTERSOM - Emissoras de Frequência Modulada Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 136, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 669, de 26 de dezembro de 2005 – Rádio Vizinhaça FM Ltda., no município de Dois Vizinhos – PR;
- 2 - Portaria nº 477, de 23 de agosto de 2007 – Rede Fênix de Comunicação Ltda., no município de São José dos Pinhais – PR;
- 3 - Portaria nº 663, de 31 de agosto de 2009 – Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda., no município de São Bento do Sul – SC;
- 4 - Portaria nº 637, de 6 de julho de 2010 – Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda., no município de Aracaju – SE;
- 5 - Portaria nº 687, de 23 de julho de 2010 – Rádio Cultura de Guaíra Ltda., no município de Guaíra – SP;
- 6 - Portaria nº 689, de 23 de julho de 2010 – Rádio Menina do Atlântico FM Ltda., no município de Balneário Camboriú – SC;
- 7 - Portaria nº 739, de 23 de agosto de 2010 – Sistema 103 de Rádios Ltda., no município de Descanso – SC;
- 8 - Portaria nº 753, de 24 de agosto de 2010 – Rádio Centenário FM Ltda., no município de Frutal – MG;
- 9 - Portaria nº 816, de 3 de setembro de 2010 – Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Jacareí – SP;
- 10 - Portaria nº 872, de 23 de setembro de 2010 – Rádio Itapoã Ltda., no município de Itajaí – SC;
- 11 - Portaria nº 875, de 23 de setembro de 2010 – Rádio Progresso de Januária Ltda., no município de Januária – MG;
- 12 - Portaria nº 891, de 4 de outubro de 2010 – Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda., no município de Porto Velho – RO;
- 13 - Portaria nº 1.110, de 17 de novembro de 2010 – Rádio Excelsior S.A., no município de São Paulo – SP;
- 14 - Portaria nº 1.114, de 17 de novembro de 2010 – Rádio Globo S/A, no município do Rio de Janeiro – RJ;

- 15 - Portaria nº 1.149, de 23 de novembro de 2010 – Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda., no município de Poços de Caldas – MG;
- 16 - Portaria nº 1.267, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio Garbosa Ltda., no município de São João Nepomuceno – MG;
- 17 - Portaria nº 1.423, de 29 de dezembro de 2010 – Rádio a Voz de São Pedro Ltda., no município de São Pedro – SP;
- 18 - Portaria nº 62, de 3 de março de 2011 – Rádio FM Iemanjá Ltda., no município de Salvador – BA;
- 19 - Portaria nº 63, de 3 de março de 2011 – Rádio Menina do Paraná Ltda., no município de Campo Largo – PR;
- 20 - Portaria nº 96, de 28 de abril de 2011 – Rádio FM 104 Ltda., no município de Cornélio Procopio – PR;
- 21 - Portaria nº 100, de 2 de maio de 2011 – Saciedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda., no município de São José dos Campos – SP;
- 22 - Portaria nº 101, de 2 de maio de 2011 – Rádio Central Missioneira Ltda., no município de São Luís Gonzaga – RS;
- 23 - Portaria nº 103, de 2 de maio de 2011 – Fênix Rádio FM Ltda., no município de Ipameri – GO;
- 24 - Portaria nº 104, de 2 de maio de 2011 – Rádio Galiléia FM de Porangatu Ltda., no município de Porangatu – GO;
- 25 - Portaria nº 105, de 2 de maio de 2011 – Rádio Prata FM Ltda., no município de Águas da Prata – SP;
- 26 - Portaria nº 106, de 2 de maio de 2011 – Sistema Clube de Comunicação Ltda., no município de Ribeirão Preto – SP;
- 27 - Portaria nº 107, de 2 de maio de 2011 – Rádio Três Colinas Ltda., no município de Franca – SP;
- 28 - Portaria nº 109, de 2 de maio de 2011 – Rede Autonomista de Radiodifusão Ltda., no município de Osasco – SP;
- 29 - Portaria nº 110, de 2 de maio de 2011 – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba – SP;
- 30 - Portaria nº 112, de 3 de maio de 2011 – Rádio Televisão de Sergipe S.A., no município de Aracaju – SE;
- 31 - Portaria nº 125, de 17 de maio de 2011 – Rádio Cidade de Jandaia Ltda., no município de Jandaia do Sul – PR;
- 32 - Portaria nº 131, de 24 de maio de 2011 – Rádio Central Ltda., no município de Farroupilha – RS;
- 33 - Portaria nº 241, de 13 de junho de 2011 – Rádio Esmeralda Ltda., no município de Vacaria – RS;
- 34 - Portaria nº 245, de 14 de junho de 2011 – Rádio Tanengo FM Ltda., no município de Corumbá – MS;
- 35 - Portaria nº 297, de 1º de agosto de 2011 – Intérsom – Emissoras de Frequência Modulada Ltda., no município de São Carlos – SP;

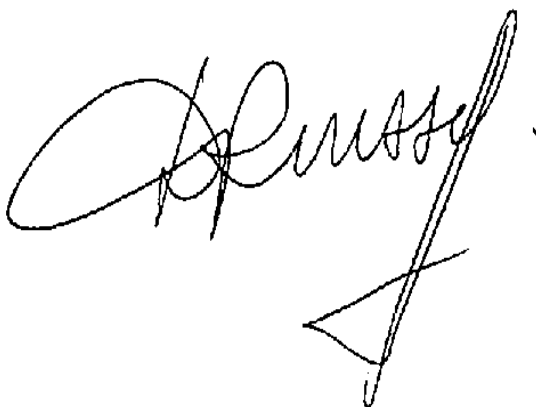
36 - Portaria nº 298, de 1º de agosto de 2011 – Mampituba FM Stéreo Ltda., no município de Sombrio – SC;

37 - Portaria nº 299, de 1º de agosto de 2011 – Rádio Iguatemi Frequência Modulada Stéreo Ltda., no município de Bebedouro – SP;

38 - Portaria nº 300, de 1º de agosto de 2011 – Rádio Cultura de Joinville Ltda., no município de Joinville – SC; e

39 - Portaria nº 301, de 1º de agosto de 2011 – Rádio e TV Mãe Ltda., no município de Candeias do Jamari – RO.

Brasília, 8 de abril de 2013.



EM nº. 689/2011 - MC

Brasília, 24 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência Processo Administrativo nº 53000.012093/2010, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à **INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA.**, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de junho de 2010.

2. A outorga foi deferida à **INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA.**, pela Portaria nº 127, de 10 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1980, e renovada pela Portaria nº 463, de 26 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 199, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2000.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Acompanha o ato o Processo de nº 53830.000136/2000, que constitui pedido distinto de renovação, referente ao período de 17 de junho de 2000 à 17 de junho de 2010, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93.

6. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho os processos a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 297 ,DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000136/2000 e 53000.012093/2010, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2010, a permissão outorgada à **INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA.**, pela Portaria nº 127, de 10 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1980, e renovada pela Portaria nº 463, de 26 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 199, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 48, DE 2015

(Nº 1.235/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.300 de 9 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Carmorela Indústria e Comércio Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 140, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;

- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaçu Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 -- Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

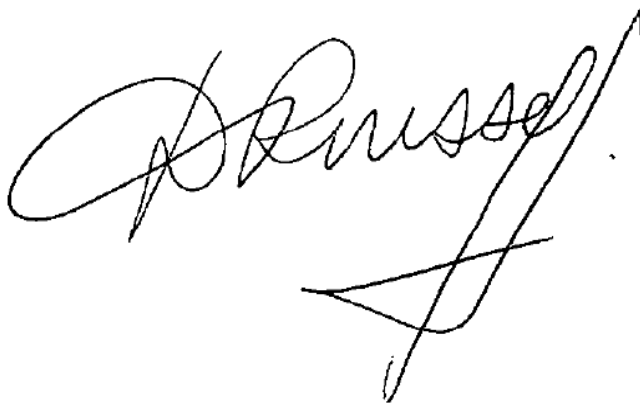
37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.



EM nº. 516/2011 - MC

Brasília, 14 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Piracema, Estado de Minas Gerais.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Carmorela Indústria e Comércio Ltda. (Processo nº 53710.000307/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 1300 ,DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000307/2002, Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Piracema, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 49, DE 2015

(Nº 1.242/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369 de 17 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 147, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011 – Rádio Vale Feliz Ltda., no município de Feliz - RS;
- 2 - Portaria nº 303, de 1º de agosto de 2011 – Rádio Pranchita FM Ltda., no município de Pranchita - PR;
- 3 - Portaria nº 305, de 1º de agosto de 2011 – Paranã FM Ltda., no município de São José de Ribamar - MA;
- 4 - Portaria nº 306, de 1º de agosto de 2011 – Rádio FM Corumbá Ltda., no município de Pires do Rio - GO;
- 5 - Portaria nº 358, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Guaratinguetá FM Stereo Ltda., no município de Guaratinguetá - SP;
- 6 - Portaria nº 365, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Intercontinental Ltda., no município de Curitiba - PR;
- 7 - Portaria nº 366, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda., no município de Uberaba - MG;
- 8 - Portaria nº 367, de 17 de agosto de 2011 – Rede Gerais de Comunicação Ltda., no município de Coromandel - MG;
- 9 - Portaria nº 368, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Almenara Stereo FM Ltda., no município de Almenara - MG;
- 10 - Portaria nº 369, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda., no município de Aimorés - MG;
- 11 - Portaria nº 370, de 17 de agosto de 2011 – Rádio Cultura de Astorga S/C Ltda., no município de Astorga - PR;

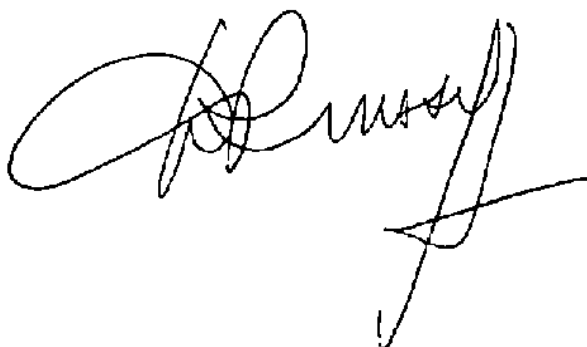


- 12 - Portaria nº 372, de 17 de agosto de 2011 -- Paiaia Comunicação Ltda., no município de Saúde - BA;
- 13 - Portaria nº 373, de 17 de agosto de 2011 -- Cacimba Comunicações Ltda., no município de Lages - SC;
- 14 - Portaria nº 374, de 17 de agosto de 2011 -- Rádio Araguaia Ltda., em Brasília - DF;
- 15 - Portaria nº 403, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda., no município de Paraguaçu Paulista - SP;
- 16 - Portaria nº 404, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Sudoeste FM Ltda., no município de São Pedro da Aldeia - RJ;
- 17 - Portaria nº 405, de 12 de setembro de 2011 -- Sociedade Rádio Alvorada Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;
- 18 - Portaria nº 406, de 12 de setembro de 2011 -- Sociedade Rádio Emboabas de Minas Gerais Ltda., no município de São João Del Rei - MG;
- 19 - Portaria nº 408, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Atlântida FM de Caxias do Sul Ltda., no município de Caxias do Sul - RS;
- 20 - Portaria nº 410, de 12 de setembro de 2011 -- Planalto FM Stéreo Som S/A, no município de Diadema - SP;
- 21 - Portaria nº 411, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Vizinhança FM Ltda., no município de Dois Vizinhos - PR;
- 22 - Portaria nº 412, de 12 de setembro de 2011 -- DBC Comunicações S/C Ltda., no município de Ibatê - SP;
- 23 - Portaria nº 413, de 12 de setembro de 2011 -- Rede Central de Comunicação Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;
- 24 - Portaria nº 415, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Cultura de Marialva Ltda., no município de Marialva - PR;
- 25 - Portaria nº 416, de 12 de setembro de 2011 -- Rádio Mundo Novo FM Ltda., no município de Mundo Novo - MS;
- 26 - Portaria nº 435, de 13 de outubro de 2011 -- Rádio Pantera Ltda., no município de Canoinhas - SC;
- 27 - Portaria nº 436, de 13 de outubro de 2011 -- Rádio Divinópolis Ltda., no município de Divinópolis - MG;
- 28 - Portaria nº 437, de 13 de outubro de 2011 -- FM Melody de Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP;
- 29 - Portaria nº 438, de 13 de outubro de 2011 -- Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., no município de Cornélio Procopio - PR;
- 30 - Portaria nº 441, de 13 de outubro de 2011 -- Rádio Aliança Igarapava Ltda. - ME, no município de Igarapava - SP;
- 31 - Portaria nº 442, de 13 de outubro de 2011 -- Fundação Educativa Nordeste, no município de Soledade - RS;



- 32 - Portaria nº 445, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Sombrio FM Ltda., no município de Sombrio - SC;
- 33 - Portaria nº 446, de 13 de outubro de 2011 – Rádio União da Franca Ltda., no município de Franca - SP;
- 34 - Portaria nº 447, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Cidade Bastos Ltda., no município de Bastos - SP;
- 35 - Portaria nº 448, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Fraternidade Ltda., no município de Araras - SP;
- 36 - Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Cultura de Assis Ltda., no município de Assis - SP;
- 37 - Portaria nº 450, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Caioba Ltda., no município de Curitiba - PR;
- 38 - Portaria nº 451, de 13 de outubro de 2011 – Rádio Estação FM Ltda., no município de Carlos Barbosa - RS; e
- 39 - Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011 – Rádio FM 90 Ltda., no município de Salto - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a high-ranking official, is positioned below the date. The signature is fluid and cursive, with a prominent loop at the beginning and a long, sweeping tail.

EM nº. 850/2011 - MC

Brasília, 23 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.022681/2008, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à **RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA.** para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Aimorés, Estado de Minas Gerais, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de setembro de 1998.

2. A outorga foi deferida à **RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA.**, pela Portaria nº 288, de 5 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 1988.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Acompanha o ato o Processo de nº 53710.001630/1998, que constitui pedido distinto de renovação, referente ao período de 6 de setembro de 1998 a 6 de setembro de 2008, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93.

6. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho os processos a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 369 , DE 17 DE AGOSTO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.022681/2008 e 53710.001630/1998, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de setembro de 2008, a permissão outorgada à **RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA.**, pela Portaria nº 288, de 5 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 50, DE 2015

(Nº 1.344/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 897 de 5 de outubro de 2010, que outorga permissão ao Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 140, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapé do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda - ME., no município de Salvaterra - PA;

- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moracs Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

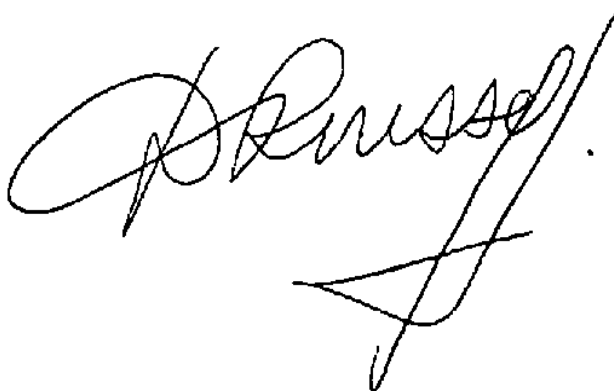
37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.



EM nº. 134/2011 - MC

Brasília, 26 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guapé, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53710.000249/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 27 de novembro de 2009, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 897 , DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000249/2002, Concorrência nº 102/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guapé, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 51, DE 2015

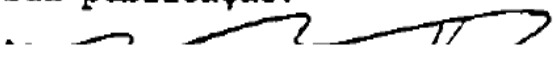
(Nº 1.484/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta: .

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



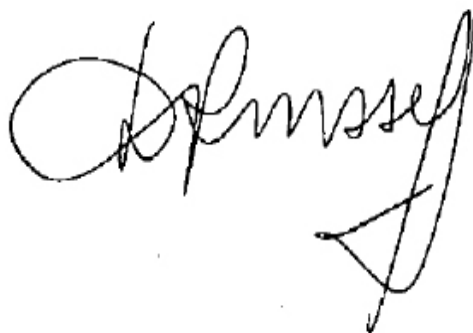
Mensagem nº 368, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 28 de agosto de 2013, publicados no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 2013, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

- 1 – X-Mediagroup S.A., no município de Mâncio Lima - AC;
- 2 – Guarani Radiodifusão Ltda., no município de Caldas Novas - GO;
- 3 – Ocan Comunicação Digital SE Ltda., no município de Santa Quitéria - MA;
- 4 – SM Radiodifusão Ltda., no município de Cambuí - MG;
- 5 – TV Topázio Comunicações Ltda., no município de Passos - MG;
- 6 – Sistema Patense de Radiodifusão Ltda., no município de Patos de Minas - MG;
- 7 – Rede Brasil de Radiodifusão Ltda., no município de São Raimundo Nonato - PI;
- 8 – Martins Fayad Radiodifusão Ltda., no município de Nova Esperança - PR;
- 9 – Rede Brasil de Radiodifusão Ltda., no município de São João da Barra - RJ;
- 10 – Capra-Publicidade e Promoções Ltda., no município de Bento Gonçalves - RS;
- 11 – MMA Comunicações Ltda., no município de Sobradinho - RS;
- 12 – Televisão Altamar Ltda., no município de Rio do Sul - SC;
- 13 – TV Oeste Paulista Ltda., no município de Marília - SP; e
- 14 – Televisão Brasil Limitada, no município de São José dos Campos - SP.

Brasília, 30 de agosto de 2013.



EM nº. 716/2011 - MC

Brasília, 13 de setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Capra-Publicidade e Promoções Ltda. (Processo nº 53000.008134/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2013.

Outorga concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, *caput*, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.008134/2002-13, Concorrência nº 011/2002-SSR/MC,

DECRETA:

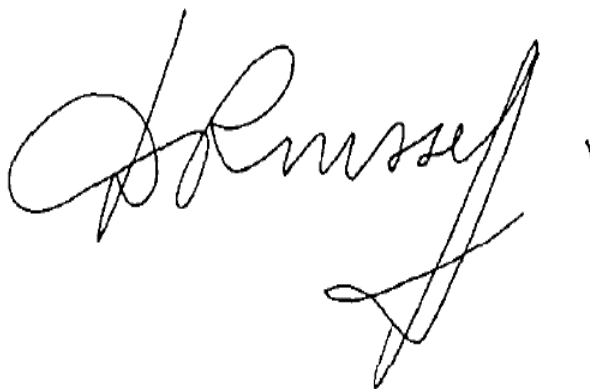
Art. 1º Fica outorgada concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2013; 192ª da Independência e 125ª da República.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 52, DE 2015

(Nº 1.510/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 267 de 6 de junho de 2012, que outorga autorização à Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 218

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 524, de 6 de dezembro de 2011 - Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná-ACCS, no município de Cruzeiro do Sul - PR;

2 - Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Cidade Alta, no município de Alta Floresta - MT;

3 - Portaria nº 15, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes - ASCOMAR, no município do Aroazes - PI;

4 - Portaria nº 67, de 10 de fevereiro de 2012 - Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite, no município de Peruipe - SP;

5 - Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012 - Associação Padroeira, no município de Três Barras do Paraná - PR;

6 - Portaria nº 264, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA, no município de Angical - BA;

7 - Portaria nº 267, de 6 de junho de 2012 - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel, no município de Maracajú - MS;

8 - Portaria nº 268, de 6 de junho de 2012 - Associação de Radiodifusão Jovem FM, no município de Jaú do Tocantins - TO;

9 - Portaria nº 276, de 6 de junho de 2012 - Associação Cultural Mulher da Sombrinha, no município de Catende - PE;

10 - Portaria nº 297, de 27 de setembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Presidente Epitácio FM, no município de Presidente Epitácio - SP;

11 - Portaria nº 317, de 3 de julho de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco - ACRMB, no município de Ilha Grande - PI;

12 - Portaria nº 370, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Rádio Difusão Comunitária Harmonia, no município de Dom Pedrito - RS;

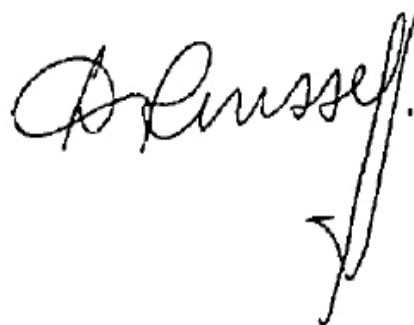
13 - Portaria nº 374, de 28 de agosto de 2012 - Associação Cultural de Difusão Comunitária, no município de Nova Iguaçu - RJ;

14 - Portaria nº 427, de 5 de outubro de 2012 - Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo - RJ;

- 15 - Portaria nº 432, de 5 de outubro de 2012 - Associação Iraiense de Radiodifusão Comunitária, no município de Irai - RS;
- 16 - Portaria nº 434, de 5 de outubro de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem, no município de Estrela do Sul - MG;
- 17 - Portaria nº 455, de 8 de novembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Hulha Negra, no município de Hulha Negra - RS;
- 18 - Portaria nº 456, de 8 de novembro de 2012 - Associação de Moradores do Bairro das Indústrias, no município de Ibiaí - MG;
- 19 - Portaria nº 500, de 19 de dezembro de 2012 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixio, no município de Baixio - CE;
- 20 - Portaria nº 26, de 8 de março de 2013 - Associação Comunitária Angiquinhos, no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 21 - Portaria nº 97, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto - ARACOTOB, no município de Tobias Barreto - SE;
- 22 - Portaria nº 99, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Ribeirãozinho, no município de Ribeirãozinho - MT;
- 23 - Portaria nº 100, de 19 de abril de 2013 - Associação de Rádio Comunitária Aliança FM, no município de Caxias do Sul - RS;
- 24 - Portaria nº 144, de 24 de maio de 2013 - Associação Jacuizinhense, no município de Jacuizinho - RS;
- 25 - Portaria nº 146, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu - PR, no município de Foz do Iguaçu - PR;
- 26 - Portaria nº 150, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia, no município de Barra do Garças - MT;
- 27 - Portaria nº 167, de 20 de junho de 2013 - Rádio Comunitária do Sana, no município de Macaé - RJ;
- 28 - Portaria nº 169, de 20 de junho de 2013 - Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava, no município de Minaçu - GO;
- 29 - Portaria nº 170, de 20 de junho de 2013 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro, no município de Junqueiro - AL;
- 30 - Portaria nº 206, de 10 de julho de 2013 - Associação Comunitária Amigos da Campina, no município de São Leopoldo - RS;
- 31 - Portaria nº 236, de 7 de agosto de 2013 - Associação Braúnas Novo Horizonte, no município de Braúnas - MG;
- 32 - Portaria nº 239, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM, no município de Baixa Grande do Ribeiro - PI;
- 33 - Portaria nº 240, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária de Caiana - ARCC, no município de Caiana - MG;
- 34 - Portaria nº 241, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Fernandes Pinheiro, no município de Fernandes Pinheiro - PR;

- 35 - Portaria nº 242, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza, no município de Miracema - RJ;
- 36 - Portaria nº 244, de 7 de agosto de 2013 - Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão São José do Hortêncio, no município de São José do Hortêncio - RS;
- 37 - Portaria nº 245, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Pedras Altas, no município de Pedras Altas - RS;
- 38 - Portaria nº 246, de 7 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Agrônômica, no município de Agrônômica - SC;
- 39 - Portaria nº 258, de 28 de agosto de 2013 - Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul, no município de Caraguatatuba - SP;
- 40 - Portaria nº 259, de 28 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista, no município de Inúbia Paulista - SP;
- 41 - Portaria nº 262, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense, no município de Tocos do Moji - MG;
- 42 - Portaria nº 263, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária e Cultural de Panamá, no município de Panamá - GO;
- 43 - Portaria nº 280, de 25 de setembro de 2013 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana, no município de Riacho de Santana - BA;
- 44 - Portaria nº 281, de 25 de setembro de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas, no município de José de Freitas - PI;
- 45 - Portaria nº 290, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária dos Comunicadores Local e Moradores de Campo Alegre de Lourdes, no município de Campo Alegre de Lourdes - BA;
- 46 - Portaria nº 291, de 27 de setembro de 2013 - Associação Rádio Serra Verde FM, no município de Rio Quente - GO;
- 47 - Portaria nº 292, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária Cultural Curraldentense, no município de Curral de Dentro - MG;
- 48 - Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Angical, no município de Massapê do Piauí - PI;
- 49 - Portaria nº 294, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas, no município de Curitiba - PR; e
- 50 - Portaria nº 296, de 27 de setembro de 2013 - Associação Cidade de Santos, no município de Santos - SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.



EM nº 00213/2012 MC

Brasília, 10 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Negra Rural Quilombola São Miguel**, no Município de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037255/2007, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 267 .DE 6 DE JUNHO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037255/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel, com sede na Rodovia MS – 116. Km 8 – Chácara Santa Fé, Município de Maracajú, Estado do Mato Grosso do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º 14' 56" S e longitude em 55º 38' 44" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PAULO BERNARDO SILVA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, DE 2015

(Nº 1.512/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE RÁDIO-DIFUSÃO E
EDUCAÇÃO BAGAGEM para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Estrela
do Sul, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 434 de 5 de outubro de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 218, de 2014.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

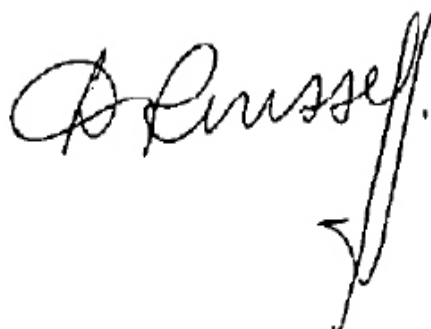
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 524, de 6 de dezembro de 2011 - Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná-ACCS, no município de Cruzeiro do Sul - PR;
- 2 - Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Cidade Alta, no município de Alta Floresta - MT;
- 3 - Portaria nº 15, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes - ASCOMAR, no município de Aroazes - PI;
- 4 - Portaria nº 67, de 10 de fevereiro de 2012 - Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite, no município de Perusbe - SP;
- 5 - Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012 - Associação Padroeira, no município de Três Barras do Paraná - PR;
- 6 - Portaria nº 264, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA, no município de Angical - BA;
- 7 - Portaria nº 267, de 6 de junho de 2012 - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel, no município de Maracajú - MS;
- 8 - Portaria nº 268, de 6 de junho de 2012 - Associação de Radiodifusão Jovem FM, no município de Jaú do Tocantins - TO;
- 9 - Portaria nº 276, de 6 de junho de 2012 - Associação Cultural Mulher da Sombriinha, no município de Catende - PE;
- 10 - Portaria nº 297, de 27 de setembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Presidente Epitácio FM, no município de Presidente Epitácio - SP;
- 11 - Portaria nº 317, de 3 de julho de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco - ACRMB, no município de Ilha Grande - PI;
- 12 - Portaria nº 370, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Rádio Difusão Comunitária Harmonia, no município de Dom Pedrito - RS;
- 13 - Portaria nº 374, de 28 de agosto de 2012 - Associação Cultural de Difusão Comunitária, no município de Nova Iguaçu - RJ;
- 14 - Portaria nº 427, de 5 de outubro de 2012 - Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo - RJ;

- 15 - Portaria nº 432, de 5 de outubro de 2012 - Associação Iraiense de Radiodifusão Comunitária, no município de Irai - RS;
- 16 - Portaria nº 434, de 5 de outubro de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem, no município de Estrela do Sul - MG;
- 17 - Portaria nº 455, de 8 de novembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Hulha Negra, no município de Hulha Negra - RS;
- 18 - Portaria nº 456, de 8 de novembro de 2012 - Associação de Moradores do Bairro das Indústrias, no município de Ibiaí - MG;
- 19 - Portaria nº 500, de 19 de dezembro de 2012 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixo, no município de Baixo - CE;
- 20 - Portaria nº 26, de 8 de março de 2013 - Associação Comunitária Angiquinhos, no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 21 - Portaria nº 97, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto - ARACOTOB, no município de Tobias Barreto - SE;
- 22 - Portaria nº 99, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Ribeirãozinho, no município de Ribeirãozinho - MT;
- 23 - Portaria nº 100, de 19 de abril de 2013 - Associação de Rádio Comunitária Aliança FM, no município de Caxias do Sul - RS;
- 24 - Portaria nº 144, de 24 de maio de 2013 - Associação Jacuizinhense, no município de Jacuizinho - RS;
- 25 - Portaria nº 146, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu - PR, no município de Foz do Iguaçu - PR;
- 26 - Portaria nº 150, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia, no município de Barra do Garças - MT;
- 27 - Portaria nº 167, de 20 de junho de 2013 - Rádio Comunitária do Sana, no município de Macaé - RJ;
- 28 - Portaria nº 169, de 20 de junho de 2013 - Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava, no município de Minaçu - GO;
- 29 - Portaria nº 170, de 20 de junho de 2013 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro, no município de Junqueiro - AL;
- 30 - Portaria nº 206, de 10 de julho de 2013 - Associação Comunitária Amigos da Campina, no município de São Leopoldo - RS;
- 31 - Portaria nº 236, de 7 de agosto de 2013 - Associação Braúnas Novo Horizonte, no município de Braúnas - MG;
- 32 - Portaria nº 239, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM, no município de Baixa Grande do Ribeiro - PI;
- 33 - Portaria nº 240, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária de Caiana - ARCC, no município de Caiana - MG;
- 34 - Portaria nº 241, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Fernandes Pinheiro, no município de Fernandes Pinheiro - PR;

- 35 - Portaria nº 242, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza, no município de Miracema - RJ;
- 36 - Portaria nº 244, de 7 de agosto de 2013 - Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão São José do Hortêncio, no município de São José do Hortêncio - RS;
- 37 - Portaria nº 245, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Pedras Altas, no município de Pedras Altas - RS;
- 38 - Portaria nº 246, de 7 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Agrônômica, no município de Agrônômica - SC;
- 39 - Portaria nº 258, de 28 de agosto de 2013 - Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul, no município de Caraguatatuba - SP;
- 40 - Portaria nº 259, de 28 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista, no município de Inúbia Paulista - SP;
- 41 - Portaria nº 262, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense, no município de Tocos do Moji - MG;
- 42 - Portaria nº 263, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária e Cultural de Panamá, no município de Panamá - GO;
- 43 - Portaria nº 280, de 25 de setembro de 2013 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana, no município de Riacho de Santana - BA;
- 44 - Portaria nº 281, de 25 de setembro de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas, no município de José de Freitas - PI;
- 45 - Portaria nº 290, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária dos Comunicadores Local e Moradores de Campo Alegre de Lourdes, no município de Campo Alegre de Lourdes - BA;
- 46 - Portaria nº 291, de 27 de setembro de 2013 - Associação Rádio Serra Verde FM, no município de Rio Quente - GO;
- 47 - Portaria nº 292, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária Cultural Curraldentense, no município de Curral de Dentro - MG;
- 48 - Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Angical, no município de Massapê do Piauí - PI;
- 49 - Portaria nº 294, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas, no município de Curitiba - PR; e
- 50 - Portaria nº 296, de 27 de setembro de 2013 - Associação Cidade de Santos, no município de Santos - SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.



EM nº 00274/2012 MC

Brasília, 23 de Novembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem**, no Município de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.046520/2010 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 434 , DE 5 DE OUTUBRO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.046520/2010, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem, com sede na Rua Elias Teotônio, nº 200, Centro, Município de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º 44' 49" S e longitude em 47º 41' 34" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 2015
(Nº 1.516/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO
COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para
executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Baixa
Grande do Ribeiro, Estado do
Piauí.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 239 de 7 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 218, de 2014.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 524, de 6 de dezembro de 2011 - Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná-ACCS, no município de Cruzeiro do Sul - PR;
- 2 - Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Cidade Alta, no município de Alta Floresta - MT;
- 3 - Portaria nº 15, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes - ASCOMAR, no município de Aroazes - PI;
- 4 - Portaria nº 67, de 10 de fevereiro de 2012 - Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite, no município de Peruíbe - SP;
- 5 - Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012 - Associação Padrocira, no município de Três Barras do Paraná - PR;
- 6 - Portaria nº 264, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA, no município de Angical - BA;
- 7 - Portaria nº 267, de 6 de junho de 2012 - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel, no município de Maracajú - MS;
- 8 - Portaria nº 268, de 6 de junho de 2012 - Associação de Radiodifusão Jovem FM, no município de Jaú do Tocantins - TO;
- 9 - Portaria nº 276, de 6 de junho de 2012 - Associação Cultural Mulher da Sombrinha, no município de Catende - PE;
- 10 - Portaria nº 297, de 27 de setembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Presidente Epitácio FM, no município de Presidente Epitácio - SP;
- 11 - Portaria nº 317, de 3 de julho de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco - ACRMB, no município de Ilha Grande - PI;
- 12 - Portaria nº 370, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Rádio Difusão Comunitária Harmonia, no município de Dom Pedrito - RS;
- 13 - Portaria nº 374, de 28 de agosto de 2012 - Associação Cultural de Difusão Comunitária, no município de Nova Iguaçu - RJ;
- 14 - Portaria nº 427, de 5 de outubro de 2012 - Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo - RJ;
- 15 - Portaria nº 432, de 5 de outubro de 2012 - Associação Iraiense de Radiodifusão Comunitária, no município de Irai - RS;
- 16 - Portaria nº 434, de 5 de outubro de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem, no município de Estrela do Sul - MG;
- 17 - Portaria nº 455, de 8 de novembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Hulha Negra, no município de Hulha Negra - RS;
- 18 - Portaria nº 456, de 8 de novembro de 2012 - Associação de Moradores do Bairro das Indústrias, no município de Ibiá - MG;
- 19 - Portaria nº 500, de 19 de dezembro de 2012 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixo, no município de Baixo - CE;

- 20 - Portaria nº 26, de 8 de março de 2013 - Associação Comunitária Angiquinhos, no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 21 - Portaria nº 97, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto - ARACOTOB, no município de Tobias Barreto - SE;
- 22 - Portaria nº 99, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Ribeirãozinho, no município de Ribeirãozinho - MT;
- 23 - Portaria nº 100, de 19 de abril de 2013 - Associação de Rádio Comunitária Aliança FM, no município de Caxias do Sul - RS;
- 24 - Portaria nº 144, de 24 de maio de 2013 - Associação Jacuizinhense, no município de Jacuizinho - RS;
- 25 - Portaria nº 146, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu - PR, no município de Foz do Iguaçu - PR;
- 26 - Portaria nº 150, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia, no município de Barra do Garças - MT;
- 27 - Portaria nº 167, de 20 de junho de 2013 - Rádio Comunitária do Sana, no município de Macaé - RJ;
- 28 - Portaria nº 169, de 20 de junho de 2013 - Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava, no município de Minaçu - GO;
- 29 - Portaria nº 170, de 20 de junho de 2013 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro, no município de Junqueiro - AL;
- 30 - Portaria nº 206, de 10 de julho de 2013 - Associação Comunitária Amigos da Campina, no município de São Leopoldo - RS;
- 31 - Portaria nº 236, de 7 de agosto de 2013 - Associação Braúnas Novo Horizonte, no município de Braúnas - MG;
- 32 - Portaria nº 239, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM, no município de Baixa Grande do Ribeiro - PI;
- 33 - Portaria nº 240, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária de Caiana - ARCC, no município de Caiana - MG;
- 34 - Portaria nº 241, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Fernandes Pinheiro, no município de Fernandes Pinheiro - PR;
- 35 - Portaria nº 242, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza, no município de Miracema - RJ;
- 36 - Portaria nº 244, de 7 de agosto de 2013 - Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão São José do Hortêncio, no município de São José do Hortêncio - RS;
- 37 - Portaria nº 245, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Pedras Altas, no município de Pedras Altas - RS;
- 38 - Portaria nº 246, de 7 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Agrônômica, no município de Agrônômica - SC;
- 39 - Portaria nº 258, de 28 de agosto de 2013 - Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul, no município de Caraguatatuba - SP;
- 40 - Portaria nº 259, de 28 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista, no município de Inúbia Paulista - SP;
- 41 - Portaria nº 262, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense, no município de Tocos do Moji - MG;
- 42 - Portaria nº 263, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária e Cultural de Panamá, no município de Panamá - GO;

43 - Portaria nº 280, de 25 de setembro de 2013 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana, no município de Riacho de Santana - BA;

44 - Portaria nº 281, de 25 de setembro de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas, no município de José de Freitas - PI;

45 - Portaria nº 290, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária dos Comunicadores Local e Moradores de Campo Alegre de Lourdes, no município de Campo Alegre de Lourdes - BA;

46 - Portaria nº 291, de 27 de setembro de 2013 - Associação Rádio Serra Verde FM, no município de Rio Quente - GO;

47 - Portaria nº 292, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária Cultural Curraldentense, no município de Curral de Dentro - MG;

48 - Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Angical, no município de Massapê do Piauí - PI;

49 - Portaria nº 294, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas, no município de Curitiba - PR; e

50 - Portaria nº 296, de 27 de setembro de 2013 - Associação Cidade de Santos, no município de Santos - SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.

EM nº 00104/2013 MC

Brasília, 23 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de ~~Autorização e respectiva~~ documentação para que a entidade **Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM**, no Município de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.044200/2011, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 239, DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044200/2011-00, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM**, com sede na Rua Galdino Gomes, s/nº, bairro Centro, município de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Rua Galdino Gomes, s/nº, no município de Baixa Grande do Ribeiro, nas coordenadas geográficas com latitude em 07º 51' 47" S e longitude em 45º 12' 46" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 55, DE 2015

(Nº 1.521/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 292 de 27 de setembro de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 218, de 2014.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

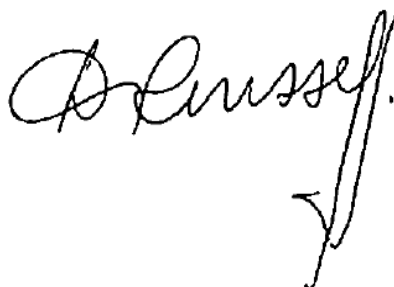
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 524, de 6 de dezembro de 2011 - Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná-ACCS, no município de Cruzeiro do Sul - PR;
- 2 - Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Cidade Alta, no município de Alta Floresta - MT;
- 3 - Portaria nº 15, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes - ASCOMAR, no município do Aroazes - PI;
- 4 - Portaria nº 67, de 10 de fevereiro de 2012 - Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite, no município de Peruíbe - SP;
- 5 - Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012 - Associação Padrocira, no município de Três Barras do Paraná - PR;
- 6 - Portaria nº 264, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA, no município de Angical - BA;
- 7 - Portaria nº 267, de 6 de junho de 2012 - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel, no município de Maracajú - MS;
- 8 - Portaria nº 268, de 6 de junho de 2012 - Associação de Radiodifusão Jovem FM, no município de Jaú do Tocantins - TO;
- 9 - Portaria nº 276, de 6 de junho de 2012 - Associação Cultural Mulher da Sombriinha, no município de Catende - PE;
- 10 - Portaria nº 297, de 27 de setembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Presidente Epitácio FM, no município de Presidente Epitácio - SP;
- 11 - Portaria nº 317, de 3 de julho de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco - ACRMB, no município de Ilha Grande - PI;
- 12 - Portaria nº 370, de 28 de agosto de 2012 - Associação de Rádio Difusão Comunitária Harmonia, no município de Dom Pedrito - RS;
- 13 - Portaria nº 374, de 28 de agosto de 2012 - Associação Cultural de Difusão Comunitária, no município de Nova Iguaçu - RJ;
- 14 - Portaria nº 427, de 5 de outubro de 2012 - Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo - RJ;
- 15 - Portaria nº 432, de 5 de outubro de 2012 - Associação Iraiense de Radiodifusão Comunitária, no município de Irai - RS;
- 16 - Portaria nº 434, de 5 de outubro de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem, no município de Estrela do Sul - MG;
- 17 - Portaria nº 455, de 8 de novembro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Hulha Negra, no município de Hulha Negra - RS;

- 18 - Portaria nº 456, de 8 de novembro de 2012 - Associação de Moradores do Bairro das Indústrias, no município de Ibiá - MG;
- 19 - Portaria nº 500, de 19 de dezembro de 2012 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixo, no município de Baixo - CE;
- 20 - Portaria nº 26, de 8 de março de 2013 - Associação Comunitária Angiquinhos, no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 21 - Portaria nº 97, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto - ARACOTOB, no município de Tobias Barreto - SE;
- 22 - Portaria nº 99, de 19 de abril de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Ribeirãozinho, no município de Ribeirãozinho - MT;
- 23 - Portaria nº 100, de 19 de abril de 2013 - Associação de Rádio Comunitária Aliança FM, no município de Caxias do Sul - RS;
- 24 - Portaria nº 144, de 24 de maio de 2013 - Associação Jacuizinhense, no município de Jacuizinho - RS;
- 25 - Portaria nº 146, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu - PR, no município de Foz do Iguaçu - PR;
- 26 - Portaria nº 150, de 6 de junho de 2013 - Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia, no município de Barra do Garças - MT;
- 27 - Portaria nº 167, de 20 de junho de 2013 - Rádio Comunitária do Sana, no município de Macaé - RJ;
- 28 - Portaria nº 169, de 20 de junho de 2013 - Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava, no município de Minaçu - GO;
- 29 - Portaria nº 170, de 20 de junho de 2013 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro, no município de Junqueiro - AL;
- 30 - Portaria nº 206, de 10 de julho de 2013 - Associação Comunitária Amigos da Campina, no município de São Leopoldo - RS;
- 31 - Portaria nº 236, de 7 de agosto de 2013 - Associação Braúnas Novo Horizonte, no município de Braúnas - MG;
- 32 - Portaria nº 239, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM, no município de Baixa Grande do Ribeiro - PI;
- 33 - Portaria nº 240, de 7 de agosto de 2013 - Associação Rádio Comunitária de Caiana - ARCC, no município de Caiana - MG;
- 34 - Portaria nº 241, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Fernandes Pinheiro, no município de Fernandes Pinheiro - PR;
- 35 - Portaria nº 242, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza, no município de Miracema - RJ;
- 36 - Portaria nº 244, de 7 de agosto de 2013 - Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão São José do Hortêncio, no município de São José do Hortêncio - RS;
- 37 - Portaria nº 245, de 7 de agosto de 2013 - Associação de Comunicação Social de Pedras Altas, no município de Pedras Altas - RS;
- 38 - Portaria nº 246, de 7 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Agrônoma, no município de Agrônoma - SC;
- 39 - Portaria nº 258, de 28 de agosto de 2013 - Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul, no município de Caraguatatuba - SP;
- 40 - Portaria nº 259, de 28 de agosto de 2013 - Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista, no município de Inúbia Paulista - SP;

- 41 - Portaria nº 262, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária de Radiodifusão Tocsmojiense, no município de Tocos do Moji - MG;
- 42 - Portaria nº 263, de 28 de agosto de 2013 - Associação Comunitária e Cultural de Panamá, no município de Panamá - GO;
- 43 - Portaria nº 280, de 25 de setembro de 2013 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana, no município de Riacho de Santana - BA;
- 44 - Portaria nº 281, de 25 de setembro de 2013 - Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas, no município de José de Freitas - PI;
- 45 - Portaria nº 290, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária dos Comunicadores Local e Moradores de Campo Alegre de Lourdes, no município de Campo Alegre de Lourdes - BA;
- 46 - Portaria nº 291, de 27 de setembro de 2013 - Associação Rádio Serra Verde FM, no município de Rio Quente - GO;
- 47 - Portaria nº 292, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária Cultural Curraldentense, no município de Curral de Dentro - MG;
- 48 - Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Angical, no município de Massapê do Piauí - PI;
- 49 - Portaria nº 294, de 27 de setembro de 2013 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas, no município de Curitiba - PR; e
- 50 - Portaria nº 296, de 27 de setembro de 2013 - Associação Cidade de Santos, no município de Santos - SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.



EM nº 00148/2013 MC

Brasília, 1 de Novembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão**, no Município de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.028227/2012-28, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 292, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028227/2012-28, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão, com sede na Avenida Afonso Pena, nº 1057 A, Bairro Bom Jesus, Município de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º 56' 12" S e longitude em 41º 51' 28" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PAULO BERNARDO SILVA

EM nº 00148/2013 MC

Brasília, 1 de Novembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão**, no Município de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.028227/2012-28, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 292, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028227/2012-28, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão, com sede na Avenida Afonso Pena, nº 1057 A, Bairro Bom Jesus, Município de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º 56' 12" S e longitude em 41º 51' 28" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PAULO BERNARDO SILVA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 56, DE 2015

(Nº 1.548/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 29 de agosto de 2014, que outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

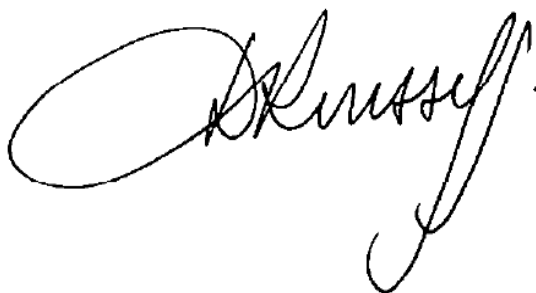
Mensagem nº 255, de 2014.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 29 de agosto de 2014, publicados no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2014, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

1. Matrix Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., no município de Campo Grande – MS; e
2. Fundação Antônio Gomes dos Santos, no município de Natal – RN.

Brasília, 1º de setembro de 2014.



EM nº 00003/2014 MC

Brasília, 7 de Fevereiro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058464/2011, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2011, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS, por intermédio do Despacho de Homologação de 11 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2013, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

2. De acordo com o art. 13. § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e art. 223, caput, da Constituição, e art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.058464/2011,

DECRETA:

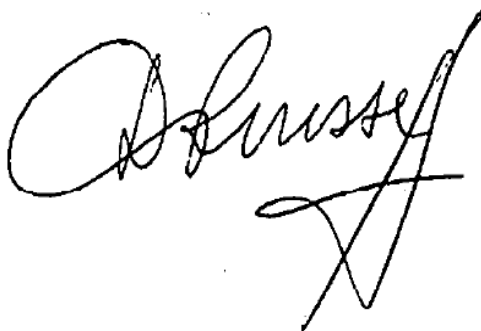
Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 57, DE 2015

(Nº 1.573/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE CAMPINA DA LAGOA
para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade
de Campina da Lagoa, Estado do
Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 165 de 20 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária de Campina da Lagoa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 217, de 2014.

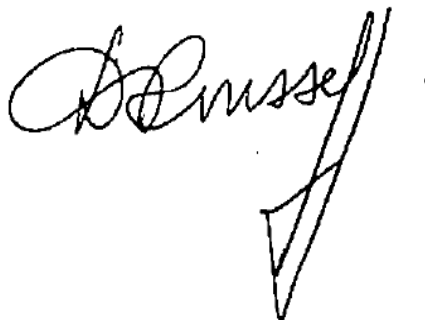
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 398, de 24 de julho de 2007 – Associação América Artística e Cultural de Uberaba, no município de Uberaba – MG;
- 2 - Portaria nº 498, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Comunitária e Educativa Nova Colina - ACENCO, no município de Sobradinho – DF;
- 3 - Portaria nº 499, de 19 de dezembro de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaratama – ARCI, no município de Ibaratama – CE;
- 4 - Portaria nº 501, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Rádio Comunitária Alto Paraíso, no município de Alto Paraíso – PR;
- 5 - Portaria nº 522, de 27 de dezembro de 2012 – Instituto Silver de Referência da Assistência Social, no município de São José da Lapa – MG;
- 6 - Portaria nº 25, de 8 de março de 2013 – Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi, no município de Sarandi – RS;
- 7 - Portaria nº 90, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Cultural 13 de Setembro, no município de Mercedes – PR;
- 8 - Portaria nº 92, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Santos Dumont, no município de Goiânia - GO;
- 9 - Portaria nº 133, de 15 de maio de 2013 – Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri, no município de Montauri - RS;
- 10 - Portaria nº 136, de 17 de maio de 2013 – Associação Cultural Amigos de Benedito Novo – ASCABEN, no município de Benedito Novo – SC;
- 11 - Portaria nº 143, de 24 de maio de 2013 – Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM, no município de Nova Aliança – SP;
- 12 - Portaria nº 151, de 6 de junho de 2013 – Associação Amigos de Primavera III, no município de Primavera do Leste – MT;
- 13 - Portaria nº 165, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária de Campina da Lagoa, no município de Campina da Lagoa – PR;

- 14 - Portaria nº 171, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim, no município de Quixeramobim – CE;
- 15 - Portaria nº 202, de 10 de julho de 2013 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari, no município de Itaguari – GO;
- 16 - Portaria nº 203, de 10 de julho de 2013 – Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente, no município de Salesópolis – SP;
- 17 - Portaria nº 205, de 10 de julho de 2013 – Associação Rádio Comunitária Som das Termas, no município de Águas de Chapecó – SC;
- 18 - Portaria nº 210, de 16 de julho de 2013 – Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril Ex-Castanheiras e Adjacências, no município de Belo Horizonte – MG;
- 19 - Portaria nº 238, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural de Divino, no município de Divino – MG;
- 20 - Portaria nº 311, de 25 de novembro de 2013 – Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama – BA; e
- 21 - Portaria nº 313, de 25 de novembro de 2013 – Associação de Rádio Comunitária de Juazcirinho, no município de Conceição do Coité – BA.

Brasília, 23 de julho de 2014.



EM nº 00068/2013 MC

Brasília, 16 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Campina da Lagoa**, no Município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.028086/2005, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 165, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028086/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Campina da Lagoa**, com sede à Rua Joaquim Carula, nº593 - Centro, Município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Rua Firmo de Souza e Silva, nº 248 - Centro, Município de Campina da Lagoa, estado do Paraná, nas coordenadas geográficas com latitude em 24º35'41"S e longitude em 52º48'29"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 58, DE 2015

(Nº 1.582/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 439 de 13 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de julho de 2010, a permissão outorgada à Fundação Mãe de Deus para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

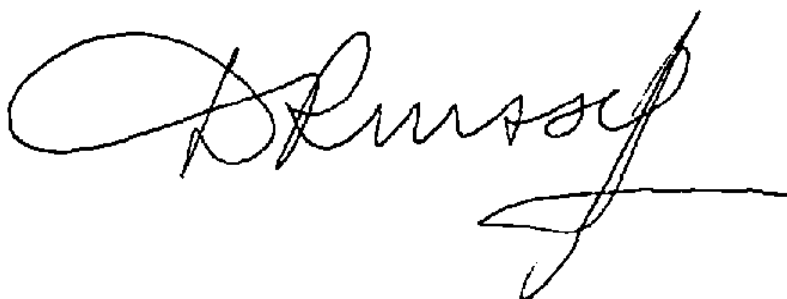
Mensagem nº 145, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 372, de 19 de abril de 2010 – Universidade Estadual de Londrina, no município de Londrina - PR;
- 2 - Portaria nº 1.213, de 25 de novembro de 2010 – Fundação Evangélica Trindade, no município de Jundiaí - SP;
- 3 - Portaria nº 296, de 1º de agosto de 2011 – Município de São José do Rio Preto, no município de São José do Rio Preto - SP;
- 4 - Portaria nº 407, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Álvaro Cordeiro - FUNDACOR, no município de Coração de Jesus - MG;
- 5 - Portaria nº 409, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Logos - Edições, Jornalismo e Radiodifusão, no município de Itatiba - SP;
- 6 - Portaria nº 417, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos, no município de Ourinhos - SP;
- 7 - Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Mãe de Deus, no município de Caxias do Sul - RS;
- 8 - Portaria nº 443, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa, no município de Itararé - SP;
- 9 - Portaria nº 444, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Nagib Haickel, no município de São Luís - MA; e
- 10 - Portaria nº 502, de 6 de dezembro de 2011 – Fundação Universitária de Rádio e Televisão, no município de Araraquara - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.



EM nº. 853/2011 - MC

Brasília, 6 de dezembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS** para executar, com fins exclusivamente educativos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Caxias do Sul, Estado de Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de julho de 2010.

2. A outorga foi deferida à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS**, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 439 , DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de julho de 2010, a permissão outorgada à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS**, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,
em decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 59, DE 2015

(Nº 1.583/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Guarani Radiodifusão Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

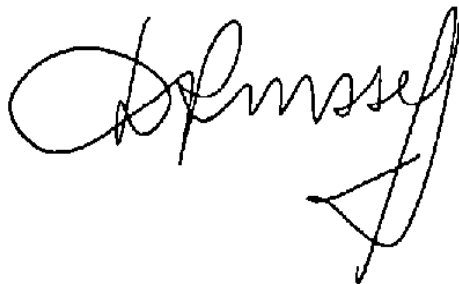
Mensagem nº 368, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 28 de agosto de 2013, publicados no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 2013, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

- 1 – X-Mediagroup S.A., no município de Mâncio Lima - AC;
- 2 – Guarani Radiodifusão Ltda., no município de Caldas Novas - GO;
- 3 – Ocan Comunicação Digital SE Ltda., no município de Santa Quitéria - MA;
- 4 – SM Radiodifusão Ltda., no município de Cambuí - MG;
- 5 – TV Topázio Comunicações Ltda., no município de Passos - MG;
- 6 – Sistema Patense de Radiodifusão Ltda., no município de Patos de Minas - MG;
- 7 – Rede Brasil de Radiodifusão Ltda., no município de São Raimundo Nonato - PI;
- 8 – Martins Fayad Radiodifusão Ltda., no município de Nova Esperança - PR;
- 9 – Rede Brasil de Radiodifusão Ltda., no município de São João da Barra - RJ;
- 10 – Capra-Publicidade e Promoções Ltda., no município de Bento Gonçalves - RS;
- 11 – MMA Comunicações Ltda., no município de Sobradinho - RS;
- 12 – Televisão Altamar Ltda., no município de Rio do Sul - SC;
- 13 – TV Oeste Paulista Ltda., no município de Marília - SP; e
- 14 – Televisão Brasil Limitada, no município de São José dos Campos - SP.

Brasília, 30 de agosto de 2013.



EM nº. 219/2011 - MC

Brasília, 18 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 007/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Guarani Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53000.021135/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2013.

Outorga concessão à Guarani Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, - caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.021135/2010-55, Concorrência nº 007/2010-CEL/MC,

DECRETA:

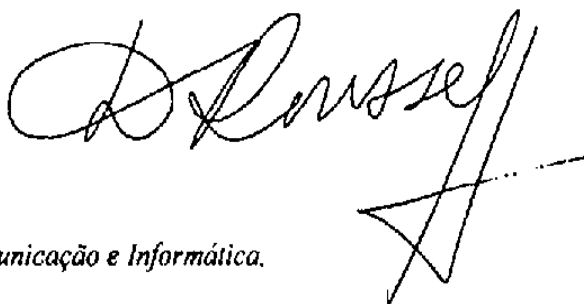
Art. 1º Fica outorgada concessão à Guarani Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão outorgada será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2013; 192ª da Independência 123ª da República.



VERSÃO D-EM 219 MC OUTORGA GUARANI RADIODIFUSÃO(L11)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

ABERTURA DE PRAZO

Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 44 a 59, de 2015**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 386, DE 2015**

Nos termos regimentais, requiro a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do deputado estadual MANOEL SANTOS, falecido aos 63 anos na cidade de Recife, Pernambuco.

Justificação

Negro, filho de agricultores, Manoel Santos nasceu no município de Serra Talhada, localizado no Sertão de Pernambuco. Começou a trabalhar na roça aos seis anos de idade e, a despeito de todo o preconceito e das condições adversas a que esteve submetido, rompeu esse cerco para trilhar uma carreira brilhante.

Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco e, no início da década de 90, assumiu o comando da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, Fetape, onde foi defendeu incisivamente os direitos dos homens e mulheres do campo.

Mané, como era conhecido, foi o primeiro secretário rural da Central Única dos Trabalhadores, CUT, exercendo uma militância contagiante em favor da organização sindical dos trabalhadores rurais brasileiros e da agricultura familiar, inclusive colocando sua vida em risco, em ambientes inóspitos e sem lei, para defender esses trabalhadores.

Atualmente, Manoel Santos estava no exercício do seu segundo mandato de deputado estadual, liderando a bancada do PT na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Morreu aos 63 anos, lutando contra um câncer de esôfago, que acabou por vencê-lo no domingo, dia 19 de abril.

A morte do saudoso Mané não apagará, no entanto, seu brilhante legado de luta em favor, não só dos trabalhadores rurais, mas da dignidade dos homens e das mulheres do campo, da busca por uma sociedade mais solidária e mais justa.

Essas bandeiras que ele tanto empunhou ao longo da sua vida seguirão erguidas por aqueles que acompanharam o seu trabalho e, principalmente, pelos brasileiros cuja vida foi mudada graças ao trabalho desse grande homem público que perdemos.

É com muito pesar que apresento esse requerimento, estendendo minhas sinceras condolências aos familiares e a todos os pernambucanos, que perdem um dos maiores líderes daquele estado.

Sala das Sessões, em de abril de 2015. – Senador **Humberto Costa**.

O presente voto deverá ser enviado à Rua Silva Ramos, 71 – Boa Vista – Recife – PE, CEP: 50070.100, aos cuidados de Teresa Leitão, Presidente do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 387, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2014, o qual “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para exigir a veiculação de peças publicitárias de conteúdo exclusivamente educativo na televisão e no rádio, para conscientizar e prevenir os riscos associados ao consumo de bebidas alcoólicas”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, em

Senador Cristovam Buarque

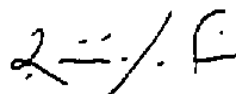
(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 388, DE 2015

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 117, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório.”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de março de 2015.



SENADOR ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE OUVIDA AO PLS Nº 117/15-CE
NA REUNIÃO DE 31/3/2015, OS SENHORES SENADORES:

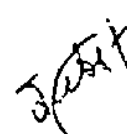
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PP)	
Fátima Bezerra	1. Marta Suplicy
Angela Portela	2. Regina Sousa
Donizeti Nogueira	3. Zeze Perreia
Cristovam Buarque	4. Walter Pinheiro
Lasier Martins	5. Telmário Mota
Paulo Paim	6. Lindbergh Farias
Ivo Cassol	7. Ciro Nogueira
Gladson Cameli	8. Ana Amélia
BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PSD)	
Simone Tebet	1. Raimundo Lira
Sandra Braga	2. Roberto Requião
João Alberto Souza	3. Ricardo Ferraço
Rose de Freitas	4. Iléio José
Otto Alencar	5. (vago)
Dário Berger	6. (vago)
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves	1. José Agripino
Wilder Moraes	2. Ronaldo Caiado
Alvaro Dias	3. Aloysio Nunes Ferreira
Antonio Anastasia	4. Ataídes Oliveira
(vago)	5. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, PSOL, PCDOB)	
Lidice da Mata	1. Antonio Carlos Valadares
Romário	2. Randolfe Rodrigues
Roberto Rocha	3. Fernando Bezerra Coelho
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC, PRB)	
Blairo Maggi	1. (vago)
Eduardo Amorim	2. (vago)
Douglas Cintra	3. (vago)

(Inlúa-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO**Nº 389, DE 2015****(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 118, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que “Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 146 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de trote estudantil e incluí-lo no rol dos crimes hediondos se resultar em morte.”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de março de 2015.

**SENADOR ROMÁRIO****Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE OUVIDA AO PLS Nº 118/15-CE
NA REUNIÃO DE 31/3/2015, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PP)	
Fátima Bezerra	1. Marta Suplicy
Angela Portela	2. Regina Sousa
Donizeti Nogueira	3. Zezé Perrela
Cristovam Buarque	4. Walter Pinheiro
Lasier Martins	5. Telmário Mota
Paulo Paim	6. Lindbergh Farias
Ivo Cassol	7. Ciro Nogueira
Gladson Cameli	8. Ana Amélia
BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PSD)	
Simone Tebet	1. Raimundo Lira
Sandra Braga	2. Roberto Requião
João Alberto Souza	3. Ricardo Ferraço
Rose de Freitas	4. Helio José
Otto Alencar	5. (vago)
Dário Berger	6. (vago)
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves	1. José Agripino
Wilder Moraes	2. Ronaldo Caiado
Alvaro Dias	3. Aloysio Nunes Ferreira
Antonio Anastasia	4. Ataídes Oliveira
(vago)	5. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRÁCIA (PSB, PPS, PSOL, PCDOB)	
Lidice da Mata	1. Antonio Carlos Valadares
Romário	2. Randolfe Rodrigues
Roberto Rocha	3. Fernando Bezerra Coelho
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC, PRB)	
Blairo Maggi	1. (vago)
Eduardo Amorim	2. (vago)
Douglas Cintra	3. (vago)

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 390, DE 2015

Nos termos regimentais, requeiro a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do ex-deputado federal PEDRO EUGÊNIO, falecido aos 66 anos na cidade de São Paulo.

Justificação

Pedro era um homem brilhante, de uma inteligência refinada. Era economista formado pela Universidade Federal de Pernambuco e, muito ligado ao ex-governador Miguel Arraes, exerceu nas gestões dele à frente do Governo do Estado o comando das secretarias de Agricultura, do Planejamento e da Fazenda.

Como secretário, coordenou muitos dos relevantes e simbólicos programas sociais lançados por Arraes, especialmente os voltados aos trabalhadores rurais, como o Chapéu de Palha e o Promata.

Pedro Eugênio foi deputado estadual e, por três vezes, eleito deputado federal, as duas últimas pelo PT, do qual ele foi vice-líder na Câmara dos Deputados e presidente estadual até meados de 2014.

Nas últimas eleições, não conseguiu renovar o mandato, mas apesar disso não paralisou a sua intensa atividade política. Pedro Eugênio era um homem de ideias, um permanente estudioso que ofereceu muito de sua vida pública em favor das causas do movimento sindical rural e das populações do campo.

Durante a ditadura militar, foi preso e torturado. Mas, longe da amargura, era um homem afável, sereno e de muito bom humor. Sua luta e seu ideal de vida eram transformar a realidade brasileira – e de Pernambuco – para melhor e, desses valores e dessas causas, Pedro Eugênio nunca se distanciou.

Era um grande conciliador, um articulador político de mão cheia, um homem de trânsito em todos os setores e que gozava de muito prestígio pelas suas grandes qualidades. Ultimamente, estava internado, recuperando-se de complicações decorrentes de uma cirurgia coronariana. Morreu aos 66 anos, na última segunda-feira, 20 de abril, em São Paulo.

É com muito pesar que apresento esse requerimento, estendendo minhas sinceras condolências aos familiares e a todos os pernambucanos, que perdem um dos maiores líderes daquele estado.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2015. – Senador **Humberto Costa**.

O presente voto deverá ser enviado à Rua Silva Ramos, 71 – Boa Vista – Recife – PE, CEP: 50070.100, aos cuidados de Teresa Leitão, Presidente do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 391, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de trote vexatório”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 15 de abril de 2015. – Senador **Romário**, PSB/RJ.

(Será incluído em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 392, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 212, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Disciplina a profissão de Cientista”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 15 de abril de 2015. – senador **Romário**, PSB/RJ.

(Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.)

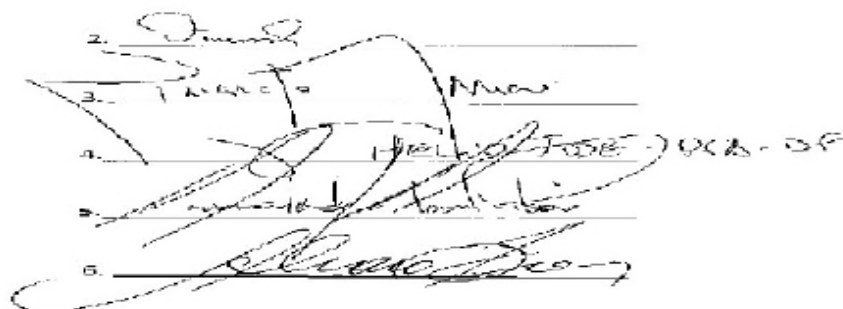
REQUERIMENTO Nº 393, DE 2015

Em aditamento aos requerimentos nºs 20 e 50, de minha autoria e outros, requeremos alterar a data da Sessão Especial para o dia 15 de junho de 2015, segunda-feira, às 11h, destinada a comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear *"in memoriam"* ao médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, pelos mais de 60 anos dedicados aos cuidados com a saúde do povo brasileiro.

Sala das Sessões,



Senador CRISTOVAM BUARQUE



Handwritten signatures and stamps of other senators and officials, including names like "Dionísio", "Falcão", "Maurício", "HELIO FONSECA", "Vitor", "Aloisio", and "Cristovam".

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 394, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento do Desembargador aposentado Felício de Araújo Pontes, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ocorrido ontem, dia 22 de abril, na cidade do Rio de Janeiro.

Requeiro, ainda:

Inserção em ata de VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento;

Apresentação de CONDOLÊNCIAS à família;

Justificação

Paraense de Abaetetuba, Felício Pontes nasceu em 27 de janeiro de 1933, foi nomeado desembargador em 1997, por ato do então Governador do Pará, Almir Gabriel, e ascendeu ao cargo oriundo do Ministério Público do Pará, onde ocupava o cargo de Procurador de Justiça. Sua aposentadoria ocorreu no ano de 2003, ao completar 70 anos.

Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará no ano de 2003. O Desembargador Felício Pontes também atuou no esporte paraense, como presidente e membro do Conselho Deliberativo do Clube do Remo, seu time do coração.

O Desembargador Felício deixa viúva a, também desembargadora aposentada, Dr^a Climeniè Bernadette de Araújo Pontes e três filhos, Felício Júnior, Haroldo e Glauben.

Sala das Sessões em, de 2015. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 395, DE 2015

Requeiro, nos termos dos arts. 218 c/c o 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada representada por Maria das Neves Cavalcante Sales, pelo falecimento de Amanda Cristina Bezerra de Araújo, que ocorreu no último dia 11, na cidade de Manaus/AM, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço: Rua Frei Caneca, n. 370, Colônia Oliveira Machado – Manaus/AM.

Justificação

Que Deus conforte os corações da família e amigos de Amanda Cristina Bezerra de Araújo, jovem que sempre trouxe alegria e luz para sua família, parentes e amigos. Foi, de maneira covarde, assassinada no dia 11 de abril de 2015. Em nome de Alexandre Francelino de Araújo e Ana Cristina Cavalcante Bezerra, pais de Amanda, militantes de nosso partido por uma sociedade mais justa, meus sentimentos nesse momento de dor, bem como a sua avó, Maria das Neves Cavalcante Sales, também militante de todas as horas e momentos de luta do Partido Comunista do Brasil – PCdoB/AM. E que a Justiça dos homens seja feita, que os culpados por interromper a vida de uma jovem feliz sejam punidos, porque essa brutalidade não pode ganhar espaço entre as famílias, em nossa sociedade.

Desta forma, além do nosso repúdio pelo ato covarde praticado contra a vida de uma mulher, Amanda Cristina Bezerra de Araújo, desejamos sinceros votos de que a justiça seja feita e que o culpado seja devidamente apenado, bem como é com pesar que oferecemos essa moção oficial, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todos aqueles familiares e amigos que a admiravam, que oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, de abril de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada representada por Anne Deneriaz, pelo falecimento do Jornalista Alex Deneriaz, que ocorreu no último dia 21, na cidade de São Paulo/SP, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Avenida André Araújo, n. 1.924-A, Aleixo – Manaus/AM – CEP 69.067-375.

Justificação

No dia 21 de abril de 2015 faleceu, aos 52 anos, um dos mais ilustres cidadãos Amazonenses, que tinha como características marcantes a sua irreverência e alegria tanto na sua vida pessoal com amigos e familiares, como com seus entrevistados.

Mais que um jornalista e colunista social, Alex Deneriaz, era também um verdadeiro embaixador do estado do Amazonas, pois sempre fez questão de acompanhar seus amigos e demais pessoas que visitavam o estado, bem como apresentar-lhes o que de mais belo tem a região, sendo um verdadeiro entusiasta e promotor nacional da tradicional festa do Boi-Bumbá de Parintins.

Alex colecionou, além de muitos amigos em sua carreira de mais de três décadas, uma série de momentos marcantes nas entrevistas de celebridades e grandes autoridades brasileiras, seja em território amazonense, seja nas grandes cidades brasileiras e até mesmo internacionais.

Durante a sua carreira, além de colunista e jornalista, foi também apresentador e diretor de programas de televisão voltados para mostrar as belezas do estado do Amazonas.

De personalidade marcante, Alex Deneriaz, mostrou-se durante a sua carreira profissional ser uma pessoa íntegra, com seus valores morais e éticos, justa e preocupada com a verdade dos fatos, sempre buscando dar a melhor notícia sem que isso fosse realizado de forma a expor a vida e a intimidade das pessoas, ainda que estas fossem grandes autoridades ou celebridades.

Por isso, sempre foi respeitado em sua profissão, tendo passado por todos os grandes meios de comunicação do estado do Amazonas, assinando por último uma coluna semanal no Jornal Acrítica.

Desta forma, deixou para todos, principalmente, aos amazonenses, um grande exemplo e legado, sendo com pesar, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todo amigo que o admirava, que oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, de abril de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2015

Requeiro, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Antônio Carlos Rodrigues, Ministro dos Transportes, informações sobre as seguintes matérias, todas atinentes ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT:

1. As obras de construção e/ou ampliação da travessia urbana de Rondonópolis, na BR-364/MT;
2. As obras de construção e/ou ampliação da travessia urbana de Jaciara, na BR-364/MT;
3. As obras do trevo entre a Rodovia BR-364/MT e a BR-163/MT em Rondonópolis;
4. As obras de duplicação do trecho Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil – MT da BR-163-364/MT.

Para cada uma das obras acima listadas, solicito os seguintes documentos e informações específicas:

- a) Identificação (números SIAFI/SICONV e; ou SIASG) dos contratos, convênios ou outros ajustes tendo por objeto as obras em referência;
- b) Cópias de relatórios de auditoria eventualmente realizadas pelo próprio DNIT, pelo município, por empresas de auditoria ou pela Controladoria-Geral da União nas obras em referência;
- c) A previsão orçamentária, e os valores já liquidados;
- d) O percentual das obras já concluídas;
- e) A causa de paralisação das obras;
- f) A previsão de reinício e conclusão das obras.

Justificação

As obras citadas acima são essenciais à já combalida infraestrutura viária do Mato Grosso. Com efeito, as BRs 163 e 364 representam os principais corredores de escoamento da notável capacidade produtiva mato-grossense. Produção que encontra na região sudeste do Estado, local das obras, destacado lócus de desenvolvimento. Daí porque todo e qualquer aperfeiçoamento rodoviário da região deve ser conduzido com urgência e atenção.

Ocorre que as quatro obras referidas se encontram paralisadas há bastante tempo e não temos informações claras a respeito dos reais óbices e à sua retomada. Por tal razão, formulamos o presente requerimento de informações na esperança de, após aprovado pela Mesa Diretora, termos um quadro detalhado da situação e, dessa forma, cobrarmos as providências pertinentes e adequadas à conclusão das obras.

Sala das Sessões, – Senador **José Medeiros**, PPS-MT.

(À Mesa para decisão)

COMUNICAÇÕES

Of. nº 15/2015/CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 10 de 2015 (Aviso nº 101–Seses-TCU-Plenário), de 11 de fevereiro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.906/2014-6, na Sessão Ordinária de 11-2-2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 20/2015/CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 15 de 2015 (Aviso nº 113-Seses-TCU-Plenário), de 25 de fevereiro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.169/2014-0, na Sessão Ordinária de 25/2/2015, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 21/2015/CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 16 de 2015 (Aviso nº 119-Seses-TCU-Plenário), de 25 de fevereiro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 004.721/2014-4, na Sessão Ordinária de 25-2-2015, acompanhado do Relatório e do voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of nº 22/2015/CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 18 de 2015 (Aviso nº 137-Seses-TCU-Plenário), de 5 de março de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.902/2014-0, na Sessão Ordinária de 4/3/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of nº 24/2015/CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 20 de 2015 (Aviso nº 147-Seses-TCU-Plenário), de 5 de março de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 018.049/2014-1, na Sessão Ordinária de 4/3/2015, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 26/2015 – CAE

Brasília, 24 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 21 de 2015 (Aviso nº 125/Seses/TCU-Plenário) de 25 de fevereiro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.901/2014-4, na Sessão Ordinária de 25-2-2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 1/MPV 671-2015

Brasília, 23 de abril de 2015

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Sérgio Petecão

Vice-Presidente: Deputado Andres Sanchez

Relator: Deputado Otavio Leite

Relator-Revisor: Senador Zezé Perrella

Respeitosamente – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Deputado **Andres Sanchez**, Vice-Presidente.

Ofício nº 1/MPV 672-2015

Brasília, 23 de abril de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 672, de 25 de março de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputado Zé Geraldo

Vice-Presidente: Senador Benedito de Lira

Relator: Senador Garibaldi Alves Filhos

Relator-Revisor: Deputado Afonso Florense

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Benedito de Lira**, Vice-Presidente.

Ofício nº 001/MPV 673-2015

Brasília, 23 de abril de 2015

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 673, de 1º de abril de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente: Deputado Zeca Dirceu

Relator: Deputado José Carlos Aleluia

Relator-Revisor: Senador Blairo Maggi

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira** Presidente Eventual – Senador **Acir Gurgacz** – Presidente

Of. nº 306/GAB – LidPT

Brasília – DF, 22 de abril de 2015

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente a Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) em substituição ao Deputado Padre João (PT/MG) na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória 664, que “Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003”.

Atenciosamente, – Deputado **Sibá Machado** – PT/AC, Líder da Bancada

(Será feita a substituição solicitada.)

Of./GAB/I/nº 628

Brasília, 23 de abril de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelo Aro – PHS passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 671/2015, que “Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Fernando Jordão – PMDB, que passa a qualidade de Suplente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Leonardo Picciani**, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF. GLPMDB nº 114/2015

Brasília, 22 de abril de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) para a composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 671, de 2015, que, institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Senadora Sandra Braga

Senador Omar Aziz

Senador Sérgio Petecão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Of. GLPMDB nº 115/2015

Brasília, 22 de abril de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) para a composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 672, de 2015, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Senador Garibaldi Alves Filho

Senador Omar Aziz

Senador Sérgio Petecão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Of GLPMDB nº 116/2015

Brasília, 22 de abril de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) para a composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 673, de 2015, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares: Senador Valdemir Moka – Senadora Simone Tebet – Senador Omar Aziz – Senador Sérgio Petecão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Ofício nº 118/2015, do Senador Ronaldo Caiado, referente ao **Requerimento nº 346, de 2015**, de missão, por meio do qual relata participação na “28ª Edição do Fórum da Liberdade”, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais – IEE, nos dias 13 e 14 de abril de 2015, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Ofício nº 59/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, referente ao **Requerimento nº 702, de 2014**, por meio do qual encaminha relatório de viagem, em missão oficial, para participar do III Congresso do Partido Socialista Unidos da Venezuela – PSUV, no período de 26 a 28 de julho de 2014, em Caracas, Venezuela.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o ofício:

Ofício

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que considere minha presença no Plenário, no dia 22 de abril de 2015, eis que estava a caminho da Casa no momento das votações nominais, embora tenha registrado presença no painel no início da discussão do item 1 da pauta.

Sala das Sessões, abril de 2015. – Senador **Romário**, PSB/RJ.

OFÍCIOS DE AUTORIDADES

– **Nº 488, de 16 de abril de 2015**, do Procurador Geral da República, em resposta aos **Requerimentos nºs 191 e 192, de 2015**, de informações, do Senador Fernando Collor;

– **Nº 10.920, de 13 de abril de 2015**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao **Requerimento nº 25, de 2015**, de informações, do Senador Cássio Cunha Lima;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Aviso nº 146, de 20 de abril de 2015, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 1050, de 2014**, de informações, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente. O requerimento vai ao arquivo.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2015

Modifica o disposto no art. 5º, caput, e revoga o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, visando fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) deverão ser brasileiros natos devendo ser indicados pelo Presidente da República em lista tríplice, e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal e que cumpram os seguintes requisitos:

I - reputação ilibada;

II - formação em nível superior;

III - mínimo de dez anos de experiência na área para que forem indicados;

IV - não tenham exercido atividade comercial com o governo na área para que forem indicados nos últimos dois anos;

V- não terem parentes até segundo grau com atuação na área de interesse do cargo para que forem indicados.

..... (NR)”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogase o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

Justificação

Um dos temas que tem suscitado o debate atualmente é a forma de provimento para o cargo de diretores das agências reguladoras. O “aparelhamento” da máquina pública constitui-se em um dos elementos mais nefastos que pode ocorrer, visto que prejudica o funcionamento do ente, assim como pode também engendrar a ampliação dos casos de corrupção. O presente projeto tem como objetivo primordial aperfeiçoar a legislação atual das agências reguladoras.

Dentro deste contexto, proponho critérios objetivos para que se possa assumir o cargo de diretor de agência reguladora, privilegiando a experiência e a competência, ao mesmo tempo em que busco restringir a possibilidade de que possa ocorrer conflito de interesse. Ademais, sabe-se que atualmente é incumbência do Presidente da República a indicação de um nome para a ocupação de cada cargo a que se refere o art. 5º, caput, a ser aprovado ou não pelo Senado Federal. Assim, proponho a adoção da lista triplíce de indicados, a fim de que esta Casa possa ter maiores opções para as agências reguladoras. Deste modo, o chefe do Poder Executivo deverá encaminhar uma lista triplíce ao Senado, que escolherá um nome dentre três indicados. Com o método por mim proposto, reduz-se o risco de indicações que não coadunem com a importância das agências reguladoras.

No que diz respeito ao parágrafo único do art. 9º, o qual prevê que a lei de criação da Agência poderá estabelecer outras condições para a perda do mandato, além daquelas previstas no caput, a saber: renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, é uma porta aberta para o enfraquecimento da independência das agências reguladoras, por isto defendo sua revogação.

Sala das Sessões, – Senador **Ronaldo Caiado**, Democratas/GO.

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Agências Reguladoras terão suas relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, em regime de emprego público. (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

~~Art. 2º Ficam criados, para exercício exclusivo nas Agências Reguladoras, os empregos públicos de nível superior de Regulador, de Analista de Suporte à Regulação, os empregos de nível médio de Técnico em Regulação e de Técnico de Suporte à Regulação, os cargos efetivos de nível superior de Procurador, os Cargos Comissionados de Direção – CD, de Gerência Executiva – CGE, de Assessoria – CA e de Assistência – CAS, e os Cargos Comissionados Técnicos – CCT, constantes do Anexo I. (Vide Art. 24) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)~~

~~Art. 2º. Ficam criados, para exercício exclusivo nas Agências Reguladoras, os cargos Comissionados de Direção – CD, de Gerência Executiva – CGE, de Assessoria – CA e de Assistência – CAS, e os Cargos Comissionados Técnicos – CCT, constantes do Anexo I. (Redação dada pela Medida Provisória nº 155, de 2003)~~

Art. 2º Ficam criados, para exercício exclusivo nas Agências Reguladoras, os cargos Comissionados de Direção - CD, de Gerência Executiva - CGE, de Assessoria - CA e de Assistência - CAS, e os Cargos Comissionados Técnicos - CCT, constantes do Anexo I desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.871, de 2004)

Parágrafo único. É vedado aos empregados, aos requisitados, aos ocupantes de cargos comissionados e aos dirigentes das Agências Reguladoras o exercício de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei. (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

Art. 3º Os Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria e de Assistência são de livre nomeação e exoneração da instância de deliberação máxima da Agência.

Art. 4º As Agências serão dirigidas em regime de colegiado, por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, sendo um deles o seu Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente.

Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes do Conselho Diretor ou da Diretoria, respectivamente, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Art. 6º O mandato dos Conselheiros e dos Diretores terá o prazo fixado na lei de criação de cada Agência.

Parágrafo único. Em caso de vacância no curso do mandato, este será completado por sucessor investido na forma prevista no art. 5º.

Art. 7º A lei de criação de cada Agência disporá sobre a forma da não-coincidência de mandato.

~~Art. 8º Terminado o mandato, o ex-dirigente ficará impedido, por um período de quatro meses, contado da data do término do seu mandato, de prestar qualquer tipo de serviço no setor público ou a empresa integrante do setor regulado pela Agência.~~

Art. 8º O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 1º Inclui-se no período a que se refere o caput eventuais períodos de férias não gozadas.

~~§ 2º Durante o impedimento, o ex-dirigente ficará vinculado à Agência, fazendo jus a remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu, sendo assegurado, no caso de servidor público, todos os direitos como se estivesse em efetivo exercício das atribuições do cargo.~~

§ 2º Durante o impedimento, o ex-dirigente ficará vinculado à agência, fazendo jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao ex-dirigente exonerado a pedido, se este já tiver cumprido pelo menos seis meses do seu mandato.

~~§ 4º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento previsto neste artigo.~~

§ 4º Incorre na prática de crime de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento previsto neste artigo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, administrativas e civis. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 5º Na hipótese de o ex-dirigente ser servidor público, poderá ele optar pela aplicação do disposto no § 2º, ou pelo retorno ao desempenho das funções de seu cargo efetivo ou emprego público, desde que não haja conflito de interesse. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Art. 9º Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.

Art. 10. O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor.

Art. 11. Na Agência em cuja estrutura esteja prevista a Ouvidoria, o seu titular ocupará o cargo comissionado de Gerência Executiva – CGE II.

Parágrafo único. A lei de criação da Agência definirá as atribuições do Ouvidor, assegurando-se-lhe autonomia e independência de atuação e condição plena para desempenho de suas atividades.

Art. 12. A investidura nos empregos públicos do Quadro de Pessoal Efetivo das Agências dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme disposto em regulamento próprio de cada Agência, com aprovação e autorização pela instância de deliberação máxima da organização. (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

§ 1º O concurso público poderá ser realizado para provimento efetivo de pessoal em classes distintas de um mesmo emprego público, conforme disponibilidade orçamentária e de vagas. (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

§ 2º O concurso público será estabelecido em edital de cada Agência, podendo ser constituído das seguintes etapas:

- I – provas escritas;
- II – provas orais; e
- III – provas de título.

§ 3º O edital de cada Agência definirá as características de cada etapa do concurso público, os requisitos de escolaridade, formação especializada e experiência profissional, critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes.

§ 4º Regulamento próprio de cada Agência disporá sobre o detalhamento e as especificidades dos concursos públicos.

§ 5º Poderá ainda fazer parte do concurso, para efeito eliminatório e classificatório, curso de formação específica.

Art. 13. Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de servidores e empregados do Quadro de Pessoal Efetivo, do Quadro de Pessoal Específico e do Quadro de Pessoal em Extinção de que trata o art. 19 e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública. (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela constante do Anexo II. (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

Art. 14. Os quantitativos dos empregos públicos e dos cargos comissionados de cada Agência serão estabelecidos em lei, ficando as Agências autorizadas a efetuar a alteração dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e dos Cargos Comissionados Técnicos, observados os valores de retribuição correspondentes e desde que não acarrete aumento de despesa.

Parágrafo único. É vedada a transferência entre Agências de ocupantes de emprego efetivo de Regulador e de Analista de Suporte à Regulação. (Revogado pela Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Revogado pela Lei nº 10.871, de 2004)

Art. 15. Regulamento próprio de cada Agência disporá sobre as atribuições específicas, a estruturação, a classificação e o respectivo salário dos empregos públicos de que trata o art. 2º, respeitados os limites remuneratórios definidos no Anexo III. (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

Art. 16. As Agências Reguladoras poderão requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública. (Vide Medida Provisória nº 269, de 2005)

Art. 16. As Agências Reguladoras poderão requisitar servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública. (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

§ 1º Durante os primeiros vinte e quatro meses subseqüentes à sua instalação, as Agências poderão complementar a remuneração do servidor ou empregado público requisitado, até o limite da remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente ocupado no órgão ou na entidade de origem, quando a requisição implicar redução dessa remuneração.

§ 2º No caso das Agências já criadas, o prazo referido no § 1º será contado a partir da publicação desta Lei.

§ 3º O quantitativo de servidores ou empregados requisitados, acrescido do pessoal dos Quadros a que se refere o caput do art. 19, não poderá ultrapassar o número de empregos fixado para a respectiva Agência.

§ 4º As Agências deverão ressarcir ao órgão ou à entidade de origem do servidor ou do empregado requisitado as despesas com sua remuneração e obrigações patronais. (Vide Medida Provisória nº 269, de 2005)

§ 4º Observar-se-á, relativamente ao ressarcimento ao órgão ou à entidade de origem do servidor ou do empregado requisitado das despesas com sua remuneração e obrigações patronais, o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

Art. 17. Os ocupantes de Cargo Comissionado, mesmo quando requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública, poderão receber a remuneração do cargo na Agência ou a de seu cargo efetivo ou emprego permanente no órgão ou na entidade de origem, optando, neste caso, por receber valor remuneratório adicional correspondente a: (Revogado pela Medida Provisória nº 375, de 2007) (Revogado pela Lei nº 11.526, de 2007):

I – parcela referente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente de origem e o valor remuneratório do cargo exercido na Agência; ou (Revogado pela Medida Provisória nº 375, de 2007) (Revogado pela Lei nº 11.526, de 2007):

II—vinte e cinco por cento da remuneração do cargo exercido na Agência, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e CA II, e cinquenta e cinco por cento da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria, no nível CA III, e dos de Assistência.

II—40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência. ~~(Redação dada pela Lei nº 10.470, de 2002) (Revogado pela Medida Provisória nº 375, de 2007) (Revogado pela Lei nº 11.526, de 2007).~~

Art. 18. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará, no prazo de trinta dias a contar da publicação desta Lei, tabela estabelecendo as equivalências entre os Cargos Comissionados e Cargos Comissionados Técnicos previstos no Anexo II e os Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, para efeito de aplicação de legislações específicas relativas à percepção de vantagens, de caráter remuneratório ou não, por servidores ou empregados públicos.

Art. 19. Mediante lei, poderão ser criados Quadro de Pessoal Específico, destinado, exclusivamente, à absorção de servidores públicos federais regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Quadro de Pessoal em Extinção, destinado exclusivamente à absorção de empregados de empresas públicas federais liquidadas ou em processo de liquidação, regidos pelo regime celetista, que se encontrarem exercendo atividades a serem absorvidas pelas Agências.

§ 1º A soma dos cargos ou empregos dos Quadros a que se refere este artigo não poderá exceder ao número de empregos que forem fixados para o Quadro de Pessoal Efetivo.

§ 2º Os Quadros de que trata o caput deste artigo têm caráter temporário, extinguindo-se as vagas neles alocadas, à medida que ocorrerem vacâncias.

§ 3º À medida que forem extintos os cargos ou empregos dos Quadros de que trata este artigo, é facultado à Agência o preenchimento de empregos de pessoal concursado para o Quadro de Pessoal Efetivo.

§ 4º Se o quantitativo de cargos ou empregos dos Quadros de que trata este artigo for inferior ao Quadro de Pessoal Efetivo, é facultada à Agência a realização de concurso para preenchimento dos empregos excedentes.

§ 5º O ingresso no Quadro de Pessoal Específico será efetuado por redistribuição.

§ 6º A absorção de pessoal celetista no Quadro de Pessoal em Extinção não caracteriza rescisão contratual.

Art. 20. ~~A realização de serviços extraordinários por empregados das Agências Reguladoras subordina-se, exclusivamente, aos limites estabelecidos na legislação trabalhista aplicável ao regime celetista. (Revogado pela Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Revogado pela Lei nº 10.871, de 2004)~~

Parágrafo único. A realização dos serviços de que trata o caput depende da disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 21. ~~As Agências Reguladoras implementarão, no prazo máximo de dois anos, contado de sua instituição: (Revogado pela Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Revogado pela Lei nº 10.871, de 2004)~~

I—instrumento específico de avaliação de desempenho, estabelecendo critérios padronizados para mensuração do desempenho de seus empregados;

II—programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento; e

III—regulamento próprio, dispondo sobre a estruturação, classificação, distribuição de vagas e requisitos dos empregos públicos, bem como sobre os critérios de progressão de seus empregados.

§ 1º A progressão dos empregados nos respectivos empregos públicos terá por base os resultados obtidos nos processos de avaliação de desempenho, capacitação e qualificação funcionais, visando ao reconhecimento do mérito funcional e à otimização do potencial individual, conforme disposto em regulamento próprio de cada Agência.

§ 2º É vedada a progressão do ocupante de emprego público das Agências antes de completado um ano de efetivo exercício no emprego.

§ 3º Para as Agências já criadas, o prazo de que trata o caput deste artigo será contado a partir da publicação desta Lei.

Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I e II, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT V e IV, vierem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta.

Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT V e IV,

vierem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001)

Art. 23. Os regulamentos próprios das Agências referidos nesta Lei serão aprovados por decisão da instância de deliberação superior de cada Autarquia, com ampla divulgação interna e publicação no Diário Oficial da União.

Art. 24. Cabe às Agências, no âmbito de suas competências: (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

I – administrar os empregos públicos e os cargos comissionados de que trata esta Lei; e (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

II – editar e dar publicidade aos regulamentos e instruções necessários à aplicação desta Lei.

Art. 25. Os Quadros de Pessoal Efetivo e os quantitativos de Cargos Comissionados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, da Agência Nacional do Petróleo – ANP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVS e da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 26. As Agências Reguladoras já instaladas poderão, em caráter excepcional, prorrogar os contratos de trabalho temporários em vigor, por prazo máximo de vinte e quatro meses além daqueles previstos na legislação vigente, a partir do vencimento de cada contrato de trabalho.

Art. 27. As Agências que vierem a absorver, no Quadro de Pessoal em Extinção de que trata o art. 19 desta Lei, empregados que sejam participantes de entidades fechadas de previdência privada poderão atuar como suas patrocinadoras na condição de sucessoras de entidades às quais esses empregados estavam vinculados, observada a exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do participante, de acordo com os arts. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. (Vide Medida Provisória nº 155, de 23.12.2003) (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

Parágrafo único. O conjunto de empregados de que trata o caput constituirá massa fechada.

Art. 28. Fica criado o Quadro de Pessoal Específico, integrado pelos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, que tenham sido redistribuídos para a ANVS por força de lei.

§ 1º O ingresso no Quadro de que trata o caput é restrito aos servidores que, em 31 de dezembro de 1998, estavam em exercício na extinta Secretaria de Vigilância Sanitária e nos postos portuários, aeroportuários e de fronteira, oriundos dos quadros de pessoal do Ministério da Saúde ou da Fundação Nacional de Saúde. (Vide Medida Provisória nº 304, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.357, de 2006).

§ 2º É vedada a redistribuição de servidores para a ANVS, podendo os servidores do Quadro de Pessoal Específico ser redistribuídos para outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou cedidos nos termos da legislação do Sistema Único de Saúde. (Vide Medida Provisória nº 304, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.357, de 2006).

§ 3º Excepcionalmente, para efeito da aplicação do disposto no § 1º do art. 19 desta Lei, no caso da ANVS, serão considerados apenas os cargos efetivos de nível superior integrantes do Quadro de Pessoal Específico de que trata o caput deste artigo. (Vide Medida Provisória nº 304, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.357, de 2006).

Art. 29. Fica criado, dentro do limite quantitativo do Quadro Efetivo da ANATEL, ANEEL, ANP e ANS, Quadro de Pessoal Específico a que se refere o art. 19, composto por servidores que tenham sido redistribuídos para as Agências até a data da promulgação desta Lei.

Art. 30. Fica criado, no âmbito exclusivo da ANATEL, dentro do limite de cargos fixados no Anexo I, o Quadro Especial em Extinção, no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de absorver empregados da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, que se encontrarem cedidos àquela Agência na data da publicação desta Lei. (Vide Lei nº 10.871, de 2004) (Eficácia suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIN 2310)

§ 1º Os empregados da TELEBRÁS cedidos ao Ministério das Comunicações, na data da publicação desta Lei, poderão integrar o Quadro Especial em Extinção.

§ 2º As tabelas salariais a serem aplicadas aos empregados do Quadro Especial em Extinção de que trata o caput são as estabelecidas nos Anexos IV e V.

§ 3º Os valores remuneratórios percebidos pelos empregados que integrarem o Quadro Especial em Extinção, de que trata o caput, não sofrerão alteração, devendo ser mantido o desenvolvimento na carreira conforme previsão no Plano de Cargos e Salários em que estiver enquadrado.

§ 4º A diferença da remuneração a maior será considerada vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 5º A absorção de empregados estabelecida no caput será feita mediante sucessão trabalhista, não caracterizando rescisão contratual.

§ 6º A absorção do pessoal no Quadro Especial em Extinção dar-se-á mediante manifestação formal de aceitação por parte do empregado, no prazo máximo de quarenta e cinco dias da publicação desta Lei.

Art. 31. As Agências Reguladoras, no exercício de sua autonomia, poderão desenvolver sistemas próprios de administração de recursos humanos, inclusive cadastro e pagamento, sendo obrigatória a alimentação dos sistemas de informações mantidos pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC.

Art. 32. No prazo de até noventa dias, contado da publicação desta Lei, ficam extintos os Cargos de Natureza Especial e os Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS ora alocados à ANEEL, ANATEL, ANP, ANVS e ANS, e os Cargos Comissionados de Telecomunicações, Petróleo, Energia Elétrica e Saúde Suplementar e as Funções Comissionadas de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Os Cargos Comissionados e os Cargos Comissionados Técnicos de que trata esta Lei só poderão ser preenchidos após a extinção de que trata o caput.

Art. 33. Os Procuradores Autárquicos regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, poderão ser redistribuídos para as Agências, sem integrar o Quadro de Pessoal Específico, desde que respeitado o número de empregos públicos de Procurador correspondentes fixado no Anexo I. (Revogado pela Lei nº 10.871, de 2004)

Art. 34. Observado o disposto no art. 19, ficam as Agências referidas no art. 25 autorizadas a iniciar processo de concurso público para provimento de empregos de seu Quadro de Pessoal Efetivo. (Revogado pela Lei nº 10.871, de 2004)

Art. 35. (VETADO)

Art. 36. O caput do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 24. O mandato dos membros do Conselho Diretor será de cinco anos.”(NR)

“.....”

Art. 37. A aquisição de bens e a contratação de serviços pelas Agências Reguladoras poderá se dar nas modalidades de consulta e pregão, observado o disposto nos arts. 55 a 58 da Lei nº 9.472, de 1997, e nos termos de regulamento próprio.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às contratações referentes a obras e serviços de engenharia, cujos procedimentos deverão observar as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Ficam revogados o art. 8º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; os arts. 12, 13, 14, 26, 28 e 31 e os Anexos I e II da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; o art. 13 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; os arts. 35 e 36, o inciso II e os parágrafos do art. 37, e o art. 60 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998; os arts. 18, 34 e 37 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; e os arts. 12 e 27 e o Anexo I da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000.

Brasília, 18 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2015

Dispõe sobre a prática de Atividades Físicas e Esportivas em Clubes, Academias, Estabelecimentos Similares, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se obrigatório e imprescindível, para a prática de qualquer atividade física e esportiva, inclusive na mudança de nível ou acréscimo de carga, em clubes, academias e estabelecimentos similares, em todo território nacional, o preenchimento, pelo interessado, do Questionário de Prontidão para Atividade Física constante do Anexo I e do Termo de Responsabilidade para a Prática de Atividade Física constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único – Se o interessado for menor de idade, o Questionário e o Termo de Responsabilidade deverão ser preenchidos e assinados pelo responsável legal, juntamente com sua autorização por escrito.

Art. 2º Fica dispensada a apresentação de atestado de exame médico para aptidão física ou a obrigatoriedade de qualquer outro exame de aptidão física aos interessados que responderem negativamente a todas as perguntas do Questionário de Prontidão para Atividade Física.

Parágrafo único – Aos que responderem positivamente a qualquer uma das perguntas do Questionário, será exigida a apresentação de atestado médico de aptidão física, devendo ser anotado e arquivado junto ao prontuário do interessado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Vigora, em poucos estados do país, um entendimento de que a responsabilidade para com a vida do usuário de alguns serviços é exclusiva de quem oferece o serviço. Tal entendimento vai de encontro ao entendimento científico de que, especialmente nos serviços da área da saúde, há corresponsabilidade das pessoas que buscam o serviço, que devem entender a importância de prestar todas as informações, sobre si próprio, seu estado de saúde, inclusive da preexistência de doenças, sintomas e mazelas que podem ser afetadas ou influenciadoras do tal serviço a ser prestado.

Pensar na proteção do cidadão deve ser uma constante para quem legisla, e o esforço deve ser sempre para proteger o lado mais carente, mais fraco, especialmente em relações comerciais e/ou de consumo. E, não fujo disso nessa proposição. Mas o fato é que – legislações ultrapassadas, antigas, as quais a ciência superou seus méritos, precisam ser atualizadas, ajustadas, ao custo de justamente ser prejudicial a quem mais interessa: o cidadão brasileiro.

Por certo que a preocupação com a saúde é primordial para qualquer pessoa que deseje iniciar uma atividade física, mas não é crível que tal responsabilidade seja delegada somente aos estabelecimentos voltados à prática desportiva, ou ao Profissional que presta esse serviço, uma vez que o praticante é o maior interessado em resguardar a sua saúde e é de fato e de direito quem responde por si em todas as esferas.

Desta forma, exigências criadas por Leis Estaduais e Municipais sem permitir qualquer flexibilização da responsabilidade dos estabelecimentos que prestam tal serviço, acabam onerando demasiadamente o profissional ou a empresa por um dever que primordialmente compete ao praticante, o qual responde por seus atos e precisa ter plena ciência da recomendação ou não de acompanhamento médico e/ou de visitas mais rotineiras ao mesmo, a fim de prevenir doenças. E ainda, se transformam em mais um empecilho, mais uma dificuldade, para o indivíduo iniciar uma ação que, se bem orientada, será 100% segura e benéfica, gerando maior oportunidade de se conseguir melhor QUALIDADE DE VIDA!

Como forma de se buscar um “meio termo” que assegure a ciência desta necessidade e recomendação ao praticante sem criar uma obrigação que extrapole a alçada do profissional/prestador de serviços, e ao mesmo tempo dando solução nacional, respaldada cientificamente e que facilitará o ingresso de pessoas na busca por saúde, proponho o presente Projeto de Lei para flexibilizar sem comprometer a preocupação, o cuidado, com a vida do praticante; pelo que conto com apoio dos nobres pares para a mais imediata aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Romário**.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE PRONTIDÃO PARA ATIVIDADE FÍSICA

Este Questionário tem por objetivo identificar a necessidade de avaliação por um médico antes do início ou do aumento de nível da atividade física. Por favor, assinale “sim” ou “não” às seguintes perguntas:

1) Algum médico já disse que você possui algum problema de coração ou pressão arterial, e que somente deveria realizar atividade física supervisionada por profissionais de saúde?

() sim () não

2) Você sente dores no peito quando caminha ou pratica atividades cotidianas?

() sim () não

3) No último mês, você sentiu dores no peito ao praticar atividade física?

() sim () não

4) Você apresenta algum desequilíbrio devido à tontura e/ou perda momentânea da consciência?

() sim () não

5) Você possui algum problema ósseo ou articular, que pode ser afetado ou agravado pela atividade física?

() sim () não

6) Você toma atualmente algum tipo de medicação de uso contínuo?

() sim () não

7) Você realiza algum tipo de tratamento médico para pressão arterial ou problemas cardíacos?

() sim () não

8) Você realiza algum tratamento médico contínuo, que possa ser afetado ou prejudicado com a atividade física?

() sim () não

9) Você já se submeteu a algum tipo de cirurgia, que comprometa de alguma forma a atividade física?

() sim () não

10) Sabe de alguma outra razão pela qual a atividade física possa eventualmente comprometer sua saúde?

() sim () não

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

Declaro que estou ciente de que é obrigatório responder ao *Questionário de Prontidão Para Atividade Física*, constante na Lei, _____ (número desta lei quando sancionada), antes de iniciar ou aumentar o nível de atividade física pretendido, e se ao menos uma das respostas for positiva, deverei conversar com um médico, para que esse profissional avalie a necessidade de exames médicos a fim de atestar o início ou a alteração da citada atividade física.

Declaro ainda, assumir plena responsabilidade pela realização de qualquer atividade física sem o atendimento desta recomendação.

(Local e data)

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e dizer que nós estamos fazendo a abertura desta sessão deliberativa, sessão extraordinária, às quintas-feiras pela manhã, por entendimento que temos de que isso facilita o nosso trabalho. Todos nós, um grupo grande de Senadores, estávamos na Comissão de Relações Exteriores, fazendo sabatina de embaixadores indicados e vamos seguir trabalhando agora aqui, simultaneamente à Comissão de Relações Exteriores.

Eu queria pedir à colega Regina, que está aqui, e ao Senador Moka. Está aqui o Senador Lasier Martins, que tem compromisso de viagem. Eu vou abrir, com a colaboração da Regina, para que ele possa fazer uma comunicação inadiável, para não perder a sua viagem, e, logo em seguida, a primeira oradora é a querida colega Senadora Regina Sousa, que vai falar daqui a pouco para os colegas, companheiros e povo do Piauí e também de todo Brasil.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Lasier.

Eu me inscrevo também para uma comunicação inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela deferência.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, os caminhoneiros do Brasil estão parando de novo, e se pode bem imaginar o resultado disso quando a própria Presidente da República Dilma declarava, na primeira paralisação, em fevereiro passado, que o Brasil depende dos caminhoneiros.

Estamos, assim, diante de mais uma crise anunciada. Aliás, não há semana em que não haja crise, grande parte por inabilidade geral do Governo. Apesar de três reuniões com os caminhoneiros ao longo de dois meses, o Governo não soube resolver as principais reivindicações da categoria.

O Governo, assim, é responsável pelo que está acontecendo neste momento. Antes das eleições, mantinha os caminhoneiros em uma espécie de “país do faz de conta”, quando segurava o preço dos combustíveis com fins notoriamente eleitoreiros. E com o fim do represamento dos preços, aí está o resultado.

Essa nova e grave crise no transporte de cargas do Brasil coincide com a data da divulgação do balanço da Petrobras com estratosférico prejuízo de R\$22 bilhões, sendo R\$6 bilhões decorrentes de corrupção e R\$16 bilhões, de investimentos mal planejados e fracassados.

Esse assustador cenário de inabilidades está levando o Brasil a uma das piores situações da sua história: mau relacionamento com o Legislativo; incrível demora para o preenchimento de uma vaga no Supremo Tribunal Federal; volta da inflação, com astronômicos aumentos de combustíveis e energia; grande paralisação do setor industrial; perspectiva de crescimento zero do PIB; não preenchimento nas vagas das diretorias das agências reguladoras; a lei das terceirizações, onde o Governo não sabe se é a favor ou contra; manobra para

não instalação de CPI do BNDES; administração temerária dos fundos de pensão. Enfim, Srs. Parlamentares, invocando o velho chavão, “Que país é esse?”, lembre-se Francelino Pereira, ex-Governador mineiro.

Afinal, aonde estamos indo?

Que ao menos, então, o Governo resolva a crise mais imediata, mais premente, o frete mínimo, que os caminhoneiros estão reivindicando, antes que o País, literalmente, fique paralisado.

Que haja um começo, ao menos, e que o Governo se junte aos caminhoneiros, de quem o País depende, conforme a própria assertiva da Presidente no mês de fevereiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Lasier Martins, e passo, então, para a primeira oradora inscrita, a Regina Sousa, minha colega de Bancada, que tenho a satisfação de anunciar agora para fazer uso da palavra.

Em seguida, é o Senador Antonio Anastasia, Rose de Freitas, Cristovam Buarque, enfim.

Senador Moka. (*Pausa.*)

Com a palavra, V. Ex^a, Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu vou falar aqui de um projeto que acabou de ser aprovado na Câmara, que, a pretexto de corrigir e de regulamentar direitos, abre uma porteira para a terceirização desenfreada, e, lá, no meu Piauí, a gente diz “quando se abre uma porteira, passa boi, passa boiada”.

Na noite de 8 de abril, a Câmara dos Deputados iniciou a aprovação do PL nº 4.330, que retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e ameaça a liberdade de organização sindical, e, ontem, consumou a precarização da relação de trabalho.

A tentativa de acompanhar a votação feita por manifestantes contrários à medida, no dia 8 de abril, foi impedida e duramente reprimida, e produziu lesão corporal em alguns manifestantes que só queriam demonstrar sua rejeição ao PL nº 4.330.

O Supremo Tribunal Federal manifestou incredulidade à violência praticada pelo Presidente da Câmara Federal, o Deputado Eduardo Cunha. O Ministro Marco Aurélio Melo chegou a dizer que, aspas:

“O Parlamento é, por excelência, a Casa do povo. Representa-o e deve estar atento aos anseios sociais. Esta visão o robustece e o torna fundamental na construção permanente – porque infundável – de um verdadeiro Estado democrático de direito.

Mostra-se simplesmente inimaginável que se criem obstáculos ao ingresso do cidadão em qualquer das Casas que o integram.” [Fecha aspas.]

Vivemos hoje uma estranha visão de justiça onde mentir, caluniar e agredir com discursos de ódio é válido se for contra o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores. As manifestações contra o Governo e a acusação generalizada de corrupção decorrentes desse ataque raivoso, constante e com apoio de setores articulados entre si, contrários aos avanços sociais, são realizadas com infraestruturas dignas de grandes eventos – e alguém paga por isso –, enquanto manifestações em defesa do direito dos trabalhadores são reprimidas de todas as formas possíveis.

Foi nesse quadro de avanço de forças conservadoras que a Câmara dos Deputados perpetrou, ontem, um definitivo e letal golpe às relações de trabalho, há muito precárias, dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Na noite desta quarta-feira, a Câmara deu sequência ao ato de apunhalar conquistas históricas aprovando a emenda que autoriza a terceirização em atividade-fim nas empresas do País, proposta apresentada pelo Relator do projeto, o Deputado Federal Arthur Maia, do Solidariedade da Bahia. O PT apresentou uma proposta que contrariava essa emenda, mas ela não foi sequer apreciada.

Além da terceirização em atividade-fim, a Câmara também aprovou a emenda que reduz de 24 para 12 meses a quarentena que o ex-funcionário de uma empresa deve cumprir para que possa prestar serviços por meio de uma terceirizada a essa mesma empresa.

O Direito brasileiro atualmente permite a terceirização apenas nas hipóteses de contratação de trabalhadores por empresa de trabalho temporário; contratação de serviços de vigilância; contratação de serviços de conservação e limpeza; contratação de serviços especializados ligados a atividades-meio do tomador, desde que inexistam a personalidade e a subordinação direta.

Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afirmam que:

A diretriz acolhida pelo PL no 4.330, ao permitir a generalização da terceirização para toda a economia e a sociedade, certamente provocará gravíssima lesão social de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País, com a potencialidade de provocar a migração massiva de milhões de trabalhadores hoje enquadrados como efetivos das empresas e instituições tomadoras de serviços em direção a um novo enquadramento, como trabalhadores terceirizados, deflagrando impressionante redução de valores, direitos e garantias trabalhistas e sociais.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o texto que acabei de citar não é um panfleto do movimento sindical, mas a análise da instituição do Estado nacional que efetivamente entende do assunto e prevê o caos que se seguirá ao se aprovar o PL nº 4.330, de 2004, ou alguma outra lei no mesmo sentido.

A terceirização sem limites, prevista no Projeto nº 4.330, de 2004, acaba com a identidade dos trabalhadores em relação aos seus ramos de atividade. O conceito constitucional e legal de categoria – bancário, metalúrgico, comerciário – será transformado em prestadores de serviços contratados e demitidos conforme os interesses do mercado, pouco importando o ser humano e sua busca de conhecimento e aprimoramento de sua produção. Com o PL nº 4.330, o trabalhador passa a ser considerado “mercadoria” – entre aspas. E ele autoriza a rotatividade sem limite: a troca de uma “mercadoria” mais cara por uma “mercadoria” mais barata.

A ganância pela maximização dos lucros é, infelizmente, aliada inseparável da minimização de direitos e garantias para os trabalhadores.

O objetivo da terceirização generalizada é incentivar a formação de empresas de serviços que ofereçam preços cada vez menores na disputa pelo mercado e obviamente paguem cada vez menos aos trabalhadores e às trabalhadoras, gerando um rebaixamento da incidência dos salários na economia, gerando lucro apenas para essas empresas prestadoras de serviços.

Os reflexos dessas políticas de rebaixamento salarial não são apenas desastrosos para os trabalhadores e suas famílias, mas atingem fundamentalmente o mercado interno, cujo movimento é decorrente do poder aquisitivo dos trabalhadores e trabalhadoras que aumentou nos últimos anos. Ao diminuir o poder aquisitivo dos trabalhadores e diminuir o poder de compra, a produção também diminuirá. Na prática, essa lei que maximiza o lucro é recessiva em médio prazo, comprometendo o desenvolvimento do País.

A redução geral e profunda da renda do trabalhador brasileiro inevitavelmente provocará um grave problema fiscal para o Estado, diminuindo a arrecadação previdenciária e tributária no Brasil, ao mesmo tempo em que a precarização das relações de trabalho induz um aumento dos problemas psicológicos e físicos, exigindo uma maior atenção dos serviços públicos de saúde.

O Sistema Único de Saúde, já sobrecarregado, sofrerá ainda mais para atender aos trabalhadores terceirizados, que são estatisticamente os que têm o maior índice de incidência de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais em relação aos empregados efetivos das empresas tomadoras de serviços. Com o aumento da terceirização, irão se multiplicar as demandas perante o SUS e o INSS.

Na questão tributária, o Brasil busca com suas leis proteger as pequenas empresas das grandes empresas nas competições do mercado. Ora, sendo assim, as grandes empresas, por conveniência, vão transferir seus trabalhadores para várias pequenas empresas especializadas, terceirizando seus setores de produção para reduzir sua contribuição ao fisco.

Nesse sentido, o documento do TST à Câmara dos Deputados enfatiza – aspas:

Esvaziadas de trabalhadores as grandes empresas – responsáveis por parte relevante da arrecadação tributária no Brasil –, o déficit fiscal tomar-se-á também incontrolável e dramático, já que se sabe que as micro, pequenas e médias empresas possuem muito mais proteções e incentivos fiscais do que as grandes empresas. A perda fiscal do Estado brasileiro será, conseqüentemente, por mais uma razão, também impressionante. Dessa maneira, a política trabalhista extremada proposta pelo PL 4.330-A/2004, aprofundando, generalizando e descontrolando a terceirização no País, não apenas reduzirá acentuadamente a renda de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros, como também reduzirá, de maneira inapelável, a arrecadação previdenciária e fiscal da União no País.

Fecha aspas – esse é um texto do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a terceirização como uma receita do neoliberalismo presume a total submissão dos direitos humanos aos interesses do Mercado. Enquanto, no primeiro momento, ela otimiza os lucros das empresas, a seguir, ela provoca prejuízos tanto na impossibilidade de garantir a evolução tecnológica de seus trabalhadores quanto na recessão de mercado, pela impossibilidade de manutenção dos perfis de consumo dos trabalhadores que perdem remuneração e estabilidade.

Hoje o mercado interno brasileiro é garantido por trabalhadores e trabalhadoras que, confiantes na manutenção dos índices de empregabilidade, fazem aquisições que exigem financiamentos de médio e longo prazo. A insegurança na manutenção do emprego, o arrocho salarial e a rotatividade provocados pela terceirização, simplesmente, farão sumir esses recursos do mercado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 15 de abril, trabalhadores e trabalhadoras, organizados em seus sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, fizeram uma grande mobilização nacional contra a terceirização generalizada prevista no PL nº 4.330. Pena que a grande mídia olhou e não viu. Essa mobilização não foi apenas no interesse dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse movimento foi de interesse de todos aqueles que querem um País justo e solidário. Um Brasil que continue seu caminho sem abrir mão das conquistas sociais. Não queremos, Sr. Presidente, que o Brasil viva a mesma crise de miséria e desemprego enfrentada pelos países que aplicaram o receituário neoliberal.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que pudesse ocupar, durante alguns minutos, aqui, a Presidência, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, a Câmara dos Deputados deu ontem, à noite, uma nova demonstração do quanto está desconectada da vontade popular. A despeito de todas as críticas da OAB, dos juízes do trabalho, dos integrantes do Ministério Público do Trabalho e, principalmente, dos trabalhadores deste País, a maioria dos Deputados optou por comprometer uma série de direitos trabalhistas históricos ao aprovar o projeto de lei da terceirização.

Direitos conquistados em décadas de lutas, com o suor e o sangue de muitos homens e mulheres, foram implodidos numa conveniente articulação partidária. A Câmara rasgou a CLT na cara dos brasileiros, ignorando o imenso retrocesso que isso significa para a nossa sociedade.

A posição do PT sempre foi a de impedir, a todo o custo, que esse projeto, há 14 anos estacionado naquela Casa, passasse nos termos inaceitáveis em que se encontra. Nós nos opusemos vivamente, juntamente com outros companheiros e companheiras, contra essa precarização das relações de trabalho no País, contra essa volta ao início do século passado, que estoura a conta da arbitrariedade dos Deputados sobre as costas dos trabalhadores.

É importante que a população saiba quem votou por garantir a CLT e quem votou para enterrá-la, porque a aprovação da terceirização ampla, geral e irrestrita pelo Plenário da Câmara só se deu por uma combinação nefasta de interesses partidários.

Nesse sentido, quero ressaltar o papel do PSDB. O PSDB, que inicialmente votou fechado a favor da terceirização e que depois foi acuado pela opinião pública, ensaiou dizer que tinha revisto a própria posição e que iria votar contra a terceirização, mas iludiu a população brasileira. Isso, porque, ontem à noite, o PSDB se compôs com outras forças conservadoras como ele, para derrotar os trabalhadores brasileiros. Vejam, por exemplo, o que diz o jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de hoje. Abro aspas: “Depois da intervenção do presidente do PSDB, Aécio Neves, os tucanos voltaram a apoiar o texto-base do projeto” – fecho aspas. Então, o teatro da semana passada montado pelo PSDB mostrou-se uma farsa.

E não é uma questão de ganhar ou perder a “guerra da comunicação”, como disse um Deputado tucano. É uma questão de estar contra ou a favor dos trabalhadores deste País e de toda a legislação laboral que protege os seus direitos. E o que o PSDB fez foi mostrar de que lado está: está contra os trabalhadores brasileiros e contra as suas sagradas conquistas sociais.

E a orientação para que a Bancada do PSDB arruinasse a CLT partiu exatamente, como registra a imprensa, do Presidente Nacional do Partido, o Senador Aécio Neves, candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais.

Os brasileiros foram sábios ao escolher um Governo que luta em favor dos seus direitos, em vez de terem eleito um Partido que diz uma coisa em público e, em gabinetes, articula-se com o que há de mais conservador neste País, para trair os trabalhadores e enterrar suas conquistas constitucionais.

Aliás, o PSDB cometeu a façanha de desfazer uma rara coisa boa que havia saído na semana passada, depois de muita pressão: a exclusão das estatais do texto do projeto sobre terceirização. Pois, ontem, a Bancada do Partido do Senador Aécio inseriu no texto um artigo extremamente controverso, que devolveu ao setor público as regras da terceirização, regras essas que, na semana passada, o PSDB tinha concordado em não levar às empresas públicas e de economia mista, ou seja, com o apoio do PSDB, estão sendo abolidos os concursos públicos nas estatais brasileiras. Que interesses estão por trás disso?

É importante que os trabalhadores brasileiros tenham conhecimento de que, com o apoio decisivo do PSDB, sete décadas de CLT foram violentamente ultrajadas na noite de ontem.

A Câmara deu autorização para o achatamento dos salários dos trabalhadores; concordou com a destruição dos históricos direitos trabalhistas; abriu as portas para a chamada “pejotização” nas relações laborais, com indivíduos sendo contratados à margem de férias, de décimo terceiro salário, de descanso remunerado, de FGTS, do direito à Previdência Social; institucionalizou a precarização do mercado, estendendo a terceirização a todas as atividades-fim, destruindo o critério da especialização; transformou cidadãos – eles, a parte mais fraca numa relação trabalhista – em elemento descartável, que pode ser desligado a qualquer tempo, como se troca uma peça velha de uma engrenagem.

Nós do PT não aceitamos esse tipo de violência social, essa opressão sobre as classes trabalhadoras, com a finalidade de beneficiar empresas e empresários.

Como Parlamentares, é nossa obrigação assegurar a proteção do emprego direto na atividade finalística, porque é assim que a Constituição determina que o nosso Estado deve proceder com o trabalhador. Por que, então, essa determinação de alguns, neste Congresso Nacional, de agir contra os trabalhadores?

Mandou a Constituição de 1988 que pautássemos nossos mandatos para melhorar a condição social do trabalhador, para instituir novos direitos e para incrementar os direitos atuais, porque o desejo constitucional é o de que a sociedade brasileira seja uma sociedade livre, justa e solidária. Por que, então, alguns insistem em ignorar cláusulas pétreas da nossa Constituição e em deliberadamente atentar contra as camadas mais necessitadas deste País?

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Já disse e repito que, ao chegar ao Senado, esse projeto da terceirização contará com toda a oposição da nossa Bancada e, no que depender de nós, não passará do jeito que foi aprovado pela Câmara.

A terceirização institui um regime paralelo de emprego precarizado, que dispersa a organização sindical, inviabilizando acordos e convenções coletivas, e fulmina direitos fundamentais dos trabalhadores, a partir do estímulo à ruptura da relação de emprego, à qual diversos benefícios estão associados.

Dessa maneira, não há qualquer negociação que possamos abrir relativa à terceirização da atividade-fim das empresas. Ou ela sai do texto do projeto, ou nós votaremos contra ele.

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Nem a terceirização da atividade-meio pode ser considerada como pauta pacífica, uma vez que esses terceirizados seguem em situação de notória desvantagem em relação aos empregados diretos.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Peço a V. Ex^a que me dê dois minutos de tolerância.

Imaginem, então, terceirizar a atividade-fim? Isso seria ceder à absoluta precarização das relações de trabalho e à submissão total do valor do trabalho ao desejo do lucro pelo lucro.

A superexploração do trabalhador não pode ser solução para o problema econômico. Não podemos dar maior lucro e maior produtividade às empresas subtraindo direitos dos trabalhadores. Essa é uma fórmula que já foi aplicada e experimentada, e tudo que ela conseguiu provar foi que é eficaz apenas para disseminar a miséria e para ampliar a desigualdade social.

O PT não aceitará, não admitirá esse retrocesso democrático. Esperamos que os trabalhadores do País encampem essa luta. O trabalho é uma categoria constitucional de inclusão, e, dessa forma, este Congresso Nacional não pode flexibilizar leis que garantam esse sistema de proteção, legislando para enfraquecer a nossa prática constitucional em termos de direitos fundamentais, contribuindo para um processo de marginalização dos trabalhadores.

Dessa forma, nossa Bancada estará ombreada para derrubar esse projeto tramado contra os trabalhadores. Espero que outros se juntem a essa luta em favor de um Brasil melhor para quem trabalha.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e o acompanhamento de todos.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador Humberto.

O próximo orador, o Senador Alvaro Dias, está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ontem, a Petrobras publicou seu balanço, e queremos registrar a síntese do pensamento do nosso Partido em relação a esse balanço da ruína estatal.

Texto escrito pelo Instituto Teotônio Vilela afirma que o balanço divulgado ontem é “a melhor expressão da mistura tóxica de incompetência, má gestão e corrupção que envolveu a atuação da Petrobras nos últimos 12 anos”, como se vê:

O balanço da Petrobras divulgado ontem é a melhor expressão da mistura tóxica de incompetência, má gestão e corrupção que envolveu a atuação da empresa nos últimos 12 anos. Suas perdas bilionárias ocorreram principalmente no tempo em que a hoje Presidente da República chefiava o seu Conselho de Administração.

O balanço traz o primeiro prejuízo da empresa em 23 anos: R\$21,6 bilhões, razão pela qual seus acionistas ficarão sem receber dividendos neste ano. Exibe perda de R\$6,2 bilhões com corrupção e de R\$44,6 bilhões com negócios malfeitos. Também consolida a Petrobras como a empresa mais endividada do mundo: R\$351 bilhões de dívida bruta, com alta de 31% ao ano, num patamar muitíssimo acima de suas concorrentes.

A divulgação dos números definitivos de 2014 marca um momento da história da Petrobras que deve ser “aprendido para nunca mais ser repetido”, para usar uma expressão cara à sua ex-Presidente Graça Foster. Momento em que a estatal foi posta de joelhos, subjugada pelo interesse dos partidos no poder liderados pelo PT.

Pelo caminho, tombaram refinarias anunciadas sob palanques, mas economicamente impraticáveis, como as do Maranhão e do Ceará. E feneceram parte do gigantesco Comperj, não sem antes torrar quase R\$22 bilhões, e da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, onde o desperdício somou R\$9 bilhões. Uma história de fracassos.

Como parte desse enredo nefasto, a companhia também foi convertida em arrimo de uma política de controle artificial da inflação que lhe causou perdas de R\$90 bilhões nos últimos quatro anos. E foi submetida a um plano de negócios inviável dentro de uma equação em que gerar caixa era a menor das preocupações de seus gestores, tanto que, nos últimos quatro anos, a produção de petróleo mal saiu do lugar.

Capítulo especial envolve a exploração do pré-sal.

Capítulo especial envolve a exploração do pré-sal. As obrigações de viés nacionalista impostas pelo novo marco legal simplesmente inviabilizaram a expansão da produção das reservas brasileiras e impediram o avanço do setor de petróleo no País. Agora a Petrobras também se vê obrigada a frear investimentos e a vender ativos seus a preço de banana.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) –

Objetivamente, o que há agora é, de um lado, uma empresa controlada pelo Estado brasileiro que assumidamente confessou a prática de corrupção. Do outro, investigações conduzidas por instituições da República que mostram que este dinheiro foi usado pelo partido do governo e seus aliados para se perpetuar no poder. E, na ponta extrema, a suspeita de que o dinheiro sujo ajudou a eleger a hoje Presidente da República.

Para todo o sempre, está provada a falácia do discurso eleitoreiro do PT segundo o qual a oposição tinha ganas de acabar com a Petrobras. Na realidade, era mera cortina de fumaça para que o partido [...] [do PT] promovesse a mais escandalosa temporada de que se tem notícia na estatal. Os resultados vergonhosos do balanço publicado ontem são o registro definitivo de uma era de ruína.

O que se discute, Srs. Senadores, é se o valor do prejuízo anunciado ontem foi subestimado. Se foi subestimado, apesar de sê-lo, ainda alcançou a cifra exuberante de R\$6,2 bilhões, que é o prejuízo decorrente do processo de corrupção que se instalou nos últimos anos.

Certamente, nós não temos hoje condições de avaliar o volume de recursos que foram desperdiçados ao longo do tempo pela administração da Petrobras.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – O tempo, quem sabe, proporcionará esta oportunidade de uma aproximação com a realidade dos números. O que se sabe hoje é que o valor patrimonial da empresa foi reduzido pela metade.

Valorizamos as investigações. Entendemos que estas instituições, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Justiça Federal, prestam serviço extraordinário ao País.

Certamente, ao final, a responsabilização civil e criminal decorrente dessas investigações da ação judiciária fará com que nasça um novo País, diferente daquele que conhecemos nos últimos anos.

Muito obrigado.

Quer um aparte?

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu o concedo a V. Ex^a.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr^a Presidente, posso fazê-lo? É só para...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Ouvi a campanha anunciando o fim do tempo, mas concedo a V. Ex^a o aparte.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Alvaro, primeiro, eu queria agradecer a possibilidade do aparte, mas, sinceramente, penso que o anúncio pela direção da Petrobras do balanço feito a partir de uma auditoria independente e também aprovado por unanimidade pelo Conselho mereceria uma avaliação diferente por parte da Oposição. Tenho ouvido – e todos nós e o Brasil temos acompanhado – o discurso da Oposição, que é legítimo, mas entendo que estamos tratando de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, que é a Petrobras. O nosso Governo trabalhou e tem procurado trabalhar na expansão dessa empresa, na preservação dessa empresa como patrimônio do País.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não consigo – quero dizer aqui, neste aparte – compreender por que a Oposição não estabelece, por exemplo, que todas as grandes companhias do mundo tiveram dificuldade nos seus balanços. Muitas tiveram crescimento diminuído e até prejuízo por conta da queda do preço do petróleo, que é a matéria-prima mais importante que usam. O petróleo tem, hoje, menos da metade do valor que tinha há alguns anos, e com a Petrobras não é diferente. Mas entendo que é inconclusa essa situação. Por isso, parabenizo a direção da Petrobras e o Governo, que é majoritário, pela maneira como a Presidenta se portou, dando absoluta garantia de independência, para que pudesse haver a transparência observada. Agora, não sei se a Oposição está reclamando do excesso de transparência, porque vi até alguns comentários nesse sentido. Acho que todos nós deveríamos elogiar. Primeiro, parece que o problema não é tão grande como alguns queriam. Está precificado, e se usou metodologia por conta de que temos um processo em curso na mão da Justiça Federal, na mão do Ministério Público.

É importante que se diga que o dito desvio foi calculado em 3% de alguns contratos, numa diretoria, com o Sr. Paulo Roberto. Esse desvio, que a Justiça está apurando ainda, foi usado para financiar não um partido, mas para financiar partidos políticos, para financiar grupos políticos.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E a ação, pelo que me consta, lamentavelmente, não tem sido trabalhada da maneira como eu penso que seria o ideal.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas eles só focam um lado. Discute-se o Partido dos Trabalhadores, e eu estou aqui para dizer: o PT cometeu falhas. Se alguém ligado ou filiado ao PT cometeu falhas, a Justiça certamente o identificará e apresentará a punição. Agora, esse eventual desvio, que o balanço leva em conta, financiou partidos, inclusive o PSDB, o PMDB, o Democratas, o PP. Isso é o que consta das investigações que se tem. Então, acho que seria importante que, nesse momento, primeiro, ficasse o registro: houve

uma ação responsável da direção da Petrobras. O Governo entende que essa página está sendo virada, e nós vamos seguir tendo a Petrobras fortalecida no Governo da Presidenta Dilma.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidenta conhece bem esse assunto e essa matéria. Pedindo a compreensão da Presidenta e agradecendo o aparte que V. Ex^a me permite, eu queria apenas concluir. Não tenho dúvida de que a Petrobras estará muito mais forte depois desses quatro anos de Governo da Presidenta Dilma. Obviamente, isso depende da conjuntura internacional, do preço do petróleo, mas a governança da Petrobras sairá muito melhor desse episódio. A transparência da Petrobras será muito maior depois desse episódio todo que nós estamos vivendo, porque não tenho dúvida do compromisso que a Presidenta Dilma tem em fazer a virada dessa página e deixar como legado do seu Governo uma Petrobras fortalecida, transparente e com boa governança.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu agradeço, Senador Jorge Viana, o aparte de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Aliás, V. Ex^a sempre me honra com seus apartes. É um dos poucos governistas que me aparteiem nesta Casa, e eu fico honrado.

V. Ex^a me dá a oportunidade de dizer algo que eu não poderia deixar de registrar: o oportunismo político não faz parte da minha agenda. O que registro aqui são números, são acontecimentos lamentáveis que produziram um enorme escândalo de corrupção e um prejuízo irreversível não só para a Petrobras, mas para o Brasil e para o povo brasileiro.

Mas, sem dúvida, em relação ao presente e ao futuro, o que nós desejamos é o melhor. Nós queremos que o atual Presidente da Petrobras tenha êxito na sua gestão e, realmente, inicie um novo tempo de gestão pública transparente, responsável, competente e proba.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Que esse seja o caminho a ser trilhado, para que a grande empresa, orgulho dos brasileiros, com respeitabilidade internacional, possa voltar aos trilhos da eficiência técnica, da qualificação profissional e dos exuberantes resultados sempre alcançados em todos os seus balanços, historicamente.

O que eu não poderia deixar de registrar também é que há de se lamentar a inação governamental diante das denúncias que ocorrem há muitos anos. Se o Governo brasileiro, se os governantes do País, alertados pelas denúncias, há seis, sete, oito anos, tomassem providências, nós teríamos evitado os enormes prejuízos...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Os enormes prejuízos que hoje são contabilizados.

Enfim, o nosso desejo – e faço o registro da posição do PSDB nesse documento – é que essa empresa possa ser recolocada nos trilhos da eficiência técnica, da competência administrativa e da probidade, para voltar a ser o orgulho de todos os brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, colegas Senadores e Senadoras, eu queria fazer aqui um registro.

Acabo de chegar de uma viagem em que tive o privilégio de estar acompanhado do Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em outro trecho, do Senador Luiz Henrique, participando do Congresso Mundial da Água, na Coreia do Sul.

Na semana que vem, vou poder fazer um relato a respeito, já que negociamos em nome, inclusive, do Governo do Distrito Federal, do nosso colega Rodrigo Rollemberg. O Governador Agnelo conseguiu trazer para o Brasil o próximo Congresso Mundial da Água, que deve ocorrer em 2018.

Também participamos, no retorno para o Brasil, de reuniões na cidade de Moscou, com o Senador Luiz Henrique, com o Senador Aloysio, no Parlamento. Participamos da preparação do encontro parlamentar dos BRICS, que vai ocorrer agora, no mês de julho, na cidade de Moscou. Os cinco países dos BRICS vão mandar delegações, e espero que o Presidente Renan, do Congresso, possa estar presente. Estabelecemos uma reunião

de trabalho e acertamos que, em dez dias, vamos enviar o Senador Luiz Henrique, que é o Presidente do Grupo Parlamentar Rússia/Brasil e que ficou de encaminhar uma sugestão de pauta desse importante encontro.

Srª Presidenta, colegas Senadores, todos que me acompanham, eu queria dizer que estou vindo à tribuna para agradecer a todos os colegas Senadores que, na minha ausência, empenharam-se, debateram e votaram o PLC nº 2, de 2015, que trata do acesso à biodiversidade, que trata do acesso ao conhecimento tradicional e da repartição de benefícios. Essa é, sem dúvida, na minha opinião, uma das mais importantes leis, para que o Brasil possa se firmar no século XXI. Quero agradecer a todos os colegas Senadores que, na minha ausência, estavam aqui. Vai este agradecimento àqueles que, entendendo a importância dessa matéria, empenharam-se, envolveram-se, apresentaram emendas, debateram aqui e conseguiram aperfeiçoar um texto que veio da Câmara dos Deputados, que tem origem no Governo, mas que passou oito meses na Câmara dos Deputados e apenas 21 dias para ser debatido aqui, no plenário do Senado.

Então, agradeço ao Senador Lindbergh Farias pelo empenho, por ter recepcionado, junto com outros, essa matéria na minha ausência; ao Senador Walter Pinheiro, ao Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que me designou como Relator; à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Senador João Capiberibe, ao Senador Reguffe, que participou ativamente da melhoria do texto que veio da Câmara dos Deputados; ao Senador Donizeti Nogueira, ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador Paulo Rocha, ao Senador Telmário Mota, que foi Relator na CCT e que nos ajudou; ao Senador Douglas Cintra, que foi Relator na CAE; ao Senador Acir Gurgacz, que foi Relator na Comissão de Reforma Agrária.

Devo dizer que essa é uma matéria para mim muito cara.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nela identifico a memória de Chico Mendes, os ideais de Chico Mendes e a história que tentamos desenvolver no Acre com os nossos governos, seja comigo no Governo, com o governador Binho e, agora, com o Governador Tião Viana, seja também nas prefeituras e nos movimentos sociais.

Essa matéria começou a ser debatida no Brasil em 1995, quando eu era prefeito, e a Senadora Marina Silva era recém-eleita, em 1994. Ela apresentou no Senado o Projeto de Lei nº 306, o Projeto de Lei nº 269 e o Projeto de Lei nº 270, que tratam desse assunto, nos anos 1995 e 1996.

Nós tínhamos vivido, em 1992, a Rio 92. Tivemos a convenção sobre biodiversidade, a diversidade biológica, CDB. Nessa convenção, ficou estabelecida a soberania de cada país sobre sua riqueza, seu...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – ... patrimônio genético, sua biodiversidade.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A partir dessas iniciativas da Senadora Marina e também de uma ação que foi feita junto ao governo do presidente Fernando Henrique, foi editada a Medida Provisória nº 2.186, de 2001. Ela foi reeditada 16 vezes, depois transformada em lei, mas exatamente esse arranjo legal era deficiente. Era ultrapassado e não atendia aos interesses do País.

Quero concluir dizendo que estou certo de que o Senado Federal deu uma grande contribuição para o País neste semestre, debatendo e aperfeiçoando essa iniciativa do Executivo, que foi modificada na Câmara dos Deputados.

O apelo que faço é que...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... a Câmara dos Deputados possa recepcionar e manter os aperfeiçoamentos que fizemos aqui, no Senado Federal.

Cumprimento os colegas que divergiram, que discordaram da nossa proposta, que fizeram o bom debate aqui, mas queria, de coração, agradecer aos Senadores, às Senadoras que, reconhecendo o esforço, não meu, mas da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Constituição e Justiça, das três outras Comissões e seus Relatores, nos ajudaram a fazer o aperfeiçoamento da matéria, que é estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de outros biomas; que é estratégico para o País se firmar na indústria de fármacos,

na indústria cosmética, especialmente na valorização do conhecimento tradicional e na valorização de nosso patrimônio.

(Soa a campanha).

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Presidenta, quero dizer que vou voltar a esta tribuna trazendo a todos os que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado um detalhamento do quanto o Brasil passa a ser referência de legislação de acesso à biodiversidade, do quanto o Brasil passará a ter, com a aprovação dessa lei, se recepcionada na Câmara dos Deputados as modificações que fizemos aqui, acesso ao conhecimento tradicional e à repartição de benefícios.

Tomara que a Câmara dos Deputados entenda as modificações apresentadas aqui, no Senado, como uma contribuição desta Casa da federação, de colegas técnicos e especialistas dos movimentos sociais, dos movimentos socioambientais que participaram ativamente da elaboração desse texto.

(Soa a campanha).

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Também o Ministério do Meio Ambiente e os demais Ministérios envolvidos: o da Indústria e Comércio Exterior, o da Agricultura, o da Ciência e Tecnologia. Foram fundamentais para que pudéssemos apresentar as modificações, visando ao aperfeiçoamento dessa importante matéria.

Eu agradeço a todos que me acompanham pela Rádio e pela TV Senado. Mas o propósito desta minha participação é tão somente cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras, agradecer a todos que colaboraram, na semana passada, para a aprovação do PLC nº 2, de 2015, que tive a honra de relatar.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um fenômeno a que assistíamos até com certa frequência no oeste dos Estados Unidos se repete, pela terceira vez, em Santa Catarina. Verifica-se no oeste catarinense, como já ocorreu na região serrana.

Amanhã pela manhã, acompanhado pelo Governador do Estado, Raimundo Colombo, viajarei a Xanxerê, e de lá vamos a Ponte Serrada para verificar, pessoalmente – o Governador já o fez anteontem –, o montante da destruição que se abateu sobre esses dois Municípios.

Quando Governador, tive que trabalhar de forma muito urgente, com base na estrutura da descentralização do Estado, na estrutura das Secretarias de Desenvolvimento Regional, para socorrer as populações de Ponte Alta e de Guaraciaba. Eu imaginava que aquelas duas tragédias não voltariam a se repetir, Srª Presidente. No entanto, ventos que chegaram próximos a 300 quilômetros de velocidade praticamente arrasaram boa parte dos Municípios de Xanxerê e Ponte Serrada.

Qual é a causa? Qual é a origem? Qual é o porquê desses fenômenos naturais? Os biólogos e geólogos estudam esses fenômenos, que se tornaram mais corriqueiros e, a cada ano, se intensificam mais, a partir de uma data trágica para a história da humanidade, a partir de 16 de julho de 1945, quando um avião batizado com o nome de Enola Gay jogou sobre Hiroshima e Nagasaki duas bombas nucleares.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Seguiu-se a isso, Srª Presidente, uma série de testes nucleares subterrâneos, em desertos, em ilhas longínquas do Pacífico.

Seguiu-se a isso uma sucessão de conflitos regionais, de guerras locais.

Seguiu-se a isso o despejo de milhares e milhares de bombas, o acionamento de mísseis, e, evidentemente, que, somando-se a força destruidora das armas da guerra...

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... ao crescimento explosivo da frota mundial de veículos usando combustível fóssil poluidor; somando-se a tudo isso uma expansão industrial *(Fora do microfone.)* como jamais se viu, e boa parte usando energia fóssil no acionamento das suas máquinas; somando-se a isso uma agricultura que cresceu, avançando sobre as florestas, desmatando e reduzindo a cobertura biológica do mundo; somando-se a isso uma série de outros fatores de descuido – eu seria eufêmico se falasse descuida-

dos –; somando-se a isso um processo agressivo à natureza, de 16 de julho de 1945 para cá, a ciência mundial estuda um fenômeno chamado antropoceno.

O que é isso? É como o homem atua – *antropho* e *-ceno* – para desgastar, desequilibrar a natureza.

Ocupo esta tribuna, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para levar a minha solidariedade ao povo de Xanxerê e ao povo de Ponte Serrada.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu sei da bravura do povo do oeste catarinense, que veio de regiões longínquas do Rio Grande do Sul para ali construir um celeiro alimentar, para fazer com que Santa Catarina seja o quinto produtor de alimentos, para estabelecer ali as cinco maiores agroindústrias do País na área do suíno e do frango, para estabelecer ali uma coletividade desenvolvida. Eu sei que o povo de Ponte Serrada e de Xanxerê saberá reconstruir, saberá refazer, mas deixo aqui um alerta.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Outros povos, catarinenses e brasileiros, sofrerão outras tragédias se não parar, se não se detiver essa insanidade ambiental.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Reguffe, como orador inscrito.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero aqui voltar a um assunto que já foi objeto de pronunciamento meu nesta tribuna. Eu quero voltar para não deixar que fique esquecido, porque, conforme o tempo vai passando, as pessoas vão se esquecendo do que aconteceu.

O Congresso Nacional, este Parlamento, aprovou um aumento do Fundo Partidário de R\$289 milhões para R\$867 milhões por ano. Isso é um acinte! Isso é um escárnio! Isso é um tapa na cara do contribuinte brasileiro!

Eu não posso concordar com isso. Não posso aceitar isso. E não posso deixar de, mais uma vez, registrar aqui a minha posição contrária a isso.

Os partidos deveriam se financiar com as contribuições de seus filiados. Não deveria sequer existir Fundo Partidário. Agora, triplicar o valor desse fundo de um ano para o outro, num país com tantos problemas nas áreas de saúde e de educação, é algo inaceitável, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A Presidente sancionou o Orçamento e esse aumento. Mas ela pode ainda editar uma medida provisória e enviá-la para o Parlamento retornando aos valores iniciais a questão do Fundo Partidário, que, volto a dizer, não deveria sequer existir, na minha opinião. Aliás, Fundo Partidário esse em que a prestação de contas é meio nebulosa, não há uma prestação de contas rigorosa.

E no momento em que o País está vivendo uma crise econômica, o nosso Congresso aumenta de R\$289 milhões para R\$867 milhões, de dinheiro público. Isso é algo sério, é algo grave! Isso não é uma brincadeira! Não é algo que possa ser encarado como natural, como normal.

Vamos parar para pensar: será que é correto triplicar o valor do Fundo Partidário, de um ano para o outro, de R\$289 milhões para R\$867 milhões por ano? Será que é aí que o contribuinte quer que o dinheiro público seja empregado, que o dinheiro dele seja empregado?

Com toda franqueza e honestidade, não dá para aceitar isso, até porque nós temos responsabilidade pública. E a prestação de contas desse fundo?

Eu espero que a Presidente da República pense no contribuinte deste País, e não em agradar os caciques partidários. E eu quero lembrar que o ano de 2015 é um ano sem eleições, ou seja, vão se gastar R\$867 milhões do dinheiro público em um ano sem eleições. Não é nem em um ano de eleição, é em um ano sem eleições.

Esta é uma Casa coletiva, o processo de decisão é coletivo, em que a maioria impera e faz sua vontade prevalecer, mas isso não vai me impedir de, democraticamente, expor a minha opinião e o que eu penso. E, na minha opinião, o aumento do Fundo Partidário é um tapa na cara do contribuinte brasileiro.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador.

Pela Liderança, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar este momento para cumprimentar o companheiro João Pirozzi, que veio fazer uma visita a este Congresso, ao Senado da República. Ele é um funcionário de carreira do Banco da Amazônia e está aqui conosco hoje a fim de tratar de assuntos de interesse daquela instituição.

Da mesma forma, Sr^a Presidente, quero aqui cumprimentar toda a comunidade evangélica da Assembleia de Deus de Madureira. Há pouco recebi a ligação do pastor José Fernandes. Ele é nosso companheiro há muito

tempo, presidiu a Igreja Assembleia de Deus de Madureira, na cidade de Barra do Garças, e hoje é o presidente estadual, residindo e dirigindo os destinos da Assembleia de Madureira em nossa capital, Cuiabá. E inclusive com um grande desafio: a construção do novo templo sede de Madureira, em Mato Grosso.

E agora, do dia 1º a 3 de maio, teremos lá a 32ª Convenção de Mato Grosso, a Conamad, uma convenção de pastores e jovens da Assembleia de Deus de Madureira. Aproveito, então, para convidar todos os fiéis, todos aqueles que sempre pregam a palavra de Deus, para estarem lá, do dia 1º a 3 de maio.

Quero cumprimentar o líder maior, Bispo Manoel Ferreira, que foi nosso companheiro como Deputado Federal, do meu Partido, o PR, ele que é uma figura extremamente carismática, uma figura que toda a comunidade de Madureira reverencia pelo seu trabalho social e, principalmente, pelo seu carisma pessoal.

Quero cumprimentar, também, em nome dos filhos dele, o Abner Ferreira e toda a comunidade dessa grande igreja que faz um grande trabalho, principalmente, em Mato Grosso, no Araguaia, em Goiás, em São Paulo, no Rio de Janeiro. Madureira é uma igreja que tem uma força muito grande nessa região.

Srª Presidente, público que nos assiste pela TV Senado e nos acompanha pela Rádio Senado e, ainda, pela Internet, há muito tempo eu escolhi atuar em um segmento que considero fundamental para o desenvolvimento do Brasil, que é a logística.

Em Mato Grosso, meu Estado, há várias décadas que se produz em grandes quantidades. São recordes de produção de grãos, ano a ano, sucessivamente. Inclusive, a expectativa é de que a safra de soja de 2015 seja 9% maior do que a de 2014, com aumento de 1,6% na área prevista, segundo o IBGE.

Mas sempre enfrentamos – e ainda estamos enfrentando – problemas para escoar a nossa produção. Mesmo com todas as dificuldades econômicas, enfrentando a questão da logística, Mato Grosso continua ainda incrementando, ampliando a sua produção com altos índices de produtividade. Aliás, Mato Grosso, hoje, detém a maior tecnologia de produção do Brasil – não apenas de Mato Grosso.

Desde então, venho trabalhando para mudar essa realidade do nosso Estado e da nossa Nação.

Ainda como Deputado Federal, criamos a Frente Parlamentar de Logística em Transporte e Armazenamento, para trazer para dentro do Parlamento essa dura realidade de nosso País. Essa questão do armazenamento é algo extremamente complexo. Muito da nossa produção – de milho, principalmente – é guardada ao tempo e muito em cima do caminhão. Lá, falamos que o maior armazenamento da nossa produção está em cima das carretas.

O nosso objetivo nessa frente é exatamente minimizar essa dificuldade com que o produtor cumpre seu compromisso no dia a dia, de sol a sol. Ele vê o impedimento do seu crescimento, principalmente do resultado do seu lucro, exatamente pelo custo Brasil, o custo do nosso transporte.

Com um trabalho forte e com a ajuda de outra frente parlamentar importante, que é a da agricultura, da qual também faço parte, conseguimos avançar, mas ainda precisamos avançar muito. Precisamos de mais rodovias – e rodovias com qualidade, é bom que se diga, rodovias com mais segurança.

Aliás, hoje começou novamente a greve dos caminhoneiros. Na minha cidade, Rondonópolis, a BR-364 e a BR-363 estão interditadas. Ontem, após o diálogo do Ministério dos Transportes, da ANTT, da Casa Civil, não se conseguiu chegar a um consenso. E ontem já alertávamos, desta tribuna, dessa preocupação. Espero que as áreas governamentais e também as lideranças continuem discutindo a questão, porque o prejuízo para a Nação é muito grande.

Mas, voltando ao assunto, precisamos de mais rodovias, como disse, com mais segurança. Já falei e vou repetir: na BR-163, o trecho entre Rondonópolis e o Posto Gil é aquele em que mais ocorrem acidentes frontais no Brasil. É muito caminhão e carreta transitando com a produção. A rodovia está sendo duplicada, mas lentamente, porque parte das obras estão paralisadas por falta de recursos. Mas essa situação nessa estrada já vem de muitos anos.

Então, Srª Presidente, precisamos investir nas rodovias; precisamos investir mais fortemente nas hidrovias e também espalhar mais trilhos, mais ferrovias. E o muito que fizemos ainda será pouco.

E será pouco por quê? Porque temos um País rico, de grandes potencialidades para serem exploradas, não só no campo, mas em outros setores, como a industrialização, a mineração.

Só para se ter uma ideia, no meu Estado, Mato Grosso, menos de 1% do potencial mineral é explorado atualmente.

O Brasil ainda tem muito a crescer. Apesar disso, colegas Senadores e Senadoras, estamos diante de uma situação preocupante, que é a necessidade desse ajuste fiscal.

E dizer que devemos estar todos comprometidos a fazer esse esforço fiscal previsto pelo Governo.

O sacrifício vai ser grande, mas temos que fazer porque precisamos preservar as nossas conquistas e ajudar o Brasil a voltar ao crescimento econômico.

Estou convicto de que um dos melhores caminhos para essa retomada urgente do nosso crescimento econômico passa pela manutenção dos investimentos, claro, também, pelo nosso equilíbrio político. Afinal, investimentos atraem mais investimentos, geram grandeza, geram emprego, geram uma situação de conforto para o brasileiro.

Então, como temos que avançar nessa questão dos investimentos, penso que o melhor para se investir seja mesmo a logística. Para isso, temos que seguir aperfeiçoando o nosso programa de concessões. Tenho falado sobre isso lá na CAE e na Comissão de Infraestrutura, tão bem presidida pelo nosso companheiro, Senador Garibaldi Alves.

No mês passado, o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, esteve na nossa Comissão e disse que as concessões à iniciativa privada no setor de infraestrutura deverão se tornar corriqueiras nos próximos anos. Principalmente porque existem vários *players*, vários agentes dispostos a fazer os investimentos. E esses *players*, Sr^a Presidente, tem indicado investimentos em logística principalmente porque as respostas para...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... a economia aparecem muito rapidamente *(fora do microfone.)*. Cada real que se investe em logística, principalmente em Estados como o nosso, Mato Grosso, no Centro-Oeste, volta rapidamente ao investidor. Lá temos uma produção que tem dado mostras de sua importância para o Brasil, ajudando na busca de um melhor equilíbrio e até superávit da nossa Balança Comercial.

Mas, como ia dizendo, o Brasil precisa atrair mais esses investimentos. E quem quer investir. Daí queremos aperfeiçoar o sistema de concessões.

Por isso, Sr^a Presidente, apresentei aqui uma PEC, uma proposta para dar mais garantias a quem quer investir no Brasil. Trata-se da PEC 39, que acrescenta uma palavra apenas ao parágrafo único do art. 175. Esse artigo dispõe que – abro aspas: “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos” – fecho aspas.

Na minha proposição, ao invés de “a lei disporá sobre”, remete-se para “a lei complementar disporá sobre”. Pequeno detalhe, mas fundamental, pois a questão das concessões passa por essa simples alteração a ser tratada como uma questão ou política de Estado.

Essa é uma emenda que nasceu da percepção de anos trabalhando para ver se a gente melhora a logística de nosso País. O investidor quer e precisa de segurança para investir.

É preciso lembrar que, hoje, a Constituição Federal atribui a disciplina das concessões e permissões de serviços públicos à legislação ordinária.

O chamado regime de contratação das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos fica, assim, normatizado por leis ordinárias.

Essas leis estão sujeitas a alterações pelo rito comum do processo legislativo e, até mesmo, por medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo. Ou seja, tudo pode ser mudado com facilidade. E isso, Sr^a Presidente, isso afugenta o investidor.

Os investimentos necessários para boa parte das concessões e permissões de serviços públicos são de grande aporte e longo prazo de maturação. Vejamos o caso lá do Porto do Futuro: R\$1 bilhão em investimentos privados no Rio de Janeiro – e eu já falei sobre esse porto aqui logo após a sua inauguração –, investimento que coloca o Brasil na vanguarda, que faz com que tenhamos um dos portos mais modernos da América Latina em contêineres. Então, o Brasil tem potencial e tem gente que quer investir.

Essa PEC que apresentei – e gostaria, desde já, de pedir o apoio de todos os colegas Senadores – supre a necessidade de estabilidade e segurança jurídica para garantir esses investimentos de alta relevância para o nosso País.

A prestação de serviços públicos de qualidade demanda a existência de um ambiente de negócios estável, que assegure a confiança dos investidores. Então precisamos fazer essa mudança.

As concessões, as seis das concessões, não podem ser uma política de governo. Têm que se transformar, verdadeiramente, numa política de Estado. As concessões têm que ser uma política de Estado.

Temos que reconhecer que o atual modelo impõe ao regime de concessões e permissões uma “fragilidade indevida”, que distancia quem quer investir no nosso potencial através do sistema de concessões. As normas legais que disciplinam a matéria não podem ser objeto de alterações facilmente. Isto é, sem um aprofundamento ou o quórum qualificado exigido pelas matérias regulamentadas pela legislação complementar.

Por isso, Srª Presidente, quero dar como lido o meu pronunciamento, já que vejo a sua inquietude aí, porque há muitos oradores inscritos.

Mas quero encerrar, dizendo que o Governo está buscando os caminhos para facilitar as concessões. E a nossa PEC, que recebeu o nº 39, traça um caminho para assegurar garantias efetivas a quem se interessar a participar dos chamamentos.

Finalizando, mais uma vez pedindo o apoio de todos os colegas Senadores e Senadoras, quero dizer que a minha atuação aqui será pautada neste item, isto é, continuar trabalhando para criar bases sólidas, efetivas para o desenvolvimento do Brasil. Somos uma Nação rica e de um potencial muito grande a ser explorado. Eu confio e acredito no nosso Brasil.

Muito obrigado, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRONUNCIAMENTO – PEC 39/2015

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, público que nos assiste pela TV Senado e nos acompanha pela Rádio Senado e ainda por meio da Internet.

Há muito tempo eu escolhi atuar em um segmento que considero fundamental para o desenvolvimento do Brasil, que é a logística.

Em Mato Grosso, há várias décadas que se produz em grande quantidade. São recordes de produção de grãos, ano a ano, sucessivamente.

Inclusive, a expectativa é de que a safra de soja seja 9% maior que a de 2014, com aumento de 1,6% na área prevista, segundo o IBGE.

Mas sempre enfrentávamos – e ainda estamos enfrentando – problemas para escoar essa produção.

Desde então, portanto, venho trabalhando para mudar essa realidade de Mato Grosso e da nossa nação.

Ainda como deputado federal, criamos a Frente Parlamentar de Logística em Transporte e Armazenamento para trazer para dentro do parlamento essa dura realidade de nosso país. Essa frente está sendo reestruturada e esperamos que ela continue dando bons resultados.

Com um trabalho forte, e com a ajuda de outra frente parlamentar importantes que é a da Agricultura – da qual também faço parte – conseguimos avançar muito na logística.

Mas precisamos de mais. Precisamos de mais rodovias. E rodovias com qualidade, é bom que se diga. Rodovias com mais segurança.

Eu já falei aqui e vou repetir. Lá na BR-163, entre Rondonópolis e o Posto Gil, é o trecho que mais ocorrem acidentes frontais no Brasil. É muito caminhão e carreta transitando com a produção. A rodovia está sendo duplicada, lentamente, inclusive agora com as obras paralisadas por causa da falta de recursos.

Mas essa situação nessa estrada já vem de muitos anos.

Então, precisamos investir nas rodovias; precisamos investir mais forte nas hidrovias e também espalhar mais trilhos, mais ferrovias. E muito que fizemos ainda será pouco, senhor presidente.

E será pouco por quê? Porque temos um país rico, de grandes potencialidades para serem exploradas. Não só no campo, mas em outros setores; na industrialização, na mineração, enfim.

O Brasil ainda tem muito a crescer! Apesar disso, colegas senadoras e senadores, estamos diante de uma situação preocupante, que é a necessidade desse ajuste fiscal. E que dizer que devemos estar todos comprometidos a fazer esse esforço fiscal previsto pelo Governo.

O sacrifício vai ser grande, mas temos que fazer porque precisamos preservar as nossas conquistas e ajudar o Brasil a voltar ao crescimento econômico.

E eu estou convicto de que um dos melhores caminhos para essa retomada urgente do nosso crescimento econômico passa pela manutenção dos investimentos. Afinal, investimentos atraem mais investimentos, gera grandeza, gera emprego, gera uma situação de conforto para o brasileiro.

Então, como temos que avançar nessa questão dos investimentos, penso que o melhor para se investir seja mesmo logística. Para isso temos que seguir aperfeiçoando o nosso programa de concessões. Tenho falado sobre isso lá na CAE e também na Comissão de Infraestrutura, tão bem presidida pelo nosso senador Garibaldi.

No mês passado, o ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, que esteve aqui na CAE, disse que as concessões à iniciativa privada no setor de infraestrutura deverão se tornar corriqueiras nos próximos anos. Principalmente porque existem vários players, vários agentes dispostos a fazer os investimentos

E esses players, senhor presidente, tem indicado investimentos em logística principalmente porque as respostas para a economia aparecem muito rapidamente.

Cada real que se investe em logística, principalmente lá em Mato Grosso, volta rapidamente ao investidor. Lá temos uma produção que tem dado mostras de sua importância para o Brasil, ajudando na busca de um melhor equilíbrio e até superávit da nossa Balança Comercial.

Mas, como ia dizendo, o Brasil precisa atrair mais esses investimentos. E quem quer investir, evidentemente, precisa de garantias, de segurança, precisa saber onde está investindo. Daí queremos aperfeiçoar o sistema de concessões.

Por isso, senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores. Eu apresentei aqui uma PEC, uma proposta para dar mais garantias a quem quer investir no Brasil. É a PEC 39.

Essa PEC acrescenta uma palavra apenas ao parágrafo único no artigo 175. Esse artigo dispõe que: Abre Aspas "Incumbe, ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Fecha aspas.

Na minha proposição, ao invés de "A lei disporá sobre" remete-se para "a Lei Complementar disporá sobre".

Pequeno detalhe, mas fundamental, pois a questão das concessões passa com essa simples alteração a ser tratada como uma questão ou Política de Estado.

Colegas senadoras e senadores, essa é uma emenda que nasceu da percepção de anos trabalhando para ver se a gente melhora a logística de nosso país. O investidor quer e precisa de segurança para investir.

É preciso lembrar que hoje a Constituição Federal atribui a disciplina das concessões e permissões de serviços públicos a legislação ordinária.

O chamado regime de contratação das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos fica, assim, normatizado por leis ordinárias.

Essas leis estão sujeitas a alterações pelo rito comum do processo legislativo e, até mesmo, por medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.

Ou seja: tudo pode ser mudado com facilidade. E isso, senhor presidente, colegas senadores, isso afugenta o investidor.

Os investimentos necessários para boa parte das concessões e permissões de serviços públicos são de grande aporte e longo prazo de maturação. Vejamos aí o caso lá do Porto do Futuro: 1 bilhão de reais em investimentos privados. Eu já falei sobre esse porto aqui logo após a inauguração.

Um bilhão de reais em investimento que coloca o Brasil na vanguarda, que faz com que tenhamos um dos portos mais modernos de toda a América Latina.

Então, o Brasil tem potencial e tem gente que quer investir.

Essa PEC que apresentei – e gostaria desde já pedir o apoio de todos os colegas senadores – supre a necessidade de estabilidade e segurança jurídica para garantir esses investimentos de alta relevância para o Brasil.

A prestação de serviços públicos de qualidade demanda a existência de um ambiente de negócios estável, que assegure a confiança dos investidores. Então precisamos fazer essa mudança.

As concessões, as Seis das concessões, não podem ser uma política de Governo. Tem que se transformar, verdadeiramente, numa POLÍTICA DE ESTADO. As concessões tem que ser uma POLÍTICA DE ESTADO.

Temos que reconhecer que o atual modelo impõe ao regime de concessões e permissões uma "fragilidade indevida", que distancia quem quer investir no nosso potencial através do sistema de concessões. As normas legais que disciplinam a matéria não podem ser objeto de alterações facilmente. Isto é, sem um aprofundamento ou o quorum qualificado exigido pelas matérias regulamentadas pela legislação complementar.

A base da garantia – daí estamos propondo essa mudança na Constituição – esta na regularidade, continuidade, segurança e atualidade. O pleno cumprimento desses princípios só pode ser atingido em um ambiente que proporcione estabilidade nas regras para os negócios e segurança jurídica dos contratos, espero que concordem comigo.

E o Governo sinaliza para isso, ou seja, para buscar mais investimentos, ao baixar uma portaria com normas que fixam regras para apresentação de projetos para concessões e Parcerias Público-Privadas. São critérios para a apresentação do chamado Procedimento de Manifestação de Interesse, o PMI que, quando aceito pelo Governo, pode servir de base para o leilão de uma rodovia, de uma ferrovia ou de um aeroporto.

Portanto, vejo que o Governo está buscando caminhos para facilitar as concessões, e a nossa PEC, que recebeu o número 39, traça um caminho para assegurar garantias efetivas a quem se interessar em participar dos chamamentos.

Assim, finalizando, e mais uma vez, pedindo o apoio de todos os colegas senadoras e senadores, quero dizer que minha atuação aqui será pautada nesse item, isto é, continuar trabalhando para criar bases sólidas, efetivas para o desenvolvimento do Brasil.

Somos uma nação rica e de potencial muito grande a ser explorado.

Eu confio e acredito no nosso Brasil. Obrigado a todos!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT– PI) – Obrigada, Senador.

Eu convido a Senadora Fátima para presidir até o Presidente chegar, porque eu preciso ir ao gabinete.

O próximo orador é o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Srª Presidenta, Srs. Senadores, retorno à tribuna nesta data para, em primeiro lugar, registrar mais uma vez a minha mais ampla solidariedade ao povo do meu Estado, especialmente ao povo das cidades de Xanxerê, Ponte Serrada e Passos Maia, que, na última segunda-feira, passou por uma grande catástrofe.

Pude perceber aqui, num dos pronunciamentos anteriores, que o Senador Luiz Henrique também demonstrou a sua preocupação com relação à recuperação daquelas três cidades.

Realmente um tornado, Srª Presidente, de dimensões impressionantes deixou um rastro de destruição jamais visto no Estado de Santa Catarina, especialmente nessas três cidades.

Quero me solidarizar com o Prefeito Miri, Prefeito de Xanxerê, e com toda a população, mencionando que nós estamos aqui, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, no fórum federal, envidando todos os esforços para que possamos ser um agente de contribuição para a recuperação, o mais rápido possível, daquelas cidades.

Além disso, Srª Presidente, ocupo também novamente esta tribuna para expressar aqui de forma sincera e sem subterfúgios, com uma linguagem de esperança de quem tem confiança no futuro, além de coragem para enfrentar a dura realidade do presente que estamos vivendo.

As últimas semanas foram marcadas por uma extensa pauta, envolvendo pronunciamentos, audiências públicas, discussões, debates extremamente importantes tanto aqui no Senado Federal como na Câmara dos Deputados.

Destaque devemos dar para a audiência pública com o Ministro da Fazenda Joaquim Levy, para a discussão também sobre a indexação das dívidas dos Estados e dos Municípios e também sobre a convalidação dos incentivos fiscais.

Na Câmara dos Deputados, ganhou destaque nacional a discussão sobre a redução da maioria penal e a terceirização, temas que dividem opiniões, provocam debates acalorados, inclusive, no seio da sociedade brasileira. Desses importantes temas, Srª Presidente, minha preocupação profunda hoje está com o ajuste fiscal e com o futuro da nossa economia.

Tenho recebido, por onde passo, inúmeras manifestações e mensagens a respeito da crise econômica que estamos vivendo. Qual a sua verdadeira extensão? E quanto tempo a crise durará? São perguntas que não sabemos responder com precisão. O fato é que a crise transcende as questões monetárias e fiscais.

A crise instalada chegou e bateu forte na autoestima dos brasileiros, feriu e continua ferindo nosso orgulho e contribui para a formação de um clima de pessimismo jamais visto nos habitantes do País do futuro. A crise se agrava à medida que se transforma em uma crise de confiança e de desconfiança, numa crise de respeito e de desrespeito, sobretudo nas instituições brasileiras, quer pelos brasileiros, quer pelos organismos nacionais e internacionais.

O Governo Federal fechou o exercício fiscal de 2014 com inédito superávit primário negativo de R\$19,8 bilhões. Esse lamentável resultado proporcionou a perda da credibilidade junto aos mercados nacionais e internacionais. Os investimentos desabaram. O Produto Interno Bruto, que é a soma de todas as riquezas, desmoronou.

Apenas 0,1% foi o crescimento da atividade econômica do País no ano passado, o pior desempenho desde 2009. Esse pibinho indica que em 2015 teremos ou poderemos apresentar um recuo ainda maior, um resultado ainda pior, o que significa que a economia parou no tempo, portanto, estamos com recessão à vista.

Outro ingrediente importante, o investimento das empresas, teve queda de 4,4% em um cenário de incertezas que afetou a confiança de quem trabalha e quem produz. Foi o pior resultado desde 1999. E a indústria brasileira fica menor a cada ano.

O investimento não só caiu, despencou, desmoronou, e o investimento é a base, é a essência, é o fermento para o crescimento econômico. Aliás, sobre esse tema, o próprio Ministro Joaquim Levy falou na audiência pública, abro aspas: "A gente não vai crescer se não tiver investimento e para ter investimento as pessoas precisam ter confiança".

Portanto, Sr^a Presidente, o País tem problemas novos e antigos e também muito graves a enfrentar. Dos quais quero destacar: a disparada da inflação; a redução do consumo; o aumento destacado do desemprego; a redução do crédito; a elevação das taxas de juros; o endividamento dos Estados e Municípios e o endividamento da própria população.

Destaque-se também: a disparada do dólar; a desvalorização do real; a queda nos preços das *commodities*. Os equívocos também merecem destaque da política econômica, já admitidos, inclusive pelo Governo, como também a elevação do custo Brasil. O represamento dos preços administrados pelo Governo é outro grande problema a ser enfrentado. A insegurança jurídica; a hipótese de racionamento de energia; a redução do superávit primário; a baixa escolaridade dos nossos trabalhadores; o crescimento econômico fora da meta; as contas públicas desajustadas; e também o déficit nas transações correntes.

São alguns, ou vários, ou muitos fatores que levarão o Brasil, este ano, a ter um crescimento pífio, medíocre, que pode nos levar à recessão.

A situação está tão difícil que a impressão que tenho é que já ultrapassamos o estágio da recessão técnica. Estamos vivendo uma recessão real com efeitos dramáticos que vai detonando empregos, empresas e famílias, pois o dinheiro parou de circular, o consumo despencou, a inflação em alta e o dólar nas alturas nos levam a crer que a situação é muito mais grave do que parece.

O elevado gasto do Governo simplesmente destruiu a austeridade fiscal. Com isso, as metas foram sistematicamente descumpridas. Como já mencionei anteriormente, o País tem graves, novos e antigos problemas a serem resolvidos. Só vamos sair da crise com o crescimento econômico.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com confiança...

Já concedo um aparte para V. Ex^a.

Com confiança nos seus agentes, gastando, sobretudo, menos do que se arrecada.

Aliás, o ex-Presidente Ronald Reagan, num de seus pronunciamentos, quando Presidente dos Estados Unidos, disse: "Quando uma empresa gasta mais que arrecada ela vai à falência. Quando o Governo gasta mais que arrecada, ele manda a conta pra você pagar." Pra você que digo é para o povo brasileiro pagar.

É o crescimento econômico, que gera o emprego, que gera a renda do trabalhador, que amplia o consumo e faz a roda da economia girar num ritmo virtuoso.

Concedo um aparte com muita honra a V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Dário, muito obrigado pelo aparte. Primeiramente, quero me solidarizar com V. Ex^a em relação ao acontecido no seu Estado e com aquele povo maravilhoso. Espero que tudo seja, o mais rápido possível, recuperado, revisto. Com relação à fala de V. Ex^a, V. Ex^a tem razão em alguns pontos. Acho que é preciso mudarmos a política econômica do País. Agora, discordo do Ministro Levy, quando ele não sai dessa espinha dorsal do controle da inflação com essa falácia de que é preciso reprimir a demanda. Discordo. Discordo também do superávit primário, da forma como está sendo adotado, e do câmbio flutuante. É uma política velha, desgastada, adotada desde o Ministro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, melhorada na parte social no governo Lula e no Governo da Dilma.

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Naturalmente esse quadro ia chegar. É preciso mudar. Mudar, mas mudar não no comando absoluto dos grandes aglomerados econômicos deste País. É preciso se olhar o País como um todo. V. Ex^a acabou de falar de riquezas. Eu vi agora, o Senador que antecedeu V. Ex^a na tribuna falava das riquezas, o Senador Wellington falava das riquezas deste País. É preciso você colocar todos os Estados dentro do eixo, da sua perspectiva de produção. Meu Estado mesmo é um Estado que é vizinho da Venezuela, 30 milhões de habitantes, hoje consome todos os grãos vindos da Nicarágua, o leite vai do Equador, a carne vai do Brasil e não vai do Estado de Roraima. Então é um Estado que vai viver do FPE, dessas emendas, dessas migalhas que são dadas. Então é preciso fazer uma melhor distribuição, é preciso aí acontecer esse Pacto Federativo de uma forma real, que é...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... preciso abrir mão... O Brasil... *(Fora do microfone.)* Essa é a conspiração dos grandes. A gente tem que buscar o Brasil como um todo. Então é preciso a gente

colocar cada Estado com as suas vocações, as suas aptidões. Temos que deixar de ser um produtor de matérias primas. Nós temos que ser um País grande em todos os sentidos. É preciso abrir mão de algumas coisas. Esse negócio dos juros altos, das instituições financeiras dando as cartas, é preciso mudar. E para mudar, precisa-se mudar tudo, inclusive neste Parlamento – vamos falar isso. Quem é que faz as pautas hoje do Senado? V. Ex^a foi convidado alguma hora para fazer a pauta? O Líder o ouviu alguma vez para fazer, ajudar a fazer as pautas deste País? As pautas são dirigidas de acordo com a necessidade de cada Estado? Então é preciso mudar, e a mudança não só está no Executivo, ela está em todos os Poderes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito obrigado. *(Fora do microfone.)*

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou pedir para a senhora um pouquinho mais de benevolência, porque é quinta-feira, e se a senhora pudesse... Eu não vou nem fazer os agradecimentos pertinentes, que seriam necessários, ao Senador Telmário Mota, mas quero agradecer o aparte e dizer que, como falei no meu discurso, temos muitos problemas velhos, antigos e emergentes para serem resolvidos. Um deles é a redistribuição dos recursos que hoje estão concentrados na mão da União. Essa concentração dos recursos é um grande problema. O que nós presenciamos hoje, observamos, é que os Estados brasileiros estão praticamente em regime falimentar, os Municípios estão com muitas dificuldades financeiras, e os recursos, cada vez mais, se concentram na mão da União. Portanto, obrigado pelo aparte.

Sigo em frente dizendo que o crescimento econômico está relacionado diretamente com os investimentos, sem investimento não há crescimento. Para um país crescer de 3% a 4% ao ano, de maneira sustentável, Senador Telmário, é necessário que os investimentos girem em torno de 20 a 25% do PIB. Investimento esse realizado por toda a sociedade, pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais, pelos Governos Municipais, pela iniciativa privada, empresários e trabalhadores. Abaixo disso não há sustentabilidade no crescimento, criando vácuos que geram ciclos de crescimento alternados, com fortes crises, como estamos observando agora no Brasil.

No Brasil, para proporcionarmos esse crescimento sustentável, temos de investir urgentemente em logística e infraestrutura, em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias e mobilidade urbana nos grandes centros urbanos. Outro grave problema que temos de enfrentar é o custo da energia elétrica. Por incrível que pareça, a nossa energia é considerada uma das mais caras energias do mundo. Também concorre como um grande desafio a ser enfrentado a própria burocracia, a insegurança jurídica, que desestimula os investimentos necessários para o Brasil voltar a crescer. E talvez o mais grave sejam os impostos elevados, uma carga tributária que já se aproxima de 40% do PIB, impedindo, sobretudo, a competitividade com os outros países. É preciso também fazer as reformas, a reforma tributária, simplificar e diminuir a carga tributária, pois hoje, como já mencionei, com quase 40% do PIB, o Governo Federal é o maior sócio de todos nós, sobretudo das empresas brasileiras.

A reforma fiscal. O Governo tem que fazer o que prega. Se todos os governos fizessem aquilo que dizem que têm que fazer, não estaríamos vivendo a enorme crise que estamos vivendo hoje. Não podemos gastar mais do que arrecadamos. Hoje, o Governo gasta muito e gasta mal. É preciso estabelecer metas de forma a garantir e manter a estabilidade econômica, amortecendo as flutuações dos ciclos econômicos e ajudando a manter a economia crescente, com pleno emprego e inflação baixa.

A reforma política, Senadora Simone, tão aguardada por todos nós, principalmente nós que estamos aqui há dois meses e alguns dias. A cada dia que nós nos encontramos com a nossa gente, com o povo que confiou a nós o seu mandato e a sua esperança de que aqui nós pudéssemos defender os interesses da população dos nossos Estados e, sobretudo, da população brasileira, nos perguntam: qual é a reforma política do Senado Federal? E o que nós estamos observando hoje, Senadora Simone, é que a Câmara dos Deputados tem sido uma protagonista de grandes temas nacionais que deveriam ser compartilhados com o Senado Federal.

Eu permito um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Dário, primeiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V. Ex^a começou com uma questão local tão importante do seu Estado – e nós estamos aqui para nos solidarizar e nos colocar à disposição naquilo que pudermos fazer nesta Casa – e chegou às questões mais relevantes e importantes, os problemas que efetivamente assolam este País e, mais do que isso, angustiam toda a sociedade brasileira. No que se refere à reforma política, a angústia também é minha, é nossa, dos Senadores e Senadoras que chegam neste momento a esta Casa, saindo de um processo eleitoral recente de seis meses atrás, ouvindo, nas ruas, no comércio, nos bairros, nas esquinas dos Municípios dos nossos Estados, a mesma pergunta. Todo mundo fala que a reforma política não estava na pauta das manifestações das ruas, seja de 2013, seja agora de 2015, em março e em abril. Ledo engano. O que a população quer é acabar com a corrupção, e não se pode discutir corrupção no País sem se reformularem o sistema político e o sistema eleito-

ral. A população está pedindo um basta em relação ao gasto excessivo nas eleições municipais, estaduais ou federais, entendendo corretamente que o dinheiro é público, de alguma forma, por mais que o financiamento nosso seja misto, e que precisa ser utilizado na saúde, na educação, na segurança pública e nas obras de infraestrutura. Não há que se falar em redução de gastos sem se falar em reforma política, mas, mais importante que isso, o que me angustia, Senador Dário – e aí eu encerro, parabenizando-o, mais uma vez, pela pertinência e pela oportunidade do seu pronunciamento –, é que o que está faltando, a meu ver, é uma sintonia desta Casa com as ruas, com os eleitores. Hoje, o que a população entende é que há um abismo entre nós e eles, entre o eleitor e nós, que somos os seus representantes, e nós precisamos acabar com isso, fazendo aquilo que a população quer: reforma política, novo Pacto Federativo e, realmente, votar os projetos relevantes para a Nação brasileira. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço pelo aparte de V. Ex^a, uma Senadora jovem, inteligente e vibrante, acrescentando, Senadora Simone, que o Brasil quer mudanças, mudanças rápidas, objetivas. É isso que está nas ruas, como V. Ex^a falou. Precisamos melhorar a qualidade e a oferta dos serviços públicos. Isso, sim, estava nas ruas, continua nas ruas e vai permanecer, se nós não atuarmos de forma cabal e decisivamente...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... para enfrentarmos esse desafio. Já concluo, Sr^a Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Precisamos caminhar juntos, respeitando os anseios, as necessidades e até os sonhos da nossa população.

Penso que o Brasil está precisando, urgentemente, de um novo olhar, um olhar de quem não quer mais discutir aquilo que já conquistamos e um olhar, sim, de conquistar aquilo que ainda desejamos conquistar.

Apesar de todas as dificuldades e desse cenário real que acabei de relatar, apesar das adversidades, o Brasil ainda figura, Sr. Presidente, como sétima maior economia do mundo, motivo de orgulho de todos os brasileiros e de todas as brasileiras.

Muito obrigado pela tolerância.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Dário Berger a Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra

Durante o discurso do Sr. Dário Berger, a Sr^a. Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem. Cumprimento V. Ex^a, Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos, então, à

ORDEM DO DIA

Nós temos a pauta trancada pela leitura da medida provisória que foi feita ontem e queríamos, então, um entendimento com os Líderes da Casa, que já foram consultados, para fazer a apreciação dos itens 12, 13 e 14, que não são objeto da pauta trancada.

Então, vamos ao **Item 12:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2015 (nº 836/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 101, de 2015, da CRE, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Como não há orador inscrito, encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar a votação, não há oradores inscritos.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Temos aqui a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2015, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre cooperação em matéria de defesa.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2015

(Nº 836/2013, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no **DSF** de 11/02/2015.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Próximo item.

Item 13:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2015 (nº 824/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Camarões sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 102, de 2015, da CRE, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Como não há Sras e Srs. Senadores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar a votação, não há Senadores inscritos.

Encerrado o encaminhamento, as Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2015

(Nº 824/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa, resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*)A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 11-2-2015.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Último item da pauta.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 2015, do Senador Garibaldi Alves Filho, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa composta por três membros, com o objetivo de visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.*

Ele, como Presidente da comissão, faz essa proposição.

Votação do requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência consulta o Plenário em relação a sete requerimentos que propõem a oitiva de comissões para algumas matérias. Eu consulto se a Presidência pode propor a apreciação em globo desses sete requerimentos, que têm o mesmo propósito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O PMDB concorda com V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O PT e o PSDB também foram consultados e concordam.

O que estamos apreciando é fruto de entendimento com as Lideranças da Casa. Então, faz-se a apreciação em globo dos sete requerimentos.

Votação em globo dos **Requerimentos nºs 279, 308, 343, 344, 347, 377 e 384, de 2015**, que solicitam audiência de outras comissões de matérias que relacionam.

São os seguintes os itens na íntegra:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 279, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 279, de 2015, de iniciativa da CE, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2015, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CE (políticas públicas para a primeira infância).

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 308, de 2015, de iniciativa da CE, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CE (empreendedorismo do jovem do campo).

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 343, de 2015, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a CMA (dupla visita para a fiscalização do trabalho).

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 344, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 344, de 2015, do Senador Douglas Cintra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a CCJ (dupla visita para a fiscalização do trabalho).

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 347, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 347, de 2015, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2014, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CAE (doações pelo empregado para organizações sociais sem fins lucrativos).

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 377, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 377, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CAS (concessão de bolsas de estudo pelo empregador a dependentes do empregado).

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 384, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 2015, do Senador Romário, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2015, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CE (internação de menores infratores em estabelecimento de ensino profissionalizante).

As Sras e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria da Mesa individualizará as tramitações dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa:

1**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2015**

(Proveniente da Medida Provisória nº 661, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2015 (proveniente da Medida Provisória nº 661, de 2014), que *autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias; e altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Parecer sob nº 5, de 2015, da Comissão Mista, Relator: Deputado Leonardo Quintão e Relator revisor: Senador Blairo Maggi, pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2015, que apresenta; e pela rejeição das emendas apresentadas.*

(Lido no Senado Federal no dia 22.04.2015)

(Sobrestando a pauta a partir de 27.02.2015)

Prazo final prorrogado: 12.05.2015

2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2015 – COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência – Requerimento nº 211, de 2015)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2015-Complementar (nº 37/2015-Complementar, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 (indexador da dívida de estados e municípios).*

Pareceres de Plenário, em substituição à CCJ:

- 1º pronunciamento: nº 95, de 2015-Plen, Relatora: Senadora Marta Suplicy, favorável ao Projeto e à Emenda nº 4-Plen e contrário às demais emendas; e
- 2º pronunciamento: nº 107, de 2015-Plen, Relator: Senador Walter Pinheiro, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 7-Rel, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2015

(Em regime de urgência – Requerimento nº 310, de 2015)

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2015, (nº 6.648/2013, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição Federal*. Pendente de parecer da CCJ.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2013

(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 11, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, (nº 7.607/2010, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal*. Pareceres favoráveis, sob os nºs 812 e 813, de 2014, respectivamente, da CAS, Relatora: Senadora Ana Amélia; e da CCJ, Relator: Senador Romero Jucá.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014 (nº 2.324/2011, na Casa de origem), que *denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçada e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina*. Parecer sob nº 844, de 2014, da CE, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, de redação, que apresenta.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2014 (nº 6.301/2013, na Casa de origem), que *declara o Tenente-Coronel Jorge da Silva Prado Patrono do Material Bélico da Aeronáutica*. Parecer favorável, sob nº 832, de 2014, da CE, Relator: Senador Cyro Miranda.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015 (nº 7.664/2014, na Casa de origem), que *altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (exceção as entidades de autogestão de constituir pessoas jurídicas para operar planos de saúde)*. Parecer sob nº 83, de 2015, da CAS, Relator: Senador Humberto Costa, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia – Recursos nºs 17 e 18, de 2011)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, dos Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências*. Parecer sob o nº 1.003, de 2011, da CCJ, Relator do vencido: Senador Renan Calheiros, favorável ao Projeto, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira;

e, em separado, do Senador José Pimentel; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, que tramitava em conjunto.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 601, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 21, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011, do Senador Pedro Taques, que *acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para impor aos candidatos, partidos políticos e coligações o dever de divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e aos gastos efetuados na campanha eleitoral.*

Parecer sob nº 1.267, de 2013, da CCJ; Relator do vencido: Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do Projeto, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Humberto Costa e Roberto Requião; e vencido, em separado, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia – Recursos nºs 6 e 7, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.*

Parecer sob nº 325, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 10, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.*

Pareceres sob nºs 555, 556 e 1.327, de 2013, das Comissões:

- CDH, Relator: Senador Paulo Paim, favorável;
- CAS, Relatora: Senadora Ana Amélia, favorável; e
- CAE (em audiência, nos termos do Requerimento nº 843, de 2013), Relator: Senador José Pimentel, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Romero Jucá, como Líder, e, em seguida, como oradora inscrita, a Senadora Fátima Bezerra, a quem passo a Presidência.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio Senado e da TV Senado, pedi a palavra para tratar de dois temas.

O primeiro deles diz respeito à votação que tivemos acerca da Medida Provisória nº 660. Eu tive a honra de presidir a sessão que aprovou, rapidamente, a Medida Provisória nº 660 aqui, no Senado da República. É importante dizer que essa medida provisória faz justiça e dá as condições para serem feitos os enquadramentos de servidores dos ex-Territórios na União. Essa medida provisória atende os Estados de Roraima e do Amapá e uma parte dos servidores de Rondônia. Aqui, no Senado, nós retomamos o texto da comissão no que diz respeito aos Estados do Amapá e de Roraima e aprovamos três emendas de minha autoria, que seguiram para a Câmara dos Deputados. No dia seguinte, com o apoio do PMDB, de diversos partidos da Base e de todos os Deputados Federais dos ex-Territórios e com o apoio incondicional do Presidente Eduardo Cunha, nós conseguimos aprovar a Medida Provisória nº 660 e, aprovando essa medida provisória, aprovar também as minhas três emendas, que retomaram, no texto, a linha de entendimento feita quando da votação da Emenda Constitucional nº 79.

Essa medida provisória é muito importante para o povo de Roraima e do Amapá. Nós estamos fazendo justiça e reabrindo o prazo de enquadramento para homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, que

se dedicaram à implantação do Território, ao funcionamento do Território e, posteriormente, à implantação do novo Estado.

De forma desavisada, de forma até descabida, o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Guimarães, encaminhou, equivocadamente, algumas questões.

A primeira delas dizendo que se tratava da tentativa de um trem da alegria. Eu quero dizer ao Deputado Guimarães e a todos aqueles que votaram contra, inclusive, seguindo orientação do Partido dos Trabalhadores, com o que nós discordamos na hora, que trem da alegria é alguma coisa que se forma com quem não tem direito de ser enquadrado. Esses homens e mulheres de Roraima e do Amapá passaram a vida se dedicando ao trabalho para implantar esses novos Estados.

Falou, também, o Deputado Guimarães sobre a equiparação ou a reequiparação, porque, antes, já havia equiparação dos policiais dos ex-Territórios, dizendo que se tratava de uma PEC nº 300. O Deputado e aqueles que votaram contra precisam se informar melhor, porque os policiais e os bombeiros dos ex-Territórios, que estão hoje – cerca de 300 – na ativa, são funcionários federais, nada têm de relação com polícias estaduais, como é a PEC nº 300. Os policiais, Senador Dário Berger, homens e mulheres, bombeiros e policiais dos ex-Territórios, dedicaram a vida à segurança pública em Roraima, acima da linha do Equador, distante, mas, lá, mantiveram a bandeira brasileira, a bandeira do Estado, as posições de defesa da sociedade. Esses homens e mulheres tinham equiparação com os policiais do Distrito Federal, porque era a Polícia do Distrito Federal e dos ex-Territórios. No dia em que se criou o Fundo do GDF, aqui, em Brasília, tirando a quantidade de servidores da Polícia do Território ou do Governo Federal para o GDF e se passando recursos, deixou de haver equiparação salarial. Aí esses policiais dos ex-Territórios passaram anos sem ter aumento, porque não havia na figura do serviço público federal qualquer tipo de relação de equiparação que pudesse beneficiar os policiais e os bombeiros. É por isso que nós trouxemos de volta esse direito, que já estava assegurado durante anos – aliás, durante décadas – aos militares dos ex-territórios.

A outra questão da emenda que coloquei é que ela faz justiça a 26 auditores fiscais dos ex-territórios, que já ganham como auditores fiscais da Receita Federal, mas que não eram enquadrados como tal, pois recebiam um salário base pequeno e o restante como vantagem pessoal. No dia em que se aposentavam, deixavam de receber a vantagem pessoal e ficavam na rua da amargura, com um declínio de salário muito grande. São 26 auditores, pessoas trabalhadoras, competentes, honestas, que ajudam a arrecadar os tributos em Roraima.

Pois bem, essas três emendas foram aprovadas. Agora, nós temos o último desafio, que é o desafio da sanção presidencial. Nós estamos conversando com o Ministério do Planejamento, mostrando a razão dos servidores dos ex-territórios, e nós vamos lutar por essa sanção, porque ela é justa, porque ela faz a condição de reconhecimento aos servidores. Uma parte já foi feita, porque uma de minhas emendas, que eu trouxe de volta ao Senado, dá o mesmo tratamento de enquadramento. Foi dado, quando fui Governador do Território, o reconhecimento de servidores que tinham vínculo de qualquer forma através do parecer FC3, aprovado pela Consultoria-Geral da República e pelo então Presidente José Sarney.

Portanto, quero aqui registrar minha posição firme em defesa da sanção. Estou trabalhando junto ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil. Nós não vamos admitir retrocessos. Nós vamos lutar em todos os campos para que possa, efetivamente, ser dado o último passo de justiça e de reconhecimento a esses trabalhadores e trabalhadoras de Roraima e do Amapá.

Quero parabenizar todos os envolvidos nessa luta: as associações; os sindicatos; o Josias, da Associação dos Policiais; o Sadiesley, do Sinpol; o Coronel Frazão; o Coronel Maia; toda a equipe da Polícia Militar e dos Bombeiros, enfim, todos os setores que efetivamente participaram e acreditaram.

Alguns anos atrás, quando nós começamos essa luta, muitos diziam que era uma jogada político-eleitoral, que estávamos querendo colocar essa questão para ganhar voto, que estávamos querendo enganar a população. Muita gente disse isso. Agora, muita gente aparece na fotografia para posar também. Ótimo! Quanto mais gente, melhor! Queremos enquadrar o máximo de pessoas.

Essa é uma luta do Estado, é uma vitória do Estado, não é uma vitória pessoal de ninguém. É importante que todos possam efetivamente ser atendidos, desde que tenham a documentação regular e o direito adquirido, comprovado pelas equipes técnicas que estão fazendo a análise da documentação.

Então, quero aqui parabenizar a população de Roraima. Foi uma grande vitória do nosso Estado. Estaremos vigilantes, para que essa vitória possa ser concluída até no último ato, que é o enquadramento dos servidores e o primeiro salário recebido por esses homens e mulheres que têm esse direito. Aí, sim, vamos sossegar nessa questão, porque nosso dever estará cumprido.

Outra questão rápida que eu queria mencionar aqui diz respeito ao fundo partidário, que tem gerado muito debate. Fui Relator do Orçamento. Fui procurado, Senador Dário Berger, pela grande maioria dos parti-

dos políticos, todos apavorados. Não havia recursos para que os partidos pudessem funcionar neste ano. Por conta de várias questões políticas, as doações empresariais cessaram.

O fundo partidário é um fundo pequeno, que todos os anos o Orçamento aumenta. É importante que se diga isso. Não foi só neste ano que ele foi aumentado; nos últimos anos, tem sido feito o incremento do fundo partidário.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas fui procurado praticamente por quase todos os presidentes e dirigentes partidários, pedindo que, mais uma vez, neste ano se fizesse o reforço no fundo partidário. Os partidos pediram R\$1,2 bilhão a mais. Eu, como Relator, entendi que deveria fazer um acréscimo de R\$500 milhões. Atendi, porque acredito que os partidos precisam ter condição de funcionamento.

Quero dizer aqui que sou contra o financiamento público de campanha. Sou contra, mas tive oportunidade, quando debati essa matéria na Comissão de Orçamento, de dizer que é um bom momento para se discutir se o Governo, o País, os partidos e a sociedade querem alocar mais dinheiro do Orçamento para financiar campanhas políticas.

Esse recurso que nós implementamos...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...os R\$500 milhões, não são destinados para financiamento de campanha política, mas para a manutenção *(Fora do microfone.)* dos partidos. Os partidos cresceram muito. Alguém falou: “Mas, há alguns anos, o fundo partidário era menor”. É verdade, ele era menor, mas havia poucos partidos. Agora, há 33 partidos. E está aí uma proposta de criação de outros tantos.

Então, o fundo partidário é necessário para todos os partidos. E, aqui, quero dizer uma coisa: ele é necessário principalmente para os partidos de oposição. Os partidos da Base do Governo ainda conseguem doações empresariais – está aí a história para mostrar –, mas partidos de oposição têm dificuldade de conseguir doação partidária de empresas.

Então, aumentei o fundo partidário, atendendo ao pedido dos Presidentes. Isso não foi feito na calada da noite, não! Isso foi feito transparentemente!

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E foi aprovado por unanimidade no plenário da Comissão de Orçamento. Aqueles que desconhecaram, é porque não acompanharam. Se tivessem acompanhado, se tivessem falado com seus partidos, teriam recebido a informação. Os partidos me pediram.

Ouvi aqui as palavras do Senador Reguffe – e as respeito –, que falou que não concorda. Respeito a posição do Senador Reguffe, mas ele deve cobrar do Presidente Lupi, que mandou um ofício por escrito pedindo R\$1,2 bilhão. Os partidos têm de se relacionar internamente, e os Presidentes precisam esclarecer a posição aos seus filiados. E, se o partido não quiser receber o recurso, ele o devolve. Ninguém é obrigado a gastar, não! Isso é uma faculdade.

Esses recursos, como eu disse, não podem ser contingenciados, exatamente para não prejudicar os partidos de oposição. Se pudessem ser contingenciados, determinado governo poderia contingenciar todos os recursos.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Os partidos ficariam à míngua e aí acionariam empresas que, efetivamente, doariam ao partido A ou ao partido B, que teria doação empresarial. E os outros não teriam operacionalidade de atuar, principalmente os da oposição.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone.*) – Peço-lhe um aparte, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Darei a V. Exª já o aparte.

Volto a dizer: sou contra financiamento público de campanha. Tenho um projeto aqui sobre financiamento privado, dando normas mais transparentes e limites ao financiamento privado.

Agora, quero dizer que é um bom momento para se discutir financiamento público de campanha, porque há uma incoerência: estou vendo gente que defende o financiamento público de campanha dizendo que não concorda com o incremento do fundo partidário. Ora, só quero dizer o seguinte: nós fizemos as contas, e, se o financiamento público de campanha...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – ...passar, o que vai haver no fundo partidário para financiamento de campanha não serão os R\$500 milhões, não! Serão...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...R\$6 bilhões para financiar campanha. E não acredito que a maioria da sociedade brasileira concorde em tirar R\$6 bilhões da educação, da saúde, da mobilidade urbana, do Minha Casa, Minha Vida, para colocar em fundo partidário para financiar candidatura de ninguém.

Então, o que temos de ter, efetivamente, é uma regra clara, transparente, democrática. Diminuir custo de campanha, diminuir prazo de campanha, tudo isso eu já propus aqui e aprovei numa pequena reforma eleitoral, inclusive proibindo placas, proibindo uma série de coisas que a Presidenta vetou. Vamos novamente rediscutir isso. Como é que a gente diminui o gasto de televisão? Só de imposto que não é recolhido por eleição, é mais de R\$1 bilhão.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Isso não entra na conta da campanha, mas é custo para o Brasil.

Então, vamos ver como é que a gente simplifica isso. Agora, não é com o financiamento público de campanha que nós vamos deixar de colocar dinheiro público para o financiamento da campanha.

Quero fazer aqui justiça: a Presidenta Dilma sancionou uma proposta de todos os partidos. A Presidenta Dilma não tem responsabilidade quanto a isso. Essa foi uma posição do Congresso. Isso está no orçamento do Congresso, assim como outros dispositivos de gasto estão no orçamento do Judiciário. Ela atendeu à vontade expressa dos partidos e do Congresso. Ela tinha de sancionar. Se ela vetasse, o fundo partidário ficaria zero, e os partidos não teriam, no final do mês, dinheiro para pagar a conta de luz e a conta do telefone.

Então, vamos...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – ...fazer justiça. Essa é uma questão dos partidos, e os partidos que pediram o acréscimo tem de...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...ter a coragem de enfrentar o debate. Eu não tenho medo de enfrentar o debate, não! Eu coloquei isso, porque acho legítimo os partidos políticos terem recursos para funcionar. Não existe democracia sem partido político. Não existe partido político sem recurso. E não existe campanha nem partido político sem recurso para disputar a eleição.

Eu até quero aqui mandar um recado para o meu amigo, o radialista Ricardo Boechat. Hoje, de manhã, criticando o recurso para o fundo partidário, ele disse que era contra o fundo partidário que eu tinha colocado e que, em vez de colocar dinheiro para o fundo partidário, eu deveria ter colocado recursos do espólio da minha mãe, que faleceu, para a campanha política dos partidos.

Quero dizer ao Boechat que minha mãe faleceu, que ela era funcionária pública, auditora federal, e que...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...o pequeno espólio dela ficou dividido entre meus irmãos que tinham menos condição (*Fora do microfone.*). Nada recebi da minha mãe, deixei com meus filhos.

Eu gostaria que o Boechat respeitasse isso. Eu jamais subiria aqui, à tribuna, para falar da mãe do Boechat. Então, acho de última, de mau gosto ele usar a rádio e a TV num discurso individual, não num debate, para falar da minha mãe. Então, lamento a postura de cada um.

O espólio da minha mãe, Boechat, não dá para financiar nem um partido que não tenha nenhum tipo de representação.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD – BA) – Peço-lhe um aparte, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Dou o aparte ao Senador.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu concordo muito com o que V. Ex^a coloca sobre a reforma política, sobre os temas que foram colocados aí, sobretudo sobre o encurtamento do período eleitoral no rádio e na televisão. Acho que financiamento público sem ouvir a população não deve existir. Se for aprovado, tem de haver um referendo, para perguntar ao povo se quer que os impostos que paga sejam aplicados na política. Essa é uma coisa que acho correto fazer. Sou contra também o financiamento público de campanha.

Tem de se normatizar de uma forma melhor. Mas eu queria dizer a V. Exª que, como Relator do Orçamento, V. Exª foi muito claro e transparente, dizendo, inclusive, antes, que ia fazer esse aumento do fundo partidário. A Presidente Dilma não poderia vetar parte desse fundo partidário, só poderia vetá-lo como um todo, e aí ele acabaria de uma vez por todas. Então, ela está completamente eximida de qualquer culpa nessa questão. Isso foi um acordo dos partidos, inclusive do meu Partido, o PSD. Todos os partidos precisam assumir essa responsabilidade com muita clareza, para que não venha a ser discurso de palanque de quem quer que seja...

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD – BA) – ...dizer que é contra o aumento do fundo partidário. Agora, o que me chama a atenção, Senador Romero Jucá, é que estamos aqui para implantar a CPI do Carf. O Conselho foi criado, em 2008, por uma medida provisória que terminou sendo uma lei. A medida foi transformada em lei em 2008 e estabeleceu a criação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Pois bem, esse Conselho é paritário: metade do Governo, metade das empresas. Esse Conselho tem 72 conselheiros. A Vice-Presidente do Conselho é advogada do Bradesco. A Vice-Presidente do Conselho do Carf é advogada do Bradesco, que é um dos maiores devedores da União. Pois bem, só 780 empresas, eu levantei esses dados...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD – BA) – Só 780 empresas – inclusive, a maioria bancos e grandes empresas – devem, em multas, débitos, autos de infração, ao Erário R\$357 bilhões. Eu não estou falando de pouco dinheiro, não. São 780 empresas, como Bradesco, Santander, HSBC, Itaú, grandes empresas, inclusive algumas delas envolvidas na Lava Jato. São 780 empresas que devem R\$357 bilhões em recursos que não vão ser pagos, não, enquanto aproximadamente seis mil pequenas empresas estão pagando. Então, não vejo a imprensa publicar e dar tanta relevância, como deu ao aumento desse fundo partidário. Deveriam colocar, nas primeiras páginas dos jornais, na televisão e na rádio, que 700 grandes empresas – que inclusive anunciam em rádio e televisão – precisam pagar ao Erário R\$357 bilhões, o que resolveria – só a metade disso – o ajuste fiscal. Não precisaríamos estar aprovando aqui seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso. Bastava cobrar isso. Isso foi feito em 2008, por medida provisória, e o Congresso aprovou como lei, só para não pagar aquilo que é devido. Os Tribunais Federais de Recurso deveriam resolver o problema e cobrar essa multa toda, esses autos de infração que foram dados e não foram pagos até hoje. E não vão ser pagos, a não ser que a CPI e a Operação Zelotes coloquem, realmente, para que as pessoas que devem ao Erário possam pagar. Deram uma relevância muito grande a esse aumento do fundo, e V. Exª fez de forma transparente e, na minha opinião, correta. A Presidenta Dilma realmente está completamente isenta de culpa, mas culparam-na imediatamente, porque ela sancionou, por desconhecimento da lei. V. Exª, que é um conhecedor da lei e que conhece bem o que tramita aqui, faz-me lembrar, com essa maneira de interpretar as coisas, o meu conterrâneo, o jurista Rui Barbosa, que disse o seguinte, em um momento até de grande lucidez: “A ignorância duvida porque desconhece o que ignora.” Então, ignoraram que a Presidente não podia fazer o veto a esse projeto, aprovado aqui, no Congresso Nacional. Obrigado pela possibilidade de expor a minha ideia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agradeço, Senador Otto Alencar, o aparte de V. Exª.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero só registrar que se deixou de publicizar também o que eu coloquei a mais, como extra, no orçamento. Só para média e alta complexidade do Ministério da Saúde, R\$3,5 bilhões.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E, para o Minha Casa, Minha Vida, R\$2 bilhões, que estavam fora do orçamento.

Vou conceder um aparte ao Senador Dário Berger. Depois, ao Senador Ricardo Ferraço e à Senadora Fátima Bezerra.

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Romero Jucá, quero, em primeiro lugar, expressar a minha solidariedade a V. Exª quanto à questão pessoal. E quero bater na mesma tecla que tenho batido sistematicamente. A grande crise que estamos vivendo hoje é uma crise de respeito e de desrespeito. As pessoas falam sem conhecimento de causa. Existe um clima de desmoralização da classe política que, diga-se de passagem, é injusta, lembrando que a grande revolução ética e moral que nós tanto cobramos dos nossos políticos e dirigentes começa em cada um de nós. Começa pelos jornalistas também. Realmente, senti-me tam-

bém ofendido pela ofensa que foi proporcionada a V. Exª com relação a esse assunto. Em segundo lugar, quero expressar a V. Exª que, no que diz respeito à reforma política, todos nós temos uma na cabeça. É por isso que ela não sai do papel. É por isso que nós, eventualmente, transformamos isso numa colcha de retalhos. A gente tem uma luz, uma ideia. Pensando que essa ideia isoladamente vai resolver o problema, ela acaba não resolvendo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O ideal seria que fizéssemos uma ampla discussão a respeito desse assunto, que colocássemos esses temas condensados todos num mesmo cenário, para efetivamente chegarmos a uma conclusão do que nós desejamos e do que a população brasileira espera de uma reforma política, que deve ser feita já para as próximas eleições. Tenho a minha reforma política. Eu também, a princípio, sou contra o financiamento público de campanha, porque a população, eu tenho a impressão, não sabe exatamente o que isso representa, qual o valor que isso teria que ser disponibilizado e, sobretudo, o que se poderia fazer com esse recurso, se fosse aplicado em outras áreas sociais. Portanto, são temas urgentes, relevantes. Acho que o Brasil pede um novo olhar, e esse novo olhar começa pela reforma política, tão bem relatada por V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu ouço o Senador Ricardo Ferraço e, logo após, a Senadora Fátima.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Romero Jucá, eu quero, com a máxima vênua e civilidade, concordar com dois pontos, até porque sou testemunha aqui – V. Exª abriu o pronunciamento falando sobre conquistas para o seu Estado, o Estado de Roraima – da luta incansável de V. Exª em razão do Estado que representa como Senador, Estado onde foi governador. É realmente admirável a forma como se dedica ao seu Estado, como eu me dedico ao Estado do Espírito Santo, em função das lides que nós temos aqui. Com relação ao segundo ponto, também me solidarizo com V. Exª, porque acho de muito mau gosto envolver a senhora sua mãe, finada, num debate político. Eu também me solidarizo com V. Exª a respeito. Mas, em relação ao terceiro ponto, não.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que nós erramos coletivamente e precisamos fazer o mea-culpa, pelo menos esse é o valor de juízo que faço. O Congresso brasileiro errou, numa conjuntura como essa, em que estamos impondo ao povo brasileiro sacrifícios sem precedentes, em função de um ajuste fiscal que está sinalizando inflação, que está sinalizando desemprego, numa conjuntura em que o Governo Federal não tem apenas a sua popularidade em queda, mas a sua credibilidade, haja vista o balanço da Petrobras, estarrecedor, anunciado ontem não apenas ao Brasil, mas também ao mundo. O ambiente, portanto, é de muita incerteza; o ambiente, portanto, é de manifestações populares. E o Congresso brasileiro errou – e eu faço o meu mea-culpa –, porque, na prática, nós votamos esse acordo aqui, no Congresso, ampliando muito esses recursos do fundo partidário, quando não deveríamos ter feito isso. Não deveríamos ter feito isso.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E errou a Presidente Dilma em não vetar, porque um erro não justifica o outro. Mas eu não posso reconhecer o erro da Presidente Dilma sem fazer o meu mea-culpa, porque esse orçamento foi votado por todos os Congressistas. O Congresso brasileiro votou a matéria numa hora absolutamente inoportuna, inconveniente. E V. Exª, assim como eu, assim como o Senador Dário Berger, que somos do PMDB, que somos do maior Partido no Senado, precisamos tomar para nós a responsabilidade de liderar e coordenar essa reforma política, até porque o PMDB não preside apenas o Senado, preside também a Câmara e o Congresso brasileiro. V. Exª toca num tema fundamental: nós precisamos reduzir os custos das campanhas políticas. Nós precisamos acabar com esses efeitos artificiais de terceira, quarta e quinta geração, a que as campanhas políticas estão subordinadas, que são as estratégias de *marketing* e tantas outras mais.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Portanto, baixar os custos das campanhas políticas e impor restrições é fundamental para o debate relacionado ao financiamento, porque sem esses custos o financiamento também vai perder relevância. Nós, do PMDB, temos a responsabilidade de apresentar essa agenda,

porque nós estamos presidindo o Senado, estamos presidindo a Câmara, temos aqui a maior Bancada e poderíamos muito bem liderar essa reforma. De modo que não concordo com V. Ex^a. Eu acho que nós erramos, acho que a Presidente errou e acho que isso não tem e não faz o menor sentido. Perdoe-me a franqueza. Dirijo-me a V. Ex^a com civilidade e com respeito. Nós não deveríamos ter feito isso. Nós erramos, e errou a Presidente, porque teve a oportunidade de corrigir e de vetar a matéria, mas não o fez. Peço vênia a V. Ex^a para, de maneira civilizada e respeitosa, apresentar a minha divergência em relação a essa questão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Ricardo Ferraço, eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Romero Jucá, para concluir. Nós temos outro orador. V. Ex^a já está na tribuna há 35 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu quero registrar que V. Ex^a discorda de mim, mas eu também discordo de V. Ex^a. Eu acho o seguinte: nós temos um momento difícil no País, nós temos uma crise, nós temos um orçamento de 1,4 trilhão. O Governo acaba de crescer 26 bilhões em receita, e eu digo com muita tranquilidade que não serão 500 milhões, cortando-se o funcionamento pleno dos partidos, que vão resolver o problema do País. Pelo contrário, eu acho que o problema do País se resolve pela política, resolve-se pela afirmação política, resolve-se com o funcionamento pleno dos partidos. Nós não estamos falando aqui de financiamento de campanha. Os recursos deste ano do fundo partidário não são para financiamento de campanha. São para funcionamento dos partidos.

Quero dizer uma coisa: eu sou político, eu respeito a política, eu acho que nós temos que trazer todos para discutir política.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Os partidos têm que ter estrutura para fazer política, para chegar à juventude, porque ainda não chegam; para chegar aos empresários, porque ainda não chegam.

Então, diminuir o funcionamento dos partidos não resolve a crise que nós estamos vivendo. Ao contrário, nós temos que estimular a política; estimular a política é estimular o funcionamento também dos partidos.

Eu respeito a posição de V. Ex^a, mas quero dizer que discordo, porque eu acho que isolar os partidos e não dar condições de funcionamento a eles não ajuda a resolver a crise política. Falar mal dos partidos do fundo partidário não reforça o papel de funcionamento da política nesse Brasil. Ao contrário.

Então, tenho as minhas convicções e estou à disposição para o debate.

Volto a dizer: não defendo financiamento público. Sou contra o financiamento público, mas estou pronto para debater esse assunto, em qualquer fórum, com qualquer pessoa, sem que...

(Interrupção do som.)

Concedo um aparte à nobre Senadora Fátima Bezerra e, logo após, à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Quero aqui ressaltar a franqueza e a honestidade parlamentar de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – V. Ex^a deixa aqui muito claro que, na condição de Relator do Orçamento Geral da União, V. Ex^a foi procurado praticamente por todos os partidos. Todos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Todos partidos.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É incoerente, é contraditório. Depois que o orçamento foi aprovado, depois, inclusive, que ele foi sancionado, de repente alguns segmentos partidários vêm agora com questionamentos.

Mas é importante essa posição de V. Ex^a de deixar muito claro que atendeu, isto sim, à reivindicação, ao pedido da maioria dos partidos que têm assento no Congresso Nacional.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Da oposição à Base do Governo.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Da oposição à Base do Governo. Segundo, Senador, eu, claro, respeito a posição, inclusive...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

Com relação à questão do financiamento de campanha, V. Ex^a é contra o financiamento público, e eu já sou absolutamente a favor. Eu estou cada dia mais convencida de que um dos maiores malefícios às campanhas

políticas do nosso País é exatamente esse modelo existente do chamado financiamento empresarial. Alias, nós temos um modelo híbrido, porque o nosso modelo de financiamento, de um lado, permite o financiamento público, por meio dos fundos partidários, e permite o financiamento empresarial. Eu espero que o Congresso Nacional realmente faça, com muita seriedade, esse debate,...

(Soa a campanha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... porque eu acho que o está em disputa na sociedade brasileira neste exato momento, inclusive aqui no Congresso Nacional, é se nós faremos uma reforma política no sentido de corrigir as distorções políticas existentes ou se haverá uma reforma política que, ao invés de corrigir as distorções políticas existentes, venha exatamente no sentido de aprofundá-las. Penso eu que manter o financiamento empresarial de campanha – aliás, constitucionalizando-o, como quer a Proposta de Emenda à Constituição nº 52, liderada na Câmara pelo Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha –, a meu ver, se esse for o caminho adotado, nós estaremos dando as costas para a sociedade, nós estaremos fazendo a contrarreforma. Por quê? Porque o que a sociedade quer, no fundo, no fundo, é uma reforma política que traga mais ética, mais combate ...

(Interrupção do som.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... à corrupção, mais combate à impunidade, traga mais democracia, mais *(Fora do microfone.)* mecanismos de participação da sociedade, e penso que constitucionalizar o financiamento empresarial de campanha está na gênese dos principais escândalos de corrupção que têm acontecido não apenas hoje, mas desde o final da ditadura militar. Enfim, Senador, eu respeito, mas o meu Partido defende o financiamento público de campanha, assim como eu. Acho que uma proposta que pode dialogar com a sociedade é a proposta da Coalizão Democrática, com o financiamento democrático, que, de um lado, permite o financiamento público, inclusive através dos Fundos Partidários, mas permite o financiamento privado, não de pessoa jurídica, não de empresa, mas o financiamento individual, com limite. Quero encerrar agradecendo o aparte de V. Exª e inclusive já o convidando, bem como todas as Lideranças, todos os partidos que têm assento nesta Casa...

(Soa a campanha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... para o encontro breve que teremos aqui, no Senado, com o movimento da Coalizão Democrática, formado por um conjunto de entidades respeitadíssimas, como a CNBB, a OAB e outras. A Coalizão também quer vir dialogar com o Senado Federal, até porque ela representa um segmento muito expressivo da sociedade brasileira. Quero, portanto, desde já, deixar aqui o convite, pois em breve a Coalizão estará aqui para dialogar conosco acerca desse tema tão importante, a meu ver, a mais importante, a reforma de todas as reformas, a mãe de todas elas, que é a reforma política. Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu agradeço, Senadora Fátima Bezerra, o convite, respeito a posição de V. Exª e acho que a questão do financiamento de campanha vai ser um debate muito construtivo porque existem posições divergentes, e nós vamos ter que chegar a uma posição.

Tenho cobrado do Presidente Renan Calheiros que traga ao plenário todos os projetos de reforma política para que façamos aqui, por um ou dois dias, o debate e possamos votar algo que o Senado se manifeste pela sua maioria.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Inclusive aqueles...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não podemos ficar por fora dessa discussão e dessa decisão.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Inclusive aqueles que impõem restrição aos gastos em campanha eleitoral.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente. Exatamente, Senador.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Inclusive esses que impõem restrição...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Todos, todos.

Acho que temos...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para acabar com essa parafernália, com essa alquimia...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Temos que passar a limpo essa discussão.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... em que se transformou a campanha eleitoral em nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente.

Ouçó para...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Precisamos moralizar o Senado e trazer (*Fora do microfone.*) todos os pontos de vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ouçó a Senadora Ana Amélia, para encerrar.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada. Eu queria dizer ao nosso Presidente Telmário Mota, que falou sobre o tempo da tribuna, que penso que, numa tarde como a de hoje, este tema candente está ocupando grande espaço na mídia brasileira e na atenção do eleitor brasileiro, da sociedade brasileira.

(*Soa a campanha.*)

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria dizer, Senador Romero Jucá, que V. Exª acabou deixando pendurado no pincel, como dizem popularmente. V. Exª não faria uma emenda dessa natureza sem, evidentemente, um acordo com os partidos políticos. Não tenho dúvida, V. Exª não iria bancar uma iniciativa dessa natureza sem ter tido o respaldo de grandes partidos políticos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A solicitação é de todos os partidos, inclusive com muito mais recursos do que eu coloquei.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bom, então, a partir disso, V. Exª matou no peito uma bola, e agora recebe uma bola pelas costas. Então, não discuto o mérito, fui sempre contra esse aumento. Fui contra, em tese, o aumento, entendendo que a sua posição, nesse caso, realmente, está pagando o preço de uma conta que não é só sua, é uma conta que deve ser compartilhada com os dirigentes partidários. Quero lhe dizer, Senador Romero Jucá, que, sobre essa matéria, ontem fiz um pronunciamento, aí onde está V. Exª, abordando a questão.

(*Soa a campanha.*)

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E ouvi do Senador Walter Pinheiro uma informação relevante que contrariava a declaração do Vice-Presidente Michel Temer de que haveria contingenciamento da matéria porque era orçamentária. Bom, o Senador Walter Pinheiro disse que não podia, nessa matéria orçamentária, haver contingenciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Primeira informação relevante. A segunda é que a Presidente poderia – poderia – apresentar uma medida provisória, porque ela também não poderia vetar a matéria. Aí é que está o outro fato, também, para mim, relevante e até então novo, porque não conheço o Regimento Interno de ponta a ponta. Não, não conheço o Regimento Interno. Então, que poderia a Presidente vetar. E nós queríamos que ela vetasse. Um grupo de Senadores encaminhou a ela uma sugestão de veto nessa emenda. Não foi aceita essa sugestão de veto.

(*Soa a campanha.*)

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aqui foi dito pelo Senador que ela também não poderia vetar, porque estaria comprometendo todo o conjunto do orçamento. E então a sugestão seria, não havendo veto e não havendo contingenciamento por dispositivo legal, que a saída fosse uma medida provisória anulando essa iniciativa, o que seria possível. Então eu pergunto a V. Exª, que conhece todo o procedimento legal, não só regimental, mas legal, que caminho tomar nessa matéria, ou se ela já está líquida e certa e que os partidos vão fazer, ou devem fazer, como o seu partido, o PMDB, que não vai gastar todo o dinheiro que vai receber do aumento desse Fundo Partidário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na verdade, o Senador Walter Pinheiro tem razão, a LDO proíbe o contingenciamento desse tipo de matéria, exatamente para proteger os partidos de oposição, porque imagine V. Exª se determinado governo tivesse...

O que é o Fundo Partidário? O Fundo Partidário é um recurso repassado aos partidos para que eles possam sobreviver, pagar água, luz, telefone, passagem, funcionários, enfim, terem o seu dia a dia. Todos os partidos recebem. Todos. Um órgão de imprensa falou: “Não, mas antigamente o Fundo Partidário era menor”. É verdade, mas antigamente nós tínhamos oito partidos, agora nós temos 33.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Há uma proliferação de partidos, o que está errado, mas é a regra.

Então, o que poderia acontecer? Se pudesse ser contingenciada essa matéria, um governante mais duro ou mais perseguidor contingenciaria o Fundo todo.

Os partidos teriam zero de recursos. Chamaria empresários ligados ao governo e diria: "Você vai doar para o partido A, B ou C". Os partidos que tivessem a benesse do governo teriam recursos para funcionar, partidos de oposição não teriam recursos para funcionar. Por isso que é incontingenciável, para dar condição de operacionalidade a todos os partidos. Esse é um preceito importante da democracia.

Então, não poderia ser contingenciado. O que pode ser feito? Eu tenho dito isso internamente no PMDB, porque algumas vozes do PMDB se levantaram contra. Essa transferência é automática, vai ocorrer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Romero, para concluir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quem for contra receber o recurso manda fazer uma guia de recolhimento do Tesouro Nacional, pega esse recurso e devolve; quem for a favor funciona. É assim. Ninguém é obrigado a gastar. Ninguém é obrigado a gastar.

Agora, o que eu fiz, volto a dizer, foi atender a um pleito dos partidos que estavam sem condições de funcionar. E, na crise que estamos vivendo, partido não funcionar não é uma coisa boa, é ruim. Eu acho que algumas questões, algumas despesas, alguns investimentos precisam funcionar. Nós não podemos ter a desculpa de dizer: vamos cortar despesas, não vamos deixar os partidos funcionarem. Daqui a pouco, alguém vai dizer: "Quanto custa o Congresso? Vamos fechar o Congresso porque é uma economia que se vai fazer".

Existem gastos e gastos. Eu acho que a política é algo nobre, que tem de ser valorizado.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... porque recurso do Fundo Partidário, para mim, é recurso público. Eu uso para o funcionamento do PMDB em Roraima, mas nas minhas campanhas eu não uso recurso do Fundo Partidário, porque é dinheiro público, e eu acho que não posso fazer campanha com dinheiro público. Essa é uma posição pessoal minha.

Volto a dizer – V. Ex^a não estava aqui –: quem defende o financiamento público tem de estar preparado para defender R\$6 bilhões nos orçamentos dos partidos. Não são R\$500 milhões. Nós estamos tendo essa confusão toda com R\$500 milhões. Então, se quiser um financiamento público, são R\$6 bilhões, porque é para campanha de presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – V. Ex^a me permite, Senador? Aí tem outro problema. Por esse método, por esse sistema, nós também temos de regular, porque aquele candidato a senador, a deputado ou a vereador...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... que não está atrelado a um sindicato grande, a uma central sindical, com relações político-ideológicas, ele vai ficar, digamos, com um processo de disputa totalmente desigual. Nesse aspecto, é preciso entender dessa forma. Nesse aspecto. Queria também sugerir que, neste caso, quando falta dinheiro para internar uma criança no hospital, quando falta dinheiro para colocar mais policiais nas ruas, porque há uma insegurança muito grande, é preciso consultar o povo para saber o que ele pensa a respeito dessa questão de usar dinheiro público para campanha política.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu tenho consultado e a resposta tem sido negativa. Quando se fala em tirar o financiamento empresarial da campanha política, muita gente concorda porque não conhece o trâmite. Quando se pergunta: "Tirando o empresário, você concorda em pegar R\$6 bilhões e colocar para os partidos políticos fazerem campanha?",...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... a maioria não concorda, porque, na verdade, há carência hoje, e eu não concordo também. Então, este nó *(Fora do microfone.)* nós vamos ter que desatar aqui.

Eu tenho um projeto sobre financiamento tramitando que define que empresa só pode doar para partido político, não pode doar para candidato. Candidato só pode receber recurso para fazer campanha ou de pessoa física, com limite, ou de partido. E, em cada nível de eleição, uma empresa só pode doar para um partido.

O que acontece hoje? As empresas fazem *head*, fazem seguro: elas doam para todos os candidatos, e se dão bem com quem que ganhe. Não, empresa doar é legítimo, mas tem que assumir a responsabilidade ideológica, política, de posicionamento.

Por exemplo, em Alagoas, vai doar para um candidato ou para um partido em que ela acredita. Só vai poder doar para aquele partido. Não vai poder doar para todo mundo. Aí nós vamos dar nitidez ao processo político, inclusive com a participação empresarial, que é legítima. Com a participação dos sindicatos, com a participação das igrejas. Todo mundo...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... tem que participar da política, mas com regras claras, com clareza, com transparência nas contas de campanha.

Fica aqui o meu posicionamento e a minha disposição de participar (*Fora do microfone.*) do debate para discutir essa questão, assim como a cobrança amigável ao Presidente Renan Calheiros, para que traga essas matérias para o plenário a fim de que possamos construir uma posição majoritária, que não vai ser consensual, que não vai ser de todos, mas, como diz a democracia, que seja da maioria, para que seja encaminhada à Câmara e, de certa forma também, definida nas posições do Senado da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Fátima Bezerra.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, a Srª Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Quero aqui registrar a presença dos Vereadores de Viana, no Maranhão, de Diamantina e de Brasília de Minas, em Minas Gerais.

Sejam bem-vindos à Casa do povo.

Dando continuidade, vamos ouvir agora a Senadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, que honra aquele povo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Telmário, que preside os trabalhos nesta hora, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da rádio Senado, antes de entrar no tema, gostaria de fazer uma observação.

De fato, como disse aqui o Senador Romero Jucá, é muito importante e necessário que aprofundemos cada vez mais o debate do tema da reforma política. É um tema muito apaixonante. Inclusive, falei nesta semana com o Senador Renan Calheiros, para que aqui, também, possamos abrir espaço para ouvir as diversas vozes, com os seus diversos perfis, sob o ponto de vista ideológico e sob o ponto de vista político.

Por isso, o Movimento de Coalizão Democrática, eu reputo como um dos movimentos, de maior envergadura atualmente, de maior consistência, sob o ponto de vista intelectual e também de legitimidade popular e de representatividade. Por isso, eu defendo que o movimento da coalizão política venha aqui para o Senado, e virá, provavelmente, na próxima quarta-feira. O movimento está convidando as representações, os Senadores de todos os partidos que têm assento no Senado, exatamente para travar o diálogo com o movimento da coalizão, para que tenham oportunidade de defender o ideário deles acerca da reforma política, que abrange a questão do financiamento democrático, a defesa do voto proporcional, a paridade de gênero.

Não é normal, não é saudável para uma democracia essa assimetria que existe, sob o ponto de vista da participação de gênero: 513 Parlamentares, na Câmara, e apenas 51 mulheres. Aqui no Senado, somos muito poucas, quando nós somos mais da metade da população. Isso não é saudável, isso não é justo. Então, a coalizão virá aqui.

Rapidamente, quero dizer o seguinte, Senador Telmário: é claro, respeitamos o ponto de vista contrário e, evidentemente, daqui sairá o pensamento da maioria, mas eu não perco a esperança, de maneira nenhuma, de o povo, de repente, acordar e descobrir e constatar que esse financiamento empresarial que aí está é muito mais prejudicial; que esse financiamento empresarial que aí está é exatamente o que traz os grandes malefícios, e quanto custa caro para a sociedade.

Quanto custa para que possamos, cada vez mais, avançar no direito à educação; quanto custa para avançarmos no direito de ter uma saúde com dignidade, ter segurança, e por aí vai.

Vamos deixar de hipocrisia, não é? Eu quero que alguém aqui diga que os grandes escândalos de corrupção política não vêm de hoje. Eles vêm de muito tempo. Aliás, antes, os escândalos eram bem maiores, só que havia um problema: ficava tudo muito debaixo do tapete. Eram todos engavetados, essa é a verdade. Começa a sair essa sujeira debaixo do tapete porque, com os mecanismos, inclusive, de controle social, com os instrumentos de investigação que funcionam em nosso País, as coisas estão vindo à tona. Então, que se apure e que se investigue.

O que eu quero dizer é que se fala aqui que são R\$6 milhões para custear as eleições. Aí, de repente, em um escândalo só, descem pelo ralo não sei quantos bilhões.

Eu tenho muita fé, muita esperança de que o Povo vai acordar e vai acordar e perceber – repito – que essa combinação de financiamento empresarial com a política não é uma combinação que faz bem à democracia, que faz bem à sociedade, de maneira nenhuma. Democracia é algo muito sério. E democracia é isto mesmo: o povo é que tem de financiar. E esse financiamento pode ser bem mais modesto, até porque não há necessidade de campanhas milionárias, com custos, cada vez mais, altíssimos, de *marketings* milionários.

Mas, enfim, nós vamos ter momento para debatermos isso. Eu espero que, realmente, não prospere a tese do financiamento empresarial, e agora querendo que se coloque até na Constituição. E, para acabar de acertar, que não prospere a tese do chamado “distritão”. O “distritão” com financiamento empresarial de campanha, a meu juízo, significará um retrocesso sem precedentes para a democracia deste País. Porque o “distritão” com financiamento empresarial resultará no quê? Vai resultar, cada vez mais, na elitização do espaço político em nosso País. A combinação dessas duas medidas implica dizer que um pobre não poderá mais ser Deputado ou ser Senador, alguém que venha da luta social, da luta popular; alguém que tenha seu perfil de origem social modesto. Ou seja: vai ficar proibido.

A política vai sofrer um duro golpe. Por quê? Exatamente porque a questão da pluralidade e da representatividade que deva ter o Parlamento será extremamente afetada se, por acaso, prosperarem essas medidas, o que espero que não aconteça.

Sr. Presidente, quero aqui também, muito rapidamente, fazer um registro acerca da conclusão da votação do PL nº 4.330, ontem, pela Câmara dos Deputados. Lamento profundamente o desfecho da votação do Projeto de Lei nº 4.330, que trata da regulamentação da terceirização, aprovado ontem na Câmara.

Acho que, ontem, foi um dia em que a classe trabalhadora deste País ficou de luto. Os Deputados que votaram a favor desse projeto, infelizmente, deram as costas para as ruas e para a sociedade e ignoraram os veementes protestos por parte das centrais sindicais e movimentos sociais, que vêm se manifestando rotineiramente contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.330.

Se esse texto virar lei – esperamos que não, Senador Telmário, ainda virá para o nosso Senado –, as relações trabalhistas neste País, que já são fortemente precarizadas, seriam mais ainda. Na verdade, esse projeto de lei, já temos dito em outras ocasiões, significa um retrocesso enorme nas relações trabalhistas deste País.

E o grave do projeto de lei aprovado ontem na Câmara foi exatamente o liberou geral, porque, como sabemos, de acordo com a legislação, com a súmula homologada pelo Tribunal Regional do Trabalho, hoje a terceirização só pode se dar nas chamadas atividades-meio, e, agora, com a legislação aprovada na Câmara, também foram incluídas as atividades-fim. Para os que estão em casa nos escutando terem ideia do que significa permitir agora, por exemplo, além da atividade-meio, a atividade-fim, isso significa, por exemplo, que agora uma universidade pode contratar professor por meio do regime terceirizado. Hoje, as universidades só podem contratar para as atividades-meio, que são de limpeza, segurança, etc.

Veja, Sr. Presidente, as pesquisas feitas por institutos sérios mostram que são 13 milhões de trabalhadores terceirizados no País.

Pois bem. São os que trabalham mais, três horas a mais, em média, e são os que ganham menos. Treze milhões de trabalhadores – repito – trabalham mais do que os outros e ganham menos.

Dou mais outro dado: uma pesquisa realizada diz que, dos dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos, em 90% dos casos, as vítimas eram exatamente os trabalhadores terceirizados.

Veja bem, a Fiesp, a poderosa Federação dos Empresários de São Paulo, nos dias que antecederam a votação, veio para a televisão, com propaganda, defendendo a terceirização. O comercial da Fiesp mostrava as pessoas felizes, com carteira de trabalho, garantindo que eram contratadas com carteira assinada, recebiam todos os direitos trabalhistas, como férias e 13º salário. Na propaganda deles, da Fiesp, agora só lhes faltava uma lei que regulamentasse seu trabalho, garantindo a eles mais direitos e benefícios.

Ora, aqui, fica a pergunta, Sr. Presidente: que benefícios outros seriam, senão já os garantidos, exatamente, pela própria CLT?

O fato é que eu quero, aqui, de forma muito breve, com relação a essa votação, dizer, Sr. Presidente, que aqui não há nenhum ranço de natureza ideológica. Não, não se trata disso. Trata-se da constatação de que liberar o processo de contratação através da terceirização para as atividades-fins não moderniza o mundo do trabalho, não organiza o mundo do trabalho, não avança, do ponto de vista de afirmar e de proteger os direitos sociais dos trabalhadores.

Eu espero, com toda serenidade, que o Senado, que agora vai examinar essa matéria, o faça com muita cautela e muita responsabilidade. Eu espero que aqui nós possamos fazer um intenso debate. Aliás, o Senador Renan Calheiros já disse que essa matéria não será aprovada aqui de afogadilho, de maneira nenhuma. Não

será. O Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, tem dito, exatamente, que essa matéria será amplamente debatida, que nós, aqui, possamos, por exemplo, ouvir o Ministério do Trabalho, ouvir os estudiosos.

Será que todos os juízes que lidam com a temática das relações de trabalho estão equivocados quando, à luz do saber jurídico, da vivência, do preparo que eles possuem, exatamente têm alertado que essa lei não é boa para a sociedade, não é boa para o trabalhador, não é boa para a empresa? Aliás, para a empresa ela pode ser, porque, no fundo, esse “liberou geral” da terceirização acaba auferindo mais lucro para as empresas, à custa dos direitos dos trabalhadores.

Quero parabenizar os 203 Parlamentares que resistiram lá na Câmara. Quero aqui também dizer aos trabalhadores e trabalhadoras do meu Estado e do meu País que a batalha não está perdida, de maneira nenhuma. Não está. O projeto vai passar ainda pelo Senado Federal. O debate vai continuar. Nós queremos, no âmbito do Senado, ter a oportunidade de aprofundar esse debate, de aprofundar essa discussão. Eu espero, Senador Telmário, que o Senado realmente tenha clareza histórica, tenha lucidez política, tenha sensibilidade social para corrigir essa distorção, essa anomalia, essa insanidade que foi a aprovação do PL nº 4.330 pela Câmara dos Deputados.

Quero dizer aos trabalhadores que a luta não terminou. Na Câmara, os Deputados do PT foram 100% na luta contra o PL. Lutou bravamente. Ainda ontem, o PT, junto com o PCdoB, com vários outros partidos, apresentou uma emenda para ver se não incluía a liberação para as atividades-fim, mas a emenda não foi aprovada. Quero, portanto, dizer que tenho certeza de que aqui no Senado nós contaremos com o apoio de Senadores dos mais diversos partidos, para evitar que o Poder Legislativo, a Casa onde as leis são feitas, simplesmente ignore a CLT, permitindo que a legislação trabalhista retroceda décadas, que é o que acontecerá se por acaso o PL nº 4.330, tal como foi aprovado na Câmara, seja convalidado por esta Casa. Eu espero que não. Nós temos muito chão pela frente...

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – V. Exª me permite um aparte?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... para lutar, para resistir e para, se Deus quiser, barrar esse projeto tal qual ele foi votado na Câmara.

Concedo, com o maior prazer, o aparte ao Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senadora, sou solidário à fala de V. Exª. Vejo, no semblante de V. Exª, uma tristeza, um pesar pelos trabalhadores deste País. Não consigo entender como a Casa, a Câmara, num momento de tamanho afogadilho, no momento em que outras questões precisam ser discutidas no Brasil, coloca em pauta essa matéria e parte para uma votação, tirando direitos dos tempos de Getúlio Vargas. Imagine, João Goulart, Getúlio Vargas, Leonel Brizola e tantos outros estadistas brasileiros que lutaram pelo trabalhador, que oportunizaram o trabalhador. E esses trabalhadores anônimos, aqueles presidentes de sindicatos que conduziram, à custa de muito sangue, de muita luta, de muito sofrimento, não só deles, mas da própria família, para alcançar alguns direitos, e hoje vêm tudo isso saindo pelo ralo, de uma forma rápida, de uma forma contundente, de afogadilho, como acabei de falar. É incompreensível! E esta Casa tem que refletir. Esta Casa não pode entrar no mesmo ritmo da Câmara dos Deputados. Precisamos colocar esses assuntos sérios, de uma forma que sejam debatidos com a sociedade exaustivamente. Não estamos aqui para tirar direito de ninguém, até porque mal começou esta Legislatura. Estamos vendo algumas decisões tomadas para tentar abafar, esconder ou serem colocadas como pano de fundo de assuntos mais importantes para a Nação. Estou vendo disputas já para o pleito de Presidente! Então, a população brasileira não pode pagar, principalmente o trabalhador, por essas ambições que estamos vendo, esse avanço. A Câmara, de repente, o Senado, que era mais conservador, a Câmara agora parte... Hoje mesmo presidi, e daqui a pouco vou falar sobre isto, a Comissão de Direitos Humanos, onde falamos sobre a questão da minoridade. Então a gente está vendo a sociedade, de uma forma geral, apreensiva com as decisões que estão sendo tomadas na Câmara Federal, de forma muito rápida, com pouco debate e ouvindo muito pouco a sociedade. Então, eu quero parabenizar V. Exª por levantar, com muita propriedade, essa questão, mostrando essa preocupação. Eu tenho certeza de que o Senador Renan...

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... e nós vamos falar disso daqui a pouco, ele tem que... Nós temos que ver quem está pautando este Senado. Aqui as coisas têm que ser melhor distribuídas. O Senado não pode ser manobra de um grupo. O Senado não pode ser uma Casa de bem poucos. O Senado é a Casa do povo brasileiro, é a esperança, aqui é a retaguarda, aqui é a guardião da Constituição brasileira. Esta Casa não pode ser negociada nos porões. Esta Casa sempre tem que estar aberta ao povo. Ela tem que estar recebendo a população e fazendo suas coisas de forma transparente. E é nesse sentido que eu, como membro dessa Casa, eu vou estar aqui muito atento, sempre alerta. Porque, o que nós temos visto, questões às vezes muito paroquiais estão andando rápido dentro desta Casa. E questões emergenciais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... como a reforma política de forma profunda, não essas pontuais, que ouvi agora num debate e – de que eu discordo totalmente, não vi nada produtivo, essa questão de Fundo também vou discutir daqui a pouco. O Orçamento trouxe os recursos para os partidos: 289 milhões. Aí se elevar para 873,4, quase 200%, 400 e tanto o aumento de Fundo Partidário. Ah, isso é querer enganar a população. Tiraram de onde esse dinheiro? O dinheiro foi tirado do dinheiro que subsidiava a energia. O cidadão, hoje, paga energia mais cara, principalmente das termoeletricas, porque foi de lá que foi retirado esse dinheiro. Mas vamos discutir isso depois. Quero parabenizar V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senador Telmário, pelo aparte, que incorporo aqui à reflexão que fazemos nessa tarde de hoje.

E quero dizer, Senador Telmário, que, sem dúvida nenhuma, o debate vai ser feito...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... sobre o 4.330. E quero dizer aqui à CUT, à CTB, ao Conlutas, enfim, aos movimentos sociais, aos movimentos populares que bravamente vêm resistindo na luta contra essa escalada conservadora, inclusive, que está instalada lá na Câmara, que eu espero que não se instale aqui.

Nessa luta agora, recentemente, contra o PL 4330, quero dizer a eles que nada de baixar a cabeça. Muito pelo contrário, – muito pelo contrário – a CUT, a CTB, os movimentos sociais que são herdeiros das melhores lutas, das lutas em defesa do novo sindicalismo, da luta em defesa da afirmação e da promoção dos direitos sociais dos trabalhadores, quero dizer para levantar a cabeça, o caminho é a mobilização...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... é a mobilização na ruas, é o diálogo com a sociedade *(Fora do microfone.)* até que consigamos, exatamente, aqui no Senado, barrar a aprovação desse projeto, tal qual ele foi aprovado lá na Câmara.

Mais uma vez volto a dizer que o PT, aqui no Senado, a nossa Bancada aqui no Senado, a exemplo da Bancada do PT na Câmara, está 100% unida, firme e vigilante para lutar contra a aprovação do PL 4.330. E tenho certeza de que nós vamos aqui contar com o apoio da maioria dos Senadores e Senadoras, que vai corrigir, exatamente, o que aconteceu lá na Câmara.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui ainda, rapidamente, fazer um registro acerca do balanço da Petrobras, relativo a 2014, que foi divulgado ontem pelo Presidente de empresa, Bendine, fazer algumas considerações.

Primeiramente, quero aqui registrar que Bendine e a diretoria fizeram um competente trabalho no registro, aprovação e exploração clara do balanço da Petrobras que eles apresentaram ontem. Quero ainda acrescentar que o Presidente da Petrobras Bendine e sua equipe mostraram que mereceram a confiança da Presidenta, quanto à missão, exatamente, de resgatar a credibilidade da empresa.

E nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui, inclusive, adicionar ao meu pronunciamento, um comentário do brilhante jornalista Luis Nassif, edição de hoje, no seu blogue, quando ele coloca: “O mercado volta a sorrir para a Petrobras”. Ele faz aqui várias análises acerca, exatamente, dos movimentos da bolsa frente, exatamente, à questão da divulgação do balanço da Petrobras e ele coloca, exatamente, Sr. Presidente, que:

A indicação de Aldemir Bendine, ex-presidente do Banco do Brasil, para presidir a Petrobras foi o primeiro acerto [...] [da Presidenta] Dilma. A Petrobras tem quadros de excelência para formular a visão estratégica da companhia, o desenvolvimento tecnológico e a exploração racional do pré-sal.

Eu concordo inteiramente com ele. Acho que foi uma decisão muito acertada da Presidenta Dilma, quando ela convidou Bendini. E ele, a cada dia, mais está dando mostra exatamente da sua competência, da sua seriedade profissional.

Com relação ao balanço anual da Petrobras, quero aqui colocar que o trabalho apresentado ontem pelo Presidente da Petrobras e equipe permite agora à Petrobras evoluir na configuração com os parceiros, investidores e acionistas.

Aliás, quero fazer um registro também, Sr. Presidente: aqueles que apostaram no caos, aqueles que apostaram, inclusive, no...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Só um momento, Sr. Presidente (*Fora do microfone*). Hoje é dia de quinta-feira, houve oradores aqui...

Então, aqueles que apostaram no caos, aqueles que apostaram no quanto pior, melhor, aqueles, inclusive, que torciam para que as ações da Petrobras derretessem estão, na verdade, quebrando a cara, porque as ações estão aí em franco processo de recuperação.

E o anúncio do balanço da Petrobras relativo a 2014, feito ontem pelo Presidente Bendini e toda a sua equipe – repito –, mostra exatamente que a Presidenta Dilma fez uma escolha muito acertada, quando o convidou; mostra que a Petrobras não vai ficar em regime de paralisia de maneira nenhuma e que eles vão conduzir a empresa, para que ela continue sendo o maior patrimônio deste País, para que ela continue sendo orgulho da sociedade brasileira.

Quero, portanto, saudar o Presidente Bendini e toda a equipe e dizer-lhes que aqui, inclusive como integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, estamos firmes e vigilantes na defesa da Petrobras.

Defender a Petrobras hoje, Sr. Presidente, é sobretudo ficar de olho no modelo de exploração que ela adota, é ficar de olho na defesa da legislação que a Presidenta Dilma e o Presidente Lula tiveram a ousadia de mandar para o Congresso Nacional. Refiro-me à legislação que trata do marco regulatório da exploração do pré-sal, legislação essa que apostou na política do conteúdo nacional, que adotou o chamado regime de partilha, que deu à Petrobras exatamente o quê? O *status*, na exploração do pré-sal, de preferência e de exclusividade. O Presidente Lula e a Presidenta Dilma estavam olhando exatamente para o desenvolvimento da Nação, estavam olhando exatamente para o Brasil. Por quê? Porque boa parte desses recursos e dessa riqueza inclusive terá um destino muito nobre. O destino exatamente de quê? De financiar o direito à educação das nossas crianças, jovens, adultos; de financiar o direito à educação do povo brasileiro.

Boa parte dessa riqueza – 50% do Fundo Social do pré-Sal, que são os 75% dos *royalties* do petróleo, para a educação –, Sr. Presidente, virá para uma outra missão muito nobre que é exatamente garantir ao magistério brasileiro, que tem também uma missão tão nobre e tão estratégica no contexto da sociedade...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... a missão de ensinar, garantir que esses mestres possam ter, um dia, um salário decente e uma profissão respeitada, uma profissão valorizada. Os recursos do pré-sal e os recursos dos *royalties* do petróleo contribuirão e muito para isso.

Assim, quero dizer aqui, mais uma vez, que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras tem, como uma das suas principais bandeiras, estar atenta e vigilante na defesa do Marco Regulatório do Pré-sal.

Por fim, para terminar mesmo, Sr. Presidente, quero dizer que ontem houve nosso movimento para lançar a Frente Parlamentar em Defesa do Artesão e do Artesanato, em audiência pública muito proveitosa. Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, tivemos também um momento muito prazeroso, pois relançamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, que será coordenada pelo Deputado Stédile, do PSB do Rio Grande do Sul e por mim, aqui no Senado. Vários Senadores estão participando dessa Frente, bem como vários Parlamentares. Dentre as prioridades da Frente, que teve a adesão de mais de 200 Parlamentares, estão, por exemplo, acompanhar a política governamental e todos os projetos e programas direcionados à preservação, promoção e incentivo ao livro, à leitura e à biblioteca no nosso País.

Sr. Presidente, o lançamento da Frente contou com a presença expressiva da cadeia produtiva do livro, a quem quero agradecer. Quero agradecer à Câmara Brasileira do Livro, à Câmara Cearense do Livro, à Libre, ao SNEL, à ANL, à ABDL e ao Sindicato Nacional dos Editores, e agradecer a presença de Castilho, Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, e da Suzete, do Ministério da Cultura.

E quero dizer que o que nos move, Senador Ferraço, a organizar essa Frente é o desejo de que o Legislativo possa contribuir para avançar nas políticas do livro, da leitura e da biblioteca. O Brasil é um país que lê muito pouco ainda. Há, por exemplo, poucas livrarias, poucas bibliotecas. A quantidade de bibliotecas que existe está de forma muito desigual. Há uma média de uma livraria para 64 mil habitantes, quando a Unesco recomenda que deve ser uma livraria para 10 mil habitantes. Mesmo assim, onde estão essas livrarias? A maioria está no Sul, no Sudeste; na Região Nordeste, 16%; aqui, no Centro-Oeste, 6%.

O fato é que o Brasil está lendo menos. Em 2007, as pesquisas diziam que havia mais 96 milhões de leitores. Pesquisas recentes mostraram que esse número caiu para 86 milhões. E fica aqui uma pergunta: por que o povo está lendo menos? É por que o povo não gosta de ler? Há várias razões que estão levando a isso, inclusive o preço do livro, o acesso ao livro, o desaparecimento das livrarias. Há necessidade de bibliotecas públicas nas instituições de ensino, de bibliotecas comunitárias, de bibliotecários e dos agentes de leitura.

É com intuito de contribuir para modificar esse cenário que a Frente foi relançada, inclusive no dia de hoje, que é muito propício, pois é quando se comemora o Dia Internacional do Livro e o Dia do Direito do Autor.

A tarefa central da Frente, Sr. Presidente. Primeiro, lá, foi aprovado um manifesto endereçado à Presidência da República, ao Ministro da Cultura, para que o Governo Federal envie o mais urgente para esta Casa o projeto de lei instituindo o Plano Nacional do Livro e Leitura, que já está pronto, fruto de um amplo debate. Então, de lá saiu um manifesto assinado por todos os Parlamentares. Lá estavam a Deputada Erundina, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Lobbe, o Deputado Rafael, lá do meu Estado, o Deputado Chico Alencar, enfim, vários Deputados que aderiram à Frente, assim como também a Senadora Lídice, que faz parte da Frente, e a Senadora Regina. O fato é que de lá saiu um manifesto cobrando do Governo que envie a esta Casa...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... o projeto de lei instituindo o Plano Nacional do Livro e Leitura.

O foco nosso este ano vai ser também acompanhar a tramitação de um projeto de lei que está na Câmara que trata de instituir o Fundo Nacional Pró- Leitura, bem como acompanhar a tramitação de um projeto que está tramitando aqui no Senado, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que institui a Política Nacional de Bibliotecas, e o debate acerca do projeto de lei que está no Senado que trata das bibliografias. E, por fim, há o projeto de lei de nossa autoria, apresentado recentemente, que vem na direção de trazer para o Brasil uma experiência muito exitosa, implementada já em alguns países, que contribuiu – e muito – para promover o mercado livreiro, para democratizar o acesso ao livro e à leitura, que é a lei do preço fixo para o livro. Esse projeto...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... que nós apresentamos será fruto de intenso debate e de um bom debate. E esperamos que, ao final, possa haver também a lei do preço fixo no Brasil, para que, a exemplo de outros países, essa legislação contribua, repito, para que possamos avançar cada vez mais no direito ao livro e à leitura.

Já dizia Monteiro Lobato que um país se faz com livros e com leitores. Pois eu encerro dizendo que uma pátria educadora também se faz com livros e com leitores. Uma pátria educadora se faz com mais livros, com mais leitura, com mais literatura e com mais bibliotecas.

Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não. Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria uma informação sobre a ordem dos oradores.

Eu já estive aqui, e a Senadora Fátima, que estava na Presidência, falou da ordem dos oradores. Falou o Líder, que era o Senador Jucá; posteriormente, a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Telmário. A oradora seguinte seria eu. Mas o Senador Ricardo Ferraço também estava aqui. Então, eu queria saber a ordem dos oradores. Se o Senador Ferraço quiser permutar comigo, ele falaria no meu horário, e eu falaria depois do horário dele.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Era ela e depois o Senador Ferraço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, eu troco com o Senador Ferraço para que ele fale antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, posso conceder a palavra ao Senador Telmário Mota?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu apenas quero saber se a Mesa confirma isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Confirma.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, Senador Telmário, Senador Ferraço e depois...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, com muito orgulho, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há vários acontecimentos aqui no Congresso. E preocupa-me, sobremaneira, a forma como estão querendo fazer a reforma política.

Vejam os senhores que, todo dia, eles aprovam ali uma coisinha ou outra. Agora, fizeram eleição distrital para vereadores em Municípios com mais de 200 mil habitantes. E por que, Sr. Presidente, bem aí, não colocaram logo os deputados estaduais?

Eu fico aqui pensando nesse tal financiamento, Senador Hélio. Alguém tem que financiar: ou financiamento público ou financiamento privado. Agorinha, nós vimos aqui um orador dizer que hoje o financiamento público fica em torno de 6 bilhões. Ora, o que é isso? É só reduzir. Eu fui eleito, Senador, em cima de uma Pampa contra esses poderosos aí. Você tem que fazer campanha com propostas; você tem que fazer campanha conversando com a população. Meus gastos de campanha não chegaram a... Não tenho precisão, mas foi coisa insignificante. Eu vi aqui, no meu Estado, deputados estaduais receberem de partido grande lá doações de 600 mil, três vezes mais do que a minha campanha para Senado.

Esse custo absurdo que é proposto e é tão falado aí – tentam assustar a população – é porque o custo de campanha no Brasil virou uma coisa absurda. Essas agências de *marketing* cobram uma fortuna. Eu não usei, nem uso, nem tenho dinheiro para isso.

Eu sempre digo que aqui estou aqui Senador e só devo satisfação ao povo de Roraima; não devo a grupo econômico, grupo financeiro. Não! Tenho gratidões por grupos políticos, tenho gratidão pela Senadora Ângela que foi candidata a governo e me colocou em sua chapa, mas não tenho dívida financeira, patrocínio de nenhuma empresa.

É isso que precisa acontecer no Parlamento brasileiro. O Parlamentar tem que chegar aqui com as mãos livres, tem que chegar aqui solto, não defendendo empresa A, empresa B, não defendendo política A, política B. Ele tem que chegar aqui pensando no Brasil, como Nação; ele tem que chegar aqui pensando na distribuição igualitária de renda, em qualidade de vida das pessoas. Nós não podemos trabalhar...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Pois não, Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pelo discurso altamente relevante e importante para o nosso País em um momento de conturbação, um momento em que se discute essa questão de, todo dia, haver uma eleição, de, todo dia, haver um escândalo novo, de, todo dia, haver um problema. Quando V. Ex^a discute a questão do financiamento de campanha, aí está a raiz do problema. Então, nós precisamos debruçar com seriedade nessa questão da reforma política. Ela é essencial. Então, eu sou defensor – quero colaborar com o seu discurso – que tenha que haver duas opções: ou o financiamento público exclusivo, em que definamos um valor de gasto administrado pelo TRE, para ninguém levar vantagem ou desvantagem com relação ao outro, ou o financiamento privado exclusivo para quem optar por ele, que também teria um teto definido pelo TRE, em que a pessoa tem que ir lá pôr *on-line* a prestação de conta das pessoas físicas que doaram para aquela pessoa que vai preferir o financiamento privado exclusivo. Dessa forma, conseguiríamos resolver a parada para ambas as pessoas... Por exemplo, o Obama não fez o financiamento privado exclusivo e arrecadou aquela fortuna toda de dinheiro? O Obama era um servidor público, como a gente é um servidor público. Então, acredito que, se aquela pessoa acha que vai conseguir arrecadar não sei quantos milhões, desde que haja um teto, ela possa fazer isso. Eu, sinceramente, como servidor público, que quero continuar representando os servidores públicos, preferiria o financiamento público de campanha, porque o nosso trabalho aqui é público, para fazer em prol do público, em prol do povo que nos elege. Eu queria parabenizá-lo, primeiro, pela campanha que fez, uma campanha humilde, pé no chão, uma campanha em cima de uma Pampa, que demonstrou que o pequeno pode vencer o grande, desde que tenha uma proposta adequada, desde que consiga discutir aquilo que o povo espera de um representante, de um Senador da República ou de um Deputado ou de um vereador ou de um prefeito, com convicção. Quero crer que precisamos definir um período de mandato, fazer coincidência das eleições para não ter eleição todo dia, ter uma cláusula de barreira – não dá para ter esta proliferação de partidos, essa sopa de letrinhas, em que ninguém sabe de que partido é a pessoa –, ter uma situação que defina a questão de fundo partidário e de tempo de TV de uma forma mais equânime e adequada, para que todo mundo possa trabalhar. Sobre a questão das coligações, aqui, no Senado, já aprovamos o fim das coligações proporcionais, até para fortalecer os partidos. Que haja uma janela para que quem não esteja satisfeito com o partido A, B, C ou D possa ter um período de pelo menos de um mês, para poder mudar depois dessa reforma política feita, porque as pessoas vão poder optar, conforme sua ideologia, conforme sua posição política, onde elas vão se sentir mais adequadamente participando do processo. Então, acho que temos que nos debruçar com mais seriedade sobre essa discussão da reforma política. Concordo com V. Ex^a, que tem prestado um excelente serviço aqui, no Senado Federal. Tenho certeza de que o povo de Roraima está orgulhoso da sua participação aqui. Era isso que eu queria dizer neste momento. Eu queria parabenizar V. Ex^a. E o nosso Presidente Dário Berger, que é uma pessoa experiente, prefeito por quatro mandatos, sabe bem

do que estamos falando. Eu queria parabenizar também V. Ex^a pela Presidência da Mesa, Senador Dário Berger, que é uma pessoa sensível. Um forte abraço! E conte com minha solidariedade nos seus encaminhamentos aí.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado, Senador Hélio. V. Ex^a está sempre antenado.

Eu já concedo um aparte ao Senador.

Mas, continuando nosso raciocínio, imaginem, imaginem o financiamento privado e o famoso “distritão”! Acabou! Acabou a eleição para os humildes, acabou a eleição para os pobres, acabou a eleição para as pequenas lideranças! Não há como! Isso não é avanço democrático. Isso é incompreensível.

Então, é preciso a gente observar isso, para não correr aí e, amanhã ou depois, ficar polarizado entre dois partidos. Parece-me que, no fundo, Senador, há essa intenção. Há essa intenção.

Ora, falar aqui que se vão gastar R\$6 bilhões numa campanha eleitoral? Partido se faz com dinheiro, sim! Mas partido se faz com militância, com ideologia, principalmente, principalmente! Se você colocar a militância, se você tiver um princípio ideológico, você encontra uma camada dentro da sociedade que ajuda até na busca de recurso para as eleições, como é feito nas grandes democracias.

Agora, absurdo é vermos envolvidas as grandes empresas, a Nação e órgãos federais importantes da Federação brasileira no patrocínio direto e indireto disso! A gente vê depoimentos de Parlamentares e denúncias. Há Parlamentar aqui fazendo *lobby* para empresa A e para empresa B. Por conta de que isso ocorre? Qual é o interesse? Está trabalhando para seus patrões! Está trabalhando para os seus patrões, que não é o povo.

Então, é preciso, Senador Dário, fazer política de forma séria. Tanto a Câmara Federal quanto o Senado não podem pautar os trabalhos, porque a população está gritando isto: “Eu vou para lá.” Façam uma pesquisa e vejam se eles não querem que fechem o Senado e a Câmara Federal. Querem que fechem agora. Pesquisem! O povo quer que eles fechem, porque não acredita mais. O povo quer que eles fechem imediatamente. E é bom? Não é bom. Já tentaram isso, já fizeram isso, o que quebra a representatividade, quebra a democracia, destrói um país. Então, é preciso que a gente trabalhe nesta Casa olhando com muita responsabilidade nossas ações.

Cheguei aqui cheio de boas proposições, de boas ideias, pensando em colocar em projetos a reforma política, mas dei uma analisada, fiz uma busca, uma pesquisa, e observei que estão tramitando nas Comissões inúmeros bons projetos para a reforma política. Acho que esta é a hora de se verificar tudo isso, de se fazer uma condensação dessas proposições, para se fazer de responsável essa reforma, buscando todos os pontos. Agora, todo dia, é um pontinho, é um dedo, é um pé, é um braço, é uma perna, é um pescoço. Nós temos de parar com isso!

Nessa questão do fundo partidário, a proposta da Lei Orçamentária era de R\$289 milhões. Isso foi para R\$878,4 milhões. Que se desse um aumento, mas não fora de proporcionalidade! A Senadora Ana Amélia disse, ainda agora, qual é a forma com que se tenta equacionar isso. É muito simples: os partidos assinam um termo de responsabilidade para devolverem para os cofres públicos aquilo que excedeu à proposta inicial do Orçamento. É simples, muito simples! Basta querer! “Ah, não pode!” Pode, sim! Pode, sim! É só querer. Não se vai fazer um arrocho fiscal aí? Não se estão fazendo várias proposições? Então, é a hora de os partidos devolverem aquilo que não estava proposto no Orçamento.

A reeleição tem de acabar. É desigual, é desigual! Você não tem como mudar isso. Não há como enfrentar a máquina! Ela funciona! Ela funciona pela cultura, ela funciona pela necessidade, ela funciona pela carência, ela funciona, sobretudo, pela falta de credibilidade nos políticos, pela falta de confiança. O eleitor diz: “Tanto faz A ou B! Vou votar naquele que me der alguma coisa.” Banaliza-se um sistema que é importante! Então, tem de se olhar isso.

Quanto às coligações, terminaram a proporcional. Precisamos só ver como é que vai ficar a questão das coligações majoritárias. Aqui, já se aprovou isso. Não sei como isso anda na Câmara Federal. Nós tínhamos uma lista de proposições nesse sentido.

Com relação ao próprio Senado, acho que tem de se fazer uma reconstrução. Não pode haver dois suplentes, acho que basta um. O suplente também não deve ser familiar. A gente proíbe o nepotismo em outros segmentos. Vamos proibi-lo aqui também! Essa é uma forma que nós observamos.

Então, Sr. Presidente Dário, aqui faço um apelo ao Presidente Renan, para que as pautas desta Casa sejam mais democratizadas. Elas têm de ser mais debatidas com os Senadores.

Temos de buscar aqui aquilo que verdadeiramente é o interesse do povo. Precisamos dar uma resposta conjuntural de forma mais totalitária, não de forma parcial. Esta Casa tem de agarrar um assunto e discorrer sobre ele, dar cabo dele, porque, do contrário, há uma distribuição aí incompreensível. Mexe-se daqui, mexe-se dali, e você vai criando um mecanismo incompreensível.

Vejam a questão, por exemplo, da menoridade. Ao passar essa questão, como vai ficar a questão da pedofilia? Como vai ficar a questão do menor trabalhador? Há? Se a pessoa tem maioria para votar, como vai

ficar a questão da pedofilia? É um avanço na sociedade brasileira. E a questão trabalhista? Como ela vai ficar? O menor vai ficar trabalhando? Há a questão da insalubridade etc..

As leis brasileiras se completam. Você não pode puxar uma perna para ali, outra perna para acolá, porque acaba mexendo em toda a conjuntura. Então, acho que é hora de darmos uma observada nisso com mais unidade nesta Casa. É impossível, hoje, o que a Câmara vem fazendo, numa votação de afogadilho, com certa rapidez. Estamos vendo aí, agora, a terceirização, como ela está sendo feita. Imaginem quantos direitos trabalhistas foram para o ralo ou vão para o ralo se uma lei dessas passar na forma como ela está sendo proposta!

Então, temos de olhar isso com um olhar de brasilidade. O Parlamentar tem de trabalhar com sentimento cívico, não preso a esse ou aquele interesse pessoal ou a interesses de grupos, de segmentos, esquecendo-se de que o Parlamento é muito maior que isso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Telmário, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a assumiu há pouco essa cadeira no Senado Federal. V. Ex^a está tendo uma atuação digna de um representante dos trabalhadores neste Senado Federal. Hoje, tivemos uma audiência pública sobre a questão da maioria penal. V. Ex^a, na semana passada, falou contra esse projeto de terceirização. Eu digo que o que houve ontem na Câmara dos Deputados foi um absurdo! Foi um ataque a direitos dos trabalhadores consagrados ainda sob o governo de Getúlio Vargas, na década de 40. Ontem, aquela Câmara dos Deputados não parecia a Casa do povo, parecia a Casa dos grandes empresários, dos grandes banqueiros. Aqui, no Senado Federal, temos o dever de aprofundar a discussão sobre esse tema da terceirização. Aqui, esse tema tem de passar, no mínimo, por quatro Comissões: Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição e Justiça. Apelo aos que nos estão assistindo que entrem em processo de diálogo com seus Senadores nos Estados. Sei que, agora, a Central Única dos Trabalhadores está falando até em greve geral. Estou convencido de que temos condições de barrar esse grande absurdo, que foi a aprovação desse projeto na Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, pode ser Presidente da Câmara dos Deputados, mas não vai rasgar a Constituição brasileira! Por isso, peço às pessoas que se estão mobilizando que continuem esse processo de mobilização, porque o clima no Senado é diferente. Hoje, tivemos uma declaração muito boa do Líder do PMDB, Senador Eunício, dizendo-se contra o açodamento dessa discussão e contra também a colocação da atividade-fim no processo de terceirização. Então, creio que o clima no Senado é completamente diferente. Agora, tem de haver mobilização popular e diálogo com os Senadores, porque vamos corrigir aquele absurdo que foi a votação, no dia de ontem, desse projeto de terceirização. Muito obrigado, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a, que foi brilhante hoje na Comissão de Direitos Humanos. V. Ex^a é um Senador novo, é um expoente. Com certeza, o povo do Rio fica muito feliz com V. Ex^a.

Senador José Medeiros, concedo-lhe o aparte.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Telmário, comungo com as palavras do Senador Lindbergh quando fala a respeito de sua atuação aqui, na Casa. V. Ex^a tem se comportado como um digno representante do povo brasileiro e tem falado com muita propriedade sobre os diversos assuntos nesta Casa, preocupando-se com temas relevantes, com temas de envergadura nacional. Tem se preocupado com grandes temas, não tem sido um Senador que se tem apegado. Com certeza, os cidadãos de seu Estado estão orgulhosos de sua atuação na Casa. Mas eu também queria comungar com V. Ex^a o tema do financiamento de campanha. Aí reside, com certeza, todos os males, porque cada achacamento à Nação que temos acompanhado tem sempre como pano de fundo o financiamento de campanha. Eu não tenho dúvida de que pouca coisa foi para campanha. Na verdade, encheram os bolsos e falaram que foi para as campanhas. V. Ex^a colocou, com muita propriedade, que só há duas possibilidades: ou é privado, ou é público. Com relação aos R\$6 bilhões, Senador Telmário, ontem ficamos sabendo pelo balanço da Petrobras que R\$6 bilhões foi a quantia só de corrupção. Então, mesmo que se gastassem R\$6 bilhões com financiamento público de campanha, estava barato para o País. Pelo menos, não teríamos a desculpa de gatuno passando a mão no dinheiro, comprando bezerro e dizendo que está indo para financiar o partido. Parabéns por levantar esse tema! Temos que discutir e enfrentar isso aqui, sim, porque o País precisa definir. Dinheiro não cai do céu, não surge do nada, não tem geração espontânea. Então, é possível que, para fazer uma campanha, é preciso gastar, mas ele tem que vir de algum lugar, e nós precisamos definir de onde ele vem. Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado a V. Ex^a. Incorporo o discurso de V. Ex^a. Sr. Presidente, concluo esta fala trazendo essa reflexão.

Eu quero fazer um apelo ao Senador Renan. Vou procurá-lo pessoalmente. Tenho visto nele sensatez. O Senador Renan não vai entrar nesse barco furado do Presidente da Câmara. Aqui, temos compromisso com o

povo brasileiro. Esta Casa tem compromisso com o trabalhador. Esta Casa não pode rasgar direito conquistado a duras penas.

Então, é preciso que as Lideranças – ali está o Acir Gurgacz, Líder do meu Partido – debatam muito mais, que convoquem seus liderados, que a Base comece a participar, porque é impossível ficar contente ou feliz nesta Casa, gastando o dinheiro do povo, tendo todas as mordomias que o povo patrocina, para, depois, ainda tirar um pouco daquilo que ele tem. Sou contrário a isso.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senador Telmário, V. Exª me permite um aparte?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – V. Exª tem todos os apartes, meu Líder!

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e pela maneira muito clara como V. Exª se posiciona nessas questões importantes no nosso País. Eu entendo que a terceirização tem que ser amplamente debatida aqui, nesta Casa, nas comissões, nos partidos, ouvindo a sociedade. O que não podemos fazer é politizar. Nós temos que pensar no trabalhador brasileiro. O que é bom para o trabalhador brasileiro é o que nós, do PDT, vamos fazer: pensar na segurança, pensar na maneira de aumentarmos o rendimento, a renda do trabalhador brasileiro, aumentarmos a segurança, para que ele possa ter todos os seus direitos sempre preservados. É assim que eu entendo que nós devamos debater essa questão, porque ela é importante para todo o País. Ela é importante para a sua Roraima, para a nossa Rondônia, para os trabalhadores, para os empresários, ou seja, ela é importante para o Brasil. As modificações que têm que ser feitas nós teremos que fazer, e vamos fazer. Se vamos debater por pouco tempo, por muito tempo, os debates é que vão dizer, as audiências públicas, as comissões. Entendo que esse é um tema da maior importância. E, como já foi colocado aqui, eu quero também cumprimentar o Presidente do Banco do Brasil pela forma tranquila, clara com a qual ele se posicionou hoje com relação ao balanço da Petrobras. Ele deu uma coletiva e colocou, claramente, o que está acontecendo e como está sendo a transformação da Petrobras. Agora, é triste termos que ver, no balanço de uma empresa brasileira, que R\$6 bilhões foram desviados dos cofres públicos. Isso é, realmente, uma tristeza para todos nós, brasileiros. Eu entendo que o Brasil tem que ser passado a limpo. Essas questões da Petrobras, essas pessoas, esses responsáveis por esses desvios realmente precisam ir para a cadeia. Aquelas que estão têm que permanecer; as que não estão, têm que ir, mas não se pode deixar por menos uma questão tão importante como essa.

(Soa a campanha.)

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Um desvio dessa monta não é admissível não só na Petrobras, mas em qualquer lugar. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Acir, eu fico – Sr. Presidente, já concluindo – orgulhoso de ver V. Exª se pronunciar assim, que é o Líder do meu Partido, a pessoa em quem confiamos bastante.

V. Exª é importante na construção do que estamos fazendo, essas proposições. É verdade. Doa a quem doer, mas quem colocou a mão no patrimônio do povo, na Petrobras, tem que pagar no fundo de uma cadeia, porque ali levou o sonho, levou a esperança. Mais do que isso, tirou o suor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero concluir a minha fala agradecendo a participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Cumprimento o Senador Telmário Mota pelo pronunciamento.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Ricardo Ferraço.

Antes que o Senador Ricardo Ferraço assuma a tribuna, encontra-se sobre a mesa requerimento que submeto à apreciação de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – **Requerimento nº 393, de 2015.**

Foi lido anteriormente o Requerimento nº 393, de 2015, do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2015, solicitando o adiamento para o dia 15 de junho da sessão especial destinada a comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear, *in memoriam*, o médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz.

Submeto ao Plenário o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Passo a palavra agora ao eminente colega e correligionário Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caro Presidente desta sessão, Senador Dário Berger.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, voltarei à tribuna para, de maneira um pouco mais estruturada, fazer uma avaliação, Senadora Ana Amélia, sobre esse fato que, ontem, marcou o nosso País.

O País parou, mas parou por perplexidade, por vergonha, por indignação, ao acompanhar o balanço da Petrobras. E não venham com a afirmação de que vamos virar uma página, porque a Petrobras apresentou seu balanço e consignou tudo aquilo a que, lamentavelmente, nós assistimos: essa violação de princípios, valores, conceitos, contra a Petrobras.

Entre outras e tantas questões, Senador Dário, o balanço da Petrobras desafiou até uma afirmação muito antiga, do lendário John Rockefeller, que disse que o melhor negócio do mundo seria uma empresa de petróleo bem administrada, e o segundo melhor negócio do mundo seria uma empresa de petróleo mal administrada. A conciliação da incompetência com a corrupção, nesses anos todos, mostrou que essa afirmação é frágil, que a riqueza e a abundância não sobrevivem à incompetência e à corrupção deslavada que se observou ao longo desse período na gestão da Petrobras.

E não venham também com a afirmação de que essa é uma crise que veio de fora para dentro. Não. O que percebemos ali foi o patrimonialismo sofisticado, inclusive, em que indicações políticas, conciliadas com funcionários da Petrobras, produziram para a população brasileira e para o mundo essa vergonha.

Mas pretendo voltar à tribuna para que possamos discutir esse tema, porque o que aconteceu com a Petrobras precisa ter desdobramento efetivo e concreto, não apenas na criminalização de todos aqueles que cometeram esses atos, mas é preciso que o Brasil tire lições da manutenção dessa prática da política de baixa qualidade. E eu pretendo voltar à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para uma fala mais aprofundada acerca desse tema, em razão dos estudos que estamos fazendo.

Hoje, entretanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma avaliação relacionada ao impacto de uma iniciativa anunciada pelo presidente norte-americano Barack Obama e o reflexo que isso causa não apenas no dia a dia dos brasileiros, na economia brasileira, na capacidade, enfim, do nosso País se integrar às cadeias globais de produção.

O panorama das negociações comerciais internacionais não para de produzir fatos que reforçam a gravidade dos persistentes equívocos e das escolhas do Governo brasileiro em relação à nossa política externa. E política externa não é um tema distante da realidade do dia dos brasileiros, dos trabalhadores, dos empreendedores, dos empresários, de todos aqueles que constroem, com seu sacrifício, com seu suor e a sua lágrima, este grande País.

A política externa pode se revelar, pode abrir portas e janelas para a expansão e a presença brasileira mundo afora. E isso, na prática, significa e tem como consequência a geração de oportunidades, das quais os brasileiros precisam e necessitam. Os brasileiros, de forma geral, dos mais humildes aos mais graduados, enfim, não querem viver de favor. Querem oportunidade para que possam revelar o seu talento e a sua vocação.

Enquanto países de diferentes níveis de importância econômica se articulam com rapidez para montar e celebrar acordos bilaterais ou por meio de blocos, o nosso País aprofunda o seu isolamento agarrado ao Mercosul, grupo cujos principais membros enfrentam crescentes dificuldades econômicas e dificuldades políticas.

Eu sou daqueles, assim como a Senadora Ana Amélia, que veem virtudes e importância estratégica no Mercosul, mas a manutenção do Mercosul, da forma como se encontra, está fadada ao insucesso, ao fracasso. Como lembram especialistas e estudiosos, o Mercosul não é opção. O Mercosul é destino. Mas, na medida em que o Mercosul subtrai a nossa soberania nacional ao Tratado de Assunção – porque, para fazermos acordo, nós precisamos de unanimidade, e a unanimidade não é uma construção inteligente –, nós não estamos avançando nesse campo.

Na semana passada, parlamentares do governo e da oposição do congresso norte-americano, portanto democratas e republicanos, chegaram a um acordo para acelerar a formação de um bloco comercial muito impactante em nosso mundo. Trata-se da Parceria Trans-Pacífico. Na prática, os parlamentares norte-americanos autorizaram o Presidente Barack Obama, pelo sistema de *fast track*, a concluir as tratativas para viabilizar a sua proposta, que contemplará 12 países da Ásia e das Américas, reunindo 800 milhões de consumidores e cerca de 40% do Produto Interno Bruto de todo o mundo. Esse movimento se soma a outros auspiciosos mega-acordos comerciais em construção, como o que envolve também os Estados Unidos e a União Europeia, até mesmo os nossos vizinhos da América do Sul, como Colômbia, Chile, Peru e México, que anunciaram a Aliança do Pacífico.

O nosso País vem assistindo a tudo isso sem reagir, sem mostrar preocupação e, pior, sem finalizar qualquer chance de redirecionamento de sua inibida e desorientada diplomacia comercial.

Eu não me refiro às escolhas, muito menos à legitimidade de quem ganha as eleições para definir a política. Mas estou aqui a questionar os resultados dessa política para o nosso País.

Como bem observou, recentemente, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em fórum em Comandantubá, na Bahia, o Governo não tem investido em acordos bilaterais que seriam fundamentais para o crescimento da economia, deixando o País à margem do comércio mundial. Como ele bem lembrou, o País tem apenas três acordos comerciais bilaterais de livre comércio: com o Egito, com Israel e com a Autoridade Palestina. Se trouxermos aqui apenas o exemplo do México, o México tem pelo menos 30 acordos bilaterais de livre comércio.

Como mais uma importante economia latino-americana, como a mais importante, a mais expressiva economia latino-americana, o nosso País tem perdido relevância a olhos vistos, até mesmo aqui em nossa região, e a capacidade de buscar livremente novos mercados para nossas exportações mundo afora, sobretudo numa quadra como essa, em que o mercado brasileiro está sendo desafiado por uma conjuntura econômica com reflexos sociais muito graves.

A globalização é uma realidade já há décadas, mas o País continua insistindo na tese de crescimento econômico baseado apenas na substituição de importação. Nesse sentido, o Mercosul como está, como disse e reafirmo, é um obstáculo extra ao se configurar em uma burocracia que atrapalha mais do que ajuda os negócios no Brasil.

É evidente que nos últimos anos houve uma ampliação da corrente de negócios, da movimentação de exportação e importação em relação aos países que compõe o Mercosul. Mas essa não é uma avaliação percentual proporcional. Aumentou o volume de negócios, portanto, aumentou em valores constantes, mas o percentual continua sendo exatamente ou mais ou menos o mesmo.

Além de perder oportunidades, o País corre cada vez mais sérios riscos de ficar de fora dos novos arranjos produtivos globais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é realmente uma pena, é lamentável que tudo isso esteja acontecendo. No caso da TPP, podemos dizer que o Brasil está literalmente de costas para o Pacífico.

Recentemente, especialista em questões globais do agronegócio, o Sr. Marcos Jank, em artigo argumentou, de maneira brilhante, que o século XXI é o século do Oceano Pacífico, considerando os números atuais e potenciais apresentados pelos negócios envolvendo os países banhados por esse oceano.

Marcus Jank trouxe à memória uma reflexão do ex-Secretário de Estado John Hay, que foi secretário ainda no século XIX e que lá atrás já cunhou a seguinte expressão: "O Mediterrâneo é o oceano do passado, o Atlântico é o oceano do presente, mas o Pacífico será o oceano do futuro". Isso foi dito há mais de 100 anos, e estamos vendo, na prática, isso se confirmar.

O século XX continuou sendo dominado, enfim, pelo Oceano Atlântico, que começou a perder já sua liderança nos anos 1970, com o florescer dos gigantes asiáticos, começando pelo Japão, seguido pela China, Coreia e Índia. Marcos Jank ressalta que o comércio está desde sempre no DNA da região da Ásia e do Pacífico.

Interrompo a minha reflexão para ouvir, com muito prazer, a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão da Agricultura, membro ativo da Comissão de Relações Exteriores.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Ricardo Ferraço, eu começo fazendo coro com o autor citado por V. Ex^a, o executivo Marcos Jank. Tive a oportunidade de me encontrar com ele, recentemente, em Bancoc, capital da Tailândia, numa recepção que o nosso Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães Moura ofereceu a Parlamentares brasileiros e também a executivos, entre os quais estava Marcos Jank. De fato, o Brasil está ignorando esse mercado. Antes de chegar à Tailândia, estive representando o Senado Federal, juntamente com outros Senadores e Deputados Federais, na reunião da Assembleia Geral da União Interparlamentar internacional em Hanói, capital do Vietnã. Esse país, com 90 milhões de habitantes, e a Tailândia, com 70 milhões, estão interessadíssimos em ter uma relação comercial mais intensa com o Brasil. No caso do Vietnã, querem comprar aviões da Embraer. Ou seja, nós estaríamos exportando o máximo que temos em valor agregado, porque se trata de tecnologia, de engenharia, de tudo que temos de melhor. São sistemas, tecnologia da informação. No entanto, não há esforço do Poder Executivo no sentido de uma inserção pragmática nessa relação. Reconhecemos que a distância não pode ser empecilho para essa aproximação. Então, estamos perdendo de vista não o presente, mas o amanhã e o futuro. Então, ficamos presos ao Mercosul. Como V. Ex^a, vemos vantagens, mas muitas desvantagens. Só vou citar a última desvantagem, Senador Ricardo Ferraço, com relação ao Mercosul: Brasil e Argentina firmaram um acordo de livre trânsito no transporte de cargas – aqui temos o nosso Senador José Medeiros, que conhece muito bem esse setor –, um acordo por meio do qual, mediante apresentação do Certificado de Inspeção Técnica Veicular, o famoso CITV, seria dada liberdade de tráfego, nas rodovias argentinas, por veículos brasileiros de transporte de carga internacional, e vice-versa, caminhões argentinos também transitando em Território brasileiro. V. Ex^a não sabe o que está acontecendo, Senador. Recebi de Francisco Carlos Gonçalves Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, a informação de que o prejuízo, até agora, das multas aplicadas pelo governo argentino – mesmo estando em vigor esse acordo bilateral – é estimado em US\$12 milhões. Que tipo de relação é essa? Que tipo de acordo

bilateral é esse que não é respeitado pelo parceiro, pela Argentina? Não é aceitável que, pacificamente, demos abrigo a esse tipo de relação, fazendo, Senador, penhoras bancárias – penhoras bancárias – de multas aplicadas injusta e indevidamente. Faço o aparte a V. Ex^a, pedindo desculpas pelo seu tamanho, para ratificar a argumentação de V. Ex^a na nossa opção. Ficamos, eu diria, cegos pelo Mercosul, mas temos que abrir os olhos para outras regiões, para o Pacífico e para o mercado da Ásia. Cumprimentos a V. Ex^a pela abordagem do tema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu que agradeço a contribuição, porque, sendo V. Ex^a representante do nosso estratégico, importante e glorioso Estado do Rio Grande do Sul, mais do que ninguém sabe da importância do Mercosul para a economia brasileira, mas não nos moldes em que está configurado.

Na prática, o que temos observado é que todos esses mecanismos se revestem de uma forma de protecionismo disfarçado a fim de criar dificuldades para a atividade empreendedora brasileira.

Temos observado as exportações brasileiras para a Argentina em 2013 e 2014. Se tudo continuar como está, ao final deste ano de 2015, o Brasil estará exportando menos para a Argentina do que a China. E a China não está equivocada. Equivocados estamos nós em não estabelecermos uma nova negociação, em novos patamares, inclusive flexibilizando o Tratado de Assunção e eliminando a cláusula que subordina a nossa soberania comercial a regras de absoluta unanimidade. Ou seja, precisamos ter autonomia para fazer acordos bilaterais. Se nossos parceiros não desejam ir naquele momento, que possam ir no momento seguinte, mas que um país com a dimensão e a expressão continental e tamanha complexidade como o nosso não fique limitado a três acordos bilaterais, como é o caso, com Israel, Egito e a Autoridade Palestina.

Eu friso aqui: somente o México tem 30 acordos bilaterais, e esses acordos são fundamentais porque o tema da política externa é um tema que tem tudo a ver, sobretudo, com a nossa capacidade de superação dessa quadra e dessa conjuntura desafiadora que estamos vivendo. E o Brasil continua, de fato, isolado, de costas para onde as grandes alianças estão se dando, que é no Oceano Pacífico.

Mas ouço, com enorme prazer, o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Ferraço, seu pronunciamento é de uma riqueza imensa, aborda dois assuntos de importância significativa para a vida nacional. Recentemente, falei aqui, na tribuna, sobre a relação perniciosa que está sendo para o Brasil sua permanência nesse bloco econômico. Hoje, o bloco é um ajuntamento de perde e perde. Não há um parceiro que esteja satisfeito. A Argentina, livremente, tem descumprido o acordo a seu bel-prazer; recentemente, só ela fez mais de 15 acordos fora do bloco. O Brasil tem ficado amarrado, atrelado ao compromisso de um bloco que é o que todos queriam. Existem duas situações no Mercosul: o que deveria ser e o que é; essa é que é a grande verdade. V. Ex^a tocou no ponto-chave: precisamos rever tudo isso. O Brasil está perdendo e muito, no momento em que a economia precisa ganhar fôlego. Outro ponto sobre o Pacífico, Senador: o Brasil já está com o projeto pronto, por meio da Valec, da Ferrovia Fico, que atravessa Mato Grosso, ligando Goiás à Ferrovia Norte-Sul. Seria uma possibilidade de escoamento, de saída para o Pacífico, ligando aos portos do Chile. Infelizmente recebemos a notícia de que os projetos estão todos parados devido a este momento. É uma pena, porque seria justamente uma possibilidade de o País ganhar novos mercados, de abrir essa nova frente, e não ficar de costas, como V. Ex^a falou. Parabéns, porque é com essa discussão que talvez o País abra os olhos e que o Planalto tenha uma nova visão sobre a nossa economia. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu que agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Eu acho que o Mercosul é algo basicamente natural, é uma decorrência natural, e tem que ser fortalecido. Como eu disse aqui, ele não é opção, é destino, porque há outras questões que não as comerciais. Há as questões regionais e culturais, que fazem parte de todo esse contexto. Portanto, precisamos exercer com os nossos irmãos da América do Sul sentimentos e valores de solidariedade, de fraternidade, de construção coletiva.

Mas da forma como estamos dirigindo a nossa política externa, fico com a impressão, mesmo sem ser especialista, de que o Governo brasileiro está apostando todas as suas fichas no Mercosul. E creio que é um profundo equívoco não reconhecer o que no mundo afora está acontecendo. Da mesma forma, apostar todas as suas fichas no multilateralismo sem considerar que as alianças, que os acordos bilaterais estão fazendo grandes e extraordinárias diferenças. Como não refletir o impacto da Parceria Transpácífica.

E é sobre isso que estamos falando aqui, chamando a atenção, evidentemente, dos nossos especialistas em política externa – e a Chancelaria brasileira reúne um conjunto de valor extraordinário, de brasileiros com a melhor formação –, mas me parece que há um equívoco na orientação geral.

E nós estamos diante de um novo chanceler, o Chanceler Mauro Vieira, ex-Embaixador do nosso País nos Estados Unidos da América, homem experiente, capacitado, que precisa fazer uma inflexão, antes que seja tarde, sobre as consequências daquilo que o Brasil tem adotado e as suas opções.

A Ásia, que ainda exhibe as maiores taxas de crescimento econômico, em média, de 6% ao ano, logo, logo estará respondendo por nada mais, nada menos que 60% do PIB global, se você considerar as consequências da economia dos países asiáticos com a Parceria Transpacífico.

Nesse contexto, vários acordos bilaterais estão se espalhando pela região. A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, conhecida por Apec, reúne 21 países que respondem por 50% do comércio global e que rumam na direção de uma área de livre comércio com a Ásia e com o Pacífico.

Tudo isso acontecendo, como diz a música, “isso tudo acontecendo e eu aqui na praça dando milho aos pombos”, como se isso não tivesse reflexo com o presente e com o futuro do nosso País, das futuras gerações e da capacidade ou incapacidade de nós deixarmos de fazer alianças, em função das convergências ideológicas, e fazermos as alianças pragmáticas que interessam ao conjunto da população brasileira.

Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS-MT) – Senador, com relação a esse aspecto, o Maduro é o meu ídolo. Sabe por quê? Ele xinga os Estados Unidos o tempo inteiro, mas ele vende o petróleo dele, cotidianamente, para os americanos. Eu penso que, neste momento, nós temos que ter um pragmatismo econômico. Temos que fazer um raciocínio do tipo da ex—mulher de Donald Trump: “Não fique com raiva, fique com tudo”. Em economia, nós temos que pensar na nossa e, lógico, temos que ver a questão estratégica. Mas com relação à economia, nós temos que cuidar dela.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por isso é que, encerrando aqui a minha reflexão, Sr. Presidente, nós estamos trazendo para debate a questão do impacto da Parceria Transpacífico. Outro dia foi a Aliança do Pacífico; hoje, é a Aliança Transpacífico. E quando nós debatemos isso com as autoridades do Governo, eles acham que está tudo bem, que nós estamos no caminho certo e que podemos fazer como Monalisa: cara de paisagem.

Eu acho que não. Eu acho que essas definições, esses novos arranjos precisam sinalizar mudanças. Quando vemos democratas e republicanos do Parlamento americano convergirem em torno de um *fast track* e dando autorização ao Presidente Barack Obama para seguir adiante com velocidade e determinação em torno desses arranjos, não considerar e não refletir de que forma isso estará repercutindo em nossa economia e na geração de oportunidades para brasileiros, parece-me um equívoco muito grande.

É como o velho ditado: palavra dada, flecha partida e oportunidade perdida são coisas que, no tempo, nós não recuperamos, Sr. Presidente, a quem agradeço a concessão do tempo, e às Sras Senadoras e Srs. Senadores, que contribuiram com nossa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu que agradeço a V. Exª e o cumprimento pelo pronunciamento.

Concedo a palavra à eminente Senadora Ana Amélia.

Antes, porém, quero registrar, com muita alegria, a presença dos alunos do Ensino Fundamental do Colégio Maxwell.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

As crianças representam a esperança viva de um futuro melhor. Então, é neste Parlamento que se constrói também o futuro da Nação.

Bem-vindos!

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Olha, como é bonito ver essas galerias com essas crianças! Bem-vindas, sejam muito felizes. Estudem muito. Obrigada às professoras, às monitoras que estão aí. Muito bem, é assim que se aplaude aqui, no plenário. Parabéns. Aprenderam bem a lição.

Caro Senador Dário Berger, caro colegas, Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de mais nada, como o senhor está presidindo, Senador Dário Berger, em nome dos demais Senadores de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, que já se manifestou hoje, também o Senador Paulo Bauer e de V. Exª, Dário Berger, renovar a solidariedade à tragédia que aconteceu lá em Xanxerê, no Oeste catarinense, que deixou o País atônito com aquele tornado que destruiu, dizimou.

Hoje, ainda vi as imagens no Bom Dia Brasil, juntando as caçambas, juntando o retrato da destruição. Um verdadeiro cenário de guerra, se é que se pode imaginar aquilo: uma casa inteira tirada do seu lugar, atravessar uma rua... Inacreditável a força do vento de quase 300km/h.

Um caminhão daquele tamanho e daquele peso, tombado, é imaginável a força desse vento e desse tornado.

Então, eu queria renovar a solidariedade nossa, como gaúchos que somos. Muitos dos nossos conterrâneos estão ali naquela região, meu pai nasceu ali em Santa Catarina, não nessa região, mas ali em Campos Novos,

Capinzal. Então, tenho pelo Estado de Santa Catarina um carinho muito grande, além, claro, de ter uma relação extremamente fraterna com a representação de Santa Catarina, que aqui dá demonstração de unidade. Aqui, quando um Senador fala, os outros todos falam a mesma língua para defender o seu Estado. Nós também, no Rio Grande, procuramos fazer assim.

A propósito, quero aqui, publicamente, externar o desejo, em nome do Senador Lasier Martins, em meu nome – já fizemos isso, Senador Lasier, ontem, eu também –, de que o Senador Paulo Paim, que está no Hospital Santa Lúcia, foi internado às pressas, ontem, se recupere. Claro, não é um problema grave, mas ele tem um problema de coluna, um problema muito sério de pedras na vesícula, mas está bem atendido. Então, desejamos que o nosso colega Paulo Paim – agora, que virá a matéria relacionada à terceirização – tenha muito boa sorte, que seja bem acompanhado no hospital, no tratamento. Não fomos visitá-lo porque, como ele estava na UTI, o repouso é recomendável para isso. Então, muita saúde, Senador Paulo Paim, torcemos aqui pelo senhor.

Não vou fugir à regra dos demais Senadores que me antecederam, abordando a questão relacionada ao resultado que foi apresentado pela Petrobras a respeito do que aconteceu em relação ao prejuízo dessa empresa, que continua sendo, apesar dos problemas graves, gravíssimos, um patrimônio dos brasileiros, que orgulha os brasileiros, uma empresa que precisa de todas as formas ser salva, prestigiada e valorizada. Talvez, a lição maior do que aconteceu com a Petrobras seja exatamente de aumentar rigorosamente, não só os controles e as auditorias internas, mas que também a empresa seja exercida, administrada, gerenciada, comandada por quem entende do assunto, exatamente para que ela deixe de figurar nas páginas policiais e passe a figurar somente nas páginas de economia, no Brasil e no exterior.

É exatamente por essa projeção que tem esta empresa, a Petrobras, que falamos sobre ela. Por isso nos entristece profundamente falar de um prejuízo de R\$21,3 bilhões. É a primeira vez, em 23 anos, que falamos disso.

Eu não tenho dúvida de que a Presidente da República já tem a consciência exata da responsabilidade, e ela já fez isso, mudando a presidência da empresa por duas vezes. Ela substituiu Sérgio Gabrielli, que durante muito tempo, eu diria, até exerceu um poder paralelo, comparado ao Ministério das Minas e Energia; depois a Graça Foster, que chegou também com a função de gestora, mas foram se acumulando os problemas sobre a presidente Graça Foster, que a saída foi trazer um gestor da área financeira para cuidar da Petrobras.

É exatamente nessa medida que, ao escolher um gestor, a Presidente começou a encontrar o único caminho aceitável para uma empresa do tamanho da Petrobras. E falamos do Banco do Brasil, porque também no Banco do Brasil percebemos aí um cuidado de uma gestão, e numa área extremamente sensível, tanto quanto a do petróleo, que é a área financeira. Ou a Caixa Econômica Federal. É preciso exatamente uma gestão absolutamente comprometida com resultados para o acionista controlador, que é a União, e que, nesse caso, são todos os brasileiros, e para os acionistas minoritários, que participam dos investimentos nessa empresa, sejam eles brasileiros ou estrangeiros.

É preciso, portanto, enfrentar essa crise com muita coragem e determinação, sem perder de vista os problemas sociais graves que se acumulam em vários Estados brasileiros. Só no meu querido Rio Grande do Sul, Senadores, com esta crise na Petrobras, mais de 40 mil pessoas podem perder os seus empregos pela desativação de uma das joias da coroa, que foi o polo naval em Rio Grande.

Esse polo naval mudou totalmente o perfil econômico da metade sul do Rio Grande, especialmente do litoral sul, pela relevância de um projeto ambicioso, que já deu os sinais da sua maturidade, mudando toda a feição não só de Rio Grande, onde estava o polo naval – estive lá visitando, por duas vezes, as plataformas marítimas da Petrobras –, mas também da cidade próxima de São José do Norte e Pelotas, que é um grande centro econômico do Estado.

Todos ali, Senador Acir, foram impactados positivamente pelo polo naval e, de uma hora para outra, como se fosse uma implosão. Não havia mão de obra especializada suficiente, como funileiro, soldadores, e essas pessoas foram buscadas em outras regiões, como Bahia, no Nordeste, Rio de Janeiro, Espírito Santo, para atender àquela demanda. Cada vez que saía uma plataforma dali era uma festa, porque representava emprego, distribuição de renda, tecnologia, desenvolvimento para um Estado como o nosso, que estava grandemente concentrado no setor de produção agropecuária, e agora, diversificado – Caxias do Sul. Mas, aquele polo naval foi uma grande revolução. Então, quando falamos na Petrobras, pensamos naquele resultado social que é lamentável, é triste! As mobilizações apareceram aqui porque essas estimadas 40 mil perdas de emprego, realmente, têm um peso social e econômico expressivos.

O Sindicato das Indústrias da Construção Naval (Sinaval), entende que esses trabalhadores perderão os seus postos de trabalho nos próximos quatro meses – isso se a Petrobras não retomar os investimentos na construção de sondas e navios-plataforma. Esse quadro foi debatido nesta quarta-feira, numa audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e também de Desenvolvimento Econômico,

Indústria e Comércio, na Câmara Federal, convocada para discutir os impactos e os efeitos da Operação Lava Jato na economia e no emprego em nosso país.

Outro efeito daquilo que se chama má fase vivida pela nossa Petrobras é a paralisação de contratos da estatal, com retrocesso na nacionalização de equipamentos navais voltados para a exploração de petróleo e gás, que começou em 2003, no governo do Presidente Lula. Estamos competindo com Cingapura e China, os dois maiores e mais importantes mercados na indústria naval, onde os custos de mão de obra são 20%, no mínimo, mais baratos, porque lá os direitos sociais são bem diferentes e muito menores que os direitos sociais aqui no Brasil.

As consequências dessa crise da Petrobras e desse prejuízo para a indústria brasileira seguirão, no longo prazo, para a indústria como um todo, para todo o cenário industrial, para todo o setor produtivo e para toda a área de transformação. Não é a Senadora Ana Amélia que está falando isso, são os trabalhadores que atuam no setor de petróleo que fazem essas avaliações. Empresas estrangeiras estão sendo contratadas para construir no lugar das empresas afetadas pela Operação Lava Jato e, claro, vão gerar empregos fora do Brasil. Essas empresas chinesas vão construir os módulos de exploração que estavam sendo construídos no Polo em Jacuí, ali na região de São Jerônimo, uma região extremamente importante para o nosso Estado.

Aliás, a produção local está afetada e os contratos já foram suspensos. O Prefeito de São Jerônimo, Marcelo Luiz Schreinert, mais conhecido como Prefeito Pata, que é o seu apelido, esteve em Brasília participando desse debate na Câmara Federal e cobrou a retomada dos investimentos da Petrobras, apontando ali as graves consequências da paralisação na economia não de um, mas de 11 Municípios gaúchos. A gestão e a governança precisam vir logo, não podem demorar mais.

Aliás, a propósito disso também, recentemente o Tribunal de Contas da União mostrou uma outra face dos problemas relacionados à questão da gestão na Petrobras. Aqui poder-se-ia dizer que é uma questão de gestão provocada por uma política de partidarizar a grande empresa estatal.

Por outro lado, há falta de auditorias eficientes e, mais ainda, de um planejamento estratégico e de um planejamento muito cuidadoso.

A auditoria do Tribunal de Contas da União mostrou que termos aditivos foram feitos na Petrobras, com elevação de mais de 586% do valor original. Então isso também revela uma crise no planejamento de projetos relevantes para a nossa Petrobras. Por isso que quando nós falamos aqui: "Ah, o contrário do que alguém possa imaginar!" Nós queremos tão somente que ela encontre o seu rumo, retome os trilhos da seriedade, do compromisso e da boa gestão, porque são recursos públicos. A União é a controladora, mas o dinheiro da União é o dinheiro e o patrimônio dos brasileiros. Aliás nesse aspecto não é só o impacto sobre a empresa, mas é, como eu disse, o impacto sobre toda a economia.

E se a gente lembrar que, para este ano, nós teremos um déficit de US\$84 bilhões nas contas externas, elas vão continuar, em 2015, mostrando as fraquezas e a nossa fragilidade, especialmente, o baixo poder de competição da indústria nacional.

Os otimistas podem apontar uma recuperação, lembrou, em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*.

O resultado final do ano passado foi um déficit de US\$103,9 bilhões na conta corrente do balanço de pagamentos, segundo os novos cálculos do [próprio] Banco Central. Mas a melhora de cerca de US\$20 bilhões deverá resultar, em boa parte, de um encolhimento das transações internacionais, [que é] um dos sintomas de um país [...] [que está com a sua economia bastante fragilizada, bastante debilitada].

Então, nós queremos, quando falamos desse tema, tão somente despertar o interesse para que a Petrobras seja preservada, fortalecida e que ela continue sendo uma espécie de motor para toda a economia brasileira, o que ela é. Petróleo e gás são áreas estratégicas.

Hoje, nós fizemos a sabatina do Embaixador Eduardo dos Santos, que vai representar o Brasil na Inglaterra. A Inglaterra é o país que tem, na área de petróleo e gás, os maiores investimentos no Brasil. Aliás, aplicou R\$3 bilhões no pré-sal. Então, vejam a relevância disso e de outros investimentos que os grupos ingleses fazem nesse setor em nosso País. Continuam acreditando. A Shell é uma das empresas que participam do pré-sal, assim como tantas outras que estão ampliando os seus investimentos aqui.

Nós somos um mercado de oportunidades, um grande mercado consumidor, mas é preciso dar um retorno em matéria de mais eficiência, menos burocracia e de um país com regras muito claras para todos os investidores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não.

Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu tenho o Requerimento nº 385, e eu gostaria de pedir a aprovação para tramitação. Trata-se da realização de uma sessão especial no dia 21 de maio, quinta-feira, destinada a comemorar o encontro do Grito da Terra Brasil, que é um movimento que tem uma história no País.

Eles estarão em Brasília nessa época e a gente quer fazer essa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não. Submeto à deliberação do Plenário e já concedo a palavra ao Senador José Medeiros, como Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sobre a mesa, então, requerimento que submeto à apreciação do Plenário.

Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 385, de 2015**, do Senador Donizeti Nogueira e também de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Grito da Terra Brasil, no dia 21 de maio.

Em votação o requerimento.

Não havendo quem queira se manifestar, dou por aprovado o requerimento.

Será cumprida, então, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perfeito?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, então, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; amigos aqui presentes; amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Senado e os que nos ouvem pela Rádio Senado, eu quero fazer um registro sobre ontem ter sido o aniversário, dia 22 de abril, da Aviação de Caça.

Em 22 de abril de 1945, o Primeiro Grupo de Aviação de Caça realizou o maior número de surtidas na Itália, rumo ao território dominado pelo inimigo: foram realizadas quarenta e quatro missões de Guerra, tendo destruído mais de cem alvos como pontes, balsas, veículos motorizados, fortificações e outros.

Mais que expressivos números, a qualidade dos resultados auferidos ao longo daquela jornada, durante a Segunda Grande Guerra, conferiram à Aviação de Caça Brasileira o reconhecimento, o respeito e a admiração dos outros povos que ali lutaram lado a lado.

Nos dias atuais, cada avião de caça da Força Aérea Brasileira que decola rumo ao cumprimento de seu dever leva consigo o legado que os veteranos nos deixaram. Os caçadores de hoje mantêm acesa a chama dos mesmos ideais de eficiência, abnegação, patriotismo, bravura e coragem vividos nos céus da Itália. Aos veteranos do Primeiro Grupo de Aviação de Caça, o nosso eterno reconhecimento.

A Aviação de Caça Brasileira evoluiu em seus equipamentos, táticas e técnicas. Aplicações operacionais apenas sonhadas no passado hoje são realizadas, tornando cada vez mais eficientes nossas equipagens.

Nesse contexto, é inegável a importância para a Aviação de Caça Brasileira da recente definição do caça multiemprego GRIPEN, no Projeto FX-2.

Eu tenho falado constantemente, Sr. Presidente, sobre a Aeronáutica porque fiquei encantado, recentemente, com o projeto da Aeronáutica brasileira, o avião KC, que está substituindo o Hércules. Um projeto maravilhoso que mostra que este País tem potencial tecnológico e de produzir muito conhecimento.

Esse registro foi para comemorar o aniversário, ontem, dia 22 de abril, da Aviação de Caça Brasileira.

Sr. Presidente, também quero fazer um registro, que, infelizmente, não gostaria de fazê-lo: desde que cheguei a esta Casa, há praticamente dois meses e meio, tenho subido à tribuna, por diversas vezes, e levantado um problema que é de todos os Estados brasileiros.

Com o advento da Lei Kandir, Sr. Presidente, os Estados não podem tributar sobre os produtos que são exportados. Com isso, foi criado um fundo de compensação, o FEX (Fundo de Exportação), para dar certa compensação a esses Estados que não podem arrecadar devido à Lei Kandir.

Pois bem. No ano passado, 2014, só o Estado de Mato Grosso ficou para receber 450 milhões. A Bancada de Mato Grosso, da qual está presente aqui o Senador Wellington Fagundes, que também tem sido ferrenho defensor do repasse desse fundo da União aos Estados, se reuniu com o Senador Romero Jucá, a quem parabeno, e colocou no Orçamento a previsão para que o FEX fosse repassado para os Estados, mas, infelizmente, a Presidente achou por bem vetar. É lamentável que isso esteja acontecendo, porque um Estado como Mato Grosso não tem como dar mais esse subsídio ao País, porque é um dos poucos recursos de que este Estado vive.

O Senador Wellington Fagundes também esteve, recentemente, com o Ministro dos Transportes e também dali não traz notícias das melhores sobre a questão da logística do nosso Estado.

As nossas rodovias, Sr. Presidente, principalmente o corredor das BRs 163 e 364 – há pouco tempo toda a população estava muito contente porque iria ser duplicado –, a parte que cabe ao DNIT, infelizmente, nesses

cortes, as obras foram atingidas. Isso para o Estado. É impossível que um trecho de 200km como o que existe entre Rondonópolis e Cuiabá demore 4, 5, 6 horas porque já virou uma fila de caminhão.

Então, ali, é urgente a necessidade. Diz respeito ao desenvolvimento brasileiro. É o escoamento do pequeno ao grande produtor. Isso para o nosso País.

Então, eu não tenho dúvida de que é necessário o ajuste, eu não dúvida de que toda esta Casa coaduna com a ideia – e tem se debruçado sobre isso – de ajudar o Governo, seja oposição, situação ou independente. Eu tenho visto essa boa vontade.

Agora, é imprescindível, também, que os economistas, que os técnicos não façam do Ministério da Fazenda um laboratório de Física, porque a vida é dinâmica, a vida não se resume a equações, e eu sinto que a Economia sente uma certa inveja da Física, mas, na Física, as equações são estáticas e é como se tudo acontecesse, ali, em condições normais de pressão e temperatura, e a Economia não é assim.

Nós precisamos ter um outro olhar e é preciso que o Governo veja que, no momento em que tolhe o Estado em R\$450 milhões, está tolhendo a possibilidade de o leite ser escoado, de ser levado o leite do ponto A ao ponto B, de chegar aos hospitais, de o ônibus que leva as crianças da zona rural chegar, porque essas pontes caem e não têm como ser refeitas. Não há milagre, é o dinheiro com que iriam ser feitas essas estruturas.

Então, nós estamos numa dificuldade muito grande e recebemos, assim, com grande pesar, essa decisão da Presidente. Eu louvo, até, a atitude do nosso Coordenador de Bancada, o Deputado Ezequiel, que está pensando em fazer um pedido para que o Congresso possa derrubar esse veto. Estamos falando a respeito da vida de vários Estados brasileiros.

Então, Sr. Presidente, fica, aqui, esse registro a respeito, porque o Estado não consegue fazer frente a isso. E, para terminar...

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco União e Força/PR – MT) – Conceda-me um aparte, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com muito prazer, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Medeiros, nós que somos da mesma cidade, Rondonópolis, a minha cidade natal, a única cidade, Senador Dário, em que temos três Senadores da mesma cidade, no interior de Mato Grosso, eu, o Senador Blairo e, também, o Senador Medeiros. Lá, no Estado de Mato Grosso, nós concorremos a eleições, aliás, ele era suplente do Senador Pedro Taques, mas não estivemos no mesmo palanque. Hoje, somos oposição ao Governador Pedro Taques. Eu sou oposição, mas aqui nós os três Senadores estamos trabalhando exatamente na consciência, como V. Exª coloca aqui, Senador Medeiros. O nosso Estado é um Estado em desenvolvimento, um Estado em abertura. A cada real que se aplica no Estado por parte do Governo Federal, o retorno para o Governo Federal, para o Brasil é muito grande. Por isso, mesmo sendo oposição ao Governador Pedro Taques, nós temos trabalhado aqui conjuntamente com o objetivo de fazer que o Brasil veja o potencial que é Mato Grosso. Como V. Exª coloca, é obrigação, é compromisso. Eu estive com o Ministro Levy, e ele mesmo dizia da importância de honrar esse compromisso que é o estímulo à exportação no Brasil, que é a Lei Kandir. Isso foi acordado, foi votado, foi compromissado tanto pela Presidente da República como também pelo Parlamento, pois aqui votamos a Lei Kandir. Então, eu quero me somar a V. Exª, que faz esse apelo, e, como Parlamentar da Base, também quero me juntar não só à Bancada de Mato Grosso, mas à Bancada do Centro-Oeste, como coordenador da Bancada do Centro-Oeste, porque esse é um problema de todos os Estados do Centro-Oeste. Somos produtores de matéria-prima, ou seja, exportamos esses produtos, nossas *commodities* agrícolas, sem nenhum imposto. Portanto, todos nós da Bancada de Mato Grosso, com certeza, vamos trabalhar, chamar, convocar, convidar, conversar com os quatro Governadores do Centro-Oeste, com toda a Bancada, quem sabe, somando-nos a outros Estados que também são exportadores, para que façamos uma pressão. Eu acho que agora já chegou o momento de pressionarmos o Governo Federal, porque, como V. Exª coloca, não podemos viver só da frieza dos números. Há obras importantes que estão sendo tocadas, como agora há pouco falávamos, há a questão da duplicação da BR-364 e da BR-363. As empresas estão parando – aliás, já pararam. Os trechos de Rondonópolis até Jaciara e de Cuiabá até Serra de São Vicente estão completamente parados. Esse prejuízo é muito grande. Para a empresa retomar, com certeza, ela terá muitos prejuízos. Porém, o que nós estamos defendendo aqui é, principalmente, a vida das pessoas, porque V. Exª, que conhece, é Policial Rodoviário Federal, sabe que é o trecho em que temos o maior número de acidentes frontais no Brasil. E isso, normalmente, representa perda de vidas. Portanto, somo-me ao seu pronunciamento. Trabalharemos conjuntamente no objetivo único que é promover o desenvolvimento de nosso Estado, mas, acima de tudo, ajudar o Brasil, principalmente no superávit da balança comercial. Em todo o nosso Estado e o Centro-Oeste, os produtores, com muito trabalho, enfim, com muitas dificuldades, com distâncias tão grandes, ainda têm conseguindo vencer essas adversidades. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Wellington, eu louvo o seu posicionamento. Na maioria das vezes, fizemos política em lados opostos, mas vejo a grandeza que V. Exª tem tido aqui, porque acima dos partidos tem colocado o Estado; acima de qualquer divergência partidária, tem pensado no Estado de Mato Grosso e em seu desenvolvimento.

Só para ressaltar, Sr. Presidente, nesse trecho que o Senador Wellington bem frisou aqui, mencionando as perdas de vida, os números da Polícia Rodoviária Federal todos os anos, e são números oficiais, de pessoas que morrem no local do acidente mostram 280 mortes todo ano – variando ali 276, 282, mas a média é 280. É uma boate Kiss por ano que perdemos ali naquele corredor. É uma mortandade, porque praticamente toda produção do Norte do País, mesmo que venha de Rondônia, de outros Estados, do Pará, passa por ali. E a nossa luta aqui tem sido incessante no sentido de fazer aquele corredor e de que a Valec possa fazer a concessão para que empreendimentos privados possam fazer a ferrovia Fico, de que falamos há pouco, que seria uma opção de saída para o Pacífico. E tem sido essa a nossa luta.

O Senador Wellington lá é conhecido como o Senador da Infraestrutura e tem sido incansável. Agora, tenho me somado aqui a esse anseio do Estado para que possamos avançar nesse caminho de melhorar nossa infraestrutura.

Nosso Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, como tenho falado constantemente aqui, ajuda muito o Brasil. Agora, é muito importante que o Brasil possa dar a contrapartida. O Mato Grosso tem feito seu dever de casa, tem produzido conhecimento. O Estado de Mato Grosso, antigamente, no Cerrado, só produzia mandioca para fazer farinha; Através de parcerias com a iniciativa privada, com a própria Embrapa, hoje, o Cerrado brasileiro, o Cerrado do Centro-Oeste, o Cerrado mato-grossense, é modelo de produtividade de grãos, internacionalmente falando, modelo que serve de exemplo para o mundo. Lá no Cerrado se obtêm os melhores índices de produtividade, com tecnologia lá, produção de conhecimento do Estado. Agora, isso tem sido feito apesar do relacionamento da União com esse Estado-filho. E é preciso que isso mude.

A nossa Bancada é pequena, são apenas onze pessoas – oito Deputados e três Senadores –, mas temos gritado aqui, temos sido voz que clama no deserto. Agora, é preciso que o Governo possa ouvir.

Neste momento, nós nos deparamos lá com o Estado praticamente parado novamente. São 17 pontos de interrupções com os caminhoneiros parados. E é um problema sério, um problema que afeta o País, porque, segundo dados da ANTT, existem 300 mil caminhões a mais do que o necessário. Como resolver um problema desses? Agora, é questão de mercado, a lei da oferta e da procura.

Há todos esses problemas.

Neste momento, também, na BR-174, há várias etnias indígenas cobrando pedágios. Isso vai irritando a população. É preciso que o Ministério da Justiça nos ajude na resolução desses problemas. Eu não tenho dúvida de que as comunidades indígenas também têm suas dificuldades, e é preciso que a Funai possa agir de forma mais pragmática, com menos ideologia, porque, na verdade, o que os índios querem é qualidade de vida.

Nós estamos com todos esses problemas e fomos tomados de assalto com a notícia de que os recursos do FEX não serão repassados. Uma pena. E deixamos esse apelo para que o Planalto possa ver de que forma será resolvido isso: se não pode via Orçamento, que possa mandar uma medida provisória, que possa, de alguma forma, socorrer os Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu que cumprimento V. Exª, Senador José Medeiros.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, à eminente Senadora Vanessa Grazziotin. Só vou pedir à Senadora Vanessa Grazziotin que observe o tempo, porque ainda há vários oradores inscritos e, por solicitação deles... Todos têm viagem marcada, avião e horário. Agradeço a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sem dúvida, Sr. Presidente, terei o maior prazer em colaborar com meus companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir à tribuna hoje sem que relatasse um pouco do que foi a nossa participação – e eu me refiro à comitiva brasileira – na Convenção Internacional de Saúde Pública, que se realiza ainda, neste momento, na cidade de Havana, capital de Cuba. Eu tive a alegria e a oportunidade de acompanhar, desde o último domingo, quando chegamos a Havana, Sr. Presidente, a missão brasileira que teve participação nessa Convenção Internacional de Saúde Pública chamada Cuba Saúde 2015. E, como já disse, a convenção deve encerrar os seus trabalhos, os seus ciclos de debates até a próxima sexta-feira, até amanhã.

Um dos principais objetivos desse congresso, que é muito importante não só no âmbito da América Latina e do Caribe, mas do mundo inteiro, é promover um intercâmbio amplo e promover a integração, cada vez maior, dentro da diversidade, num tema que não é muito comum: tratar da saúde pública e tratar da possibi-

lidade de integração, através de trocas de experiências, através de acordos e de ações internacionais, entre os povos de diversos países do mundo todo.

Na convenção, eram mais de 900 delegados, sendo 400 desses cubanos e mais de 500 delegados estrangeiros representando quase que a totalidade dos países do mundo.

Nossa delegação, Sr. Presidente, era composta de gestores, principalmente, gestores do Sistema Único de Saúde, da saúde pública brasileira, de vários Estados brasileiros, de vários Municípios, de profissionais da saúde, de estudantes de medicina, de empresários do setor de saúde. Estávamos lá representando o Brasil e participando efetivamente dos debates; algumas empresas estavam expondo, porque havia paralelamente também uma exposição de equipamentos, de medicamentos, de produtos que vêm sendo desenvolvidos na área da saúde – geralmente, produtos muito importantes utilizados por sistemas públicos do mundo inteiro.

Além dessa grande comitiva, coordenava a delegação brasileira o Ministro da Saúde, Ministro Arthur Chioro, que se fez acompanhar de um conjunto importante de seus secretários do Ministério da Saúde. Lá estava o Presidente do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), o Dr. José Fernando Monti, representando os gestores municipais – e repito: eram vários gestores municipais. Estava um representante do Conass; uma vez que o seu Presidente, Dr. Wilson Alecrim, do meu Estado, não pôde estar, o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) foi representado pelo Dr. Marcos Antonio Pacheco, que é Secretário de Saúde do Estado do Maranhão. Lá se fez presente também a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, que, na composição tripartite, é a representante dos usuários do sistema público de saúde. E estava também uma pequena comitiva parlamentar. Além da minha presença e da presença do Senador Humberto Costa, estiveram lá compondo a delegação os Deputados Federais Jorge Solla e Luiz Odorico.

Foram diversos os temas que envolveram o Brasil no âmbito dos debates dessa Convenção Internacional de Saúde Pública, mas, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que mais mobilizou a atenção de todos os participantes da conferência foi o Programa Mais Médicos. O Programa Mais Médicos teve várias mesas de debates e foi debatido e discutido sob seus diferentes aspectos. Durante o encontro e o debate sobre o Programa Mais Médicos, o Ministro Arthur Chioro teve a oportunidade de apresentar, no congresso, o que já havia mostrado aqui no Senado Federal: dados detalhados a respeito da evolução do Programa Mais Médicos no Brasil. Eu, a Senadora Ana Amélia e tantos outros Senadores tivemos a alegria de termos estado na Comissão de Seguridade Social, quando ele fez uma apresentação detalhada em relação aos desafios e às questões do Programa Mais Médicos. E lá ele também teve a oportunidade de apresentar não só para cubanos, mas para gestores de saúde de diversos países do mundo o que é o Programa Mais Médicos.

O Brasil é o único país do mundo com uma população grande – somos mais de 200 milhões de habitantes – que possui um sistema universal, público e gratuito de saúde.

E, sobre o Programa Mais Médicos, repito, tivemos a oportunidade... O Ministro e seus Secretários, o representante da OPAS, que lá esteve falando também do programa, os gestores municipais, sobretudo, mostraram como esse programa tem revolucionado o acesso à saúde por parte dos brasileiros e das brasileiras, principalmente aqueles que vivem nos Municípios mais distantes, nos Municípios mais remotos do País, assim como aqueles que, apesar de viverem nas grandes cidades, vivem na periferia dessas cidades onde antes do Programa Mais Médicos dificilmente tinham acesso a profissionais da área de saúde, profissionais médicos, mesmo porque, apesar de já ser antiga a implementação do Programa Saúde da Família, era notória a falta de profissionais médicos na maior parte das equipes de médicos da família no nosso País.

Esse Programa Mais Médicos, Sr. Presidente, faz, portanto, parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos, repito, para regiões onde não existem ou não existiam profissionais. Um dos impactos do programa é que nesses Municípios houve uma redução significativa no tempo de espera para consultas e atendimentos.

De acordo com a lei, Sr. Presidente – e o programa é estabelecido por lei –, as vagas são oferecidas de forma prioritária a médicos brasileiros interessados em atuar no âmbito desse programa. No caso de não preenchimento de todas essas vagas, o Brasil, na sequência, aceita a candidatura, ou seja, a segunda prioridade é de brasileiros também formados no exterior. Por fim, os estrangeiros que queiram e estejam disponíveis para trabalhar em nosso País, porque nós temos o entendimento de que não dava mais para suportar o fato de que Municípios brasileiros... E essa era a realidade do meu Estado, o Amazonas, o maior Estado do Brasil, com Municípios extremamente distantes um dos outros e muitos deles não contavam sequer com a presença de um profissional médico. Então, é um programa muito importante.

O debate mais completo, creio, em torno do Mais Médicos nessa convenção de saúde pública em Cuba se deu durante o dia da terça-feira, dia 21, quando passamos mais do que uma tarde, Senador Lindbergh, entramos a noite debatendo o Programa Mais Médicos. Além da apresentação, repito, do Ministério da Saúde,

não só do Ministro mas do Secretário Heider, de gestores municipais, de gestores estaduais e da apresentação da OPAS, a participação da plenária no debate foi algo fenomenal por parte de todos, dos brasileiros, dos gestores e de cubanos. Ouvimos, Senadora Ana Amélia, depoimentos de secretários municipais de saúde que são de partidos políticos diferentes contando a história, como ela aconteceu, que a princípio o Município não havia aderido ao programa, hoje aderiu e como vêm melhorando os indicadores de saúde nesses Municípios.

Foi um momento muito importante, que debateu, apresentou os avanços técnicos, números abstratos desses primeiros anos de funcionamento do programa. Mas um momento importante na medida em que destacou o caráter humanitário e solidário. Repito, humanitário e solidário, Sr. Presidente. Princípios esses que, hoje em dia, estão cada vez mais esquecidos, cada dia mais esquecidos. Aliás, não são só os princípios humanitários e solidários, mas também o próprio cumprimento da nossa Constituição brasileira, que, no seu art. 196, diz o seguinte:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Então, é muito importante destacar esse aspecto do programa, assim como muito importante também é destacar que não é no Brasil que Cuba atua somente na assistência à saúde. Cuba está presente, ajudando no desenvolvimento da saúde pública, sobretudo na atenção primária da saúde, em mais de 60 nações, por uma razão muito simples: a média de médicos por mil habitantes no Brasil é de 1,8 médico. Isso sem falar na péssima distribuição geográfica, ou seja, na concentração desses profissionais nos grandes centros do País. E, portanto, há um número bem mais negativo nos Municípios de difícil acesso e nas periferias.

Enquanto o Brasil tem essa média – e a média mundial é de algo em torno de 2,5, determinada pela Organização Mundial da Saúde para mil habitantes –, em Cuba são quase 7 médicos por mil habitantes. Então, Cuba tem essa possibilidade de colaborar com outros países.

A Argentina tem uma média de 3,2 médicos por mil habitantes; Uruguai, 3,7; Portugal, 3,9; Espanha, 4. E o Brasil estava muito aquém.

Eu não vou ter tempo, Sr. Presidente, de falar de todos os dados que lá foram apresentados, dos impactos, avanços e desafios que ainda tem o Programa Mais Médicos, que foi apresentado pelo Ministro Chioro lá e que já havia sido apresentado aqui no Senado Federal.

Entretanto, esse programa, que é de Estado, não mais um programa de governo, uma vez que está amparado pela Lei nº 12.871, cujo debate se iniciou aqui, no Congresso Nacional, com muita dificuldade, mas, na hora de votar, votamos quase que por unanimidade um projeto que dá base legal à possibilidade do acordo que foi feito entre Brasil e Opas, para trazer os médicos estrangeiros ao nosso País, um programa que iniciou atendendo a 40 milhões de pessoas e hoje já chega a quase 60 milhões de brasileiros. Nesse seu sexto ciclo, são mais de 18.200 médicos atuando em mais de 4 mil Municípios, ou seja, dando cobertura a cerca de 60 milhões de brasileiros e brasileiras que não tinham essa assistência, essa cobertura primária de atenção à saúde.

A pesquisa da Universidade de Minas Gerais, do Ipesp, mostra um grau de satisfação elevadíssimo com o programa em todos os Municípios, que supera a casa dos 95%. Mostrou também uma excelente qualidade no atendimento, uma qualidade que recebeu uma nota superior a oito. E o próprio Tribunal de Contas da União, que fez um levantamento profundo do programa, mostra a diminuição no período de espera pelo atendimento e a ampliação do atendimento em mais de 30%, ou seja, são indicadores positivos, são indicadores muito importantes, Sr. Presidente. São números que desfazem aqueles mitos que tentaram criar e, de forma artificial, publicar. Eram mitos de que o programa não daria certo porque os profissionais de Cuba não eram bem formados, aliás, de que eram pseudomédicos, não eram médicos, de que os cursos de Cuba eram rápidos, que não davam uma formação sólida e consistente, de que haveria problemas de comunicação, problemas de integração e de que esses médicos não se fixariam nesses lugares. E hoje, empiricamente, pela exposição da população, pela manifestação da população e cientificamente, porque pesquisas foram feitas, é exatamente o contrário do que aconteceu.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Exatamente o contrário aconteceu. Há uma belíssima integração entre médicos cubanos e brasileiros. E mais, nessa última chamada, que foram quatro mil e poucas vagas...

Eu já concedo um aparte a V. Exª, Senador.

Na última chamada, a grande maioria dos médicos inscritos no Programa Mais Médicos foi de brasileiros. Isto é muito importante: foram brasileiros. A fase em que nós nos encontramos agora é a fase da inscrição nas vagas que sobraram, porque não foram todas preenchidas por médicos brasileiros. E foram pouquíssimas vagas.

De mais de 4.500 vagas, duzentas e poucas só não foram preenchidas. Essas vagas foram abertas a brasileiros que se formaram no estrangeiro e ainda não têm diploma validado. E sabe quantos se inscreveram para essas 200 e poucas vagas? Mais de 600 pessoas. Isso mostra o acerto do programa.

Srs. Senadores, eu nunca participei de uma sessão tão completa do ponto de vista não só da apresentação dos dados, mas das intervenções de brasileiros, de holandeses, porque era um congresso internacional, falando a respeito desse programa, mas sobretudo do depoimento dos gestores brasileiros e dos médicos cubanos.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora, ainda no Governo Fernando Henrique, havia no meu Estado cerca de 90 médicos cubanos. Por ação do CRM e por desentendimentos, os médicos foram embora. A população tocantinense, aonde esses médicos e médicas trabalhavam, se ressentiu muito. Quando se viajava pelo Estado, faziam-se reuniões e se discutiam os problemas da saúde, a saudade dos médicos cubanos estava sempre presente. Agora, no ano passado, quando voltou o programa, visitando um Município do interior, uma mãe me disse: Donizeti, hoje só pela certeza de ter o médico aqui, parece que adoecemos menos, porque não estamos mais na insegurança. Então, na verdade, quem criticou e quem apostou que o programa não ia dar certo, sabia que o programa ia dar certo. A verdade é que não queria que desse certo. O programa deu certo e é um sucesso. E os médicos cubanos – nesta semana tive a oportunidade de conversar com dois deles – gostam do que fazem, fazem por amor e não por uma razão mercantil como às vezes acontece. Eles atendem a população com cuidado. Portanto, esse programa é muito acertado e a presença dos médicos cubanos no mundo não é famosa e respeitada por acaso, mas porque eles trabalham com a alma e com o coração. Além disso, há a questão dos médicos cubanos na África, no atendimento aos pacientes com ebola. Não estamos mais ouvindo falar no ebola, mas a ação forte e decisiva no combate a essa epidemia conta com as mãos dos médicos cubanos. Ainda bem que existem os médicos cubanos espalhados mundo afora, contribuindo com as populações que precisam de serviços e de cuidados de saúde. Então, a Presidenta Dilma está de parabéns e aqueles que acreditaram e defendem o programa, também. Quero parabenizar V. Ex^a pela sua defesa contundente – como tem sido sempre –, porque o programa é um sucesso e é necessário para o nosso País.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senador Donizeti, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Como V. Ex^a diz, o Estado de Tocantins foi um dos primeiros a viver a experiência, infelizmente muita curta, por conta de uma ação que fez com que os médicos todos retornassem ao seu país.

Hoje, não. Há quem critique os termos desse acordo internacional feito entre o Governo brasileiro, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde. Mas o fato é que esse é um convênio feito com a OPAS em que a própria Organização Pan-Americana de Saúde é que seleciona os médicos que vêm ao Brasil. Como V. Ex^a disse, alguns médicos estavam lá na convenção porque estavam em seu país, gozando férias.

Em depoimentos, fiquei emocionada e, sempre que vou para o interior do meu Estado, procuro os médicos para conversar, procuro a população, procuro os médicos brasileiros para saber da integração. E, de fato, vem dando certo. Enquanto isso acontece, há quem critique, Sr. Presidente, o fato de o Brasil disponibilizar recursos do BNDES para investir em empresas brasileiras, na infra-estrutura desses países, gerando empregos para o país, ou seja, não levando em consideração que esse é um caminho de duas pontas, porque nós damos com uma mão e recebemos com a outra. Tudo que é correto, são ações humanitárias!

O Programa Mais Médicos não é só um programa que traz imediatamente médicos de fora; é um programa que muda, por isso revoluciona o sistema de saúde do Brasil. Na parte da infraestrutura, no eixo de infraestrutura, serão quase 6 bilhões investidos nas UPAS, nas Unidades de Saúde.

Quanto à questão da expansão, que é o terceiro eixo, e reestruturação da formação médica no Brasil, já foram autorizadas até o momento mais de 4,4 mil novas vagas de graduação, sendo que 1,3 mil em instituições públicas e 3,1 mil em instituições privadas, além da seleção de 39 Municípios para a criação de novos cursos. E quais são esses 39 Municípios? São Municípios do interior, e não apenas as grandes cidades, as grandes capitais.

Em parceria com o Ministério da Educação, serão abertas 11,5 mil vagas em cursos de medicina em todo o País até o ano de 2017 e mais 12 mil vagas para a formação de especialistas até o ano de 2020.

Então, o programa está aí e tem que ser avaliado, tem que ser debatido, mas debatido em seu conteúdo.

Hoje, nós aprovamos um requerimento do Senador Caiado, que a princípio era uma convocação do Ministro de Direitos Humanos, e ele transformou num convite, aceitou algumas sugestões. Debateremos o assunto Mais Médicos na Comissão de Relações Exteriores, com o Ministro de Direitos Humanos, com o representante do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana.

Essa é uma boa iniciativa porque nós precisamos avaliar essas políticas. Afinal de contas, o Parlamento brasileiro é parte delas, fomos nós que demos o aval – e, repito, quase que unanimemente – a essa lei muito importante, que vem sendo cumprida no Brasil.

Não tenho dúvida alguma: essa última seleção, de mais de 4 mil médicos, que teve, na sua grande maioria, brasileiros inscritos e selecionados para o programa, é uma demonstração de que até os profissionais da saúde do nosso País estão entendendo a importância desse programa, porque todos nós que trabalhamos com saúde sabemos o quanto que uma boa assistência primária ajuda na boa saúde de uma população.

Agora, no Brasil, até então, o que nós tínhamos é que o médico da família é o submédico, não é o médico. O médico é aquele que tem a especialidade e a subespecialidade – esse é o médico. E não é assim. Na Medicina, cabem todos, e nós precisamos de todos, a saúde precisa de todos: precisa do médico generalista, aquele que atua com a família, com atenção primária, e precisa daqueles especialistas. Não é verdade? Então, acho que isso é muito importante.

V. Exª solicita aparte; eu concedo a V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Nobre Senadora Vanessa Grazziotin, nobre Presidente Elmano Férrer, é com muito prazer que faço este aparte, eu como pai de uma formanda em Medicina – está no quinto ano de Medicina –, como irmão de médico e como tio de outro médico formado em Cuba. Estive lá em Cuba agora, recentemente, exatamente na formatura do meu sobrinho. Sou testemunha da formação excepcional que é dada lá, na Universidade de Cuba. Minha filha está fazendo Medicina aqui em Brasília, na Escs, na Faculdade de Brasília, que é uma faculdade muito boa, que pega o método até semelhante ao método utilizado, que é o método mais prático, mais objetivo. Eu vejo, nas minhas andanças pelo Brasil, até aqui mesmo, nas periferias de Brasília, o tanto que esse programa tem um alcance social muito grande. É claro que há algumas coisas que precisam ser mais bem discutidas, melhoradas. Eu, sinceramente, confesso que não gosto da forma como é feito o repasse do recurso. Eu acho que deveria estar pagando ao médico cubano o valor que pagamos para os outros, e eles darem a colaboração que eles quiserem para o governo de Cuba. Se quiserem dar até tudo, que deem, mas não que a gente repasse grande parte do recurso do médico A B ou C diretamente para o governo. Se nós conseguíssemos chegar a essa condição... Porque lá é uma questão ideológica: as pessoas sabem o que dar e o que deixar de dar. Então, se nós chegássemos a essa situação, eu acho que parariam as falas contra um programa de alcance social tão grande igual a esse programa. Tanto é que, agora, está aí uma concorrência enorme de médicos brasileiros – estou falando aqui como tio de um médico formado em Cuba há cinco meses – que não conseguem vaga para irem para o Mais Médicos. Inclusive, eu quero marcar uma audiência com o Arthur Chioro para discutir uma situação para esses 350 últimos formados em Medicina lá em Cuba, em Havana – eu tive o prazer de estar lá –, que estão com essa dificuldade. O número de vagas de trabalho que sobraram para esses brasileiros que se formaram no exterior – não é só em Cuba, mas na Bolívia, na Argentina e em outros países – é bem inferior à demanda deles por essa oportunidade. E o método de escolha é um método meio, assim, heterodoxo; é um método que diz: “É por distância”. Por exemplo, vamos supor que exista um médico de Manaus e exista vaga em Tefé; quem mora mais próximo de Tefé é que tem todo o privilégio; é questão de proximidade, não é questão de haver uma prova, por exemplo, algum teste para saber o cara que está mais capacitado, em melhores condições de fazer o trabalho. Então, essa é uma questão que eu acho poderia ser feita, porque os meninos lá, esses 350 formandos, estão tendo dificuldades. Se houvesse um teste, pelo menos a pessoa poderia dizer: “Eu vou escolher os mais capacitados para poderem trabalhar.” No entanto, essa questão de distância, como os brasileiros que concorreram foram muitos, pegaram quase que todas as vagas, há vários médicos desses recém-formados que estão em dificuldades para participar do Mais Médicos. Então, eu queria só colaborar com o pronunciamento de V. Exª: primeiro, o programa tem êxito, é um programa muito bom para o Brasil, tem ajudado sobremaneira as populações, principalmente as mais pobres e carentes; a questão da atenção primária é fundamental: ou a gente investe na atenção primária da saúde, ou nós vamos ter sempre hospitais cheios, hospitais que não conseguem atender aquela emergência para a qual o hospital tem que estar pronto para atender. Então, a questão da atenção primária que esses médicos fazem e o Saúde em Casa são fundamentais. E isso tem que ter o nosso apoio. Essa falácia com relação à forma de pagamento eu acho que se deveria discutir. Eu acho que o Governo brasileiro deveria, inclusive, assentar-se com o governo de Cuba para tentar fazer um entendimento mais razoável com relação a isso. Então, eu quero colaborar com o pronunciamento de V. Exª, concordar com ele e dizer que é de uma relevância muito grande esse programa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador. Da mesma forma como ao Senador Donizeti, agradeço a V. Exª.

Senador Hélio, gostaria de colocar algumas questões.

Os critérios são claros e objetivos. Aliás, estão na lei. A prioridade é dada primeiro aos brasileiros que estudaram no Brasil, formaram-se em instituições nacionais; segundo, brasileiros que estudaram fora; terceiro, estrangeiros. Nessa última chamada, não chegaremos aos estrangeiros – acabei de repetir. Não sei os números exatos, mas, para duzentas e poucas vagas para os brasileiros formados no exterior, há mais de 660 candidatos.

Se for o caso, eu acho que podemos ampliar, porque há necessidade. A demanda por parte dos Municípios é muito grande pela presença dos médicos.

Em relação aos termos do convênio da OPAS, eu acho que não há o que debater. Não é à toa que Cuba é o país que tem a maior proporção entre profissional médico e população. Cuba investe! Tem gente que critica Cuba porque o taxista é engenheiro eletrônico, o taxista é um profissional de nível superior. É assim porque Cuba investe nas pessoas. Esta é uma política de Cuba, a política de serviços, porque os países não vivem só da produção de matéria, mas também da venda de serviços. É assim que acontece. Todos os que vêm aqui sabem e gostam, como ouvimos o depoimento do Senador Donizeti. Ele ouviu um médico de Cuba que trabalha no Acre, e viu o trabalho que ele desenvolve lá nas comunidades indígenas. E o médico disse: "Eu faço o que eu gosto, porque eu estou cuidando das pessoas".

Senador, se o Presidente me permitir, eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, vou ser bem breve, Senadora Vanessa Grazziotin. Quero parabenizá-la por esse pronunciamento. Na verdade, existe preconceito com médicos cubanos. Faço parte da Comissão de Relações Exteriores com V. Ex^a e percebe-se que ainda temos alguns Senadores nesta Casa que, às vezes, penso que não entendem. É como se estivéssemos na época da Guerra Fria. O tema de Cuba volta sobre diversas formas: é o debate sobre os médicos cubanos, é o debate sobre o Porto de Mariel... É preciso que essas pessoas entendam: nós estamos vivendo um novo momento da história! Na última Cúpula das Américas, o aperto de mão entre Obama e Raúl Castro foi simbólico. E eu acho que V. Ex^a faz um importante pronunciamento quando fala da educação de Cuba. Recentemente, eu me surpreendi com o resultado da Unesco. Seis metas! Na América Latina, o único país que atingiu as seis metas foi a pequenina Cuba, com todo o isolamento, com esse bloqueio cruel, com todo o problema financeiro que existe naquela ilha! Então, eu só queria me associar a V. Ex^a. Acho que o preconceito com o Programa Mais Médicos, os médicos cubanos, vem desse desvio ideológico de alguns que não entenderam o novo momento do mundo. Então, queria parabenizar V. Ex^a e dizer que vamos travar um belo debate na Comissão de Relações Exteriores sobre esse tema também. Foi marcada uma audiência pública, e acho que V. Ex^a, que já domina muito o assunto, tem que estar à frente. Mas esse é um assunto que nos interessa discutir, porque o resultado concreto na vida das pessoas, principalmente nos Municípios mais pobres deste País, é muito grande. Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E, sem abusar da paciência e da complacência do nosso Presidente, Senadores e Senador Lindbergh, quero dizer o seguinte: ainda existem alguns que tentam nos colocar contra a nossa gente, contra o nosso próprio povo. Não! "Podendo defender os interesses do seu Estado, está a defender outro país." Não! Eu estou defendendo o meu povo que vive lá em Canutama. É minha gente que vive no Município chamado Urucurituba, no Município de Anamá, de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Parintins, Maués. É essa gente que nós estamos defendendo! São índios que vivem nas comunidades e nunca viram médicos, e hoje eles têm médicos presentes na suas comunidades. Então, isso é muito importante.

É óbvio que queremos chegar um dia – e o programa é completo a esse nível – em que tenhamos médicos suficientes para atender a todas as regiões do nosso País, Sr. Presidente. Esse é o objetivo. E o programa trabalha isso. Ele trabalha a questão emergencial, com apoio e cooperação internacional, mas trabalha a estruturação da saúde pública brasileira, criando novas vagas, melhorando a estrutura do sistema de saúde. Então, não tenho dúvida alguma de que estamos no caminho certo.

E, para concluir, Sr. Presidente, nós, os parlamentares membros da delegação, aproveitamos e tivemos um encontro com parlamentares cubanos. Fomos recebidos pelo Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, o Deputado Juan Esteban Lazo Hernández, um homem de uma visão fantástica, solidária, humanista, internacionalista.

Em seguida, tínhamos um encontro com o Vice-Ministro de Relações Exteriores e não pudemos ir, porque tomamos a manhã inteira com os parlamentares de Cuba, debatendo os caminhos, a política internacional, esse novo momento que o Senador Lindbergh cita, que é a aproximação dos Estados Unidos com Cuba. Eles sabem o quanto ainda vai demorar o fim do embargo, eles sabem os desafios que têm que enfrentar, porque dizem que Cuba não tem democracia. Eles vivem uma experiência fenomenal. Aprovaram, durante o seu último congresso, 313 *lineamientos*, como eles chamam, que são metas, e, em abril do próximo ano, farão um novo congresso para analisar o cumprimento dessas metas. Uma delas é a possibilidade de a sua gente, de a sua população se transformar num microempreendedor, num empresário individual. Já ultrapassam a casa de meio milhão os que são microempreendedores, Sr. Presidente. É óbvio que, como eles dizem, nós precisamos mudar muita coisa, mas mais difícil é mudar a cultura. De nossa parte, assim como nós queremos ser tratados pelo mundo, por outras nações irmãs com respeito à nossa autodeterminação, creio que também devemos

tratar todos os países, independentemente da linha ideológica, da linha política que sigam. É esse tratamento que devemos dar aos demais.

Então, quero fazer meus agradecimentos à forma como fomos recebidos lá e, sobretudo, ao Ministro Chioro, Ministro da Saúde do Brasil, que permitiu e propiciou a ida de uma delegação tão plural para um evento tão importante.

Eu falei muito do Mais Médicos, mas não é só o Mais Médicos, não; temos outras parcerias com Cuba: tratamento do pé diabético, na área de medicamentos, enfim, são muitas parcerias que Cuba mantém com o Brasil e com vários outros países importantes nessa área de saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu agradeço as palavras de V. Exª, ao tempo em que nós fazemos dois registros: de uma delegação de senegaleses, pessoal do Senegal.

Sejam bem-vindos ao Brasil e a este Congresso.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Também registramos a presença de jovens aprendizes da Câmara dos Deputados.

Convido o Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT, para ocupar a tribuna, Senador que é do Estado de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos alunos que nos visitam neste momento – sejam sempre bem-vindos à nossa Casa –, nossos amigos que também nos acompanham pela TV Senado e também nos acompanham pela Rádio Senado, realizamos hoje pela manhã, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, muito bem presidida pela Senadora Ana Amélia, um debate que eu entendo é da maior importância para o nosso País, especialmente para a Amazônia, especialmente para o nosso Estado de Rondônia, que é a regularização fundiária.

Nós debatemos a regularização fundiária amplamente e precisamos avançar na entrega dos títulos definitivos de propriedade da terra para quem já tem posse da terra nos nove Estados da região, bem como regularizar os assentamentos e acampamentos de reforma agrária já existentes, onde vivem milhares de pessoas.

Só em Rondônia, existem 195 projetos de assentamentos reconhecidos e atendidos pelo Incra. Com 37 mil famílias já assentadas – não agora, Presidente, já há muito tempo assentadas – e já trabalhando na terra, em área aproximada de 6 milhões de hectares. Nosso Estado possui 35 acampamentos de agricultores que ainda não são considerados assentamentos pelo Incra, mas onde vivem mais de 15 mil famílias.

Além disso, existem os agricultores posseiros, que são os pioneiros que participaram do processo de reforma agrária no Estado de Rondônia nas décadas de 60, 70 e 80, mas que ainda não conseguiram o título definitivo da sua propriedade. O grande desafio do MDA, do Incra e todos nós é entregar o registro do imóvel aos proprietários posseiros e transformar os assentamentos e acampamentos em propriedades rurais produtivas, em que cada agricultor tenha o documento do seu pedaço de terra e, com isso, possa captar crédito e participar dos programas de assistência técnica que, com certeza, vão contribuir para aumentar, e muito, sua produção e sua contribuição para a economia regional e também para o aumento de renda da sua família, pois eles vivem exatamente dessa terra em que eles estão trabalhando.

Hoje, o Governo Federal atua em duas frentes de trabalho para promover a reforma agrária e a regularização fundiária na Amazônia. Uma por meio do Programa Terra Legal, criado em 2009, com a meta de entregar, em 10 anos, títulos de terras em torno de 150 a 160 mil posseiros que ocupavam terras públicas federais não destinadas na Amazônia, ou seja, as chamadas terras devolutas. Em seis anos, pouco mais de 18 mil títulos foram entregues na Amazônia. E, desse total, um pouco mais de 6 mil títulos foram entregues exatamente no nosso Estado de Rondônia, o Estado que mais avançou na regularização fundiária, através do Programa Terra Legal.

As novas metas estabelecidas pelo MDA e apresentadas hoje pela manhã para o Programa Terra Legal são animadoras – e vamos torcer para que sejam alcançadas no prazo previsto –, que são: 39 mil títulos em 2015; 57 mil títulos em 2016; e 46 mil títulos em 2017, aumentando 10 mil títulos da meta que era de 150 mil títulos.

A outra frente de trabalho é a chamada regularização fundiária direta, em que é feita a legitimação da posse para os agricultores que já possuem o termo de posse da terra e estão cadastrados no Incra, que é o caso

dos pioneiros de Rondônia, ou para os que estão nos assentamentos da reforma agrária, em terras do Incra ou da União, ou em assentamentos e acampamentos em áreas de litígio.

Como já coloquei, em Rondônia existem 195 assentamentos reconhecidos pelo Incra. Em todo o Brasil, são 9 mil assentamentos, com 818 mil famílias, sendo que 3,5 mil estão na Amazônia Legal com aproximadamente 615 mil famílias.

Desde 2003, já foram emitidos 320 mil títulos para famílias assentados nesta modalidade, o que corresponde a 39% da demanda existente, ou seja, das 818 mil famílias. O que está dificultando os processos de assentamento e titulação neste momento, especialmente no nosso Estado de Rondônia, é o preço da terra, que está muito alto em nosso Estado, preço este cobrado pelo Incra. Os procedimentos do Incra para legalizar os assentamentos e acampamentos esbarram, principalmente, nesse preço, que, realmente, é muito caro não só no Estado, mas em todo o nosso País.

Uma das soluções, que já discutimos com o MDA e o Incra, é facilitar a titulação dos imóveis dos assentamentos emancipados, nos moldes do Programa Terra Legal, ampliando a área a ser titulada para quatro módulos fiscais, pois, até no ano passado, existia uma limitação, permitindo essa titulação apenas para até dois módulos fiscais. Depois de muita discussão e de muita negociação, foi ampliado para quatro módulos fiscais, através da aprovação da Lei 13.001, de junho de 2014, e que começa a ser operacionalizada agora neste ano. Portanto, creio que com isso teremos um grande avanço na titulação de terras em todo o nosso País.

Outra demanda é a necessidade de eliminar, no caso de fracionamento em áreas rurais que possam ser consideradas urbanas, a análise e autorização do Incra para a sua regularização. Essa competência seria transferida e muito mais bem atendida se feita através dos Estados e dos Municípios, como em Rondônia, onde o Governo do Estado implantou o programa Título Já, que já emitiu mais de 20 mil títulos para moradores das áreas urbanas nas cidades de Rondônia.

Para regulamentar esse processo, apresentei o PLS 388, de 2014, que está na CCJ. Nossa proposta é que as terras consideradas rurais, mas que estejam hoje nos perímetros urbanos dos Municípios, sejam transferidas para os Estados e Municípios para que eles façam essa regularização fundiária, não mais dependendo do Incra. Se é área urbana, que se transfira para os Estados e os Municípios, para que eles possam, assim, fazer a regularização fundiária com mais rapidez e com mais precisão até, porque a Câmara de Vereadores, o prefeito estão muito próximos do morador, fica mais fácil essa titulação.

O PLS 388, de 2014, busca corrigir essa impropriedade mediante a revogação de dispositivos do Estatuto da Terra e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, com base nos quais o Incra exerce a sua competência para aprovar projetos de loteamentos urbanos. Além disso, altera a redação de dispositivo relativo à formação de núcleos de colonização de natureza urbana para vincular essa atividade à legislação de parcelamento do solo urbano.

Portanto, eu conto com o apoio dos nobres Senadores para que essa proposição seja aprovada e possamos avançar na regularização fundiária nas áreas urbanas com mais rapidez, o que, certamente, contribuirá muito para a análise de projetos regulares de parcelamento do solo urbano e propiciará ao Município pleno controle sobre a ocupação do seu território, contribuindo para reduzir a ocupação irregular do solo urbano. Isso vai liberar o Incra para fazer o ordenamento e a regularização fundiária rural. O Incra tem uma expertise muito grande, um conhecimento amplo de como fazer e o que deve fazer para a regularização fundiária na área rural.

É um tema importante. Nós já o debatemos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, neste ano, duas vezes e várias vezes no ano passado, em 2013, 2012, 2011, 2010. E o Programa Terra Legal começa a avançar e é a nossa expectativa.

E fica aqui a nossa colocação a respeito do que nós pudermos contribuir tanto para o MDA quanto para o Incra para que possamos avançar na regularização fundiária.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ouço o nobre Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – É com muita alegria que faço o aparte a V. Ex^a, porque este assunto é muito relevante. Hoje grande parte da produção rural vem exatamente do núcleo da agroindústria familiar, que tem produzido muito neste País. E eu acho que essa regularização dá segurança, dá melhor condição de a pessoa se estabelecer. E as pessoas podem, com muito mais tranquilidade, contribuir para o nosso País cada vez mais melhorar a produção agrícola, aprimorar. E o MDA pode, de fato, dar uma atenção também mais adequada. Eu queria lembrar a V. Ex^a que nós estamos aqui no Distrito Federal e mais da metade do Distrito Federal é irregular. E o grande problema que há para os moradores aqui de cidades inteiras – como Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Sol Nascente, Porto Rico etc. – é exatamente a falta da documentação, a falta da regularização. Essa questão de ter a escritura e de ter o título é importante demais para cada família, porque permite fazer melhorias, permite fazer financiamentos, permite fazer investimentos. Então, como Senador de

Brasília, há um compromisso do Governador que foi eleito agora, o ex-Senador Rodrigo Rollemberg, do atual Governador do Distrito Federal, de realmente investir na questão da regularização fundiária. E eu quero dizer que é muito importante essa questão, porque isso tranquiliza as pessoas e dá melhor condição para as pessoas poderem investir. Então, subscrevo o que V. Exª está falando e concordo plenamente. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pela sua colocação.

De fato, é uma questão de cidadania darmos documento para aquilo que já é do povo brasileiro. Não há disputa de limite; não há disputa de área; não há disputa! É uma questão burocrática o fato de o Governo fazer o documento e entregar o documento.

Nós falamos muito na preservação ambiental, no cuidado das florestas – lembrando que a Amazônia corresponde a 65% do Território nacional –, na conservação e no cuidado com as florestas, Sr. Presidente. E o documento da área ou a regularização fundiária vêm ajudar na preservação, porque, se a área não tem dono, não tem proprietário, ninguém vai cuidar. Quando se dá o documento da área para o proprietário, com certeza, ele vai ter uma responsabilidade maior, vai ter uma atenção maior para cuidar também da floresta, cuidar também do meio ambiente. Eu entendo que a regularização fundiária ajuda tanto a produção, como o meio ambiente também.

Então, entendemos que a audiência pública hoje foi muito importante e ficam aqui os meus cumprimentos a nossa Presidente da Comissão de Agricultura, Senadora Ana Amélia, como também ao MDA, que participou, e também ao Incra.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Exª.

E convido o Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, para ocupar a tribuna.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há duas semanas, falei desta tribuna sobre um tema que muito me preocupava e agora não só me preocupa, mas me traz perplexidade. A Câmara dos Deputados aprovou ontem o PL 4.330, o projeto de lei da terceirização que, sob um falso discurso de modernidade nas relações do trabalho, precariza ainda mais a situação do trabalhador terceirização. E, aqui, gostaria de registrar minha satisfação pelo posicionamento do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, no sentido de discutirmos esse tema com mais calma.

Eu quero até pegar uma declaração do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, no dia de hoje, em que ele diz que essa regulamentação não pode ser ampla, geral, irrestrita. Se ela atingir 100% das atividades-fins, ela estará condenando essas pessoas, todas, à supressão de direitos trabalhistas e sociais.

E quero registrar também a fala do Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira: “É fundamental a proteção ao trabalhador. A terceirização é importante, ela moderniza o País, mas não pode ocupar o espaço da atividade-fim de qualquer empresa”, afirmou o Líder do PMDB no Senado.

Hoje, o Ministro do Trabalho também deu uma declaração: “Esperamos que o Senado venha corrigir especialmente a questão da atividade-fim, que pode causar uma quarteirização.”

Sr. Presidente, eu creio que essas declarações são muito importantes e sinalizam que o rito aqui vai ser completamente diferente. Esse projeto tem que ir para as Comissões; tem que passar, no mínimo, por quatro Comissões: Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça.

Agora me impressiona a forma como o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, se comporta. Ele deu uma declaração no mínimo desrespeitosa ao Senado Federal. Disse ele na terça-feira: “O que a Câmara decidir pode ser revisado pelo Senado, mas a última palavra será da Câmara. A gente derrubar a decisão se o Senado desconfigurar o projeto”.

Considero essa declaração um desrespeito. Esse projeto tramitou durante 11 anos na Câmara dos Deputados e aqui vai passar pelas Comissões. O Deputado Eduardo Cunha pensa que vai ser Presidente eterno da Câmara dos Deputados?

Eu, sinceramente, acho que esse projeto vai tramitar aqui durante anos. E espero que, quando ele voltar para a Câmara dos Deputados, nós não tenhamos mais um Eduardo Cunha na Presidência daquela Casa. Agora, se ele acha que nós vamos devolver esse projeto com essa velocidade, enquanto ele ainda seja Presidente da Câmara... Porque nós sabemos o que vai acontecer: ali, sob a liderança de Eduardo Cunha, eles vão continuar avançando nesse abuso contra os direitos dos trabalhadores brasileiros, consagrados ainda sob o Governo de Getúlio Vargas.

Então, nós queremos uma tramitação que passe pelas Comissões e que haja o debate político e o debate técnico de mérito das propostas. Mas nós não esperamos devolver esse projeto com a velocidade que quer o Deputado Eduardo Cunha.

Eu digo sempre, Sr. Presidente: espero que este debate aqui seja feito sem arroubos e com a tranquilidade que o tema merece. Tem a ver com o tipo de desenvolvimento que almejamos para nosso País. Aqui, desta tribuna, eu disse e repito que os últimos 12 anos foram marcados por conquistas históricas no campo dos direitos trabalhistas, com uma clara opção política pelos trabalhadores, com valorização constante do salário mínimo e incentivo à criação formal de empregos, que bateu recordes atrás de recordes, mesmo nos períodos mais difíceis da crise internacional.

Que ninguém se engane: as emendas ao texto base, aprovadas ontem pelo Plenário da Câmara dos Deputados, precarizam ainda mais a situação do trabalhador, agravando o retrocesso. É a consolidação do que chamei aqui de mercantilização do trabalhador!

Uma das emendas, por exemplo, reduziu de dois anos para apenas um ano o prazo de quarentena para que as empresas substituam empregados diretos por terceirizados. Ou seja, incentiva abertamente a demissão de trabalhadores contratados e substituição para que terceirizados ocupem seus postos de trabalho.

Outra emenda retomou a possibilidade de terceirização na Administração Pública.

Ora, a quem interessa a aprovação desse projeto? Única e tão somente às empresas que buscam a todo custo – nesse caso, às custas do trabalhador – reduzir gastos, aumentar seus lucros, livrar-se da responsabilidade de remunerar seus funcionários e garantir seus direitos, e se tornar isentas de qualquer investimento na melhoria das condições de trabalho.

O ímpeto de precarizar o trabalho e reduzir direitos é tão grande que justificou a caríssima campanha, em rede nacional, bancada pela Fiesp, e que ocupou por dias seguidos o horário nobre de nossa principal emissora de televisão e das rádios de maior audiência.

Que motivos levam a Fiesp a bancar uma campanha tão cara? Quais as motivações da terceirização? Segundo um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o principal motivo pelo qual as empresas decidem contratar terceirizados é a redução de custo. Segundo essa pesquisa da CNI, 91% decidem contratar terceirizados pela redução dos custos. Uma parcela ínfima (2%) refere-se à especialização técnica como motivadora da terceirização.

Estamos falando aqui de salários menores, jornadas maiores, alta rotatividade, redução de postos de trabalho, insegurança no ambiente de trabalho e vulnerabilidade social. Mais uma vez, recorro aos números trazidos por uma pesquisa da CUT em parceria com o Dieese.

Os terceirizados têm uma remuneração 24,7% menor do que os contratados. Fazem a mesma função, e recebem quase 25% a menos.

Os trabalhadores terceirizados realizam uma jornada de três horas a mais, semanalmente, do que os demais funcionários, sem que sejam consideradas horas-extras. Se essa jornada fosse equiparada à dos empregados diretos, estima-se que seriam criadas 882 mil vagas de trabalho.

Os terceirizados, Senador Hélio José, permanecem 2,6 anos a menos no emprego.

E agora um número que realmente é chocante: a cada dez acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados, devido à falta de treinamento e investimentos em qualificação.

Em geral, a terceirização abarca setores mais vulneráveis de trabalhadores, como jovens, negros e mulheres.

Concedo um aparte ao Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Lindbergh, V. Exª toca num assunto que é fundamental: que esta Casa debata o tema com os cuidados necessários, sem pressa e em condições de evitar a precarização, o aumento de acidentes e, realmente, uma espécie até de trabalho escravo. Eu, que trabalhei por 28 anos da minha vida em concessionária de energia elétrica – na CEB, aqui em Brasília, a Companhia Energética de Brasília, como engenheiro, e na Eletronorte, também, como engenheiro eletricista, por 3,5 anos, em linha viva –, posso dizer-lhe que é inadmissível termos esse tipo de funcionário, com essas dificuldades, com essa precarização, fazendo, por exemplo, esse tipo de serviço, que é um serviço com minúcias. Um risco é morte, não tem meio termo; se errar, morreu. Então, eu quero deixar claro que, embora grande parte do meu Partido tenha votado favorável a essa tese na Câmara, sinceramente, no Senado Federal, ela não tem o meio apoio. O meu Líder também já discutiu comigo e já falou que também não vai apoiar essa tese aqui, no Senado Federal. Nós somos contra essa questão da terceirização nos moldes em que está colocada. Não acreditamos que valha a pena esse aumento de emprego em troca do achatamento salarial, em troca da escravidão de pessoas, em troca de vidas e vidas que serão ceifadas, em troca do risco de termos um serviço que demanda tranquilidade sendo feito por pessoas que estão até com dificuldade de atendimento psicológico. Então, V. Exª tem plena razão. Os Senadores da Comissão de Direitos Humanos, de que sou titular, junto com o Senador Paulo Paim e

outros Senadores, como Telmário Mota e outros – acho que até V. Exª esteve lá hoje –, já fizemos três debates sobre esse tema com as centrais sindicais, com as entidades, com a associação civil e com a associação jurídica. O posicionamento do Presidente do TST é claro: contrário a essa questão. O Procurador do Tribunal Superior do Trabalho também é contrário a essa questão, nos moldes em que está colocada, pela inconstitucionalidade, pela precarização, por todos os riscos que V. Exª aqui coloca. Então, quero dizer a V. Exª: nós que somos brasileiros, que somos patriotas e queremos um País cada vez melhor e que tenha melhor qualidade nos seus serviços, não podemos ser favoráveis a esse tipo de situação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Hélio José, eu agradeço o aparte.

V. Exª sabe, porque já lhe falei isso pessoalmente, que V. Exª tem tido uma postura aqui neste Senado Federal extremamente importante. Em todos os temas progressistas, nós temos a voz de V. Exª.

Eu conversava, até informalmente, porque há uma preocupação nossa com essa pauta conservadora que vem da Câmara dos Deputados, sob a liderança do Presidente da Câmara dos Deputados. O Senado sempre foi uma Casa mais conservadora que a Câmara. Eu acho que o Senado, agora, é salvação da lavoura! E eu falava sobre a articulação de um bloco progressista aqui, independente de ser base do Governo ou não. Eu conversava isso com os Senadores do PSB, com V. Exª, e falei agora com o Senador Cristovam que nós temos que chamar uma reunião aqui de um bloco progressista, que se estabeleceu, na prática, no debate sobre biodiversidade, em que nós, em uma votação que ganhamos por um voto (31 a 30), conseguimos fazer prevalecer o direito dos povos indígenas, a repartição de benefícios. Há uma série de temas que podem nos unir: a luta contra esse projeto de terceirização, a luta contra a redução da maioria penal, a luta contra esse Estatuto da Família do jeito que estão querendo impor.

Então, eu acho muito importante. Acho que V. Exª tem um papel importantíssimo, mas a criação de um bloco progressista suprapartidário seria um grande fato novo na política e no Senado Federal para se contrapor a essa maluquice que tem vindo dessa pauta conservadora da Câmara dos Deputados.

Então, muito obrigado a V. Exª pelo aparte.

Volto ao discurso, dizendo que a precarização das relações de trabalho é tão evidente que, dos dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de trabalho escravo no Brasil, em 90% dos casos os trabalhadores eram terceirizados.

O projeto de terceirização vai agravar a exclusão e a discriminação de grupos hoje marginalizados na sociedade: os mais pobres, as pessoas negras, as pessoas com menos instrução, as pessoas com deficiência.

E aqui vale abrir um parêntese sobre a situação das pessoas com deficiência. Após ampla articulação em todo o País, conseguimos aprovar a exigência de cotas para a contratação das pessoas com deficiência em empresas de grande porte. Com a aprovação do projeto de terceirização, há um grande perigo de que as empresas se utilizem de artifícios para contornar a exigência de contratação de mão de obra de pessoas com deficiência, subcontratando o serviço por meio de terceirizadas. A emenda aprovada ontem na Câmara dos Deputados não traz garantias suficientes para as pessoas com deficiência, e nós não vamos admitir que passe no Senado Federal qualquer ameaça aos direitos arduamente conquistados por esse grupo.

Além disso, Sr. Presidente, vale lembrar que as empresas terceirizadas são campeãs no calote de obrigações trabalhistas; os terceirizados possuem situação mais precária no âmbito da segurança e saúde no trabalho; além do golpe evidente que sofre a organização sindical, fragilizando a capacidade de negociação coletiva.

Quando eu falo em calotes das obrigações trabalhistas, não é preciso ir longe. Podem conversar com qualquer ascensorista aqui do Senado Federal. Nós tivemos um episódio desses há um ano: uma empresa que contratava terceirizados para prestar serviços aqui no Senado Federal, de uma hora para outra, faliu e não pagou as obrigações trabalhistas. Nós andávamos aqui pelos corredores, e os funcionários nos dizendo isso. Nós presenciamos um fato concreto. E os Ministros do TST relatam números casos de calote como esse.

Nunca é demais lembrar as críticas da Justiça do Trabalho ao projeto da terceirização: para os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, o projeto “provocará gravíssima lesão social de direitos sociais trabalhistas e previdenciários, (...) deflagrando impressionante redução de valores, direitos e garantias trabalhistas e sociais”.

Para o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o projeto terá “efeitos catastróficos” e vai “inaugurar uma era de insegurança jurídica”. A entidade calcula, ainda, que a participação do fator trabalho na renda nacional cairá dos atuais 34 a 37% para algo em torno de 25 a 30%.

Os terceirizados são discriminados no próprio local de trabalho, enfrentando dificuldades de acesso a refeitórios, aos vestiários e aos uniformes e equipamentos necessários para o exercício da atividade.

Estamos diante, Srªs e Srs. Senadores, da mercantilização do trabalhador!

Em resumo, é um golpe inaceitável aos direitos dos trabalhadores e à Constituição, especialmente em um país com tantas conquistas recentes. Que ninguém se engane com o discurso da modernidade ou da es-

pecialização; terceirizar significa tirar deveres dos empregadores e direitos dos trabalhadores. Menos salários, menos direitos, mais horas de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que convido o Senador Gladson Cameli, do PP do Acre, para usar da palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Enquanto esse jovem Senador, meu correligionário, não sobe à tribuna... E o Acre tem um pedaço do Rio Grande na sua definição de território, com Plácido de Castro, meu querido amigo Gladson, companheiro de muitas jornadas.

Eu queria, Senador Elmano Férrer – ou Ferrer, como pronuncia-se o seu sobrenome?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Férrer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Férrer. Então, pronunciei certo. Férrer.

Hoje, 23 de abril, é o dia internacional, mundial dos escoteiros, do Movimento Escoteiro.

E o motivo também é de muito orgulho para nós gaúchos. Quero parabenizar dois jovens escoteiros, Fábio Silva Moreira da Silva e Luís Carlos de Lemos Blan, junto com Nereu Fagundes Almeida, que é gaúcho e colaborador com o Movimento Escoteiro. Esses dois jovens foram os pioneiros a integrarem uma missão à Antártica.

Então, esse é um continente gelado, Senador Gladson, e eles fizeram parte desta expedição, e são os pioneiros em uma iniciativa dessas, como Movimento Escoteiro.

Os escoteiros de todo o Brasil estão reunidos em Caxias do Sul até o dia 29, na 1ª Semana do Escoteiro de Caxias do Sul, que é uma cidade muito conhecida de todos os brasileiros, não só pela Festa da Uva, mas pelo que ela representa de riqueza cultural com a imigração italiana.

Desde sábado, dia 18, estão sendo feitas diversas atividades junto à comunidade, lá em Caxias do Sul e na região, com campanhas sociais. O objetivo, claro, desse movimento dos escoteiros é mostrar a importância do escotismo na formação das crianças e dos jovens, especialmente adolescentes, no âmbito educacional, social e também cívico.

Talvez um pouco mais desta atenção da educação especial para os compromissos com a comunidade seja o que está faltando para os nossos jovens hoje.

Então, muito obrigada, Senador Elmano, muito obrigada, meu caro Gladson, e bom pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço a comunicação de V. Ex^a, ao tempo em que nós ressaltamos a importância do escotismo na formação das nossas crianças e da juventude do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de iniciar o meu discurso, quero agradecer ao Senador Hélio José por ter me dado a oportunidade de subir nesta tribuna em seu lugar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, o Município de Tarauacá, no Estado do Acre, faz aniversário. Do ano passado até este ano, de outubro até o mês de março, o Município sofreu oito enchentes e vive uma crise econômica muito grande.

No meu deslocamento da capital Rio Branco até o Município de Tarauacá, irei passar no Município de Manoel Urbano, através da BR-364, que liga a nossa capital Rio Branco até minha cidade natal Cruzeiro do Sul, passando por diversos Municípios acrianos.

Aproveito essa oportunidade, Sr. Presidente, para cobrar do DNIT que recupere a BR-364, que é o coração do Estado do Acre. A população acriana lutou, brigou, reivindicou, por vários anos, que se colocasse em prática o que está na Constituição brasileira, o direito de todo brasileiro de ir e vir, a qualquer hora que puder, porque a BR era intransitável na época do inverno, Senador Hélio. Hoje a BR está concluída, mas precisa da presença do Governo Federal, do Ministério dos Transportes, para que recupere a BR-364 no nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna também para falar da escassez da energia elétrica, ao lado do fantasma da crise hídrica, uma ameaça que afeta a todos os segmentos da sociedade: causa preocupação aos governos, inibe os investimentos das empresas, assusta as famílias. Sendo um problema de todos, não parece razoável culpar um segmento, especificamente. Embora se busque a responsabilização, a questão não se resolve ao demonizar este ou aquele governante por não ter procurado a melhor solução, no tempo adequado, com os recursos apropriados. Por isso, trazemos este alerta: ou atacamos as causas da falta de água para abastecimento e de energia elétrica, ou haverá sério comprometimento da tão propalada sustentabilidade brasileira. Nada se sustenta sem luz e sem água, Senadora Ana Amélia.

Não se trata, como alguém poderia alegar, de um problema climático, apenas: se chove ou deixa de chover no Sul, no Centro-Oeste, no Nordeste ou no Norte. O problema remete ao planejamento mal feito, em

anos anteriores; diz respeito a pressões equivocadas de segmentos influentes da sociedade; é o resultado de uma gestão confusa e insegura dos governantes. Vamos ou não ter racionamento de energia elétrica, como ocorreu em 2001? Esse é um terror com o qual as manchetes dos jornais nos assaltam pelo menos nos últimos dois anos. E não sem razão, pois há mesmo motivos para preocupação com isso.

Claro que o problema tornou-se mais visível com o iminente racionamento de água em São Paulo e no Rio de Janeiro e, talvez por isso, devamos aproveitar a ocasião para repensar todo o sistema de geração de energia elétrica e de armazenamento de água para o abastecimento.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aproveito, Senador, enquanto toma um fôlego o Senador, nesse discurso de muita oportunidade. E a lembrança do que está acontecendo em São Paulo, na região Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – com a escassez de água pela falta de chuvas é um sinal muito claro. E foi muito bom que a visibilidade desse problema tivesse sido acompanhada pelo Brasil inteiro porque nós precisamos fazer duas questões, como V. Exª está vendo. Planejamento de melhor qualidade porque há obras que fazem aditivos, aumentam, e não têm a eficácia necessária para aquilo, seja na geração de energia, seja para outro tipo de... ou mesmo para o consumo. E existe também consumo de água na irrigação para agricultura no Brasil. E eu participei, por iniciativa do Senador Fernando Bezerra, de um debate, pela Comissão de Agricultura, em Petrolina, ali na divisa com Juazeiro – Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia –, sobre fruticultura irrigada. São milhares e milhares de empregos. E a barragem de Sobradinho, que alimenta também a Chesf para geração de energia, é que fornece, é que tem represado a água que serve também para irrigar aquela produção de fruticultura que é exportada para os exigentes mercados do Japão e também dos Estados Unidos. Frutas certificadas que vão para esses mercados. Senador, o cuidado e a gestão da água – e cumprimento V. Exª por trazer o tema à tribuna – são da maior relevância em nosso País, que tem enormes reservas, mas, se não cuidar delas, elas vão secar como secaram em muitas regiões do nosso Brasil. Nós temos, no Rio Grande do Sul, cidades em que já falta água para o abastecimento das pessoas na cidade, como é o caso de Bagé. Mas o cuidado, a boa gestão da água e a preservação são, exatamente, a lição que nós temos que levar da crise que acontece na Região Sudeste. Parabéns por tratar desse tema na tribuna do Senado.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Senadora Ana Amélia, ouvindo V. Exª nesse exato momento, eu até peço uma pausa aqui no meu discurso.

As pessoas falam que o nosso País é um país pobre. Não é verdade. Nosso País é um país rico. O problema é que os dinheiros que são investidos são mal-administrados, mal gastos, por falta de planejamento, de compromisso para serem executados. E nós não podemos ficar calados. Num país imenso como o nosso, temos obras de elefantes brancos, que não servem, não dizem para o que vêm, não são concluídas e não resolvem o problema de uma vez por todas.

Srs. Senadores, nós temos um exemplo claro. Nós estamos em 2015. O que justifica hoje a seca no Nordeste, as obras que ainda não foram concluídas? Então, é por isso que a sociedade tem muita razão, às vezes, de cobrar dos políticos mais um compromisso. Não vou ser eu que vou resolver o problema do Brasil. Eu confio, acredito e tenho um sonho: se todos nós, políticos brasileiros, e toda a população brasileira fizermos um pouquinho, vamos conseguir vencer os grandes obstáculos que a nossa população enfrenta.

Dando continuidade, Senadora Ana Amélia, claro que o problema tornou-se mais visível com o iminente racionamento de água em São Paulo e no Rio de Janeiro. E talvez, por isso, devamos aproveitar a ocasião para repensar todo o sistema de geração de energia elétrica e de armazenamento de água para abastecimento.

Não é novidade para ninguém que as nossas usinas hidrelétricas têm sido construídas a fio d'água. Por pressões de ambientalistas equivocados, deixou-se de construir os tradicionais reservatórios, para acumular água e gerar energia o ano todo, trazendo potencial descontinuidade, no caso de chuvas escassas. Essa foi a solução política para Belo Monte, por exemplo. Pode ter atendido a certos interesses, mas não ao de termos estabilidade na geração de energia.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico, no Sudeste e Centro-Oeste, temos menos de 20% da capacidade dos reservatórios; no Sul, pouco menos da metade; no Norte, 37%; e no Nordeste, 16% do volume que poderíamos ter nos lagos.

Como explicar que tenhamos chegado a essa situação? Pode-se chamar de descuidada, de falta de planejamento, de irresponsabilidade, de falta de visão a longo prazo ou o que for, mas esse fato não está desconectado de termos aberto mão de construir hidrelétricas com reservatórios, no modelo de Furnas, por exemplo, cujo lago é também chamado de Mar de Minas, uma vez que beneficia 34 Municípios daquele Estado. Os incrédulos devem ir lá perguntar o quanto toda essa população tem se beneficiado dessa maravilha.

Por pressões de ambientalistas, por deliberação de financiadores internacionais e pela falta de firmeza dos governos, termos aberto mão de gerar energia barata e limpa por meio de hidrelétricas, com a construção de reservatórios.

Para se ter uma ideia...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Gladson...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Fico bastante feliz de estar aqui ouvindo V. Exª tocar neste tema tão caro e tão importante para o nosso País. Há mais ou menos uma semana fiz um discurso relatando as dificuldades com a seca no Sudeste brasileiro, que tem causado exatamente isso que V. Exª falou, ou seja, uma das maiores estiagens da história do nosso País. Hoje, os reservatórios não conseguem atender na plenitude a necessidade do Sistema Interligado Nacional de energia elétrica. Tenho debatido bastante nesta Casa a importância de gerações distribuídas, que seria a geração da energia no local onde é consumida. Consequentemente, se discutirmos bem e incentivarmos, o Brasil tem fórmula adequada para a energia fotovoltaica, tendo em vista o sol que temos. Além disso, também temos as energias eólicas e de biomassa para fazermos essa compensação. Inclusive, já apresentei um projeto nesta Casa discutindo exatamente fórmulas para que possamos tornar realidade a energia doméstica, que seria a energia fotovoltaica. Acho que isso poderia resolver sobremaneira algumas dificuldades que existem, principalmente na área de transmissão e distribuição de energia para atender essas comunidades, muitas delas isoladas, e também no sentido de equilibrar o sistema, quer dizer, diminuir a ponta de carga, o que faz com que o sistema funcione de uma forma mais adequada. O seu Estado do Acre tem sofrido muito com as enchentes contínuas que têm devastado Rio Branco, Brasiléia, etc. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, penso que é necessário que façamos um debate no intuito de melhorar a infraestrutura para o seu Estado, pois não tem sentido que o Rio Branco continue com essas enchentes. Já tem três, quatro ou cinco anos seguidos...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Isso.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – ... que o Estado vem sofrendo com essas enchentes. Temos que tomar providências. Obras de engenharia, eu que sou engenheiro, existem para solucionar os problemas.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Para resolver os problemas.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – E eu acredito plenamente que temos capacidade disso. Concordo com V. Exª quanto a essa questão de que alguns equivocados priorizaram hidroelétricas a fio d'água e que isso foi sobremaneira um prejuízo para o nosso País, porque não há sentido, por exemplo, uma Belo Monte gastar 38 bilhões e, podendo gerar 12 mil megawatts até 14 mil megawatts, vai gerar apenas 4,5 na ponta fixa, o que torna o investimento que está sendo feito, assim, com um terço da capacidade que poderia ter. Então, seria necessário que esse debate fosse mais aprofundado, para que não façamos mais esse tipo de procedimento, altos investimentos em obras que poderiam dar melhor tranquilidade ao sistema, o que não acontece exatamente por falta de encarar da forma que deve ser encarada essa discussão. V. Exª lembrou bem o Lago de Furnas. O Lago de Furnas, que é o mar mineiro, demonstra essa questão. Para finalizar, acredito que nós temos de pensar, especificamente no caso de Rio Branco e também no próprio sistema do Sudeste e do Nordeste, na possibilidade de fazer algumas barragens de contenção, de reserva de água, para que possamos enfrentar esse tipo de crise que temos agora de forma mais adequada, para que o sistema não fique tão vulnerável como está exatamente neste momento. Então, há uma semana, o Ministro das Minas e Energia esteve aqui nos dando esperança, quando disse que o Ministério de Minas e Energia estará investindo em microgeração distribuída, em geração distribuída em geral e em sistemas alternativos de energia, o que faz com que o nosso País esteja na vanguarda dessa discussão. Muito obrigado, Senador.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Obrigado, Senador Hélio.

Para termos uma idéia do quanto isso é grave, basta comparar: a energia limpa gerada por uma hidrelétrica sai a R\$160,00/MWh; já a proveniente de uma térmica varia entre R\$340,00 a R\$1.000,00/MWh, além de ser poluente.

A eletricidade gerada pelos ventos, a energia eólica, também considerada limpa, já se tornou competitiva do ponto de vista do preço, mas ela é apenas complementar, depende da existência de vento. Ainda que tenhamos bons ventos no Brasil, a geração eólica serve apenas para ajudar a guardar água nos reservatórios ou evitar a geração térmica, cara e poluente, como eu já disse.

A alegação de que os reservatórios alagam vastas extensões e prejudicam a biodiversidade não se sustenta em um País como o nosso, de larga extensão territorial, que detém o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, uma riqueza incalculável, mais da metade da qual ainda não foi explorada. Adicionalmente, muitas outras vantagens advêm dos lagos, como o controle de enchentes, a piscicultura, o turismo e – pasmem – o abastecimento de água para a população brasileira.

Aproveitemos este momento de crise de abastecimento de energia elétrica e de água para o consumo humano e irrigação e tenhamos a coragem de rever todo o modelo de produção para ambas as dimensões. Esperamos, Senador Hélio, que o Senado Federal, por intermédio de sua comissão própria, tome a frente da

resolução desta questão e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, pedimos que o Poder Executivo, por meio de seus Ministérios e agências especializadas, debruce-se sobre essa saída óbvia: voltemos a investir na construção de hidrelétricas com reservatórios, pensando não em hoje, mas nas próximas décadas, nas futuras gerações e no próprio desenvolvimento sustentável do nosso País.

Sr. Presidente, o nosso...

Pois não.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Parabenizo V. Ex^a pelo seu discurso, pela firmeza. Essa crise hídrica é bom a gente considerá-la como aquele ditado chinês: Foi sorte ou foi azar? Eu acho que nós tivemos sorte de ter uma crise hídrica, a essa altura da vida do País, na Região Sudeste e do nível que nós tivemos, porque, assim, essa pauta se fortaleceu. A pauta daqueles que defendem a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade está fortalecida em função dessa crise hídrica. É um conjunto de ações que nós precisamos desenvolver, do meu ponto de vista. Penso que o Governo tem que sair – a União, por exemplo, os Estados e os Municípios – da posição cômoda de regulador e fiscalizador e ter uma ação proativa no sentido de ajudar, reeducando a população na demanda pelo consumo da água, na relação da população, de toda a sociedade com o meio ambiente, desenvolvendo políticas que possam revitalizar as margens dos rios, as matas ciliares e, desenvolvendo ações junto com os governos estaduais e municipais, a União criar condições para que aqueles que preservam a floresta tenham também um ganho, para garantir essa necessidade. Então, é muito importante a sua fala. Eu considero que nós tivemos a oportunidade de ter uma crise hídrica na Região Sudeste, porque, assim, a nossa pauta de outras regiões como a Nordeste passa a ter mais vigor, e aqueles que defendem a necessidade do equilíbrio também passam a ter mais força no seu discurso e na sua agenda. Penso que, na agenda nacional, hoje, está determinado pela força da crise hídrica que nós temos que repensar a nossa relação com os mananciais de água e a forma de conduzir o processo agrícola, de maneira que a gente possa ter plantio em nível como a regra geral para que a gente possa fazer a contenção e evitar o assoreamento dos rios e das nascentes. Então, é muito importante o momento que nós estamos vivendo. Quero parabenizar você pelo seu discurso e dizer que eu me somo a essa agenda que nós temos que defender, de desenvolvimento econômico, prosperidade, mas uma prosperidade que não vá nos levar ao fracasso em médio prazo em função de secas intermináveis, de ausência de água, porque, sem água, não há vida. Obrigado.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Senador Donizeti, eu agradeço seu aparte.

Para finalizar, Sr. Presidente, voltemos a investir na construção de hidrelétricas com reservatórios, pensando não em hoje, mas nas próximas décadas, nas futuras gerações e no próprio desenvolvimento sustentável de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e resalto também a importância do tema trazido a esta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José, do PSD do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Elmano Férrer, nosso querido Senador do Piauí, ex-Prefeito e atual Senador da República, uma pessoa que é muito querida no Piauí. Brasília, como sendo a segunda cidade piauiense, o recebe de braços abertos, sabendo que V. Ex^a, realmente, tem feito um ótimo trabalho aqui no Senado Federal.

Portanto, é com muito prazer que eu venho aqui fazer um pronunciamento sobre as dificuldades inerentes ao ensino no Distrito Federal, tendo V. Ex^a como Presidente da Mesa, como Presidente do Senado neste momento, para dirigir os trabalhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 6 de abril, por volta das 16h30, um homem de 33 anos invadiu o Centro de Ensino Fundamental 1, situado na Cidade Estrutural, que fica a aproximadamente dez, quinze quilômetros de onde nós estamos. Alcoolizado, o indivíduo feriu a cadeiradas onze pessoas entre alunos, professores e vigias do estabelecimento de ensino.

Alguns dias antes, nobre Presidente, em 25 de março, o estudante Diego Henrique Vicente Silva, de apenas 20 anos, foi assassinado durante o intervalo entre as aulas noturnas do ensino supletivo, no pátio do Centro Educacional 6, em Taguatinga, uma grande cidade, localizada a aproximadamente 30 quilômetros aqui do Senado Federal. Um homem encapuzado disparou-lhe à queima-roupa três tiros, dois dos quais o atingiram na cabeça, deixando a nossa querida Taguatinga de luto.

Em 21 de outubro de 2014, três alunos foram baleados em frente ao Centro de Ensino Fundamental 209, na região administrativa de Santa Maria, uma nova cidade, também aqui de Brasília, localizada na região que

vai, pela estrada 040, para Belo Horizonte e São Paulo. Segundo a Polícia Militar, os disparos teriam sido motivados por uma briga entre gangues rivais.

No dia 13 de março de 2014, novamente, dois homens adentraram o mesmo Centro de Ensino Fundamental 209, em Santa Maria, e atiraram contra um aluno de 15 anos, que foi atingido no pé. O adolescente foi rapidamente socorrido pelo Corpo de Bombeiros e, felizmente, não sofreu ferimentos mais graves.

Cerca de duas semanas antes, em 28 de fevereiro, um estudante do 6º ano do Centro de Ensino Fundamental CASEB, localizado na 909 Sul, a apenas dez quilômetros daqui onde estamos, foi baleado nas costas. Levado às pressas para o Hospital de Base de Brasília, o jovem passou por uma cirurgia emergencial e, graças a Deus, sobreviveu ao covarde ataque.

No dia 20 do mesmo mês, uma bala perdida acertou um menino de 13 anos em frente ao Centro de Ensino Fundamental 3, em Brazlândia, a cidade mais antiga do Distrito Federal, a mais ou menos 55 quilômetros de onde estamos. O autor dos disparos tentou acertar, do alto de sua bicicleta, um adolescente de 17 anos, desafeto seu, que se encontrava em uma quadra esportiva próxima à escola.

A esse já insuportável histórico de violência nas escolas do Distrito Federal se somaram, recentemente, outros infelizes episódios. Em Cavalcante, aqui no nordeste de Goiás, a 310 quilômetros de Brasília, a Polícia Civil concluiu, nos últimos meses, oito inquéritos, nos quais se denuncia o abuso sexual de meninas oriundas da Comunidade Kalunga, na Chapada dos Veadeiros. A Comunidade Kalunga é um quilombo que está exatamente nessa cidade chamada Cavalcante, a mais ou menos 260 quilômetros aqui de Brasília.

Para terem oportunidade de frequentar a escola, Senador Elmano Férrer, essas meninas, que são negras, descendentes de escravos e têm todas menos de 14 anos, entregam-se ao trabalho ilegal, servindo de empregadas domésticas nas casas de profissionais liberais e políticos da região. Enquanto trabalham pelo sustento que as permite estudar, essas crianças são repetidamente violentadas, vendo-se forçadas a reviverem as histórias de terror e barbárie que marcaram, durante os séculos XVIII e XIX, a sofrida existência dos seus antepassados.

A quantidade de meninas kalungas que vivem esse horror é certamente bem mais expressiva do que indica o já significativo número de inquéritos criminais. De acordo com os policiais e conselheiros tutelares, a maioria das vítimas não denuncia os crimes, seja por medo ou por desinformação.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, cadeiradas, homicídios, execução à queima-roupa, tiros nas costas, balas perdidas, brigas de gangue, estupro, são essas as expressões que melhor descrevem o que ocorre nas escolas do Distrito Federal? Será que é isso? Como se instalou em nosso meio educacional esse insustentável estado de insegurança, de brutalidade, de banalização da vida? Que alquimia radical transmutará esse caldo de sangue e medo, de ódio e ignorância em uma cultura de paz e harmonia, de compreensão e aprendizado?

Sinceramente, como eleitor de nosso Governador Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal que está começando os seus trabalhos, como admirador do nosso Secretário de Educação, Sr. Júlio Gregório, e também do nosso Secretário de Segurança, Sr. Arthur Maranhão, eu quero dizer que precisamos discutir melhores condições, melhor policiamento, para que essas escolas não sejam palco dessa violência, para que os alunos do Distrito Federal possam frequentar com mais tranquilidade as suas escolas, para que a gente possa fazer com que os pais e mães desses alunos possam ficar tranquilos, sabendo que seus filhos vão chegar inteiros em casa.

Como Senador da República, representando o Distrito Federal, eu quero contribuir nesta Casa com o nosso Governador, com emendas, com propostas, com orçamento, para que a gente possa garantir a segurança e melhores condições para que essas escolas possam acolher os nossos jovens alunos de várias cidades do Distrito Federal.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, meu caro Senador Donizeti, já é passada a hora de o poder político adotar as medidas cabíveis diante da devastação social causada pela violência nas escolas do DF. Apesar de ver com bons olhos as promessas do GDF de implementar, até o fim do ano, ações para trazer a paz de volta às nossas escolas, penso que nem mais um mês, nem mais uma semana, nem mais um dia pode transcorrer sem que se restabeleçam as condições mínimas de segurança para os alunos, professores e demais trabalhadores da rede pública de ensino.

Nesse sentido, o efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar deve, urgentemente, ser ampliado. Tenho conversado com o nosso querido Coronel Ribas, Comandante da Casa Militar do Distrito Federal, com o nosso Coronel César, Comandante da Polícia Militar, no sentido de discutirmos saída para que a competente PM de Brasília possa ter efetivo suficiente para realmente aumentar o seu contingente do batalhão escolar e ter condições de prestar os seus bons serviços.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Senador?

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Hélio, um aparte, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Um aparte? Pois não, Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu acompanho com bastante atenção essa questão da violência, principalmente nas escolas, e penso que, além de assegurar um aumento do contingente policial, nós precisamos mudar um pouco a visão da escola de não ser aquela escola que não discute a realidade local. Eu acho que a educação tem que existir a partir do contexto em que vive cada comunidade. É necessário que os educadores, os pais e as mães se envolvam muito nisso, mas, principalmente os educadores. Nós precisamos fazer com que os nossos educandos compreendam a realidade em que eles estão envolvidos e não só recebam um conhecimento métrico que vem da grade curricular, sem conexão com o dia a dia que eles vivem. Para evitar a violência na escola, nós precisamos ganhar as crianças. De onde vem a violência? Quem está praticando a violência na escola? Então, a necessidade de mudar a visão curricular, de mudar a visão da relação do educando com o professor e de o professor lecionar, levar os conteúdos a partir da realidade em que estão vivendo aquelas crianças é muito importante. As nossas crianças precisam aprender a amar o País amando o lugar em que elas vivem, e, muitas vezes, o lugar em que a gente vive não é o melhor lugar. Como não há uma discussão, um envolvimento entre escola e comunidade no sentido de fazer com que essa realidade seja compreendida e que possa a comunidade escolar, juntamente com o Poder Público, agir para mudar aquela realidade, a tendência é de que nós tenhamos uma educação descolada da realidade que está inserida a comunidade. Penso que é muito importante assegurarmos que o traficante não ponha os pés dentro da escola. Aí entra a força policial, entra o Estado, reprimindo essas ações. Agora, a relação das crianças com a escola, com a comunidade precisa estar inserida dentro do processo educacional. E, na realidade, nós não assistimos a isso na maioria das nossas escolas, se não em todas, porque é aplicada uma grade curricular formatada, muitas vezes, em livros que não têm a ver com a realidade local. A criança não se sente partícipe do seu processo educacional, o que leva ao distúrbio e até a destruição do espaço escolar, porque as crianças não se sentem bem dentro da escola. À medida que elas passarem a sentir bem, felizes ali dentro, eu acredito que será um bom caminho para combatermos a violência nas escolas. Obrigado pelo aparte, Senador Hélio José. É muito relevante trazer essa preocupação aqui. Eu conheço, como você sabe, um pouco do Distrito Federal – uma ex-esposa minha dava aula na expansão da Samambaia – e a realidade dura da dominação das gangues da escola, que eu penso que melhorou, mas ainda há muito a ser feito para que não só no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro a escola seja um espaço de prazer, de solidariedade e não de violência. Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Donizeti, eu acolho integralmente o seu aparte. Acho que ele vem colaborar e enriquecer o meu discurso sobre esse assunto tão relevante e importante, Senador Elmano. E quero dizer que, no próximo dia 10, vamos realizar uma reunião com todos os diretores de escola – eu e o Secretário de Educação – exatamente para discutir algumas questões importantes. Eu fiz aqui, da minha possibilidade de emendas, cinco milhões de emendas para poder tornar 17 escolas do Distrito Federal autossuficientes em energia elétrica. Nós vamos debater esse assunto. E, quando eu fiz isso, para que as escolas fossem autossuficientes com a captação de energia solar, foi exatamente para sobrar recursos para que a parte psicopedagógica tenha mais recursos para poder fazer esse debate com os pais, com as mães dos alunos, fazer essa integração sociedade e escola, porque a economia que se fará de energia elétrica em cada escola pode ser revertida tranquilamente para essas outras questões tão importantes que V. Ex^a aqui citou.

Então, eu vou ter essa reunião no próximo dia 10 com os diretores de escola. Quero que todos possam comparecer – já mandamos convites para todos –, junto com o Secretário de Educação de Brasília, para debatermos esse assunto de profunda relevância.

Voltando ao discurso, o efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar deve, urgentemente, ser ampliado, Excelência. Segundo o Tenente-Coronel Júlio César Lima de Oliveira, Comandante do Batalhão da PM do Distrito Federal, cerca de 400 homens são encarregados de prover segurança a 1.190 escolas. Vou repetir: 400 homens são encarregados de promover segurança em 1.190 escolas. Do jeito que as coisas estão, caro Senador Donizeti, cada policial tem de dar conta, sozinho, de três estabelecimentos. Conhecendo a realidade, sabe-se que a coisa não é fácil e que precisamos melhorar essa questão.

Além disso, é prudente impor regras mais rígidas para o acesso ao interior das escolas, bem como intensificar o monitoramento do entorno dos estabelecimentos de ensino, para evitar exatamente que essas gangues tomem conta e viciem os meninos, oferecendo drogas e outras questões que não têm nada a ver com a escola e com a formação das pessoas.

Faz-se necessária também a disponibilização, por parte da Secretaria de Educação do DF, de terapeutas aptos a fornecer apoio psicológico a todas as crianças que presenciaram ou que venham a presenciar cenas traumáticas como as dos ataques recentes.

O enfrentamento dos casos de violência sexual revelados em Cavalcante exige, por sua vez, ajustes mais profundos, mas não menos urgentes. A raiz do problema é a falta de acesso à educação nas comunidades quilombolas da Chapada dos Veadeiros, de onde as meninas partiram em busca de instrução.

Deve-se impedir, a todo custo, o desenvolvimento do principal fator de vulnerabilidade dessas crianças, que é precisamente o afastamento da comunidade de onde são originárias. É lá, próximas a seus familiares, que elas devem frequentar a escola. É lá que o Poder Público deve criar as condições necessárias para que essas meninas não mais sejam impelidas a engajar-se na barganha macabra de sua dignidade por uma chance de aprender.

Vou enviar este discurso ao nosso nobre Senador Marconi Perillo para que ele possa, juntamente com o nosso Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás, Deputado Vilmar Rocha, do meu partido, o PSD, contribuir para que Cavalcante mude essa realidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, 27 anos atrás, em 1988, uma jovem de 15 anos foi assassinada por engano dentro de uma sala de aula. A vida de Dilsa Lourenço Lopes, estudante do Centro Educacional nº 4, hoje conhecido como Centro Educacional nº 6, foi precoce e brutalmente interrompida com um tiro no peito, Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer.

A morte de Dilsa inaugurou um perverso ciclo de violência escolar no DF, que se intensificou nos últimos anos. Temos hoje a chance e a responsabilidade de marcarmos o início do processo de reversão desse ciclo do medo, que está prestes a completar três décadas de penosa duração. Convido-os agora para substituírmos o processo destrutivo da violência pelo processo construtivo da paz.

Por isso acredito plenamente que o nosso Governador Rollemberg, juntamente com o seu secretariado, com o Secretário Júlio, da Educação e com o nosso apoio, possa trabalhar no sentido de superarmos essa violência tão incrível e tão próxima da gente na capital federal.

Estou certo de que não mediremos esforços nessa inadiável luta contra a dor, contra a morte, contra a loucura.

Conto, para tanto, com o apoio resolutivo de V. Ex^{as} aos esforços que o GDF empreenderá na retomada da esperança, da concórdia e da harmonia em nossas escolas.

Como membro da CMO, pretendo conversar com toda a nossa Bancada do Distrito Federal para que a gente possa reforçar realmente o orçamento dessas áreas vitais de segurança, de educação, de saúde e de transporte no Distrito Federal, que pedem socorro, que precisam realmente de mais investimento, que precisam ter condição realmente para melhor funcionarem.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Senador Presidente Elmano Férrer e nobre Senador Donizeti Nogueira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) –Agradeço as palavras de V. Ex^a ao tempo em que lamento os fatos registrados por V. Ex^a aqui no Distrito Federal, onde se encontra o Governo do Distrito Federal e o poder central do nosso País. Temos informações de que problemas dessa natureza existem Brasil afora, com a insegurança predominando em muitas escolas do nosso País.

Creio que as palavras de V. Ex^a são um estímulo e uma advertência para que todos nós, governos estaduais, governos municipais e Governo Federal busquemos uma saída para esse grave problema que V. Ex^a acaba de denunciar aqui no plenário do Senado da República.

Pela ordem, eu concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Donizeti Nogueira, do PT do Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano Férrer, que preside esta honrosa Casa neste momento, Senador Hélio José, demais Senadores e Senadoras, ocupo a tribuna hoje para fazer três breves registros.

O primeiro é prestar contas de uma viagem que eu fiz a Paris para participar de um seminário de uma organização criada por brasileiros, chamada Instituto Castro Alves, em que fui debater, num seminário de dois dias, as potencialidades turísticas do nosso País com foco no Estado do Tocantins.

Na oportunidade, representamos o Senado, divulgamos o turismo tocaninense e debatemos, com a Vice-Presidente da Assembleia Nacional francesa, Deputada Sandrine Mazetier, e com o Deputado Carlos Silva, um franco-português do Partido Socialista, a situação dos imigrantes, principalmente brasileiros, porque a França é um país que recebe bem os brasileiros, mas não deixa de haver problemas.

Conheci também a brasileira transexual Camille Cabral, que é presidente de uma organização que apoia os travestis, os transexuais, apoia os brasileiros em situação difícil em Paris e em toda a França. A organização conta inclusive com o apoio francês. Essa brasileira, que é médica, tem um trabalho extraordinário. Ela apoia os brasileiros naquele país há 23 anos, e chegou a ser vereadora do bairro 17 de Paris. Foi muito importante a viagem.

Tive oportunidade também de conhecer algumas profissionais liberais portuguesas que fazem um trabalho louvável, que é o de defender a grandeza do povo português migrante naquele país – mais de um milhão de portugueses –, defender a preservação da cultura portuguesa e defender a língua portuguesa, um trabalho também muito importante.

Estive num evento de uma organização internacional que cuida dos problemas do autismo. Uma russa dessa organização, que vive na França e discute o problema do autismo, quer vir ao Brasil debater com as outras organizações que atuam nessa área. Ficamos de acertar a vinda dela em uma oportunidade.

Então, a viagem foi muito produtiva. Quero agradecer ao Senador Renan, o nosso Presidente, por ter autorizado a viagem, porque ela foi muito importante para minha formação e importante também para a interlocução com o Parlamento francês, com as organizações não governamentais que atuam naquele país.

Quero fazer outro registro que já estou devendo: uma viagem que eu e o Senador Hélio José fizemos com a Marinha. Agradeço ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Leal Ferreira, e ao Comandante Lepper, Chefe da Assessoria Parlamentar, por ter nos convidado.

Fomos conhecer o programa nuclear brasileiro. Para minha grata surpresa, o avanço tecnológico que a Marinha, por intermédio dos seus pesquisadores, da universidade, está desenvolvendo trará grandes resultados para o Brasil nesse setor.

Conhecemos também o Prosub, Programa de Desenvolvimento de Submarinos, algo extraordinário que está acontecendo, e, às vezes, a gente não toma conhecimento disso.

Nós temos duas Amazônia, como nos explicou o Almirante Leal Ferreira: a Amazônia Verde e a Amazônia Azul. A Amazônia Azul carece de instrumentos de defesa, e o Brasil está desenvolvendo tecnologia, já dominou o ciclo da geração de energia mediante esse projeto nuclear e do Prosub, para que possamos ter submarinos de propulsão nuclear para defender a nossa Amazônia Azul. “Nós não queremos armas”, explicaram-nos os técnicos e as autoridades da Marinha. Nós queremos defender o nosso País, as nossas riquezas, e, para isso, precisamos do Programa de Submarinos.

Como tecnologia nuclear ninguém vende, deu-se a oportunidade de o Brasil desenvolver algo muito importante para o nosso País, através do programa nuclear, com o objetivo de desenvolver e construir o submarino nuclear, tendo em vista a defesa do País. Nós não queremos submarino atômico. nós queremos submarino de propulsão nuclear, que pode ficar até seis meses em profundidade, se houver resistência humana para ficar lá, enquanto o submarino convencional, movido a diesel, não tem essa possibilidade, fazendo com que seja mais frágil e tenha uma ação mais reduzida.

Então, parabenizo o Governo brasileiro, em especial a Marinha brasileira, por esse trabalho extraordinário que vem desenvolvendo, que eu, o Senador Hélio José, o Deputado Bolsonaro tivemos a oportunidade de acompanhar na Marinha e conhecer.

É uma surpresa chegar e pensar que nós estamos construindo um porto naval onde vão atracar os submarinos para manutenção e recarga. É um investimento extraordinário, que está mudando a vida de Itaguaí. E o programa lá em Sorocaba, no Município de Iperó, também está mudando a vida daquela comunidade com os investimentos que o Governo brasileiro está fazendo nessa área.

Quero registrar e agradecer a oportunidade de ter feito essa importante viagem.

Senador Hélio, por favor.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Donizeti, eu gostaria de complementar o que V. Ex^a coloca e concordar plenamente. Eu acho que é um orgulho para nós, caro Presidente Elmano Férrer, saber que o Brasil tem tanta capacidade tecnológica, coisa nossa, coisa nacional, desenvolvida ali, pela nossa Marinha, em parceria com a França, mas que a nossa Marinha, a brasileira, os nossos técnicos estão tomando a frente, estão fazendo. A separação do urânio e a questão desse submarino Prosub demonstram o tanto que a vanguarda tecnológica brasileira pode avançar. Basta ter apoio. A Marinha, principalmente nesse projeto do Prosub, precisa do nosso apoio, precisa que destinemos orçamento para que esse importante projeto tenha conclusão. Eu fiquei deslumbrado. Quero lembrar o Senador Donizeti que também o nosso Senador Roberto Rocha, do PSB, esteve conosco durante uma parte da viagem...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É verdade.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – ...assim como o Eduardo Bolsonaro, filho do Bolsonaro; você e eu. Nós tivemos o prazer de, junto com outras pessoas, conhecer esse projeto de largo alcance. Então, meu caro Donizeti, é para nós de bastante valia estar aqui registrando esse trabalho que a Marinha tem em Aramar e em Itaguaí. Inclusive, é importante registrar que a BR que liga o Rio de Janeiro a Itaguaí é toda iluminada com energia fotovoltaica. Cada poste é uma célula fotovoltaica que alimenta a iluminação daquela BR. É um caso inusitado, nobre Senador Presidente Elmano Férrer. Inclusive, até falei que isso está sendo subaproveitado, porque, se aqueles painéis fossem interligados, sobriaria carga o dia inteiro. Além de carregar a bateria que fica em cada poste para aguentar a iluminação noturna, poderia sobrar energia para outras coisas em torno da BR, se houvesse uma interligação de painel a painel, igual ao que está colocado na via de Itaguaí. Nobre Senador Donizeti, V. Ex^a registra a importância da viagem à França. Eu acho importante esse intercâmbio entre os povos, esse intercâmbio cultural, ainda mais com um país que recebe tantos brasileiros, como é a França. E eu

colocava hoje, quando estava fazendo a oitava do nosso futuro embaixador – do nosso embaixador, na verdade, que foi aprovado hoje por unanimidade, Eduardo, lá em Londres –, a importância desse intercâmbio cultural, a importância do apoio aos nossos nobres brasileiros que estão lá na Europa, muitos sofrendo perseguições, muitos sofrendo ataques e outros tipos de situação que no Brasil a gente não comete com turistas que aqui venham. Então, é importante esse intercâmbio para evitar esse tipo de questão, como aconteceu lá no metrô de Londres, com o assassinato de um brasileiro. Assim, quero parabenizar V. Ex^a, concordar plenamente com o colocado por V. Ex^a, e dizer que me orgulho muito de ser brasileiro quando vejo projetos de tamanha relevância como esse tocado pela Marinha. Muito obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senador Hélio. Acolho o seu aparte, fazendo parte aqui dos meus registros, do meu pronunciamento.

Senador Elmano, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, estava ouvindo ali uma música do Legião Urbana, que diz: “Que País é esse?”

Neste final de semana, visitei nove Municípios. E eu converso com o povo, vejo o otimismo do povo em relação ao Brasil, mas depois assisto aos telejornais, leio os jornais e as revistas e me pergunto: “Que País é esse que está estampado nas manchetes dos jornais?” Mas o País, com a força dos brasileiros, resiste.

A Petrobras hoje, depois de ter uma queda de 10%, registrou uma alta de 5,63% nas suas ações. O Ministério do Trabalho hoje publica o Caged: geramos, no mês de março de 2015, mais empregos do que no mês de março de 2014; crescemos na geração de emprego, nesse mês de março, chegando quase a 20 mil postos de empregos formais. Mas, quando eu ouço alguns colegas Senadores da oposição e quando eu leio os jornais, parece que eu vivo num outro Brasil, que não está nas páginas dos jornais e não está nos telejornais.

Ora, o Brasil segue crescendo; crescendo na expectativa de que é um País que está consolidado na sua economia, mas que precisa fazer ajuste, como tudo na vida: seu carro precisa de revisão, sua casa precisa de reforma, e a economia precisa de um ajuste.

Então, hoje, vendo os dados depois da publicação do balanço, o depoimento de um empresário na CPI que diz que a propina paga não estava em superfaturamento, mas dentro dos lucros, isso me dá a condição de dizer que o País está firme no crescimento, que o combate sistemático à corrupção é necessário e permanece necessário, mas que o combate à corrupção não pode ser seletivo: ele tem que ser amplo, geral e irrestrito. Não pode ser dirigido ao Partido dos Trabalhadores, não pode ser focalizado no Partido dos Trabalhadores; tem que ser focalizado em todos aqueles que praticam a corrupção e que precisa ser combatida.

O País vai voltar a crescer, como demonstram já os dados iniciais. A Presidenta Dilma, no próximo período, voltará a ser aplaudida nas ruas, voltará a ser reconhecida e terá a sua popularidade aumentada, pela coragem de enfrentar os momentos difíceis, pela determinação e pela capacidade de tomar as decisões corretas. O País não tem o que temer.

Está hoje também na imprensa o depoimento do presidente da Shell, que diz que as manchetes dos jornais preocupam, mas que a solidez da Petrobras dá a segurança para ele de querer fazer parceria com a Petrobras, de querer investir no Brasil. Como disse aqui hoje a Senadora Ana Amélia, empresários, empresas, investidores estão procurando o Brasil para investir porque este é um País que agora combate a corrupção, tem um marco regulatório claro e dá aos investidores segurança para trazerem para cá os seus capitais.

Brasileiros e brasileiras, povo do meu Estado, com quem convivi nesse final de semana – foram 12 os Municípios que visitei –, meu abraço a todos os tocantinenses, aos companheiros e às companheiras do Partido dos Trabalhadores, aos prefeitos e às prefeitas com quem eu discuti reforma política, com quem eu discuti a crise. O Brasil vai continuar crescendo e se fortalecendo para ser uma das grandes potências econômica, social e política. Não são as armas que vão garantir a soberania do nosso País, mas são a inclusão social, a relação e o respeito a todos os povos que vão fazer com que o nosso País continue no rumo de ser aquilo a que está determinado: a servir o mundo, alimentar o mundo, ajudar o mundo a ser mais feliz, ajudar o mundo a ser mais próspero, ajudar o mundo a ter mais paz e solidariedade entre as pessoas.

Termino agradecendo a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, falando com o povo brasileiro. Agradeço ao Senador Elmano Férrer, que está aqui presidindo a nossa sessão, e a todos aqueles que têm a oportunidade de me ver e ouvir.

Eu acredito no Brasil! Eu acredito no povo brasileiro! Eu acredito que nós estamos passando por um momento aparentemente difícil, porque ele não tem a dificuldade que aqueles que exploraram o País, aqueles que usurpam a riqueza do País, querem fazer parecer que tem – há mais uma crise política de indução de uma crise econômica do que uma crise econômica que possa abalar as nossas estruturas.

O Brasil vai seguir crescendo, criando oportunidades com o Programa Mais Médicos, com o Programa Mais Especialidades, com o Minha Casa Minha Vida, com o Plano Safra, para garantir a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo. E nós temos agora que acreditar em nós mesmos. E, acreditando em nós mes-

mos, estamos acreditando no Brasil, porque nós podemos mais do que já fizemos, e vamos fazer muito mais pelo nosso País.

Obrigado. E uma boa-noite a todos e todas!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que destaco a importância dos registros já realizados aqui por V. Ex^a.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são extremamente negativas as repercussões relativas à emenda que triplica o teto do fundo partidário. As finanças do Brasil estão em situação difícil e não se justifica, de forma alguma, que se aumente o repasse de dinheiro para as direções dos partidos.

Sejamos francos. Nosso sistema partidário é encarado com desconfiança pela opinião pública. O fato de contarmos hoje com 32 partidos políticos registrados na Justiça Eleitoral contribui para essa descrença.

Predomina entre os eleitores a convicção, correta, de que inexiste no espectro ideológico espaço para tantas organizações partidárias. Na sua maioria, nossos partidos apresentam inconsistência doutrinária, deixando na população a suspeita de que procuram apenas beneficiar-se de recursos públicos.

Nessas condições, triplicar o volume dos recursos do fundo partidário apenas aumenta essa desconfiança, que tende a se transformar em repulsa.

Acresce que a proposta de reajustar nessas proporções o fundo partidário surgiu de repente, como emenda de última hora colocada no Orçamento da União pelo senador Romero Jucá. A inclusão surpreendeu os próprios parlamentares.

Sem o veto presidencial, imaginou-se que esses recursos seriam contingenciados, dentro dos cortes orçamentários já previstos. Infelizmente, inexiste fundamento legal para que se contingenciem dotações do fundo partidário.

De qualquer forma, não se pode aceitar uma simples elevação dos recursos destinados aos partidos. A população rejeita essa ideia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, contamos com uma alternativa para garantir recursos ao processo político democrático, que é o financiamento público de campanhas, mudando toda a sistemática de custeio do processo eleitoral.

O PMDB do senador Jucá se opõe ao financiamento público, preferindo que as empresas privadas continuem a dar dinheiro aos partidos, mas nós sabemos que essas empresas sempre vão querer algo em troca.

Essa cobrança, se aceita pelos poderes constituídos, terminará por sair mais caro ao País do que o financiamento público. Pior, o PMDB apoia o financiamento privado, mas determina – como fez o senador Romero Jucá – que dinheiro público, dinheiro dos impostos, vá para os partidos do mesmo jeito. Deveríamos aproveitar essa oportunidade para regular toda essa situação.

Reconheço que também o financiamento público de campanhas encontra dificuldades para ser exposto à população. Sempre fica a sensação de que se trata de repassar a partidos políticos – de legitimidade mal percebida, como vimos – recursos públicos que poderiam ser empregados em saúde, educação ou segurança, como é hoje justamente cobrado pelos brasileiros.

No entanto, a eleição recente demonstrou, uma vez mais, a falência do atual sistema de financiamento das campanhas eleitorais brasileiras. Confirmou-se, em primeiro lugar, a elevação constante dos custos de campanha.

A cada eleição, os candidatos competitivos arrecadam e gastam mais que na anterior e, certamente, menos que na próxima.

Ficou clara, também, a concentração extrema dos recursos. Provêm de poucos doadores. Um pequeno grupo de empresas de grande porte, todas com interesses em negócios com o governo, concentradas em especial nos setores financeiro e da construção civil, respondem por mais de noventa por cento de todas as doações.

Sejamos francos: como está, a operação da democracia brasileira é financiada hoje por essas poucas e grandes empresas. É isso que permite o elevado grau de influência do poder econômico nas campanhas e, em consequência, no resultado das eleições. É por aí que esse processo afeta a eficiência do uso dos recursos públicos no País.

Além disso, sabe-se que as campanhas normalmente não se contentam com os recursos declarados de forma legal. Isso afeta de forma significativa a transparência do processo eleitoral. É por isso que precisamos instituir o financiamento público exclusivo de campanha.

Foi por essa razão que apresentei projeto para determinar que todo recurso utilizado nas campanhas deverá provir de um fundo de financiamento de campanhas eleitorais, alimentado por dotações orçamentá-

rias e eventualmente por doações de pessoas físicas e jurídicas. O projeto estabelece ainda os critérios para a distribuição desses recursos entre os partidos e, no âmbito de cada partido, entre as direções nacional, regionais e municipais, a cada eleição.

Esse projeto proíbe a doação diretamente por parte de pessoas físicas e jurídicas e o recebimento de recursos desses doadores por parte dos candidatos e partidos, estipulando a penalidade devida no caso de descumprimento da regra. Acredito que seja essa a saída para rompermos o círculo que prende nosso sistema eleitoral a doações de grandes empresas retribuídas com favores vinculados ao caixa do governo, passando por um custoso espectro de legendas pagas com fundo partidário.

Vivemos hoje, felizmente, um dos mais longos períodos de democracia registrados em nossa história. Não podemos deixar que se comprometa a legitimidade de nossos partidos políticos por instrumentos que só despertam desconfiança e suspeita na população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, nem um tema em nossa pauta, considero e declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysius Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RQ)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,45) Telmário Mota (4,38,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,45) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataides Oliveira (33) Wilder Morais (47) Antonio Anastasia (48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,45) Telmário Mota (4,38,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,45) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataides Oliveira (33) Wilder Morais (47) Antonio Anastasia (48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. O senador Paulo Bauer está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 05/03/2015 a 29/04/2015.
41. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
46. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

VAGO (1)

VAGO (2)

VAGO (3)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalho

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*, Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLB5D).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antônio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO
EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO
PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDDB).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

*, Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Rocha (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO ⁽⁷⁾	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBDS).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBDS).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 7/2015-CCT).

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes****PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s): 61 33031095****E-mail: csf@senado.leg.br**

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
	Senador Fernando Collor (AL)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB	
	Senador Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do PLDO: VAGO

Relator do PLOA: VAGO

Relator da Receita: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vítor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nílto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airtón Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha

Telefone(s): 3216-6892

E-mail: maedes.santana@camara.leg.br

Local: Plenário 2 da Câmara dos Deputados

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽³⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (DEM/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PT/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocom@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocom@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PPS/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. VAGO
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Jaime Martins - PSD/MG	6. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - DEM/PI ⁽¹⁾	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Maria Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - /AC
Bloco da Maioria	
Luiz Henrique - PMDB/SC	1. Aldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Ger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. AGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. AGO
VAGO	2. AGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Ta - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).

2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.

4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Edição de hoje: 270 páginas
(O.S. 11618/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

